

SECRETARIA DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO ISSN 1676-4994
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA ISBN 85-7173-021-0
Siegfried Emanuel Heuser

A Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE) tem estimulado e apoiado as iniciativas de aprimoramento técnico e acadêmico de seus pesquisadores. Dentro dessa perspectiva, a titulação representa a elevação do patamar de competência do corpo técnico e, também, um elemento estratégico frente às exigências institucionais que se colocam no campo da produção de conhecimento. Na última década, o esforço coletivo da FEE tem se direcionado para o doutorado. A série **Teses FEE** foi criada para divulgar as teses de doutorado recentemente produzidas pelos pesquisadores da FEE.

INSTITUTOS LIBERAIS E NEOLIBERALISMO NO BRASIL DA NOVA REPÚBLICA

Denise Barbosa Gros

TESES FEE Nº 6

Porto Alegre, setembro de 2003



FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA Siegfried Emanuel Heuser

CONSELHO DE PLANEJAMENTO: **Presidente:** Aod Cunha de Moraes Júnior. **Membros:** André Meyer da Silva, Ernesto Dornelles Saraiva, Ery Bernardes, Eudes Antidis Missio, Nelson Machado Fagundes e Ricardo Dathein.

CONSELHO CURADOR: Fernando Luiz M. dos Santos, Maria Lúcia Leitão de Carvalho e Suzana de Medeiros Albano.

DIRETORIA:

PRESIDENTE: AOD CUNHA DE MORAES JÚNIOR

DIRETOR TÉCNICO: ÁLVARO ANTÔNIO LOUZADA GARCIA

DIRETOR ADMINISTRATIVO: ANTONIO CESAR GARGIONI NERY

CENTROS:

ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS: Maria Isabel H. da Jornada

PESQUISA EMPREGO E DESEMPREGO: Roberto da Silva Wiltgen

INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS: Jorge da Silva Accurso

INFORMÁTICA: Antônio Ricardo Belo

EDITORAÇÃO: Valesca Casa Nova Nonnig

RECURSOS: Alfredo Crestani

G911i Gros, Denise Barbosa, 1954-
Institutos Liberais e neoliberalismo no Brasil da Nova República/ Denise Barbosa
Gros. -- Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 2003.- (Teses FEE; n. 6).
252p.: tab.

ISBN 85-7173-021-0

ISSN 1676-4994

Tese (doutorado) — Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2002.

1. Sociologia política. 2. Neoliberalismo. 3. Empresários. 4. Entidades patronais — Brasil. I. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. II. Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser. III. Título. IV. Série.

CDU 339.9

CIP
Ivete Lopes Figueiró
CRB-10/509

Tiragem: 100 exemplares.

Toda correspondência para esta publicação deverá ser endereçada à:
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA Siegfried Emanuel Heuser (FEE)
Rua Duque de Caxias, 1691 — Porto Alegre, RS — CEP 90010-283
Fone: (51) 3216-9049 — Fax: (51) 3225-0006
E-mail: diretoria@fee.tche.br
www.fee.tche.br

Tese de doutorado em Ciências Sociais apresentada e aprovada em 18 de março de 2002 pelo Departamento de Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas, para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais, sob a orientação do Professor Doutor Sebastião Carlos Velasco e Cruz. Compuseram a banca examinadora os Professores Doutores Sebastião Carlos Velasco e Cruz, da Unicamp; Ary Cesar Minella, da UFSC; Décio Saes, da Unicamp; Francisco Fonseca, da FGV; e Reginaldo Correa de Moraes, da Unicamp.

AGRADECIMENTOS

A elaboração de uma tese envolve um longo tempo de maturação e, geralmente, uma quase tão longa lista de instituições e pessoas que, de alguma forma, contribuem para a sua realização. Em primeiro lugar, devo mencionar a Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE), que me concedeu licença para me dedicar exclusivamente ao doutorado e, em especial, aos dirigentes, José Antonio Fialho Alonso e Flávio Fligenspan, que me deram todo o apoio para concluir este trabalho.

Ao meu orientador, Sebastião Carlos Velasco e Cruz, que me apresentou ao rico universo dos estudos norte-americanos sobre poder, organizações empresariais e ação política, que foram fundamentais para a definição do escopo da tese. Com seu jeito tranquilo e seguro, conduziu-me pelos meandros desta pesquisa e brindou-me com contribuições valiosas nas nossas reuniões de orientação.

À Professora Selva Lopez, que funcionou praticamente como co-orientadora neste último ano e muito gentilmente me cedeu seus conhecimentos sobre a teoria neoliberal e sobre o neoliberalismo no Chile. Sua contribuição teórica e seu estímulo foram muito importantes para a conclusão do trabalho.

À Socióloga Tanya Barcellos, mestra e amiga há muitos anos, que discutiu comigo a versão final da tese e deu valiosas contribuições para o texto definitivo, como já havia feito na minha dissertação de mestrado.

Ao Professor Ary Minella, amigo de longa data, cuja generosidade é por demais conhecida, que me permitiu a consulta ao acervo de informações sobre empresários e organizações empresariais que vem colecionando há anos. Aos Professores Décio Saes e Reginaldo Moraes, que fizeram parte da banca do Exame de Qualificação e deram sugestões preciosas para o andamento do trabalho.

Aos colegas e amigos da FEE, que me auxiliaram de várias maneiras, emprestando livros, esclarecendo dúvidas, oferecendo sua solidariedade e apoio, ou simplesmente “suportando” as destemperanças de uma doutoranda em fase “terminal” de tese: Maria Isabel da Jornada, Guilherme Xavier Sobrinho, Ricardo Brinco, Paulo Ribeiro, Maria Lucrecia Calandro, Sílvia Campos, Clarisse Castilhos, Maria Cristina Passos, Rubens Soares de Lima, Nora Kraemer, Vera Gauer, Anelise Capaverde Brehm, Maria Heloisa Lenz, Raul Bastos, Tania Angst e Ivete Figueiró.

Aos amigos pessoais, cujo apoio e carinho foram muito grandes: Sonia Cabeda, Vera Amaral, Petilda Vasquez, Lucia Helena Muller, Ricardo Reis e Vicente Rodriguez.

A minha mãe e a minha família, que me apoiaram em todos os momentos, e ao meu irmão Jacques, sempre pronto a solucionar minhas dificuldades com o computador e a formatação de textos e quadros. A todos, sou muito grata.

RESUMO

Esta tese de doutoramento trata da ação dos Institutos Liberais na difusão do neoliberalismo no Brasil da Nova República. Investigamos os contextos nacional e internacional em que eles surgiram; os fundamentos teóricos da ideologia que divulgam; como funciona o movimento ideológico neoliberal internacional; que estratégias os Institutos Liberais adotam para difundir esse ideário entre segmentos selecionados das elites brasileiras; e, ainda, que propostas concretas de políticas públicas formulam. No Capítulo 1, analisamos o contexto histórico em que se deu a conversão das direitas à ideologia neoliberal e seu triunfo no umbral dos anos 80, na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos. No Capítulo 2, fazemos uma incursão pelos conceitos centrais da teoria neoliberal conforme explicitados pela Escola Austríaca de Economia e seus principais expoentes, Ludwig Von Mises e Friederich Hayek. No Capítulo 3, reconstituímos como essa doutrina neoliberal foi divulgada através de um movimento ideológico internacional, que se iniciou, nos anos 30, na Europa e se expandiu pelo mundo nos anos 80. No Capítulo 4, apresentamos a ação e o ideário da rede de Institutos Liberais no Brasil: sua Declaração de Princípios, suas estratégias de ação e difusão doutrinária, em especial os tipos de atividades que desenvolvem e os públicos selecionados a que são dirigidas, bem como as forças sociais e econômicas que sustentam os Institutos. A parte empírica do estudo teve como fonte de informações as publicações dos Institutos Liberais, que compreendem livros, jornais, revistas, vários tipos de periódicos e folhetos. No Capítulo 5, analisamos algumas propostas de políticas públicas formuladas pelos Institutos Liberais, em especial aquelas que se referem à ordem político-institucional vigente, notadamente a Constituição de 1988, a legislação trabalhista e a privatização das funções sociais do Estado: previdência, saúde e educação.

ABSTRACT

This thesis deals with the work of the “Institutos Liberais” (Libertarian Institutes) in the diffusion of neoliberalism in the period of New Republic in Brazil. We investigate the national and international contexts in which they appeared; the theoretical fundamentals of the ideology they spread; how does the international neoliberal ideological movement works; which strategies the Libertarian Institutes adopt to divulge these ideas to selected segments of the Brazilian elites and which concrete proposals of public policies they present. In Chapter I we analyse the historical context in which took place the conversion of the rights to the neoliberal ideology and its triumph in the 80's in Great Britain and in the United States of America. In Chapter II we made an incursion in the central concepts of the neoliberal theory as defined by the Austrian Economics School and its main exponents, Ludwig Von Mises and Friederich Hayek. In Chapter III we reconstituted how this neoliberal doctrine was spread through an international ideological movement that started in the 30's in Europe and expanded through the world in the 80's. In Chapter IV we presented the actions and the ideology of the network of Libertarian Institutes in Brazil; its Declaration of Principles; its strategies of action and doctrine diffusion, especially the kind of activities they perform and the public selected for it, as well as the social and economical forces that maintain the Institutes. The empirical part of the study used as information sources the publications of the Libertarian Institutes, including books, newspapers, magazines, various kinds of periodicals and leaflets. In Chapter V we study some public policies proposals formulated by the Institutes, especially those that refer to the present politico-institutional order, particularly the 1988 Constitution; the labor laws and the social functions of the State: social welfare, health and education.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 - CONTEXTO HISTÓRICO DE SURGIMENTO DO NEOLIBERALISMO NOS ANOS 70	23
1.1 - O contexto internacional	24
1.1.1 - Crise econômica e reação conservadora no Ocidente	24
1.1.2 - A expansão do neoliberalismo na América Latina ...	33
1.1.3 - O caso chileno	37
1.2 - O contexto nacional	47
1.2.1 - O Brasil na Nova República	47
1.2.2 - Organização e mobilização política do empresariado na Nova República	51
1.2.3 - Discurso liberal e prática autoritária na formação da burguesia brasileira	60
2 - A DOCTRINA NEOLIBERAL — UMA CONCEPÇÃO DE MUNDO	67
2.1 - A Escola Austríaca de Economia	69
2.2 - Principais elementos conceituais da doutrina neoliberal ...	76
2.2.1 - A concepção da desigualdade entre os homens	76
2.2.2 - A concepção da sociedade como mercado	79
2.2.3 - A concepção de política e do Estado Mínimo	84
3 - O NEOLIBERALISMO COMO MOVIMENTO IDEOLÓGICO INTERNACIONAL	89
3.1 - O neoliberalismo na Grã-Bretanha	91
3.2 - O neoliberalismo nos Estados Unidos	108
3.3 - A internacionalização do movimento neoliberal nos anos 80	116
4 - OS INSTITUTOS LIBERAIS NO BRASIL DA NOVA REPÚBLICA	123
4.1 - O neoliberalismo dos Institutos Liberais	123
4.2 - Estratégias de ação e difusão doutrinária	127
4.2.1 - Publicando a doutrina	127

4.2.2 - Doutrinando públicos estratégicos	130
4.2.3 - “Desideologizando” o ensino de Economia	134
4.2.4 - “Desideologizando” o ensino elementar	137
4.2.5 - Propondo políticas públicas	140
4.3 - A rede de Institutos Liberais e seus patrocinadores	143
5 - AS PROPOSTAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS DOS INSTITUTOS LIBERAIS	205
5.1 - O reordenamento jurídico-institucional e a crítica à Cons- tituição de 1988	206
5.2 - A flexibilização da legislação trabalhista	215
5.2.1 - A crítica ao modelo vigente de relações trabalhistas e de Justiça do Trabalho	215
5.2.2 - A revolução tecnológica e a flexibilização trabalhista	223
5.3 - A reforma das funções sociais do Estado	227
5.3.1 - A privatização da previdência	229
5.3.2 - A privatização da saúde	230
5.3.3 - A privatização da educação	232
CONCLUSÃO	235
REFERÊNCIAS	241

INTRODUÇÃO

O Instituto Liberal (IL) despertou minha curiosidade pela primeira vez em 1987, quando apareceu em meio a outras organizações civis que promoviam a mobilização de diferentes frações da burguesia brasileira para enfrentar as forças populares no Congresso Nacional Constituinte. Em junho daquele ano, os representantes de 105 entidades de empresários do Rio Grande do Sul, liderados pelas Federações da Indústria, da Agricultura e das Associações Comerciais de todo o Estado, lançaram o Manifesto pela Liberdade Empresarial e moveram uma campanha contra os avanços trabalhistas na Constituinte. O objetivo da campanha era conseguir as assinaturas necessárias para registrar uma proposta de emenda popular contra a aprovação da estabilidade, da redução da jornada de trabalho e do direito irrestrito de greve no texto da nova Constituição. Entregue em Brasília, em agosto daquele ano, pelo presidente da FIERGS, a emenda dos gaúchos somou-se às pressões que representantes de todos os setores da burguesia do País faziam sobre os constituintes.

Entre as organizações empresariais tradicionais que participavam do movimento no Rio Grande do Sul, estavam três entidades muito novas, mas que vinham aparecendo com alguma frequência no noticiário local, defendendo a liberdade econômica e contestando a ingerência do Estado nas atividades econômicas. Duas delas haviam sido criadas em 1984 — a Associação de Jovens Empresários e o Instituto de Estudos Empresariais (IEE). O Instituto Liberal do Rio Grande do Sul (IL-RS) havia surgido naquele ano, 1987. Em pesquisas anteriores, já nos havíamos detido no Instituto de Estudos Empresariais, uma organização fechada, na qual o ingresso é reservado a jovens empresários, que têm como objetivo formar novas lideranças empresariais dentro da perspectiva liberal (Gros, 1989; 1993). Entretanto, naquela ocasião, o Instituto Liberal chamou-nos a atenção de imediato, por uma série de fatores que despertaram a curiosidade de quem estuda as organizações da burguesia gaúcha há algum tempo: era composto pelo mesmo grupo que liderava o Instituto de Estudos Empresariais, mas tinha objetivos diferentes, pois dedicava-se à divulgação do ideário neoliberal, em especial de autores clássicos da Escola Austríaca de Economia dos anos 20 e 30. Com a curiosidade aguçada, este estudo foi se delineando e mudando de amplitude, à medida que as investigações exploratórias sobre o Instituto Liberal do Rio Grande do Sul nos levaram a uma rede de âmbito nacional, inserida num movimento internacional, e, ainda, evidenciaram o peso dos grupos econômicos que sustentam essa rede.

Inicialmente criado no Rio de Janeiro, em 1983, o Instituto Liberal foi transformado em rede nacional depois da instauração da Nova República, com sedes em São Paulo, Brasília, Curitiba, Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador e Recife. Os Institutos Liberais foram criados por um grupo de empresários que se propuseram a realizar uma missão de longo prazo: divulgar as idéias liberais entre as elites brasileiras, dedicando-se à atividade política e ideológica de defesa dos preceitos do liberalismo. Sustentados por alguns dos maiores grupos econômicos nacionais e estrangeiros em operação no País, desenvolvem um trabalho de dupla natureza: de doutrinação ideológica entre seus pares e nos meios formadores de opinião — universitários, jornalísticos, políticos, militares, jurídicos e intelectuais em geral — e de formulação de estudos e propostas de projetos de políticas públicas de cunho liberal.

As atividades desenvolvidas pela rede de Institutos Liberais para implementar essas estratégias incluem a edição e a divulgação de livros de autores liberais nacionais e estrangeiros, a promoção de conferências e cursos para públicos selecionados e a elaboração de estudos e sugestões de projetos de lei. Diferentemente de outras organizações mantidas por empresários, cuja atuação visa prioritariamente à defesa de interesses frente ao Estado, a ação dos Institutos Liberais é dirigida aos segmentos dominantes da sociedade, para a divulgação do liberalismo, e aos políticos, para promover as suas propostas de políticas públicas.

Este estudo trata, portanto, do ideário e da ação dos Institutos Liberais. Investigamos em que contexto eles surgiram; quais os fundamentos dessa ideologia, em forma destacada a que se baseia na Escola Austríaca de Economia e suas conexões americanas e inglesas; como se formou e como atua o movimento ideológico neoliberal internacional; quais desses fundamentos são privilegiados pelos Institutos Liberais para a divulgação do neoliberalismo; que estratégias adotam para difundir esse ideário entre segmentos selecionados das elites brasileiras; e, ainda, que propostas de políticas públicas formulam. Essas propostas foram analisadas enquanto projetos que se fundamentam na aplicação de pressupostos neoliberais. Não nos propusemos a investigar a sua aplicação, já que a análise da história concreta da adoção de políticas públicas inspiradas nas formulações programáticas do neoliberalismo durante o processo de redemocratização do País exigiria o acompanhamento detalhado da negociação, nas esferas decisórias do Estado, dos projetos formulados a partir da concepção ideológica e do programa do neoliberalismo, bem como da sua transação permanente com a realidade histórica.

A denominação de neoliberal é adotada a partir da definição que os próprios criadores do Instituto Liberal apresentam do viés liberal ao qual se filiam e da aceitação do termo “neoliberais” para si próprios (Paim, 1997, p. 23).

O surgimento dos Institutos Liberais no Brasil deve ser analisado, ainda, em sua inserção simultânea em dois processos, um externo e outro interno à realidade do País. Por um lado, esses institutos fazem parte de um movimento neoliberal internacional, ancorado não só nas experiências dos governos que aplicaram as reformas liberais, mas, sobretudo, num movimento ideológico que se apóia numa rede internacional de organizações políticas para a defesa do liberalismo. Por outro, o surgimento de uma organização da natureza do Instituto Liberal deve ser analisado no contexto das mudanças internas ocorridas na vida política e econômica do País, nas últimas décadas: a crise econômica da década de 80 e as tentativas de definição de um novo modelo de desenvolvimento, bem como a transição democrática e a reorganização da sociedade, a qual vem envolvendo rearranjos políticos e institucionais que afetam a todos os segmentos sociais.

A missão dos Institutos Liberais é difundir uma ideologia, entendida aqui no sentido amplo, de concepção do mundo:

“Ideología como visión del mundo de carácter sistemático, fundamentada en principios y elaborada al menos en gran parte, de manera consciente. Esta visión tiende a la totalidad, quiere abrazar algo, y se articula en un conjunto de convicciones, ideas e ideales aptos para orientar la vida práctica” (Rossi-Landi, 1980, p. 52).

Trata-se da promoção de uma ordem que abarque todas as dimensões da sociedade: política, econômica, social e cultural. Segundo as próprias palavras do Filósofo Ubiratan Borges de Macedo, um dos ideólogos dos liberais brasileiros:

“A grande dificuldade em analisar o liberalismo no século XX foi a de que ele recuperou sua condição de ideologia global.(...) Abrange a política, a cultura e a economia, uma visão sobre a sociedade, a educação, relações entre os sexos, papel da mulher e da Igreja na sociedade” (Macedo, 1995, p. 21).

Ao refletir sobre o tema da ideologia como uma concepção de totalidade, este estudo envolve diferentes dimensões que pertencem aos campos da Sociologia, da Filosofia e da Ciência Política. Essa constatação nos leva a supor que se trata da implantação da hegemonia ideológica de nosso tempo, tarefa que ultrapassa a ação concreta e os objetivos conscientes dos Institutos Liberais, que, entretanto, são o pretexto para realizar este trabalho. O objetivo aqui é fazer uma reflexão crítica sobre os fundamentos ideológicos defendidos pelos Institutos Liberais, bem como sobre a ação política que desenvolvem na tentativa de construção de uma hegemonia. Naturalmente, temos consciência de que existem outras forças, como a própria modalidade do capitalismo contemporâ-

neo em sua etapa financeira por exemplo, que convergem com os objetivos do Instituto Liberal e reforçam a sua tentativa de implantar uma nova concepção de mundo entre as elites brasileiras.

Outra característica do tema é a forma como ele se apresenta na realidade: uma escalada mediante a qual se passa de uma reflexão que tem seu eixo na economia para a concepção de um novo desenho institucional e político que envolve toda a sociedade. É por essa razão que, nos meios latino-americano e brasileiro, o neoliberalismo aparece inicialmente sob o perfil das políticas monetaristas inspiradas em Milton Friedman para enfrentar o problema concreto da inflação. Essas políticas começam a ser implementadas com objetivos de curto prazo e, pouco a pouco, vai surgindo o fundamento mais sólido da ideologia que remete a suas bases filosóficas profundas. O caso do Chile é exemplar dessa escalada (Foxley, 1988).

Dadas as características do tema e do objeto deste estudo, faz-se necessário um esclarecimento sobre a diferenciação entre dois conceitos fundamentais: empresariado e burguesia. Segundo Cruz (1995),

“(.) por empresariado entendemos o conjunto de agentes sociais que se definem pela detenção da propriedade de uma unidade autônoma de capital e pelo exercício, daí decorrente, das funções de organização e gestão de seu processo permanente de valorização. Este conceito abarca a totalidade dos ocupantes de posições que implicam poder de decisão nas questões estratégicas para a empresa, independentemente do fato de serem eles detentores ou não da propriedade jurídica do capital cujo comando exercem. Ele exclui, entretanto, todos aqueles que, embora dispondo de títulos jurídicos sobre uma fração de capital, vivem de renda, não desempenhando qualquer função diretiva em seu processo cíclico de reprodução” (Cruz, 1995, p. 23-24).

Ao contrário, o “(...) conceito de burguesia é muito mais amplo, na medida em que inclui — além do conjunto das categorias até aqui referidas — toda uma série de segmentos sociais que se definem pelo exercício das funções não econômicas — jurídicas, políticas e ideológicas” (Cruz, 1995, p. 24). Para a análise a que nos propomos, a concepção de burguesia é a que melhor se adapta, pois ela permite mobilizar as noções teóricas de hegemonia, de elites orgânicas e de *think tanks* para explicar a ação da burguesia. Segundo nossa perspectiva, esses conceitos são complementares e não contraditórios. Enquanto elite orgânica é uma categoria abrangente, que nomeia a base social e a intenção hegemônica dos setores pioneiros da burguesia em cada etapa de desenvolvimento do capitalismo, o conceito de *think tank* refere-se a sua forma

operacional. Faz-se necessário, então, explicar brevemente cada um desses conceitos que norteiam nossa opção teórica.

O conceito de hegemonia burguesa envolve a noção de dominação pelo consenso e não pela força:

“A supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos: como dominação e como direção intelectual e moral. Um grupo social é dominante dos grupos adversários, que tende a liquidar ou a submeter inclusive com a força armada, e é dirigente dos grupos afins e aliados” (Gramsci, 1989).

Dessa forma, para ser dominante, a burguesia não necessita apelar para os mecanismos coercitivos do Estado para subordinar as demais classes pela força. Pelo contrário, ela o faz através de um complexo processo de construção de legitimidade, pelo qual a classe dominante busca obter o consenso dos dominados pela persuasão e pela liderança intelectual, moral e política (Gramsci, 1978, 1989).

Gramsci rejeita, assim, a determinação mecânica entre classe e ideologia (Gruppi, 1978). A afirmação e a difusão da ideologia de uma determinada classe, mesmo que dominante nos planos econômico e político, são, portanto, um processo complexo que envolve a difusão da concepção de mundo dessa classe (ou fração de classe), através da educação, da Igreja, dos partidos, etc., sobre as demais frações da classe dominante e sobre as classes dominadas.

Na concepção gramsciana, portanto, a consolidação da hegemonia burguesa dá-se na medida em que essa burguesia é capaz de formular e difundir, através de mecanismos ideológicos, um projeto de organização da sociedade que a beneficie, mas que seja amplo o bastante para transcender os limites de seus interesses específicos de classe, e incorpore, também, alguns dos interesses das classes dominadas. Resta definir quais são, concretamente, esses mecanismos ideológicos de construção da hegemonia, ou seja, “(...) como uma classe traduz suas capacidades estruturais (o predomínio econômico na esfera da produção, sua formação intelectual e seu acervo cultural, suas ligações pessoais e vínculos familiares ampliados) em capacidades político-organizacionais?” (Dreifuss, 1987, p. 21).

Aqui é fundamental introduzir o conceito de “elites orgânicas”, concebido por Dreifuss (1981) a partir de Gramsci, para explicar como uma classe economicamente dominante se organiza para desenvolver a ação política necessária para assegurar a direção política e ideológica da sociedade. Segundo Dreifuss (1987, p. 24), elites orgânicas são “(...) agentes coletivos político-ideológicos, especializados no planejamento estratégico e na implementação da ação política de classe, através de cuja ação se exerce o poder de classe”.

Nessa perspectiva, a “elite orgânica” não pode ser confundida com a elite empresarial, pois ela é constituída de indivíduos “(...) formados através e fora dos tradicionais canais partidários e associativos de articulação, agregação, e representação da classe dominante e atuando como a vanguarda da classe social” (Dreifuss, 1981, p. 209). A elite orgânica funciona como uma central de informações, de idéias e de discussão para os representantes das classes dominantes, realizando estudos, análises e pesquisas sobre as políticas públicas e a ação empresarial. A elite orgânica é também responsável pela formulação de um discurso político-ideológico capaz de unificar os interesses das classes dominantes e que possa ser apresentado como propaganda ideológica e política não só como interesse coletivo do capital — da burguesia —, mas da sociedade como um todo. Nessa concepção, a tarefa política da elite orgânica no conflito de classes realiza-se em duas frentes de luta: frente à própria burguesia, tentando unificá-la, e frente aos setores subordinados, tentando mostrar os interesses do capital (do mercado, segundo os neoliberais) como se fossem os interesses naturais de toda a sociedade (Dreifuss, 1987, p. 28).

A ação da “elite orgânica” vem sendo desenvolvida, nos países capitalistas, através de *think tanks*, um conceito fundamental para entender a natureza do Instituto Liberal. Os *think tanks* são instituições presentes no processo de formulação de políticas públicas nos Estados Unidos e na Inglaterra desde os anos 40 (Denham, 1996). Esses institutos não só produzem conhecimento sobre os temas sujeitos à regulamentação pública, como também, e principalmente, formulam soluções ou projetos de políticas públicas (Hollings, 1993). Em geral, são institutos privados de pesquisa e debate sobre teoria econômica e políticas públicas; têm uma equipe técnica de alto nível ou contratam consultores e divulgam o resultado dessas pesquisas através de livros, periódicos e publicações em geral e de participação em debates nos meios universitários, na mídia e nos órgãos de assessoria técnica dos partidos políticos.

Na realidade, a ação política desenvolvida pelos *think tanks* pode ser interpretada como parte de uma “guerra de posição”. Gramsci diferenciou duas formas de luta política: a “guerra de manobra”, que ocorre quando as partes em oposição se enfrentam diretamente, em eleições ou em outros confrontos, e a “guerra de posição”, que ocorre na medida em que os atores políticos desenvolvem as suas posições ideológicas, condição essencial para a vitória na guerra de posição (Stefancic; Delgado, 1996). Recentemente, vários autores têm demonstrado como os conservadores norte-americanos conduziram uma guerra de posição muito bem-sucedida nos últimos 30 anos, através da ação de uma rede de *think tanks* financiados por doações generosas de fundações mantidas pelas grandes empresas (Domhoff, 1979; Davis, 1981; Nash, 1996; Stefancic; Delgado, 1996; Usseem, 1979; Vogel, 1983; Weiss, 1992). Nesse processo, os

conservadores conseguiram não só garantir a vitória de Reagan, como definir políticas públicas conservadoras nas áreas de educação, previdência social, direito das minorias étnicas, etc. O mesmo ocorreu na Inglaterra, com a vitória de Thatcher e o desmonte do Estado de Bem-Estar Social (Cockett, 1995; Denham, 1996).

A vitória do pensamento conservador nos países do capitalismo avançado não ocorreu de repente, no final dos anos 70. Ela foi sendo gestada através de um longo processo de doutrinação ideológica em universidades, entidades empresariais e meios de comunicação, processo este que se desenvolveu paralelamente à realização de estudos e pesquisas para a formulação de políticas públicas restritivas ou conservadoras. Como pretendemos demonstrar neste estudo, esse pensamento conservador e essa forma de ação política vêm sendo desenvolvidas no Brasil, com as peculiaridades e as limitações concernentes ao contexto político em que se insere, pelos Institutos Liberais.

A relevância do debate sobre as idéias neoliberais e a ação política levada adiante por esse tipo de *think tank* se fundamentam no próprio processo histórico que vivemos. Perry Anderson (1995) afirma que, economicamente,

“(...) o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestatizadas como queria. Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonharam, disseminando a simples idéia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas. Provavelmente nenhuma sabedoria convencional conseguiu um predomínio tão abrangente desde o início do século como o neoliberal hoje. Este fenômeno chama-se de hegemonia, ainda que, naturalmente, milhões de pessoas não acreditem em suas receitas e resistam a seus regimes” (Anderson, 1995, p. 23).

A envergadura do tema proposto não nos afasta dos objetivos limitados que nosso trabalho persegue, sobre a emergência de um sujeito específico no panorama político brasileiro: a rede de Institutos Liberais como centros de difusão ideológica, forma peculiar de organização da burguesia para a defesa de seus interesses a longo prazo, que toma como eixo central a ideologia.

Interessa-nos desvendar o quanto se aproximam e se distanciam das formas de ação anteriores de uma burguesia como a brasileira, em cuja trajetória a inserção direta no Estado teve grande relevância. Por que surgem no final da

ditadura e não durante sua vigência? O quanto o seu surgimento se deve às novas condições econômicas, sociais e políticas da abertura? Levando em consideração a tradição de inserção corporativista da burguesia no Estado, que lugar e que possibilidades tem a ação de uma rede de Institutos Liberais quanto à gestação de uma possível hegemonia burguesa?

O desenvolvimento da pesquisa levou em consideração algumas dimensões, apresentadas a seguir em forma de afirmações ou hipóteses.

- Os Institutos Liberais surgem no cenário nacional como uma organização com forte influência de modelos externos e como estratégia dos setores de capital mais concentrados e vinculados aos capitais financeiros nacional e internacional, com o objetivo de difundir seus valores entre a burguesia e na sociedade em geral.

- A inspiração externa dos Institutos Liberais é o movimento neoliberal internacional, que se insere na articulação das forças conservadoras no mundo a partir dos anos 70 e 80. A doutrina desse movimento se fundamenta na Escola Austríaca de Economia, que defende um liberalismo ultraconservador, muito distante das formulações do liberalismo clássico.

- Dada a forte relação entre a burguesia e o Estado ao longo de toda a história do capitalismo brasileiro, assim como a sua adesão tardia à saída pactuada da ordem autoritária, é possível perceber que a ideologia liberal que a burguesia adota é a sua vertente mais conservadora, o que demonstra certa continuidade com as ideologias burguesas históricas do País, nas quais os traços autoritários e conservadores predominaram sobre os progressistas e democratizantes.

Essas são inquietações que se relacionam com o trabalho e que talvez, de forma mais modesta, nosso programa de pesquisa tenta responder formulando questões objetivas: que temas e valores os Institutos Liberais querem difundir no seu projeto de hegemonia ideológica? Quais os mecanismos e estratégias utilizados para fazer essa difusão? Quais as principais propostas dos Institutos Liberais? Com essa perspectiva, o encaminhamento da solução dessas questões orienta-se pela proposta de Sebastião Cruz (1998), que sugere abordar a questão do neoliberalismo seguindo uma ordem de análise que parte da exposição da doutrina neoliberal para compreender o seu movimento e chegar à análise do projeto neoliberal. Por essa razão, os núcleos fundamentais da pesquisa são apresentados nessa mesma ordem.

Partindo do reconhecimento das raízes internacionais do neoliberalismo, pareceu-nos imprescindível começar, no Capítulo 1, por uma configuração do contexto histórico em que se deu a conversão das direitas à ideologia neoliberal e seu triunfo, no início dos anos 80, na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, de onde se expandiu para o mundo. Fez-se necessário realizar uma incursão pela

América Latina, sobretudo pelo Chile, primeiro laboratório de experimentação neoliberal na América e exemplo futuro para outros projetos. Por isso, o relativo detalhamento com que nos dedicamos à experiência chilena, pelo interesse que encerra enquanto referência para medir a originalidade das propostas brasileiras enquadradas dentro da ideologia neoliberal. No Capítulo 1, tentamos ainda explicar a recepção tardia do neoliberalismo no Brasil, a partir da análise da conjuntura brasileira de saída da ditadura, na qual se criaram as condições para a emergência de um projeto de hegemonia ideológica do neoliberalismo, dentre outras propostas.

Foi necessário, então, apreender quais os principais elementos que compõem a doutrina neoliberal, tal como aparece configurada no cenário europeu dos anos 30, com a Escola Austríaca de Economia e seus principais expoentes, Ludwig Von Mises e Friederich Hayek. No Capítulo 2, fazemos uma incursão pelos conceitos centrais da teoria neoliberal: a desigualdade natural entre os homens, a sociedade como mercado e a política como Estado mínimo. Nos anos 80, o neoliberalismo dominante no cenário internacional já havia incorporado ao aporte clássico de Hayek os desenvolvimentos da escola norte-americana de Chicago, com as políticas estabilizadoras monetaristas de Milton Friedman, economista que teve grande influência sobre as jovens gerações de economistas no continente latino-americano.

No Capítulo 3, reconstituímos como essa doutrina neoliberal foi divulgada através de um movimento ideológico internacional que se iniciou nos anos 30, na Europa, que tem na Sociedade Mont Pelerin seu máximo órgão de expressão e que conta com a atividade de uma série de personalidades que atuam dentro de uma rede de *think tanks* especializados na defesa do liberalismo em todo o mundo. Esse movimento teve enorme importância para a consolidação da nova direita na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos a partir dos anos 70, para as vitórias de Thatcher e Reagan e, também, para a montagem de seus programas e equipes de governo. São essas personalidades e organizações que inspiram e orientam o trabalho dos Institutos Liberais no Brasil.

Os capítulos que descrevem o contexto histórico em que ocorreu a consolidação do neoliberalismo, os preceitos teóricos que o fundamentam e a campanha ideológica empreendida por seus defensores nas últimas décadas constituem-se nos conhecimentos necessários para entrar no núcleo empírico da tese. No Capítulo 4, apresentamos a ação e o ideário da rede de Institutos Liberais no Brasil, que empreendem com fervor proselitista a difusão do neoliberalismo como fundamento de uma nova ordem mundial baseada nas regras do mercado. Inicialmente, analisamos os componentes teóricos do neoliberalismo contidos na Declaração de Princípios dos Institutos Liberais. A seguir, reconstituímos as estratégias de ação e difusão doutrinária, buscando

captar os mecanismos de funcionamento, os tipos de atividades que desenvolvem e os públicos selecionados para a difusão ideológica, bem como as forças sociais e econômicas que estão nos bastidores do projeto. Essas forças se materializam através das grandes empresas que patrocinam os Institutos, dos colaboradores internacionais e dos intelectuais brasileiros envolvidos com o projeto neoliberal através dos Institutos Liberais. Foram utilizadas como fonte de informações as publicações dos Institutos Liberais, que compreendem livros, jornais, revistas e folhetos distribuídos em forma de mala-direta: revista **Think Tank** (Instituto Liberal de São Paulo (IL-SP)); jornais **Idéia Liberal** (IL-SP), **Informe Liberal** (IL-SP) e **IL Notícias** (Instituto Liberal do Rio de Janeiro (IL-RJ)); série **Notas — Avaliação de Projetos de Lei** (RJ); série **Políticas Alternativas** (RJ); série **Conferências do Instituto Liberal**; mala-direta **Idéias Liberais** (IL-SP); outros documentos e livros publicados pelos institutos, bem como livros de autores liberais publicados por outras editoras, mas amplamente divulgados pelo Instituto Liberal.¹

Como a essência de um *think tank* neoliberal é dada também pelos diagnósticos que realizam sobre os problemas econômicos e sociais e pelas propostas de soluções que formulam, sempre baseadas na hegemonia do mercado, no Capítulo 5 analisamos algumas propostas de políticas públicas formuladas pelos Institutos Liberais, em especial aquelas que se referem à regulamentação da ordem política vigente, notadamente a Constituição de 1988, a legislação trabalhista e as funções sociais do Estado: previdência, saúde e educação. As soluções propostas pelos Institutos Liberais, como veremos, reproduzem, fundamentalmente, o credo neoliberal: uma constituição que propõe uma democracia limitada, para defender a burguesia da “veleidade das massas”, a liberalização total das relações trabalhistas, a serem negociadas no “livre jogo” do mercado, e a privatização das funções sociais do Estado mais necessárias para o saneamento das desigualdades sociais de um país com as características do Brasil — a previdência, a saúde e a educação.

¹ A investigação empírica detalhada sobre as atividades promovidas pelo Instituto Liberal cobriu o período que se inicia com a fundação do primeiro Instituto Liberal em 1983, pouco antes da instauração da Nova República (1985), e chega até 1997. O período é muito grande, mas justifica-se pela própria natureza do objeto de estudo. O ideário, as propostas e as ações do Instituto Liberal não podem ser analisadas em períodos muito curtos ou em comparação direta com os acontecimentos conjunturais, uma vez que o objetivo declarado dos Institutos Liberais é desenvolver uma ação de longo prazo.

1 - CONTEXTO HISTÓRICO DE SURGIMENTO DO NEOLIBERALISMO NOS ANOS 70

A ideologia neoliberal constituiu-se em fundamento de políticas públicas e configurou-se como ideologia hegemônica no Ocidente a partir do final dos anos 70 e, sobretudo, durante os 80. Contudo suas bases doutrinárias já estavam colocadas desde as primeiras décadas do século XX, e Hayek e outras grandes figuras da ideologia neoliberal já realizavam reuniões internacionais da Sociedade Mont Pelerin¹ desde 1947. Na realidade, desde as primeiras décadas deste século, os economistas austríacos Mises e Hayek já haviam identificado o intervencionismo de Estado, o New Deal norte-americano, o planejamento econômico inspirado em Keynes e os grupos organizados — o movimento trabalhador principalmente — como inimigos públicos do capitalismo, da ordem de mercado e da liberdade individual. Cabe indagar, então, por que seu programa ideológico e prático teve que esperar quatro décadas para começar a ser aplicado? Este capítulo tenta responder a essa questão.

Inicialmente, tratamos de identificar os fatores que provocaram a mudança da política econômica nos anos 70. Nessa década, verifica-se a reversão das tendências que, desde a crise de 1930, haviam inspirado políticas de corte keynesiano — ênfase no investimento público, no combate ao desemprego e na integração da classe operária — e que, em alguns países, deram origem ao Estado de Bem-Estar Social. Em seguida, tratamos da mesma questão localizando-a na América Latina — que ostenta o Chile como caso pioneiro na experimentação neoliberal. Finalmente, concentramo-nos no Brasil, que apresenta características singulares frente a outras situações históricas, enquanto cenário capaz de absorver aquela ideologia e convertê-la em fundamento de políticas.

¹ A história da Sociedade Mont Pelerin, de seus ideólogos e de outros intelectuais e organizações que configuram um verdadeiro movimento ideológico neoliberal internacional é tratada no Capítulo 3.

1.1 - O contexto internacional

1.1.1 - Crise econômica e reação conservadora no Ocidente

A ascensão do conservadorismo ao poder nos países de capitalismo avançado a partir do final dos anos 70 é quase consensualmente vinculada ao fim da onda de crescimento e prosperidade capitalista das décadas de 50 e 60. Mas, dessa vez, o conservadorismo apresenta-se com uma roupagem atualizada, a do neoliberalismo.

Anderson (1995) define o neoliberalismo como um fenômeno distinto do liberalismo do século passado, que se inicia após a II Guerra, nas regiões capitalistas da Europa e na América do Norte. Tem como texto de origem o **Caminho da Servidão**, de Friederich Hayek (1944), uma crítica teórica e política ao Estado intervencionista e de bem-estar da Inglaterra e de outros países europeus. Com a criação da Sociedade Mont Pelerin em 1947, Hayek reuniu os esforços de célebres adversários do Estado de Bem-Estar europeu, assim como do New Deal norte-americano, para combater o keynesianismo e o solidarismo então dominantes. Segundo os liberais, a regulação social e o igualitarismo promovidos pelo Estado de Bem-Estar Social ameaçavam a prosperidade de todos ao destruir a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência.

A abertura de um novo espaço para o neoliberalismo coincidiu com o início de uma crise econômica, que, de acordo com algumas análises, marcou o fim de uma etapa do desenvolvimento capitalista e o começo de outra (Therborn, 1995). A crise econômica que eclodiu nos anos 70 pôs em questão o crescimento capitalista nos moldes que se estabeleceram após a II Guerra, resumidos quase simbolicamente na “ordem de Bretton Woods”, que instituiu o dólar como padrão monetário internacional, criou o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional.²

² A conferência de Bretton Woods, realizada em 1944, reuniu 44 países para discutir os problemas monetários e financeiros e estabelecer o “liberalismo global” que deveria reger a nova ordem econômica mundial que surgiria no pós-guerra, sob a liderança dos Estados Unidos. O acordo de Bretton Woods definiu como preceitos gerais da nova ordem: “(...) a promoção do livre comércio, a estabilização macroeconômica e as reformas estruturais” (Borón, 1995, p. 92). Para gerir o sistema, foram criados o Banco Mundial em 1945, o Fundo Monetário Internacional em 1946 e, em 1947, o acordo General Agreement on Trade and Tariffs (GATT).

A tendência expansionista da economia internacional, que se refletia em altos índices de crescimento médio anual da renda e do comércio mundial até o final dos anos 60, reverteu-se no início da década de 70. Os primeiros sinais partiram da crise do dólar nos Estados Unidos, em 1972, e desdobraram-se com a elevação significativa do preço do petróleo em 1973 e, depois, com o segundo choque do petróleo em 1989. O esgotamento do padrão de crescimento veio associado a uma crise monetário-financeira internacional (Cano, 1989, p. 5). Frente à gravidade da crise e à imposição da política fiscal e monetária norte-americana, orientada pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional, os países desenvolvidos efetuaram profundos ajustes macroeconômicos, que resultariam em agravamento das tensões sociais e do desemprego.

Abriu-se, assim, nos anos 70, uma década marcada por elevada taxa de inflação mundial, sobressaltos devidos às variações nos preços externos, queda do crescimento e do emprego nos países industrializados e aumento da instabilidade da balança de pagamentos (Foxley, 1988, p. 40). A combinação de baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação, a recessão e o desemprego resultantes desafiavam o elenco de medidas até então empregadas pelos países industrializados para enfrentá-las. Iniciou-se o período de fortes tendências protecionistas nos países centrais, que viriam a afetar as economias exportadoras como as da América Latina.

A partir da crise da economia capitalista dos anos 70, as idéias neoliberais começaram a ganhar terreno (Anderson, 1995, p. 10). Segundo Hayek e seus colegas liberais, a crise era consequência do excessivo poder do movimento operário, pois as reivindicações salariais e de gastos sociais feitas pelos sindicatos haviam comprometido a acumulação capitalista. A solução, para os liberais, estava em medidas como a estabilidade monetária, a diminuição dos gastos sociais e a restauração da taxa de desemprego para quebrar o poder dos sindicatos. Como se vê, a reação conservadora vem envolvida numa aliança simbiótica com o pacote ideológico neoliberal e suas propostas econômicas, sociais e políticas para enfrentar a crise.

Os governos centrais do Ocidente levaram quase uma década tentando, ainda, solucionar a crise com as medidas keynesianas habituais, como, por exemplo, os ensaios dos países da OCDE na Europa. Entretanto as tensões sociais crescentes e a proliferação de conflitos trabalhistas nos países de capitalismo avançado abalavam a legitimidade dos governos e preparavam a mudança dos partidos no poder, tirando de cena os liberais reformistas, os trabalhistas e os conservadores de velho estilo. A profundidade da crise manifestou-se não apenas na mudança dos grupos partidários governantes, mas também em verdadeiras crises internas dos partidos, que sofreram transformações profundas. É o caso, por exemplo, do Partido Conservador britânico, cenário de uma

luta interna que terminou com a sua conversão ao ideário neoliberal e com o triunfo da corrente de Margaret Thatcher, cuja vitória eleitoral em 1979 possibilitou a primeira ascensão de um grupo neoliberal ao poder nos países de capitalismo avançado.

Desde o final da II Guerra, o Partido Trabalhista inglês implantou o sistema de Estado providencialista, de inspiração keynesiana, e a política redistributivista proposta no Relatório Beveridge, de 1942, que tratou da situação da previdência social (Cockett, 1995, p. 58). Entre 1970 e 1979, sucederam-se, na Inglaterra, um governo conservador (Heath) e outro trabalhista (Callaghan), e nenhum deles conseguiu ter sucesso nas políticas adotadas para deter a inflação e produzir a retomada do crescimento. Algumas tentativas de convencer os membros do Partido Conservador a adotarem programas de privatização tinham sido feitas desde 1970, com a publicação do livro **A New Style of Government**, de David Howell, mas não foram bem-sucedidas. Na medida em que se aprofundava a crise no país, a luta não se dava mais entre conservadores e trabalhistas e sim dentro do Partido Conservador, entre conservadores convertidos ao neoliberalismo hayekiano e conservadores do velho estilo, sensíveis às políticas intervencionistas de corte keynesianos. No interior do Partido Conservador, formou-se, assim, um grupo com perfil muito definido, de inspiração neoliberal, que visualizava com clareza quem eram seus inimigos: o Partido Trabalhista e os grandes sindicatos a ele associados, o esquerdismo intelectual, o planejamento econômico, o protecionismo e o keynesianismo, hegemônicos desde a II Guerra.

Todo o movimento ideológico neoliberal, que vinha se desenvolvendo há várias décadas na Inglaterra, encontrou afinal a conjuntura política adequada para desabrochar. Nesse processo, teve enorme importância a “conversão” do conservadorismo inglês do partido que levou M. Thatcher ao poder. Para essa conversão, contribuíram os economistas, os intelectuais e os políticos liberais, que, apoiados nas críticas de Hayek à política reformista e distributivista de Keynes — coletivista para os liberais —, formaram um movimento intelectual que envolvia centros de pesquisa em universidades e vários *think tanks*, como, por exemplo, o Institute of Economic Affairs. Esses *think tanks* desenvolviam intensa política de divulgação de textos de teoria liberal, de crítica às políticas adotadas pelo governo e de formulação de projetos de políticas de cunho liberal e tinham estreitas vinculações com membros do Partido Conservador. Três anos antes do triunfo de Thatcher, em 1976, o historiador britânico Robert Blake escreveu: *“There is a wind of change in Britain and much of the democratic world — and it comes from the right, not the left”* (apud Cockett, 1995, p. 217). Em 1979, a vitória eleitoral de M. Thatcher consagrou o triunfo do neoliberalismo na Inglaterra — precedido por sua vitória no interior do Partido Conservador — e anunciou uma nova era na trajetória política do Ocidente.

A Guerra das Malvinas, em 1982, aumentou a popularidade de Thatcher e deu-lhe a vitória para um segundo mandato, agora com o apoio de Reagan nos Estados Unidos e um programa bem estruturado, o Omega Project³, que definia a aplicação de reformas orientadas para o mercado em todos os aspectos da política governamental: da defesa à política habitacional, de comunicações, tributária, etc. (Cockett, 1995, p. 305). Nessa etapa, Thatcher aprofundou o processo de privatizações e empreendeu a campanha contra o funcionalismo público, introduzindo a proibição de greves nos serviços essenciais do Estado. A vitória de Thatcher desdobrou-se na eleição de seu sucessor, John Major, fiel seguidor das transformações introduzidas por ela.

O modelo neoliberal implantado na Inglaterra foi, segundo Perry Anderson, “o pioneiro e o mais puro” (1995, p. 12). Aplicou todo o pacote de medidas estabilizadoras propugnadas pelo monetarismo (diminuição da emissão monetária, altas taxas de juros, decréscimo de impostos sobre ganhos elevados, eliminação de controles financeiros); foi duro com os movimentos grevistas, criou uma nova legislação antissindical, diminuiu os gastos sociais e elevou substancialmente o nível de desemprego; e, por fim, lançou um drástico programa de privatizações, que começou na habitação pública e atingiu as indústrias básicas, como a eletricidade, o petróleo, o aço, o gás e a água. O orçamento de 1981 ficou famoso, porque, em plena recessão, conseguiu diminuir o gasto e aumentar a arrecadação, invertendo a lógica keynesiana.

Sem dúvida, o radicalismo do projeto neoliberal inglês deveu-se aos desafios que devia enfrentar: um movimento sindical de grande tradição histórica e uma oposição trabalhista que constituía a única alternativa certa ao Partido Conservador. Ainda que a crise econômica também tenha se feito sentir nos EUA desde o início dos anos 70, com a flutuação do dólar e a tendência à queda da lucratividade, a situação que lá se apresentava era bastante diferente, pois nunca havia se desenvolvido um Estado de Bem-Estar pleno, e o movimento trabalhador não tinha o viés classista do britânico (Anderson, 1995, p. 12). Em compensação, o movimento conservador norte-americano — do qual os liberais representavam uma das vertentes — tinha como inimigos principais a ameaça comunista, durante a Guerra Fria; o avanço dos movimentos radicais nos anos

³ O Omega Project, baseado no Mandate for a Leadership que a Heritage Foundation havia preparado para a campanha eleitoral republicana nos Estados Unidos, foi elaborado pelo Adam Smith Institute, um dos *think tanks* responsáveis pelo fortalecimento do neoliberalismo na Inglaterra (ver Capítulo 3).

60: estudantes universitários, consumidores, ecologistas, minorias culturais, negros, mulheres e grupos de contracultura; e o aumento da intervenção governamental sobre as atividades econômicas nos anos 70.

A conjuntura de efervescência política dos anos 60 impulsionou o renascimento do ativismo de direita e a organização e a mobilização política da Nova Direita norte-americana, que teve importância vital para a vitória de Reagan. Pode-se tomar como seu episódio inaugural a campanha do Senador Goldwater para a presidência, em 1964. Ainda que fracassada, a campanha de Goldwater representou uma mudança na estratégia política dos conservadores, que lhes permitiu ultrapassar os limites da atividade partidária e chegar até o cidadão comum. Isso foi possível porque o grupo de Goldwater era constituído de ativistas de classe média, universitários — Milton Friedman foi conselheiro econômico da campanha (Nash, 1996, p. 273) —, com compromisso maior com uma agenda política de direita do que com o Partido Republicano, e que conseguiram grande autonomia financeira através do uso sistemático de malas diretas para angariar fundos (Davis, 1981, p. 36). Nos anos 70, a partir das mudanças implementadas na legislação sobre financiamento de campanhas eleitorais, que permitiram angariar fundos de indivíduos e de empresas através de Political Action Committees (PACs), esses grupos mais à direita dentro do Partido Republicano, com a experiência acumulada com Goldwater, tornaram-se muito ativos, mantendo e sustentando atividades que exaltavam o conservadorismo social, o racismo e o patriotismo, como as campanhas sobre questões específicas, os *single issue movements* contra o aborto, os *gays*, o controle de armas, etc.

Um exemplo detalhado de alguns desses *single issue movements* é dado por Stefancic e Delgado (1996), no livro em que demonstram como diferentes frações do movimento conservador norte-americano conduziram uma bem-sucedida “guerra de posição” desde o final dos anos 60 que conseguiu mudar a agenda social norte-americana em direção a soluções conservadoras. Ao longo das três últimas décadas, através da utilização de todas as novas formas de mobilização política dos cidadãos comuns, os conservadores desenvolveram ações que podem ser resumidas em sete campanhas principais, quase todas iniciadas em nível regional, no berço da Nova Direita norte-americana (a Califórnia), e depois transformadas em campanhas nacionais. Essas mobilizações visavam reverter uma série de leis sociais de proteção às minorias étnicas, aos imigrantes,

aos pobres e aos consumidores, cuja aprovação refletia a atividade dos movimentos sociais dos anos 60 e que abalavam a América branca, protestante e individualista.⁴

A contribuição dos empresários e das grandes corporações norte-americanas na mobilização conservadora também não foi pequena. Eles mantiveram uma consistente ideologia de repúdio ao governo nos últimos 150 anos, defendendo a supremacia da auto-regulação do mercado e o darwinismo social (Vogel, 1978, p. 46). A expansão da regulação econômica nos anos 70, em especial sobre as questões ambientais, de emprego, saúde e previdência, provocou um incremento na mobilização política entre o empresariado norte-americano, através do aumento de sua participação em organismos de aconselhamento ao governo em Washington, em entidades empresariais, como a Business Roundtable⁵, e no financiamento das campanhas políticas (Usseem, 1983, p. 290-295).

No meio intelectual, havia três grandes correntes conservadoras que, desde os anos 40, influenciavam a sociedade americana. Os liberais, liderados por Hayek e Mises nos anos 40 e 50 nas universidades de Chicago e Nova Iorque, conseguiram formar uma rede de instituições, publicações especializadas e

⁴ As sete campanhas foram: (a) o inglês como idioma oficial, para reverter a lei que permitiu a utilização do espanhol em escolas, departamentos governamentais, etc.; (b) a reforma das leis de imigração, para impedir o atendimento médico ou a matrícula escolar para os imigrantes ilegais; (c) a discussão sobre raça e eugenia (que já se fazia em determinados círculos conservadores desde o início do século) que defendia a superioridade da raça branca como justificativa para pressionar os legisladores a acabar com as leis referentes ao Estado de Bem-Estar, em especial aquelas de proteção às minorias étnicas e aos imigrantes; (d) a supressão da lei de proteção aos afro-americanos (que previa a obrigatoriedade de admissão de um percentual de negros nos serviços públicos e nas escolas), porque estaria sendo aproveitada abusivamente por imigrantes ilegais e também porque estigmatizaria os negros norte-americanos; (e) o ataque ao Welfare State, com o argumento de que os gastos com a proteção aos pobres eram demasiadamente onerosos para o país e que, na realidade, os pobres deveriam ser encarados como desviantes que não se adequavam ao estilo norte-americano de vida; (f) a luta contra as leis de proteção aos consumidores e pacientes afetados ou fisicamente incapacitados por produtos defeituosos ou negligência médica; (g) a "guerra no *campus*", ou seja, a doutrinação conservadora das "futuras elites", os estudantes dos *campus* universitários, através de cursos, treinamento para lideranças, financiamento de jornais estudantis conservadores, etc. (Stefancic; Delgado, 1996).

⁵ A Business Roundtable foi criada pelas maiores corporações norte-americanas em 1973, para funcionar como um *lobby* utilizado para atuar diretamente sobre os congressistas em Washington, para inibir a aprovação de leis consideradas prejudiciais aos interesses da comunidade de negócios norte-americana. Também funciona como um conselho empresarial de alto nível, pois consegue reunir-se privadamente com o Presidente dos Estados Unidos (Domhoff, 1979, p. 70-81).

periódicos que tiveram grande influência no meio universitário e que foi enormemente ampliada com o aporte monetarista de Milton Friedman e da Escola de Chicago. Os tradicionalistas debatiam-se contra a sociedade de massas e o individualismo, afirmando que o declínio do Ocidente se devia ao racionalismo e ao relativismo. Sua concepção foi sintetizada no livro **Ideas Have Consequences**, de Richard Weaver, publicado em 1948. Os anticomunistas, que se constituíam na terceira corrente, juntamente com a Guerra Fria foram decisivos para a formação da Direita norte-americana no pós II Guerra. Extremamente belicistas, suas organizações combatiam a ameaça externa, defendendo a intervenção Direta norte-americana e, internamente, apoiando as atividades dos comitês de investigação sobre a influência comunista do período macartista (Nash, 1996).

Nos anos 70 e 80, surgiram duas novas tendências na Direita norte-americana: os neoconservadores, antigos liberais ou social-democratas convertidos, que reagiam ao ativismo social-liberal dos anos 60, e a direita religiosa, constituída menos de intelectuais e mais de um movimento oriundo das comunidades de cidadãos protestantes fundamentalistas⁶, evangélicos e pentecostais, revoltados com a decadência moral da sociedade norte-americana e preocupados com temas sociais, como aborto, religião nas escolas, pornografia, drogas, crime, desvio sexual, etc.

Todas essas correntes da Direita norte-americana vieram a se aglutinar na campanha republicana que culminou com a vitória de Reagan em 1980. Elas se unificavam em torno de um credo conservador que era comum a todas as tendências e que forneceu o reforço ideológico e o apoio político e financeiro ao Partido Republicano de Reagan: defesa da propriedade privada e da liberdade de empresa; combate ao comunismo e ao socialismo; defesa de uma forte presença dos Estados Unidos no mundo, baseada na sua superioridade na América e no Ocidente; crença no cristianismo ou no judaísmo; valores baseados na moral tradicional; e hostilidade ao positivismo e ao relativismo (Nash, 1996, p. 324). Nas últimas décadas, esses grupos desenvolveram e financiaram diferentes atividades políticas, como a publicação de revistas conservadoras de circulação nacional e de periódicos conservadores de estudantes, e o estabelecimento de redes de meios de comunicação, fundações, centros de pesquisa,

⁶ “O fundamentalismo religioso teve enorme renascimento nos Estados Unidos nas últimas décadas: enquanto as Igrejas Protestantes perderam muitos membros, cresceram enormemente a Igreja Batista e as ultraconservadoras ‘Igrejas eletrônicas’, que dominam muitas estações de televisão e rádio por todo o país e declaram atingir uma audiência de quase cem milhões de pessoas. Todos os candidatos conservadores à Presidência, nas últimas décadas, declaram-se cristãos e recebem grandes contribuições financeiras das Igrejas fundamentalistas (tradução da autora).” (Davis, 1981, p. 38).

grupos intelectuais na área de direito, em todo o país, e *think tanks* de defesa do livre-mercado e de formulação de projetos de políticas públicas. O mais famoso deles talvez seja a Heritage Foundation, que se tornou o centro da revolução reganiana (Nash, 1996) e preparou o **Mandate for a Leadership**, com as diretrizes para o programa de governo de Reagan.

O neoliberalismo aplicado por Reagan foi diferente daquele implantado por Thatcher, porque nos Estados Unidos não existia um Estado de Bem-Estar Social do tipo europeu. Ainda assim, Reagan reformou o sistema tributário a favor dos ricos, elevou a taxa de juros e se mostrou muito duro com os grevistas. Não obstante, em violação flagrante ao pressuposto neoliberal de manter a disciplina no orçamento público, foi levado por suas prioridades hegemônicas mundiais a uma corrida armamentista que comprometeu o orçamento do Estado (Anderson, 1995, p. 13).

Na verdade, Thatcher e Reagan foram apenas os pioneiros de uma Nova Direita que ascendeu ao poder no Ocidente, no final dos anos 70, impregnada pela ideologia e pelo projeto neoliberal. No norte da Europa, instalaram-se governos que aplicaram programas não tão radicais como os do mundo anglo-saxão: ainda que afinados com os ditames neoliberais no que se refere ao ajuste do gasto público, à disciplina orçamentária e à política fiscal, não puderam fazer grandes modificações no gasto social, por causa da força de suas organizações sindicais e porque a crise provocou uma taxa de desemprego muito superior à tradicional.

Mas o fenômeno mais curioso ocorreu no sul da Europa, região muito mais conservadora politicamente, onde uma série de “transições” da ditadura à democracia, na Espanha, em Portugal e na Grécia, elevaram ao governo líderes tradicionalmente vinculados à esquerda. “Todos se apresentavam como uma alternativa progressista, baseada em movimentos operários ou populares, contrastando com a linha reacionária dos governos de Reagan, Thatcher, Kohl e outros do norte da Europa.” (Anderson, 1995, p. 13). Contudo, nesses países, ocorreram dois fenômenos que, por caminhos diferentes, terminaram por conduzir à hegemonia das políticas neoliberais. Governos como o de Mitterrand na França e de Papandreu na Grécia tentaram enfrentar a crise com medidas redistributivas e de reativação do setor produtivo, mas foram forçados, posteriormente, pela pressão dos mercados financeiros internacionais, a reorientar suas políticas na direção neoliberal. Por outro lado, governos de ascendência socialista, como o de Felipe González na Espanha, desde o início, mostraram-se propensos a aplicar o pacote monetarista e as reformas estruturais que o neoliberalismo propunha. Esse “desvio” voluntário deu seus melhores frutos fora da Europa, na Austrália e na Nova Zelândia, onde governos trabalhistas aplicaram programas neoliberais mais radicais que os da própria Inglaterra.

Sem dúvida, apesar da sobrevivência de alguns casos resistentes (Suécia, Áustria), a aplicação de reformas liberais em todos esses países demonstra a hegemonia alcançada pelo liberalismo como ideologia. Entretanto Anderson (1995) considera que o seu sucesso como proposta econômica não foi tão completo. Por um lado, as reformas liberais cumpriram as promessas de diminuir a inflação, derrotar o movimento sindical, aumentar a taxa de lucro e incrementar o desemprego e a desigualdade salarial, consideradas condições indispensáveis para a reativação econômica. Mas esta não aconteceu. Não houve aumento da taxa de crescimento nos países da OCDE, e, sem dúvida, isso se deve a que o investimento produtivo foi superado por investimentos meramente especulativos, facilitados pela abertura dos mercados financeiros. Também não se notou um decréscimo significativo nos gastos de Estado, apesar das medidas para conter o gasto público. O aumento das despesas com os desempregados e os aposentados foi responsável pela manutenção do alto gasto social. A esse quadro se soma o problema das dívidas pública e privada, que cresceram notavelmente a partir de 1991, quando se iniciou novamente uma situação recessiva. “Atualmente, com a recessão dos primeiros anos da década de 90, todos os índices econômicos tornaram-se muito sombrios nos países da OCDE.” (Anderson, 1995, p. 16).

É surpreendente que, apesar desse fracasso econômico, não se desenvolveu uma reação generalizada contra o neoliberalismo. Pelo contrário, o projeto neoliberal continua a demonstrar enorme vitalidade (Anderson, 1995, p. 17). Na Europa, até a Suécia, que havia resistido ao avanço do neoliberalismo nos anos 80, assiste à vitória de uma frente de direita, à qual se somam Major, Berlusconi, Kohl e a sucessão direitista do socialismo na Espanha, todos unidos por programas que aprofundam a onda privatizadora. Mesmo nos Estados Unidos, a ascensão do Partido Democrata com Clinton trouxe a promessa de redução significativa do gasto público.

Uma das razões para essa vitalidade do projeto neoliberal está certamente no fato de que, nos anos 80, o desenvolvimento do capitalismo coloca em nível mundial a globalização do capital financeiro e que os interesses dos grandes grupos financeiros internacionais coincidem com a realização do programa neoliberal (Saes, 2001). Outra razão é aquela destacada por Anderson (1995): no momento em que os limites do neoliberalismo se tornavam óbvios no Ocidente pela crise econômica, a queda dos governos comunistas, entre 1989 e 1991, na Europa Oriental e na União Soviética, deu novo alento ao neoliberalismo enquanto ideologia e reafirmou sua hegemonia. Trata-se de uma vitória ideológica que abafa os ecos dos problemas econômicos.

O colapso do mundo comunista foi não só uma vitória do capitalismo, mas o triunfo de um tipo especial de capitalismo liderado por Reagan e Thatcher nos

anos 80. Os líderes do mundo ex-comunista da Europa do Leste foram seduzidos pela implementação de projetos inspirados nos clássicos do neoliberalismo (Hayek, Friedman). Os governantes dos novos países do Leste Europeu, como a Polônia, a Rússia e a Checoslováquia de Vaclav Klaus, têm implantado reformas liberais ainda mais radicais que os modelos capitalistas, munidos da intransigência dos recém-convertidos.⁷ O que permite a Anderson concluir que o “(...) dinamismo continuado do neoliberalismo como força ideológica em escala mundial está sustentado, em grande parte, hoje, por este ‘efeito de demonstração’ do mundo pós-soviético” (Anderson, 1995, p. 19). Não há nada que possa ser exibido com mais orgulho pelos ideólogos neoliberais do que esses triunfos no mundo ex-socialista, onde imperaram as economias planejadas.

1.1.2 - A expansão do neoliberalismo na América Latina

O neoliberalismo apareceu como um fenômeno novo na América Latina e sobretudo no Cone Sul a partir da década de 70. Foi aplicado pelos regimes autoritários da década — Chile (1973-89), Uruguai (1973-85) e Argentina (1976-83) — como uma combinação de enfoques monetaristas de estabilização econômica (de acordo com as teorias de M. Friedman e da Escola de Chicago) e de concepções neoliberais referentes à organização da economia e da sociedade (Foxley, 1988, p. 7). O projeto neoliberal visava instalar uma nova disciplina no corpo social, imprimindo ênfase nas políticas econômicas como remédio para as economias altamente inflacionárias e com elevados déficits na balança de pagamentos que esses regimes tinham herdado do período anterior.

Como se sabe, o enfoque monetarista de estabilização interpreta a inflação como um fenômeno basicamente monetário. Para superar os gargalos a que chegou a economia capitalista em seu processo de desenvolvimento após a II Guerra, os monetaristas propõem a aplicação de poucos instrumentos de política econômica: controle da oferta monetária e redução do déficit governa-

⁷ É ilustrativa a citação de um artigo de Vaclav Klaus na revista **The Economist**: “O sistema social da Europa Ocidental está demasiadamente amarrado por regras e pelo controle social excessivo. O Estado de Bem-Estar, com todas as suas transferências de pagamentos generosas desligadas de critérios, de esforços ou de méritos, destrói a moralidade básica do trabalho e o sentido de responsabilidade individual. Há excessiva proteção à burocracia. Deve-se dizer que a revolução thatcheriana, ou seja, antikeynesiana ou liberal, parou — numa avaliação positiva — no meio do caminho na Europa Ocidental e é preciso completá-la”. Citado por Anderson (1995, p. 18).

mental, desvalorização cambial, liberação de preços e eliminação dos subsídios (Foxley, 1988, p. 20). Trata-se de uma estratégia de curto prazo, que se opõe tanto ao diagnóstico quanto às medidas propostas pelo enfoque estruturalista, que pretende conseguir os mesmos efeitos através de mudanças estruturais de longo prazo que levariam a uma gradual redistribuição de renda: reforma agrária, mudanças no sistema tributário e intervenção do Estado em diferentes áreas da atividade econômica.

Portanto, antes de se apresentar como um sistema coerente de propostas capaz de configurar uma verdadeira concepção do mundo, o neoliberalismo, na América Latina, revelou-se sob sua face econômica. Sua implantação deu-se através dos enfoques estabilizadores monetaristas, associados às exigências dos organismos de crédito internacional, em especial o FMI.

“O ajuste ortodoxo adotado até a década de 1980 para os países subdesenvolvidos preconizava a redução das importações, dos investimentos, do consumo privado e do gasto público, para fazer frente aos compromissos com os credores internacionais. Para isso, eram normalmente utilizados os seguintes instrumentos: elevação de alguns impostos, corte drástico nas despesas públicas, elevação da taxa de juros, corte de crédito, restrição monetária e arrocho salarial. Com essa política de ajuste buscava-se reduzir o consumo e os investimentos internos (e grande parte das importações), visando ‘obter’ um excedente exportável de bens e serviços e um superávit na balança comercial. Com isso, os países criavam condições para pagar pelo menos parte dos juros e renegociar suas dívidas externas. Em muitos casos, como o Brasil, houve a ‘estatização’ de dívidas privadas e mergulhou-se na chamada ‘ciranda financeira’. (...) esses ajustes resultaram tão-somente na geração de saldos comerciais, ao passo que a inflação persistiu, a dívida cresceu, as contas públicas se agravaram, e a produção e o emprego tiveram resultados medíocres.” (Cano, 1998, p. 57).

As políticas estabilizadoras e ortodoxas dos anos 70, em comparação com medidas econômicas que foram adotadas nos anos 50 e 60, na América Latina, apresentam duas novidades, segundo Foxley (1988, p. 35): associaram as medidas de curto prazo para o controle da inflação a reformas estruturais e institucionais de longo prazo; e, sobretudo, foram aplicadas por governos autoritários que gozavam de incomparáveis recursos para obter o disciplinamento da força de trabalho, condição fundamental para o êxito do projeto neoliberal. Assim, os regimes autoritários dos anos 70 na América Latina evoluíram rapidamente para políticas ortodoxas. Foxley atribui esse fenômeno à combinação de diferentes fatores: desequilíbrios econômicos muito mais graves do que nas

décadas anteriores, uma crise política mais profunda e extensa, a gravidade da ameaça colocada pela aliança populista ou socialista e as mudanças ocorridas na economia internacional. Através das políticas ortodoxas de estabilização, esses regimes promoveram a redução do setor público, as privatizações, a abertura econômica e a reformulação da relação capital-trabalho, garantindo o desequilíbrio dessa relação em favor do capital (Foxley, 1988, p. 35-39). Em resumo, tratou-se de adotar políticas que conseguissem subordinar o comportamento dos agentes econômicos às forças do mercado e, no campo institucional, diminuir e descentralizar o papel do Estado.

Argentina e Chile foram os primeiros países a passar, nos anos 70, para a aplicação de versões ortodoxas drásticas das políticas de estabilização, agregando medidas de curto prazo a modificações estruturais de mais longo alcance. Os principais problemas econômicos eram o déficit na balança de pagamentos e a reduzida taxa de investimento. Para solucionar esses problemas sem a intervenção do Estado, segundo a ortodoxia neoliberal, era necessário *“(...) restablecer la confianza de la comunidad empresarial y la de los centros financieros internacionales, a fin de que ellos proporcionen los recursos necesarios para cubrir el déficit en cuenta comercial y elevar la inversión”* (Foxley, 1988, p. 37).

Esses objetivos só seriam alcançados se fossem respeitadas certas normas ou políticas consideradas “sadias” no âmbito internacional e definidas pela comunidade financeira internacional — o FMI, os grandes bancos privados internacionais e os grandes conglomerados empresariais. Essas regras consistem em:

“(...) la disminución de la tasa de crecimiento de la oferta monetaria, en la eliminación del déficit fiscal, en la devaluación de la moneda, en la liberalización de los precios, el impulso a las actividades privadas y la apertura de la economía al libre comercio. El restablecimiento de la confianza de los inversores externos exige, según este enfoque, que estas reglas sean aplicadas rigurosamente” (Foxley, 1988, p. 37).

A adoção desse projeto radical de transformação estrutural parece ter dependido da realização mais ou menos exitosa da estabilização inicial, que foi melhor sucedida no Chile do que na Argentina e no Uruguai, segundo Foxley (1988). Depois de alguns fracassos iniciais, o Chile conseguiu consolidar seus indicadores econômicos e encaminhar-se na direção das transformações de fundo, organizadas em torno de um programa drástico de privatizações dos serviços sociais e de empresas estatais e da abertura para o mercado externo. Dessa forma, o Chile veio a protagonizar a primeira experiência ortodoxa neoliberal do mundo durante a ditadura de Pinochet, estabelecendo os fundamentos da

nova ordem econômica entre 1975 e 1981. O neoliberalismo chileno antecipou-se, portanto, ao thatcherismo inglês, que, tendo iniciado em 1979, só se consolidou durante a década de 80.

Cabe salientarmos que os governos autoritários, frente à agudização do conflito social, incluíram em seu programa não só medidas para conseguir o restabelecimento dos equilíbrios econômicos, mas também para “disciplinar” os grupos organizados, para que aceitassem a nova racionalidade econômica. Foi a influência da variável política que definiu a radicalização das medidas econômicas, segundo Foxley (1988, p. 38). A radicalidade da resposta neoliberal foi proporcional ao grau de organização das forças sociais e de avanço das políticas de expropriação de ativos econômicos e de terras dos governos anteriores (as nacionalizações e a reforma agrária promovidos por Allende por exemplo). O caso chileno é o que melhor ilustra esse aspecto. A destruição das instituições de participação política que o regime democrático de Allende havia criado proporcionou, sobretudo, as condições de autonomia do Estado frente à sociedade civil, necessárias para o aprofundamento de reformas radicais.

Por outro lado, frente a uma situação internacional que, desde o início dos anos 70, se havia tornado instável e desfavorável, alguns países optaram por políticas mais prudentes, que incluíram a não-exposição aberta de suas economias ao contato externo (Brasil, Colômbia), enquanto outros, os do Cone Sul, se inclinaram para políticas ortodoxas e para a abertura de suas economias ao capital estrangeiro. Nesses países, tiveram grande influência a deterioração mais séria dos termos de troca (Chile) e o exemplo de outros países que haviam obtido êxito com a abertura externa na etapa anterior. Pensava-se que a aplicação drástica e, sobretudo, prolongada da receita ortodoxa, facilitada agora pelos regimes autoritários de direita nesses países, permitiria recobrar a saúde econômica (Foxley, 1988, p. 42).

No resto do continente latino-americano, o neoliberalismo só conseguiu triunfar nos anos 80, quando se implantaram as políticas inspiradas no programa neoliberal. A Bolívia inaugurou essa etapa com um programa de choque para deter a hiperinflação durante o governo de Banzer, em 1985 (Anderson, 1995, p. 21). O Presidente Salinas começou a conversão neoliberal do México em 1988 e capitalizou para isso a aproximação dos empresários da política, que vinha acontecendo há alguns anos. Com efeito, a crise econômica e a nacionalização dos bancos em 1982 provocaram um processo de politização dos empresários mexicanos, cuja mobilização política incluiu três formas principais de ação: de caráter econômico-administrativo, de caráter político e uma terceira,

“(...) derivada principalmente de la acción empresarial como movimiento de derecha, y que podríamos llamar de acción cívica, intenta consolidar desde la sociedad civil, un espacio de opinion pública, a través de

una más intensa intervención ideológico política y el fomento de múltiples y variadas organizaciones de carater sociopolítico (Luna; Millan; Tirado, 1985, p. 242).

Essa campanha de “ação cívica” era realizada através da divulgação de um discurso antiestatista nos meios de comunicação e nos círculos acadêmicos (Luna; Tirado, 1992; Loeza, 1989).

Menem, por sua vez, iniciou, em 1989, um programa neoliberal drástico, simultâneo à experiência de Carlos Andrés Pérez na Venezuela. Um ano depois, em 1990, a ascensão de Fujimori ao poder no Peru inaugurou, nesse país, o mesmo programa. De acordo com Anderson (1995, p. 21), trata-se de projetos assumidos quando esses líderes já estavam no poder, indo em direções muito diferentes de suas campanhas eleitorais, realizadas com base em programas de apelo populista, que logo foram abandonados.

Com exceção da Venezuela, onde distúrbios sociais frustraram a aplicação do programa neoliberal, os outros países levaram-no adiante através da acumulação de poder muito grande nos seus Executivos (México e Argentina) e, inclusive, de auto-golpes (Peru), condições necessárias para conter as repercussões sociais do desemprego, da abertura econômica e da desregulamentação que essas políticas provocaram. À coerção política mais ou menos aberta somou-se a coerção representada pela ameaça da hiperinflação (Bolívia, Argentina), capaz de induzir a aceitação de políticas essencialmente antipopulares como alternativa a situações piores, já vividas por esses países (Anderson, 1995, p. 22).

Por seu caráter pioneiro e a forma radical que assumiu o projeto neoliberal, o caso chileno merece uma atenção especial, sobretudo porque, em muitos aspectos, se converteu na referência obrigatória para outros movimentos neoliberais do mundo e, naturalmente, para o brasileiro.

1.1.3 - O caso chileno

O Chile foi o primeiro país latino-americano a lançar-se no caminho das reformas ortodoxas radicais, direcionando suas mudanças estruturais para o livre mercado e prosseguindo com um programa de reformas institucionais e políticas que converteram o país de Pinochet numa referência para os neoliberais do mundo. A partir da convergência de diversas vertentes da direita no regime militar chileno, a tendência neoliberal conseguiu afinal hegemonizar as demais e dar a tônica do projeto.

Essa hegemonia teve muito a ver com o acesso a postos de comando econômico de um grupo de economistas formados na Escola de Chicago, posteriormente identificados como “os Chicago *boys*”, a partir de um convênio com a Universidade Católica do Chile em 1955 (Moraes, 1996, p. 122). Retornados ao Chile, depois de manterem estreito contato com Milton Friedman, esses economistas formaram um *think tank* na Escola de Economia da Universidade Católica — o Centro de Estudios Públicos — e começaram a disseminação de suas idéias através de vários órgãos de imprensa, os mais importantes sendo o jornal **El Mercurio** e as revistas **Qué pasa** e **Ercilla**. Ainda durante o Governo Allende, estiveram vinculados à elaboração do programa do candidato presidencial Alessandri na campanha de 1970 e, a pedido de oficiais da marinha e de um forte núcleo empresarial, prepararam um documento de 300 páginas com o programa de substituição a ser aplicado logo que fosse dado o golpe (Vergara, 1985).

Junto aos “Chicago *boys*”, destacou-se a ação de um grupo de empresários que, desde 1967, rompeu com as posições estatizantes e adotou um programa nitidamente liberal, baseado na defesa radical dos interesses corporativos do empresariado, da propriedade privada e do antiintervencionismo estatal (Montero, 1990; 1992; Campero, 1990; 1992). Esse programa unificou o empresariado desde então, apesar de que a vantagem que se poderia tirar dessa unificação só viria a se realizar a partir do golpe, porque antes existiam limitações impostas pelos compromissos de um regime democrático cujo eleitorado se baseava, em grande medida, nos setores assalariados e de pequenos empresários. Nesse período, desenvolveu-se a construção de um discurso de legitimação social do empresário, do lucro e de seu papel no progresso da sociedade, parte importante da argumentação conservadora que difundiu uma explicação da realidade na qual a crítica ao estatismo e a valorização do mercado eram acompanhados por uma postulação elaborada acerca do papel que desempenhavam o empresário e a empresa privada como motores da vida social e econômica (Campero, 1988, p. 18).

As políticas estabilizadoras

Durante o regime autoritário chileno (1973-89), o núcleo das políticas implementadas abarcou uma ampla gama de reformas, que modificaram não só a economia, mas também a relação sociedade-Estado no Chile. As principais políticas econômicas adotadas foram: privatizações e abandono das funções reguladoras e desenvolvimentistas do Estado; liberalização do mercado no que se refere a preços e mercado de capitais; e abertura da economia para o capital

internacional. Não menos importantes foram as modificações no arcabouço institucional: reforma trabalhista, do sistema de previdência social, privatização da prestação de serviços sociais, descentralização administrativa e, sobretudo, a reforma política (Foxley, 1988, p. 45). Através da elaboração da nova Constituição, a reforma política alterou a institucionalidade e os processos de tomada de decisões no país, garantindo enorme poder legal de decisão ao Executivo.

O “experimento neoliberal” chileno, segundo Foxley (1988), pode ser comparado a uma escalada que se iniciou com a aplicação de medidas de estabilização de curto prazo, de inspiração monetarista “friedmaniana”. Do fracasso inicial das medidas de curto prazo para a obtenção do equilíbrio econômico, foi-se ascendendo para políticas mais radicais de transformação estrutural, que logo demandaram transformações institucionais, que levaram à elaboração de uma nova Constituição, para colocar as conquistas logradas a salvo da veleidade das massas. A seguir, descreveremos sinteticamente as principais fases dessa seqüência.

Entre 1973 e 1982, o regime autoritário chileno aplicou políticas de estabilização de curto prazo que incluíram: liberalização do mercado; contração da demanda; aprofundamento das reformas estruturais; política de redução de custos; abertura econômica com abolição de todas as restrições e regulações ao fluxo do capital estrangeiro, e aplicação de ajustes automáticos do mercado (Foxley, 1988, p. 45-63). O desenvolvimento chileno entre 1973 e 1982 ficou conhecido como “milagre econômico” nos meios internacionais. Com efeito, alguns indicadores poderiam autorizar essa conclusão. Entre 1978 e 1981, a economia chilena apresentou altas taxas de crescimento do PIB (Foxley, 1988, p. 46); a inflação reduziu-se significativamente; o déficit fiscal desapareceu; cresceram as exportações não tradicionais; e, até 1981, houve um aumento importante do ingresso líquido de capitais no país.

Entretanto outros aspectos da realidade econômica apresentam um quadro bastante diferente. Foxley (1988, p. 46-47) demonstra que o PIB *per capita* e a taxa de investimento sofreram queda acentuada no período 1974-82 e que a taxa de desemprego aumentou no mesmo período. A partir de 1981, o quadro negativo foi complementado com um forte endividamento externo; o desemprego alcançou 26% da PEA em 1982; e os salários reais e as aposentadorias chegaram aos seus níveis mais baixos nesse mesmo ano. Essas perdas não puderam ser compensadas pelo gasto público social, que também se reduziu drasticamente. Assim, em 1982/83, instalou-se a crise no Chile, que se estendeu da área produtiva à financeira (Foxley, 1988, p. 50-63).

As mudanças estruturais

O acompanhamento das políticas neoliberais através de seus objetivos de curto prazo e dos resultados obtidos não é suficiente para visualizar, em toda sua profundidade, as mudanças estruturais que foram acompanhando a aplicação cada vez mais ortodoxa do programa neoliberal no Chile. Esse programa provocou transformações radicais na economia, no Estado e nas suas relações com a sociedade, como decorrência, especialmente, da aplicação de três políticas estruturais de longo prazo: privatização da economia, abertura ao mercado internacional e mudanças na estrutura da produção e da distribuição da renda.

No que se refere à privatização, o Chile procedeu a uma mudança decisiva no posicionamento dos agentes econômicos: a interferência do Estado foi reduzida drasticamente, tanto em matéria de gasto público quanto de atividades produtivas (as 507 empresas públicas de 1973 ficaram reduzidas a 15 em 1980) e regulatórias; foi abandonada a promoção do desenvolvimento pelo Estado, que vinha acontecendo desde 1939, em especial nos governos de Frei (1964-70) e Allende; reverteu-se o processo de reforma agrária, com a devolução de terras a seus anteriores donos; e promoveu-se o avanço da gestão privada em esferas antes dependentes do Estado (Foxley, 1988, p. 63-73). O caso do aparato financeiro é notável, pela diminuição violenta de recursos depositados em instituições públicas e sua transferência para instituições privadas, entre 1970 e 1979. Foi fundamental para esta última mudança a implantação da reforma previdenciária, que transferiu para mãos privadas uma enorme quantidade de fundos de investimento.

As medidas de privatização foram acompanhadas de forte diminuição do contingente de pessoas empregadas no setor público, bem como dos salários do setor (Foxley, 1988, p. 65-67). No setor privado, a situação dos trabalhadores organizados também se deteriorou, porque os salários ficaram sob o controle do governo e sofreram enormes perdas reais, num contexto em que as greves e os contratos coletivos estavam proibidos. Só em 1979, um “plano trabalhista” estabeleceu a regulamentação das relações capital-trabalho, mas em condições de forte subordinação do setor trabalhador ao patronato, como se verá mais adiante.

Ainda que os fundamentos teóricos das reformas proclamassem o caráter neutro das medidas — já que o mercado é “um gerenciador imparcial de recursos” e se supõe que distribui eqüitativamente prêmios e castigos —, ficou evidente que o processo descrito transferiu enormes ativos econômicos para mãos privadas e, dentre estas, para os setores financeiros e produtivos de maior concentração de capital (Foxley, 1988, p. 78). Não só porque se encontravam em

condições vantajosas para aproveitar as privatizações, mas porque as próprias medidas estatais tiveram um viés marcadamente favorável ao grande capital (indenizações ao capital expropriado, vendas de ativos estatais subvalorizados, etc.).

Com respeito à abertura ao mercado internacional, em cinco anos (1974-78) as reformas estruturais aplicadas no Chile imprimiram uma redução drástica do imposto de importação, das restrições ao investimento e ao crédito externo, e da compra e venda de divisas (Foxley, 1988, p. 73). A liberalização provocou um aumento inicial das exportações, que se deteve em 1979; uma mudança na estrutura de importações, com aumento de bens de consumo; e uma franca deterioração do emprego industrial. Ademais, a crise de 1982 mostrou o aumento de sensibilidade do setor industrial ocasionado pela extrema abertura: enquanto o PIB total chileno caía 14%, o industrial apresentava uma deterioração de 22% naquele ano (Foxley, 1988, p. 81).

A estrutura produtiva também apresentou importantes modificações com as reformas neoliberais. Os setores primários aumentaram sua participação na produção total do Chile, mas diminuíram sua participação no emprego (Foxley, 1988, p. 82). O setor industrial teve reduzida sua participação no PIB total, enquanto o comércio e serviços apresentaram aumento de sua participação no período 1973-82.

No longo prazo, foram certamente os padrões distributivos da economia chilena que se viram mais alterados. No que se refere aos rendimentos individuais, a alteração mais significativa foi a diminuição pronunciada do salário real e a duplicação da taxa de desemprego de 1973 a 1982. Ambos os fatores tiveram um efeito fortemente regressivo sobre a distribuição da renda, que se manifestou, sobretudo, na estratificação do consumo, concentrando a demanda de bens nos segmentos de mais altas rendas. Por outro lado, houve uma enorme concentração do poder econômico nos grupos mais poderosos, sobretudo nos financeiros. Em 1982, apenas dois grupos controlavam 30% do capital e das reservas do total das instituições financeiras e 42% do crédito (Foxley, 1988, p. 88).

A facilidade de acesso ao crédito externo também favoreceu os grandes grupos econômicos. Como em outros países, a questão financeira não foi tratada apenas através da neutralidade do mercado. Segundo Foxley (1988, p. 91), as crises de 1982 e as medidas tomadas em 1983 demonstram que o Estado chileno abandonou o discurso não-intervencionista pelo menos para auxiliar o capital financeiro em dificuldades. O Banco Central do Chile apoiou financeiramente os maiores bancos privados que estavam em insolvência e haviam sofrido intervenção, garantindo, inclusive, as suas dívidas. Tudo isso põe em evidência o fato de que os anos de neoliberalismo no Chile operaram uma profunda trans-

ferência de recursos do Estado, atingindo desde a atividade produtiva interna até os grandes consórcios financeiros nacionais e internacionais.

Essa digressão sobre as mudanças de cunho neoliberal implementadas na política econômica chilena durante a ditadura de Pinochet serviu para ilustrar a idéia de escalada do “experimento neoliberal” de Foxley (1988): das medidas de estabilização de curto prazo de corte monetarista, a condução econômica foi evoluindo para políticas radicais de transformação estrutural, que culminaram na reforma completa do arcabouço institucional do país, como veremos a seguir.

As reformas institucionais: as “sete modernizações”

Em setembro de 1979, o General Pinochet anunciou ao país que considerava alcançadas as metas de “reconstrução nacional” e que o governo passaria à fase de “modernização nacional” (Foxley, 1988, p. 102). Ou seja, alcançada a maturidade econômica do experimento neoliberal no Chile, seus ideólogos identificaram a necessidade de que a “revolução no terreno econômico” se legitimasse perante a sociedade. Para isso, seria necessária a realização de duas tarefas. Uma delas era definir uma fórmula que permitisse reabsorver os setores marginalizados pelo modelo, em especial os trabalhadores. Esta seria a função de uma nova legislação trabalhista e de previdência social, elaborada de maneira a garantir uma forma de negociação coletiva que não se constituísse em ameaça ao sistema (Foxley, 1988, p. 98). A outra tarefa seria resolver a contradição básica do modelo: a convivência da liberdade econômica com o autoritarismo político. Aplicando a racionalidade da ciência econômica para as esferas social e política, baseadas na teoria da “escolha pública de Tullock e Buchanan” (Foxley, 1988, p. 99-102), os neoliberais decidiram que essa racionalidade justificava a exclusão dos mecanismos democráticos de decisão e elegeram a superioridade de uma autoridade central esclarecida sobre a opinião pública, nem sempre apta a fazer as escolhas mais racionais. Esta seria a essência das mudanças inseridas na nova Constituição, instituída em 1980.

Assim, as reformas institucionais talvez sejam as que melhor ilustram a escalada ideológica que se produziu no Chile a partir das políticas estabilizadoras centradas no mercado. Implementadas a partir de 1979, essas reformas ficaram conhecidas como as “sete modernizações” e referiam-se a mudanças radicais em sete áreas: política trabalhista, previdência social, educação, saúde, descentralização regional, agricultura e aparato judicial (Foxley, 1988, p. 102).

Foi no campo das modernizações nas áreas política e social que o núcleo tecnocrático do governo militar chileno alcançou seus maiores níveis em relação aos objetivos “revolucionários” do discurso, segundo Foxley (1988, p. 103). As

reformas institucionais visavam descentralizar as instituições públicas, transferir responsabilidades ao setor privado, eliminar todas as interferências no mercado e potencializar a liberdade de escolha dos indivíduos com relação aos serviços sociais básicos. Além disso, visavam liberar os indivíduos da influência e do controle indevidos exercidos pelos monopólios sindicais e de associações profissionais.

As reformas trabalhista e da previdência social são as que melhor refletem os objetivos do novo reformismo. A reforma trabalhista, implementada em 1979, visava incorporar os trabalhadores na negociação coletiva, que estava suspensa desde o golpe militar. Contudo essa incorporação seria feita em condições que garantiam as vantagens patronais na negociação trabalhista. Era admitida a existência de sindicato por empresa, inclusive mais de um, com livre filiação, mas proibidas as representações em segundo grau ou federações que agrupassem sindicatos de base. Os trabalhadores de serviços essenciais e públicos ficaram excluídos dos direitos sindicais. O direito de greve foi reconhecido, mas com severas restrições: as greves não podiam durar mais de 60 dias, e, após esse prazo, os trabalhadores podiam ser demitidos sem indenização. Além disso, após 30 dias de greve, a empresa poderia contratar trabalhadores temporários e, inclusive, decretar o fechamento da empresa. Tais reformas impostas à lei trabalhista resultaram na proliferação de sindicatos “livres” e no enfraquecimento do poder de barganha dos trabalhadores, garantindo, assim, que os sindicatos não conseguissem recuperar o poder que tinham antes do golpe de Estado. *“Se llega pues, al mismo tiempo, al libre funcionamiento de los mercados, a la descentralización y desarticulación del poder de las organizaciones de los trabajadores”* (Foxley, 1988, p. 104).

A reforma do sistema de previdência social em 1981 aboliu o critério de solidariedade e o substituiu pela poupança e capitalização individual. A contribuição é obrigatória, mas seu depósito em instituições de previdência pública não. Ao contrário, foi estimulada a opção por administradoras privadas, que, por sua vez, se converteram em investidoras dos fundos de pensão no mercado de capitais. A taxa de retorno para os trabalhadores depende, nesse contexto, da rentabilidade da instituição à qual estão filiados. Entretanto o Estado garante um mínimo anual que não é fixo, pois é dependente da rentabilidade média do setor financeiro (Foxley, 1988, p. 105). O mecanismo perverso dessa reforma está em transformar os trabalhadores em sócios indiretos da companhia de previdência para a qual contribuem, o que os transforma imediatamente em investidores interessados no sucesso do sistema financeiro e das administradoras dos fundos de pensão.

Outra consequência da privatização da previdência foi que, por essa reforma, as administradoras privadas de fundos de pensão passaram a controlar o destino de uma enorme soma de fundos de investimento a longo prazo, correspondente a 20% do PIB chileno. Ao fim de poucos meses de aplicação dessa reforma em 1981, os dois principais grupos econômicos chilenos controlavam 75% do total desses fundos (Foxley, 1988, p. 105). A explicação para essa concentração parece ser que, frente à instabilidade dos mercados financeiros, os trabalhadores optaram pelos conglomerados mais poderosos, presumindo maior segurança. Novo efeito perverso da reforma: os *“(...) asalariados se han transformado así en involuntarios agentes promotores del esquema de concentración de activos que caracteriza al experimento neoliberal”* (Foxley, 1988, p. 106).

No que se refere à saúde, à educação e à administração regional, as reformas orientaram-se pelos mesmos princípios de descentralização e transferência de recursos do governo central para o setor privado (Foxley, 1988, p. 107). Tratava-se de transferir responsabilidades às municipalidades e gerar um mercado privado para os serviços antes prestados pelo Estado. O Estado chileno só conservou a responsabilidade pela oferta de serviços mínimos aos segmentos sociais em situação de pobreza extrema. Os fundos para esses fins dependiam diretamente da Presidência da República, ou seja, estavam altamente centralizados.

O efeito mais notório dessas “modernizações” no Chile foi o deslocamento das demandas sociais da esfera política para a esfera do mercado. Cumpriu-se, assim, um dos objetivos do projeto político original do neoliberalismo, o de minimizar a importância da política e da ação coletiva organizada, atomizando a sociedade e despolitizando os problemas sociais. Tanto no caso das novas relações trabalhistas como no plano previdenciário, a lógica individualista impôs-se à coletiva, privatizando os fins da ação e confluindo, definitivamente, para a estabilidade do sistema.

A reforma política

A reforma das instituições políticas, simultânea às “sete modernizações”, completou a construção de um novo marco jurídico para a ordem de mercado no Chile, ou, segundo Foxley (1988, p. 107), a legitimação da estranha mistura entre liberalismo de mercado e centralização política autoritária. Essa nova institucionalidade jurídica, cristalizada na nova Constituição promulgada em 1980, é de clara inspiração “hayekiana” e gerou um conjunto de regras básicas muito difíceis de mudar, que retiraram capacidade decisória da ordem política, trans-

ferindo-a para o mercado, que ficou, assim, preservado das “incertezas da democracia”. Esse novo sistema jurídico foi resumido num conjunto de leis políticas de natureza constitucional, promulgadas desde o golpe militar em 1973, e na nova Constituição, concebidas para reproduzir a ordem instaurada durante o período autoritário e destinadas a gerar uma “democracia protegida” (Moulián, 1997).

Na realidade, a nova Carta Constitucional chilena entrou em vigor em 1981, mas com uma característica muito peculiar: ela instalou um longo período de transição política e só seria aplicável integralmente em 1990. Até o final desse período, o Presidente da República teve seus poderes enormemente ampliados, podendo declarar Estado de Emergência e suspender os direitos individuais a qualquer momento e sem consulta a nenhuma outra instância. Durante os primeiros oito anos da fase de transição (1981-89), o Parlamento esteve fechado e os partidos proscritos (Foxley, 1988, p. 108). A Constituição também estabeleceu que as Forças Armadas chilenas assumiriam o papel de garantidoras da ordem institucional, através do Conselho de Segurança Nacional.

A nova Constituição consagrou também a autonomia de novas instâncias jurídicas e técnicas — alheias, portanto, ao poder decisório das massas: o Tribunal Constitucional, o Conselho de Segurança Nacional e o Banco Central. Por outro lado, foram minimizadas as funções do Parlamento, cujas decisões ficaram sujeitas ao julgamento do Tribunal Constitucional, zeloso guardião da nova ordem instituída.

Sobretudo através da adulteração do mecanismo de equilíbrio de poderes, que passou a garantir o poder da minoria contra os “abusos das massas”, a Constituição incluiu dispositivos legais que tornavam impossível a sua modificação. Os principais dispositivos restritivos ao poder da maioria, segundo Moulián (1997), seriam: o reconhecimento às Forças Armadas de uma capacidade de tutela e de autonomia decisória sobre as nomeações dos altos cargos e em matéria de recursos; a indicação direta de uma proporção significativa do Senado (senadores nomeados); e, por fim, um sistema eleitoral definido de tal maneira que dificulta a expressão das forças populares.

Assim, a “democracia protegida” foi obtida no Chile através da consagração de um sistema eleitoral que premia a minoria e que se combina com o de nomeação direta, que se aplica a nove senadores “biônicos” — quatro dos quais devem ser ex-oficiais das forças armadas. Esse mecanismo garantiu para a direita o poder de veto “minoritário”. Ainda que o número de senadores militares seja pequeno, termina tendo sua importância incrementada pelas características do sistema eleitoral, que, favorecendo à minoria, torna marginais as diferenças.

Além disso, a autonomia de recursos orçamentários e o poder arbitral que a Constituição conferiu às Forças Armadas como garantidoras da ordem institucional no caso de conflito, através de sua participação no Senado e no Conselho de Segurança Nacional, complementou o caráter tutelar dos militares no que se refere à ordem política (Foxley, 1988, p. 108).

A nova Constituição chilena de 1980 consagrou, assim, a “ordem pública econômica” que vinha sendo gestada desde 1973 e as “modernizações sociais” que já estavam sancionadas legalmente. O fundamental de suas disposições assegurava a reprodução do sistema socioeconômico e, para isso, garantia as “medidas legais de exceção”, leia-se, o regime autoritário, necessárias para impor a política econômica neoliberal e convencer a população de sua excelência. Segundo Foxley (1988), foi assim que os militares chilenos desenvolveram uma justificativa racional para resolver a contradição entre o enfoque econômico e o sistema social e político:

“La libertad económica debe coexistir con un esquema autoritario de gobierno para que el modelo resulte viable, al menos durante el (largo) periodo que la gente demora en aprender y tomar conciencia de las ventajas del libre mercado. Libertad económica no sería compatible con libertad política durante este periodo” (Foxley, 1988, p. 104).

Veremos, no Capítulo 2, como é fácil reconhecer, nos traços dessa nova institucionalidade, o fundo doutrinário dos representantes máximos do neoliberalismo, liderados pelo economista austríaco Friederich Hayek. Este honrou o regime ditatorial chileno com a sua presença em diversas ocasiões e contribuiu para a fundação do Centro de Estudios Públicos, instância fundamental para a difusão da doutrina neoliberal no Chile, como mencionamos no início desta parte. Por isso, são facilmente reconhecíveis, na nova estrutura institucional chilena, traços do conceito de “demarquia” de Hayek.

Essa descrição bastante detalhada do caso chileno se justifica por duas razões. Por um lado, ela ilustra, de maneira exemplar, a aplicação dos conceitos fundamentais do neoliberalismo, que discutiremos no Capítulo 2, e que são divulgados no Brasil pelo Instituto Liberal. E, por outro lado, porque as reformas das políticas públicas implantadas pela ditadura de Pinochet no Chile resultaram numa referência fundamental para o neoliberalismo brasileiro, como veremos na exposição das propostas de políticas sociais feitas pelo Instituto Liberal no Brasil apresentadas no Capítulo 5. A seguir, cabe abordar a situação brasileira na fase final da ditadura, momento em que se gesta o surgimento dos Institutos Liberais, objeto deste estudo.

1.2 - O contexto nacional

1.2.1 - O Brasil na Nova República

Até o final dos anos 80, não houve no Brasil a adoção de um projeto neoliberal nos moldes em que ocorreu no Chile. A política econômica adotada pela ditadura brasileira foi bastante diferente daquela aplicada pelos demais regimes autoritários do continente nos anos 60 e 70, segundo Foxley (1988, p. 30). Aqui prevaleceram, como instrumento anti-cíclico, os controles de preços, os incentivos creditícios e o investimento público, além de abertura para o Exterior feita de forma gradual. Isso garantiu a manutenção da produção nacional de bens duráveis e de não duráveis e do emprego, bem como a taxa de investimento até o final dos anos 60 (Foxley, 1988, p. 33).

Nos anos 70, a economia brasileira apresentou enorme crescimento, graças à política econômica adotada pelo regime militar: desenvolvimento capitalista baseado em forte intervenção estatal, concentração oligopolística da produção e internacionalização da economia. Mas os custos do “milagre econômico” apareceriam na década seguinte. De fato, a situação mudou muito nos anos 80:

“A crise que se abateria sobre a economia brasileira na década de 1980 seria a mais grave e profunda já vivida no país. A taxa de inversão caiu, de cerca de 25% na primeira metade da década de 1970, para os atuais 16% na de 1980, refletindo a ausência de expectativas positivas pelo empresariado privado e profunda crise financeira do estado, que impede a retomada do investimento público (...) A economia brasileira apresenta, nesta década, um crescimento médio tão sofrível que, em termos de renda por habitante, estamos em 1989 provavelmente abaixo de 1980. Acumulou-se com isto enorme agravamento dos problemas sociais e uma séria ameaça do aprofundamento do atraso tecnológico de nossa indústria (...) A questão crucial — apesar da tentativa que o conservadorismo faz para deturpá-la — continua a ser a dívida externa, que, juntamente com as demais saídas líquidas do capital estrangeiro, consomem parte apreciável de nosso potencial de crescimento. A estatização formal dessa dívida, a partir de 1978-79, fez com que sua “irmã-gêmea”, a dívida interna, se transformasse no elemento predominante na determinação do déficit público e no agravamento do processo inflacionário” (Cano, 1989, p. 18-19).

Como consequência, os anos 80, no Brasil, ficaram marcados pela crise e pelo esgotamento do modelo de desenvolvimento baseado na forte presença do Estado. Para conter o acelerado processo inflacionário, a política econômica de

estabilização implementada na Nova República adotou várias medidas extraordinárias, como o congelamento de preços e salários implantado pelos Planos Cruzado I e II, em 1986, e pelo Plano Bresser, em 1987 (Affonso; Sampaio Júnior; Schwartz, 1988); a abertura externa, a desregulamentação e a privatização promovidas pelos Planos Collor I, em 1990, e Collor II, em 1991; e, finalmente, a reforma monetária do Plano Real em 1994. Constata-se, assim, que, a partir dos anos 80, houve uma mudança na economia brasileira, que se aproximou ao paradigma neoliberal — liberação das forças concorrenciais e equilíbrios fiscal e monetário, programa de privatização de empresas estatais e reformulação dos aparatos administrativo, previdenciário e fiscal.

Os anos 80 também se caracterizaram pelo processo de transição política e pelos conseqüentes esforços de consolidação de uma ordem democrática. A ação conjunta desses fatores engendrou transformações significativas na vida política nacional. Ao longo daquela década, a sociedade brasileira passou por uma grande politização, que se materializou na organização e na mobilização das diferentes forças sociais do País e na luta política que se desenvolveu através da Campanha das Diretas, em 1984; da eleição indireta de Tancredo Neves; da instauração da Nova República, em 1985; das eleições para a Constituinte, em 1986; do debate que se travou no Congresso Constituinte até a promulgação da nova Carta, em 1988; da campanha para a Presidência da República, em 1989; do *impeachment* de Collor, em 1992; da eleição de Fernando Henrique Cardoso, em 1994; para citar apenas os fatos políticos mais abrangentes.

Esses episódios compuseram o início do processo de institucionalização de novas regras do jogo político que, praticamente restrito ao Executivo durante os governos militares, transbordou para toda a sociedade com a redemocratização. O Congresso, os partidos, os meios de comunicação de massa e as instituições da sociedade civil passaram a participar ativamente da vida política nacional.

A ampliação da arena política decorrente desse processo impôs a todas as forças sociais a necessidade de se organizarem para defender seus interesses frente à sociedade política revigorada. As lutas dos trabalhadores em anos anteriores já haviam evidenciado a importância crescente do movimento sindical e de suas organizações de cúpula, em especial a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Partido dos Trabalhadores (PT). A esfera partidária também cresceu em importância com a recuperação do Congresso Nacional como arena de luta e negociação política no País.

Todos esses acontecimentos políticos tiveram como pano de fundo um processo de transformações estruturais na sociedade brasileira e o esboço de uma nova forma de relacionamento entre Estado e sociedade, pautada pela mudança nas formas de organização dos principais atores sociais e seus esti-

los de representação de interesses. Um conjunto de mudanças e continuidades marcou essa etapa de incorporação do Brasil à Nova República, na qual se processa a transição de um regime autoritário para uma situação de desenlace incerto (Santos, 1985; Diniz; Boschi; Lessa, 1989; Camargo; Diniz, 1989). A seguir, trataremos dessas mudanças e continuidades, para, depois, nos determos na organização e na ação política da burguesia brasileira no período da Nova República e, por último, faremos uma reflexão sobre os traços que caracterizam a ideologia e a prática política da burguesia e dos empresários no Brasil.

No pano de fundo da cena brasileira das últimas décadas, encontram-se profundas transformações estruturais, que ocorreram nos períodos de desenvolvimento capitalista acelerado que culminaram com o “milagre econômico” de 1968 a 1974. Essas transformações constituem o que Wanderley G. dos Santos denominou de a “pós-revolução brasileira” (Santos, 1985; 1987), composta por um conjunto de mudanças muito significativas. Houve forte desenvolvimento econômico, com altas taxas de crescimento do PIB até 1974 e substancial modificação do aparato produtivo e da produção industrial, que superou a do Setor Primário nos anos 60. A partir de um processo de urbanização acelerada, houve uma reestruturação ocupacional, com diminuição de pessoal ocupado no setor rural e aumento do mesmo no industrial e no setor serviços, o que contribuiu para uma grande redistribuição geográfica da PEA. Além disso, houve um aumento da PEA, com a incorporação de jovens e de idosos na força de trabalho e, especialmente, das mulheres. O processo de industrialização intensificou a produção de bens intermediários e de bens duráveis. Desenvolveu-se uma dinâmica de capitalização para a qual convergiram três processos simultâneos: a expansão das relações assalariadas, o processo de produção de bens de capital e a tecnificação do trabalho agrícola. Ocorreu, também, uma tendência à reprivatização da economia segundo a qual a intervenção do Estado na economia se concentrou em setores fundamentais para a expansão econômica (petrolífero, insumos, transportes, energia e comunicações) e beneficiou, fundamentalmente, o setor privado, onde ocorreu um processo de consolidação e proliferação de empresas entre 1964 e 1974.

Para W. G. Santos (1985), esse processo de mudanças estruturais em pauta colocou a possibilidade de um avanço para uma ordem “pluralista” na sociedade brasileira. Mas esse avanço dependeria do desenvolvimento do processo histórico em curso e da evolução induzida na ordem social, onde estava em construção a constituição de uma sociedade mais aberta, porém plena de desigualdades. A possibilidade de que, a partir dessas mudanças de estrutura, se abrisse espaço para uma autêntica hegemonia burguesa no Brasil, instaurando-se uma ordem pluralista de mercado, foi objeto de análises e polêmicas que

serão mencionadas mais adiante. Em todo caso, para que essa possibilidade seja explorada, deve-se levar em consideração a estrutura social que emergiu da pós-revolução mencionada e da natureza das instituições políticas no Brasil.

Essas transformações modernizadoras tiveram, segundo Santos (1987), efeitos positivos sobre a sociedade emergente.

“Do âmago da sociedade patriarcal, das relações de parentela, compadrio e de clientelismo principia a surgir uma outra sociedade, aberta, porosa, fluida, na qual as oportunidades de cada um estão sujeitas principalmente aos azares da dinâmica do mercado, para bem ou para mal, e não mais a atributos adscritos (...) característica das sociedades tradicionais.” (Santos, 1987, p. 142).

Entretanto tais transformações não ocorreram no vazio, mas, sim, num campo minado por desigualdades sociais e hierarquias políticas fortemente arraigadas e por discriminações de sexo e cor. O crescimento econômico e a modernização do País aumentaram as desigualdades sociais e econômicas e beneficiaram, fundamentalmente, os que desfrutaram de maior parcela de poder. A investigação empírica corrobora essa afirmação, indicando o Brasil como um país de extrema concentração de renda na cúpula e “miserável” na base, uma vez que o problema da renda “(...) não consiste tão-somente em desconcentrar o topo da pirâmide, mas fundamentalmente em resgatar a base indigente e miserável da população trabalhadora brasileira” (Santos, 1987, p. 181).

Ainda assim, no campo da organização de atores sociais, insinuam-se matizes que Santos (1985) interpreta como indicadores de flexibilidade e pluralismo maiores em respeito à tradicional estrutura corporativa. O caso do setor empresarial será visto com maior detalhe mais adiante, mas cabe mencionarmos aqui a ocorrência de mudanças importantes nos padrões de organização dos setores médios urbanos (funcionários públicos, professores, profissionais liberais, etc.), que multiplicaram suas entidades representativas, bem como suas ações reivindicatórias. Mas, sobretudo, Santos destaca as mudanças ocorridas na relação capital-trabalho: surgimento do novo sindicalismo, que introduziu uma forte brecha na subordinação corporativa herdada do varguismo; a prática de negociações setoriais diretas entre patrões e trabalhadores nos setores industriais de ponta, que questionam seriamente a preeminência do Ministério do Trabalho; e, finalmente, a criação de centrais sindicais, que rompeu a proibição de organização horizontal operária e introduziu o pluralismo ali onde imperava a obrigatoriedade do monopólio de representação. Contudo essas transformações não foram suficientes para acabar com a permanência de fortes tendências corporativas no movimento sindical.

Tantas mudanças no nível da sociedade e de suas organizações não parecem ter se traduzido, entretanto, em mudanças significativas no campo da inserção política dos atores. Se as instituições políticas devem ser avaliadas pela sua eficácia em agregar e traduzir demandas da sociedade, no Brasil, apesar das mudanças arroladas, a dissociação entre as instituições e a sociedade segue sendo a regra. Isso se deve à fragilidade do sistema de partidos, que permitiu a emergência de um estilo tecnocrático de governo e a permanência das práticas de inserção direta de interesses no Estado, própria da etapa corporativista que se iniciou com o varguismo (Santos, 1985; Camargo; Diniz, 1989).

Nos meios acadêmicos do País, existe um relativo consenso em torno da idéia de que existe uma tendência do empresariado a desfrutar “apoliticamente” do acesso ao aparato de Estado através de anéis burocrático-autoritários — laços clientelísticos criados entre empresários de um determinado setor e os burocratas responsáveis pelas agências estatais afetas a esse setor (Cardoso, 1975) — em vez de organizar-se politicamente para buscar, pela via partidária e com apoio popular, o controle explícito das políticas de Estado. Mas acreditamos que, para entender a atuação da burguesia brasileira nesse processo, é necessário seguir mais de perto o processo de organização, mobilização e sentido da participação política do empresariado brasileiro, núcleo essencial da burguesia, projetando-o sobre a cena complexa que acabamos de descrever.

1.2.2 - Organização e mobilização política do empresariado na Nova República

Como já mencionamos, a sociedade brasileira passou por uma grande politização nos anos 80, concentrada nos esforços de consolidação de uma ordem democrática. A organização dos trabalhadores e a ampliação da arena política, somadas aos efeitos da crise econômica, colocaram para as diferentes frações do empresariado brasileiro a necessidade de renovar e de ampliar suas formas de organização e de ação frente às demais forças sociais e ao Estado. De fato, a mobilização política dos empresários foi intensa e incluiu a utilização de todos os meios de participação a seu dispor, desde o incremento da atuação direta na política, como deputados, senadores e ministros, passando pela renovação de lideranças nas entidades corporativas e a intensificação do uso de *lobbies*, até a criação de novas organizações para a defesa de seus interesses políticos. Isto porque a nova configuração política do País apresentou

situações para as quais os mecanismos de representação corporativa ou setorial, utilizados pelo empresariado brasileiro durante os governos autoritários dos anos 70, não se mostravam mais adequados.

Cabe, então, fazer um recuo no tempo para entender as formas de ação política utilizadas pelos empresários brasileiros nas últimas décadas. Como se sabe, o sistema político-institucional de relacionamento entre as classes, vigente no Brasil desde os anos 30, foi baseado no corporativismo⁸. Nesse modelo, o Estado controla os conflitos através da subordinação das estruturas de representação de interesses de trabalhadores e empresários, perdendo os partidos a sua função de canalizadores das demandas da sociedade para a esfera política (Diniz, 1993). No pós 64, com a associação do corporativismo ao autoritarismo do Estado e das classes dominantes, aprofundou-se um tipo de representação corporativa socialmente assimétrica, que, ao garantir um acesso especial dos empresários aos centros decisórios, acentuou os privilégios desses setores em relação aos demais (Rua, 1990; Diniz, 1978).

Além disso, devido às características do Estado autoritário dos anos 60 e à inexistência de uma organização única de cúpula do empresariado, que permitisse a negociação de questões políticas e econômicas gerais, aprofundou-se uma forma setorializada de relação do empresariado com os organismos estatais. Isto porque o Estado autoritário era forte e centralizador quanto à definição da política econômica, mas descentralizador quanto à aplicação dessa mesma política, que era pulverizada entre os diferentes ministérios, agências de financiamento e conselhos econômicos (Martins, 1978). Nesse contexto, a relação estabelecida entre o Estado e o empresariado desenvolvia-se através de múltiplos canais de acesso às diferentes instâncias de regulação econômica. Esses canais incluíam contatos institucionais estabelecidos através das organizações oficiais de empresários (como as Federações de Indústria e Comércio), relações pessoais e clientelísticas entre empresários e ministros (Diniz; Boschi, 1979), e os “anéis burocráticos” (Cardoso, 1975).

⁸ “O corporativismo pode ser definido como um sistema de representação de interesses no qual as unidades são organizadas num número limitado de categorias singulares, de pertencimento compulsório, não competitivas, ordenadas hierarquicamente e diferenciadas funcionalmente, e que são reconhecidas ou autorizadas (quando não criadas pelo Estado, que lhes confere monopólio de representação de suas respectivas categorias), em troca da observância de algum controle na seleção de líderes e na articulação de apoios e demandas.” (Schmitter, 1974, p. 93, tradução de Almeida, 1996, p. 134). Esse tipo de associação não se limita a representar os interesses de seus associados. “Expressa também interesses próprios, desempenha um papel ativo na definição de interesses de seus membros e, com frequência, assume funções de governo privado, tais como alocação de recursos e controle social.” (Almeida, 1996, p. 130). Schmitter (1974) definiu dois subtipos de corpo-

Para defender seus interesses frente a esse Estado centralizador, burocratizado, mas com definição setorializada das políticas econômicas, o empresariado desenvolveu diferentes formas de representação e de negociação de interesses. Por um lado, os empresários mantiveram suas organizações corporativas (sindicatos, federações e confederações nacionais) criadas nos anos 30 e reguladas pelo Ministério do Trabalho. Por outro lado, especialmente a partir da segunda metade dos anos 70, os empresários criaram organizações extracorporativas de âmbito nacional, associações civis independentes da regulação do Estado, com o objetivo de representar e negociar os interesses de cada setor diretamente com as agências regulatórias da política econômica setorial (Diniz; Boschi, 1979). A Associação Brasileira da Indústria de Base (ABDIB) e a Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) são apenas dois exemplos dentre muitas outras associações criadas para representar os interesses dos diferentes segmentos do setor industrial. Nos anos 80, novas associações surgiram também no setor bancário-financeiro, como a Associação Brasileira de Bancos Comerciais e Múltiplos (ABBC) e a Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF) (Minella, 1988; 1990; 1993). O mesmo ocorreu no setor agrário, com a criação da Sociedade Rural Brasileira (SRB), da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) ou da recente Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG) (Rua, 1990; Bruno, 1994). Essas associações proliferaram enormemente desde o final dos anos 60, com a diversificação da estrutura econômica brasileira, e têm sido intensamente utilizadas pelos empresários para negociarem com o Estado suas reivindicações econômicas setoriais.

Em contrapartida, as demais forças sociais não tiveram a seu dispor canais de representação de interesses durante o período autoritário; já que não havia liberdade de imprensa, o Congresso e os partidos não tinham qualquer autonomia para representar os interesses das demais classes, e os movimen-

rativismo para explicar a existência do fenômeno em países tão diferentes quanto a Suécia, a Grécia, Portugal, o Brasil, etc.: o corporativismo societário ou neocorporativismo e o corporativismo de Estado. O corporativismo estatal é um sistema de representação de interesses subordinado à autoridade estatal ou mesmo criado por ela. Esse tipo de corporativismo seria o elemento definidor, ou mesmo uma necessidade estrutural, do capitalismo "atrasado", anti-liberal, neomercantilista, cujo Estado é autoritário. Em contrapartida, o corporativismo societário nasce da dinâmica da sociedade civil e tem relativa autonomia em relação ao Estado. Esse tipo de corporativismo seria um componente intrínseco ao capitalismo avançado, pós-liberal, democrático, organizado, e cujo Estado se define como de bem-estar social (Schmitter, 1974, p. 105).

tos de trabalhadores eram fortemente reprimidos. Nesse contexto, os empresários utilizavam as federações, as associações setoriais e contatos pessoais e clientelísticos como mecanismos de negociação com o Estado. Frente aos trabalhadores, não havia necessidade de criar mecanismos de negociação ou de fazer jogos de dominação política ou ideológica, já que o empresariado não se defrontava com uma classe trabalhadora solidamente organizada e tinha a força do Estado autoritário a seu dispor.

O renascimento do movimento operário e as greves dos metalúrgicos do ABC paulista em 1978 começaram a mudar essa situação. Elas afetaram também o universo patronal, em especial o sistema de representação de interesses empresariais, "(...) ao redefinir o peso relativo das estruturas oficial e privada desse sistema — sindicatos, federações e confederações, de um lado; associações civis, de outro" (Cruz, 1997a, p. 350). A proliferação de associações setoriais no pós 64 teria sido paralela ao esvaziamento das federações e das confederações. Sem negar a importância adquirida pelas associações como decorrência indireta da diferenciação de interesses e para contornar os limites impostos pela legislação sindical, Cruz considera que essa importância no período se deveu à desativação do movimento operário, já que os reajustes salariais eram definidos pelo Estado, a repressão policial era grande, e as empresas podiam demitir sem ônus. "Mas quando essas condições se alteram, o recurso a estruturas mais abrangentes se impõe." (ibid. p. 352). Por isso, no início dos anos 80, aumentou o interesse dos empresários pelas federações, o que se comprova pelas disputas ocorridas nas eleições de suas diretorias e na renovação de seus quadros, como, por exemplo, a eleição de Luis Eulálio Bueno Vidigal para a FIESP. Por um lado, esse movimento de revitalização das federações se deve, no Brasil, ao monopólio da representação assegurado às entidades oficiais junto à Justiça do Trabalho. Mas, por outro lado, tem a ver com a característica universal da organização de interesses patronais, que ocorre para responder a dois tipos de problemas: (a) os que resultam da concorrência intercapitalista e, portanto, incidem sobre segmentos específicos do empresariado e coloca-os em oposição uns aos outros, no campo de luta das associações setoriais por exemplo; (b) aqueles que resultam da mobilização e organização dos trabalhadores, os quais afetam "(...) potencialmente o conjunto da classe e estimula[m], nela, a constituição de relações mais abrangentes de reciprocidade" (Cruz, 1997a, p. 352).

A relação entre o empresariado e o Estado também começou a mudar a partir de 1974 e muito mais intensamente a partir da campanha contra a estatização de 1976, quando importantes setores do empresariado se distanciaram de algumas decisões do regime militar. Cruz (1995) e Cardoso (1983) desenvolveram análises convergentes no sentido de questionar tanto a atuação

decisiva do empresariado para o início da liberalização do regime autoritário quanto a possibilidade da construção de uma hegemonia democrático-burguesa. O distanciamento paulatino do empresariado em relação ao regime militar, nunca unânime, não foi inspirado por uma opção democrática, como quer Bresser Pereira (1985)⁹; não apenas foi posterior à iniciativa de liberalização do próprio regime, como se beneficiou dela para instrumentar a grande campanha contra a estatização de 1976, primeiro episódio importante desse processo. Mas, em certo sentido, segundo Cruz (1995), a campanha antiestatizante funcionou como importante elemento propulsor da liberalização, por uma série de desdobramentos: socializou informações sobre o favoritismo e a inépcia da administração pública; revelou que o poder não era tão inflexível assim e que havia algum espaço para o dissenso; e, ainda, revelou contradições no Governo e, assim, contestou sua imagem de unidade e força.

Foi a política econômica de Geisel cristalizada no II PND — que pretendia gerar uma industrialização autônoma a partir da criação de um setor de bens de capital — que provocou a descoberta da democracia pelo empresariado.¹⁰ A política industrializadora do Governo Geisel alterou a aliança básica do sistema autoritário: empresas internacionais dedicadas à fabricação de bens duráveis de consumo e importação de equipamentos; setor nacional dependente da internacionalização da produção local e as empresas que inicialmente haviam apoiado o II PND. O setor nacional da indústria pesada dependia, em grande medida, de apoio estatal, que não pôde se concretizar devido à crise econômica

⁹ Bresser Pereira (1985) interpreta o fim do pacto burguesia-tecnoburocracia, no início da “abertura” do regime autoritário, como uma abertura para a possibilidade de hegemonia ideológica da burguesia. A campanha contra a estatização teria cristalizado críticas da burguesia aos privilégios da tecnoburocracia, o desencanto com a política econômica e a denúncia de corrupção estatal. Esse teria sido o começo de uma crise de legitimidade do sistema, agudizada pelo fim do “milagre”. Por isso, desenvolveu-se o interesse na restauração democrática: a aliança com a tecnoburocracia deixou de ser política e economicamente justificada. O manifesto dos oito maiores líderes empresariais do País de 1977 (**Gazeta Mercantil**) marcou, junto com a primeira manifestação pública do empresariado contra a ditadura, o momento de ruptura da aliança. Pereira atribui a essa ruptura a razão fundamental da redemocratização. Na sua concepção, a burguesia brasileira não é essencialmente autoritária, e só o medo do comunismo a teria aliado ao regime.

¹⁰ Cardoso (1983) entende que o setor privado associado às multinacionais e à produção de bens duráveis viu a tentativa de criar um setor manufatureiro de bens de capital como pouco realista — por exigir uma inversão excessiva e cara — e perigosa, porque incrementaria o papel da empresa estatal e a esfera regulada pelo Estado. Desde 1974, Geisel também havia iniciado uma luta contra a especulação financeira e tentou descentralizar regionalmente a indústria. Foi nesse contexto que o setor privado descobriu “a democracia”.

internacional, à pressão estrangeira para vender equipamentos e à dívida externa. Esses contratempos provocaram a politização imediata do setor descontente: “A percepção — a ideologia — contou tanto quanto os fatos brutos” (Cardoso, 1983, p. 17). Em 1977, alguns empresários começaram a falar em democracia, introduzindo a dimensão política no seu discurso. Houve uma espécie de aproximação aos pontos de vista da oposição: menos intervenção direta do Estado na economia, maior participação na tomada de decisões e demandas retóricas por democracia.

Dessa forma, longe de concordar com a opinião dos analistas que, na linha de Pereira, identificam o começo da liberalização do regime autoritário com o questionamento feito pelo empresariado ao Estado, as análises de Cardoso (1983) e Cruz (1995) comprovam a idéia do atraso e, inclusive, oportunismo da burguesia, que só aderiu à abertura quando esta já estava em processo. Segundo Cruz, “(...) é o aprofundamento da liberalização que induz à mudança no comportamento político do empresariado, não o contrário” (Ibid. p. 283). A reivindicação democrática dos empresários pleiteia, fundamentalmente, a liberdade econômica e a liberdade de influenciar a definição da política econômica. Na origem desse protesto, estava justamente o empenho do Governo em estreitar os círculos decisórios do Estado no que se refere à política econômica.

Contudo o período em que o empresariado pareceu autonomizar-se e difundir um discurso “liberal”, no sentido de tentar incrementar o poder político e o controle do Estado pela sociedade civil foi muito breve. Já na fase de Figueiredo, os empresários tornaram a aliar-se com as soluções políticas impostas pelo Estado, patrocinando a transição controlada desde cima, pela cúpula do regime. Sem dúvida, essa atitude não foi alheia ao contexto muito complexo em que se deu o fim do regime militar, situação que ia além de qualquer cálculo estratégico seguro, porque, para os empresários, o que estava em jogo não era “o montante de suas perdas e ganhos, mas sua posição mesma na sociedade” (Cruz 1995, p. 292). Uma grande cota de incerteza rondava o fim da ditadura, o que induziu um salto nas atitudes empresariais que, da mera defesa de interesses concretos, passaram a outras capazes de levar em conta uma multiplicidade de fatores que ultrapassavam seus interesses imediatos. Isto porque “(...) a existência de um quadro social favorável às atividades empresariais não é uma emanção espontânea da economia de mercado, mas, em grande medida, o resultado da ação consciente e metódica de instituições e agentes, entre os quais os próprios empresários” (Cruz, 1995, p. 292).

Portanto, foram os outros atores da cena política dos anos finais da ditadura, em especial a aparição de novos antagonistas, como os trabalhadores organizados, que contribuíram para determinar o discurso teórico e a prática dos empresários, que, nesse caso, revela uma grande ambigüidade. Enquanto

parecia impossível o abandono do Estado para alcançar uma liderança autêntica na sociedade, o discurso teórico proclamava os princípios de um liberalismo revestido de certo platonismo. Cardoso não detectou na linguagem dos líderes industriais o código de uma nova hegemonia.

“Antes, vê-se uma identidade abstrata, em função de tópicos que unem todos contra o estado, como se este não expressasse uma dominação que se articula na própria sociedade. Esta identidade ideológica abstrata e geral desaparece, naturalmente, no embate concreto dos interesses. O renascimento do movimento operário e a eclosão das greves (...) a partir de 1978 colocaram limites à boa consciência geral da sociedade. Quando a chama das reivindicações salariais ardeu no interesse direto das empresas, desfez-se o encantamento cívico das posturas liberalizantes conservadoras.” (Cardoso, 1983, p. 23).

Os empresários voltaram, então, a recorrer ao Estado como escudo protetor. O projeto que contou definitivamente com o respaldo dos empresários foi o do Governo.

A complexidade da situação que se tratou até aqui alude, sem dúvida, à que se coloca a partir dos anos 80. Com a crise econômica, a redemocratização, a recuperação da importância do Congresso e dos partidos políticos e o fortalecimento das organizações sindicais, ampliam-se a arena política e os canais de acesso a ela. A negociação política, que se fazia estritamente dentro do aparelho de Estado durante o regime autoritário, passou a incluir o Parlamento e as demais organizações da sociedade. Assim, a transição política recolocou

“(...) a questão do poder e da formulação de diretrizes como ‘briga em campo aberto’, obrigando o empresariado a buscar novas formas de participação na formulação de diretrizes, agora bastante diversas dos costumeiros ‘contatos de primeiro grau’ com ministros e burocratas do alto escalão” (Dreifuss, 1989, p. 43).

Além disso, com a implantação do Congresso Constituinte, deslocou-se para ele a “(...) responsabilidade de articular um pacto que nem os partidos, nem o governo, nem as associações civis nem os empresários e os trabalhadores foram capazes de operacionalizar” (Camargo; Diniz, 1989, p. 13).

Essa mudança substancial na forma de relacionamento entre o Estado e a sociedade deixou duas questões evidentes para as classes dominantes. Por um lado, as associações e as federações empresariais, cujo estilo de atuação era mais semelhante à prática sindical, não eram mais adequadas para o estilo de luta política que se renunciava na Constituinte. Por outro lado, os partidos conservadores tradicionais também não se adequavam às necessidades dos empresários na luta que viria a ser travada no Congresso (Dreifuss, 1989). Es-

Essas questões reforçaram a importância das organizações políticas e ideológicas e obrigaram o empresariado a criar novas formas de participação política ou a renovar as já existentes. Dentre elas, deve-se citar o aumento da participação direta de alguns líderes empresariais em cargos públicos administrativos e executivos e na própria Constituinte; a revitalização das entidades corporativas através da renovação de suas direções; e, principalmente, a criação de organizações com o objetivo específico de mobilização política, como a União Democrática Ruralista (UDR), a União Brasileira de Empresários (UBE), o Instituto Liberal, o Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE) e o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI).

Dentre as novas organizações políticas de empresários surgidas nos anos 80, algumas alcançaram grande visibilidade no período da Constituinte, como a União Democrática Ruralista e a União Brasileira de Empresários. A UDR defendia de forma agressiva os interesses dos grandes proprietários de terra contra as tentativas de reforma agrária, e a UBE foi criada para coordenar a atuação das organizações empresariais na Constituinte. Entretanto, entre essas duas entidades, ao menos a UBE parece ter mesmo servido apenas como “unidade tática de luta” (Cruz, 1997; Dreifuss, 1989), pois praticamente desapareceu do cenário político após a Constituinte. Já a UDR, que chegou a ser publicamente dissolvida pelo seu próprio criador, Ronaldo Caiado, no final de 1994 (GM, 1994, p. 6), foi reativada em 1996, para fazer forte oposição ao Movimento dos Sem-Terra.

Em contrapartida, outras organizações de empresários que surgiram no final da década de 80, como o IEDI, o PNBE e o Instituto Liberal, apresentaram objetivos de mais longo prazo e formas de ação peculiares. Essas novas entidades aparecem no mesmo cenário, apresentando, porém, um caráter distinto, muito mais amplo do que a luta corporativa imediata.

O Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial, criado em 1989, em São Paulo, representa alguns dos maiores grupos industriais do País, principalmente da indústria de base. O IEDI foi criado para desenvolver estudos e elaborar propostas alternativas e estratégias de desenvolvimento econômico e social para o Brasil (Diniz; Boschi, 1993), em especial aquelas propostas globais que interessam à grande burguesia industrial (Cruz, 1997). Essas propostas baseiam-se num diagnóstico das transformações da produção industrial em nível mundial e do processo de globalização econômica, para reivindicar junto ao Estado a definição de uma política industrial de longo prazo. Essa política permitiria aos industriais brasileiros alcançarem a competitividade necessária para se integrarem ao processo de globalização. O IEDI propõe a modernização do aparelho de Estado, a fim de que o Estado possa desempenhar o papel de coordenador estratégico dos rumos do desenvolvimento (Mudar..., 1990).

O Pensamento Nacional das Bases Empresariais surgiu em 1990, em São Paulo, propondo-se a ser “(...) uma entidade formada por empresários para mudar o Brasil pelo exercício da ética e da cidadania” (Ideário, s. d.). O PNBE destacou-se na busca de fórmulas mais pragmáticas de negociação entre empresários e trabalhadores. Segundo Diniz e Boschi (1993), a organização foi formada por pequenos e médios empresários que se sentiam alijados das decisões na FIESP. Em 1992, o PNBE apresentou um candidato de oposição às eleições para a presidência da FIESP, para contestar a hegemonia dos grandes empresários na entidade. Ainda que não tenha sido vitorioso na FIESP, Emerson Kapaz foi Secretário de Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, o que deve atestar, também, a importância política alcançada pelo PNBE. Até 1995, o PNBE tinha núcleos regionais no interior de São Paulo, no Rio de Janeiro e em Brasília.

O Instituto Liberal, criado em 1983, é sustentado por alguns dos maiores grupos econômicos nacionais e estrangeiros em operação no País e conta também com recursos vindos do Exterior. É uma organização com um objetivo de longo prazo, o de disseminar a ideologia liberal como a concepção de mundo dominante na sociedade brasileira. Para viabilizar esse objetivo, o Instituto Liberal desenvolve uma dupla estratégia: a doutrinação ideológica entre as elites e a elaboração de projetos de políticas públicas inspirados na teoria liberal, especialmente na Escola Austríaca de Economia. As atividades desenvolvidas pelo Instituto Liberal para implementar essas estratégias incluem: edição de livros; promoção de palestras e cursos nos meios empresariais, universitários, jornalísticos, jurídicos, militares e políticos; publicação de artigos de opinião escritos por seus “intelectuais orgânicos” em revistas e jornais; e a contratação de especialistas para a elaboração de estudos e sugestões de projetos de lei. Dessa forma, o *locus* de atuação do Instituto Liberal extrapola os limites do Estado e espalha-se pelas elites formadoras de opinião na sociedade.

O cenário pós-ditadura proporcionou o ambiente adequado para a atuação do aspirante a novo *think tank* ideológico da burguesia brasileira. A emergência de um sistema híbrido e mais fluido de representação de interesses estabeleceu um espaço próprio para a luta. Nele coexistem elementos corporativistas de Estado, neocorporativistas e pluralistas, tanto entre o empresariado quanto no campo sindical. A instância constituinte no final dos anos 80 colocou-se, assim, como um desafio e uma oportunidade para a convergência da burguesia em direção a um projeto neoliberal, confrontada com seus opositores: o PT, o movimento sindical, as burocracias e as elites militares e civis desenvolvimentistas e estatistas. Ainda que a burguesia tenha conseguido triunfos no campo da definição de direitos e regras essenciais para a economia de mercado, o nacionalismo e os princípios estatistas também tiveram vitórias, em espe-

cial no que se refere a definições que afetam as atividades do capital estrangeiro no País, assim como o movimento trabalhador, que conseguiu aprovar algumas de suas principais demandas (Diniz; Boschi, 1989, p. 132-136). Como muitas dessas vitórias ficaram para ser reguladas posteriormente pela legislação ordinária, como é o caso da lei trabalhista em revisão atualmente, descortinou-se, para a década de 90, um cenário de luta por um projeto hegemônico da burguesia, em contraposição a outros projetos e propostas quanto à linha mais adequada para o desenvolvimento do País.

Em resumo, podemos dizer que, na emergência dos Institutos Liberais, parecem confluir dois movimentos que afetam o empresariado brasileiro nas últimas décadas. Um deles é mais “interno” à classe, na medida em que a organização de interesses empresariais vinculados a diferentes esferas da atividade econômica começa a visualizar objetivos mais amplos e de mais longo prazo. O outro é “externo”, na medida em que afeta os setores de ponta do capital — suas formas financeiras e mais vinculadas ao processo de crescente globalização —, que parecem conceber agora um projeto que supera as meras formas de ação corporativa setorial para apresentar-se como projeto hegemônico da “burguesia”, entendidos ambos os conceitos na forma que os expusemos na introdução deste trabalho.

1.2.3 - Discurso liberal e prática autoritária na formação da burguesia brasileira

Até aqui estivemos tratando das transformações na ação política da burguesia brasileira decorrentes do contexto histórico, ou seja, aqueles desenvolvimentos socioeconômicos e políticos dos últimos 20 anos que situam a atuação da burguesia brasileira na Nova República. Agora, cabe verificar, no plano ideológico, o significado da adoção, por uma fração da burguesia brasileira, dessa vertente conservadora do liberalismo representada pela Escola Austríaca. Não se trata aqui de desenvolver sistematicamente o tema, o que estaria longe de nossa capacidade e objetivos, mas, sim, de localizar os antecedentes históricos de formação da burguesia brasileira que possam explicar por que, nos anos 80, uma fração dela se insere na corrente liberal internacional através de seu viés mais conservador e se dispõe a investir tempo e recursos para atuar politicamente na divulgação do ideário neoliberal.

Coloca-se, então, a questão: a adoção de uma vertente ultraconservadora de liberalismo seria uma novidade na tradição ideológica brasileira, ou encontra raízes profundas nas tradições políticas das nossas classes dominantes? A revisão de alguns antecedentes da história política brasileira permite formular a

hipótese de que essa opção não é casual, muito pelo contrário, representa uma continuidade da tradição liberal brasileira vigente no Império e na etapa republicana dominada pelas oligarquias agrárias.

Em pesquisa sobre os processos e estratégias de tipo liberal presentes na história política brasileira, caracterizada por profundas raízes autoritárias, Trindade (1985) afirma que a “*praxis* liberal” é um traço permanente das ideologias e das instituições políticas brasileiras desde a época colonial e perpassa os períodos da Monarquia e da República. Entretanto o liberalismo brasileiro não evoluiu numa direção democratizante. Pelo contrário, segundo Trindade (1985, p. 50), as instituições de tipo liberal conviveram com a hegemonia do autoritarismo, e justamente “(...) esse hibridismo institucionalizado tem sido um dos traços fundamentais do sistema político brasileiro”.

A explicação para esse hibridismo se encontraria no sistema político brasileiro configurado a partir da instauração do Estado Novo, que apresenta um padrão de interação entre o Estado e a sociedade civil composto por dois componentes fundamentais, que tendem a bloquear o desenvolvimento democrático. Esses componentes seriam, de acordo com Trindade (1985, p. 61):

“(...) de um lado, a expansão dos mecanismos estatais de controle tendendo a reduzir o espaço de estruturação autônoma da sociedade civil; de outro, a atitude persistente das elites políticas, independentemente dos regimes políticos, de dissuadir formas de participação de tipo liberal-democrático”.

Ainda segundo Trindade (1985), a lógica liberal e a *praxis* autoritária da oligarquia brasileira foram regidas pelo liberalismo econômico e pelos princípios de mercado e adotaram, inclusive, aspectos da institucionalidade política liberal republicana. Contudo, na hora de exercer o poder, a oligarquia o fez de forma autoritária. Desde a história imperial e republicana do Brasil, ficou claro que, aqui, o liberalismo econômico não teve uma relação direta com o liberalismo político. Desde seus primórdios, o liberalismo brasileiro identificou-se com o liberalismo anglo-saxão, que se preocupava menos com a liberação de uma ordem absolutista e mais com a ordenação do poder nacional. Por outro lado, o liberalismo radical francês não era bem visto pelas elites da época, que o consideravam ameaçador para a sociedade civil e propenso à anarquia. Esses traços explicam, para Trindade (1985), o “conteúdo visceralmente conservador” do liberalismo brasileiro, onde “(...) tudo deveria ser feito para o povo, mas nada pelo povo” (Trindade, 1985, p. 67).

A singularidade do sistema político brasileiro, na concepção de Trindade (1985), seria justamente a sua “persistente hibridiz ideológica e institucional, combinando estruturas e práticas políticas autoritárias e liberais”. Essa característica perpassaria toda a história política brasileira e explicaria a lentidão e a

relutância do processo de redemocratização no Brasil da Nova República. “A ideologia e as instituições liberais remanescentes estabelecem entraves à consolidação de regimes autoritários e, por sua vez, o peso das estruturas políticas e sociais autoritárias definem os limites aceitáveis de democracia política.” (Trindade, 1985, p. 71).

A análise realizada por Werneck Vianna em seu trabalho clássico **Liberalismo e Sindicato no Brasil** (1978) também contribui para o entendimento da formação histórica da burguesia brasileira, ao demonstrar o quanto as elites brasileiras se beneficiaram com a instauração do regime autoritário e do sistema corporativista inaugurado por Vargas nos anos 30 e como a defesa do liberalismo, na forma em que se manifestava no período imperial e oligárquico-agrário, foi negligenciada pela burguesia brasileira nesse período. Durante o varguismo, a subordinação das elites empresariais e do movimento sindical ao centralismo estatal inauguraram uma situação que teve prolongada vigência na história do Brasil contemporâneo. Trata-se de um autoritarismo de novo tipo, que colocou a burguesia em situação política subordinada e, ao mesmo tempo, permitiu que ela se realizasse economicamente. Segundo Vianna:

“O universo dos ‘interesses livres’, onde tem fulcro a visão do mundo a partir da fábrica, resultado da convergência da mercantilização da generalidade dos valores e bens sociais com a revolução industrial, evidentemente não informa uma concepção do mundo unitarista e orgânica. O indivíduo burguês, por vontade própria, não deseja ser submergido numa racionalidade estatista. Sua adesão ao corporativismo, em alguns casos tardia, noutros nem tanto, varia conforme a estruturação das forças sociais em presença, sempre se resolvendo diante de uma ameaça real ou latente, e no interior de um projeto que defenda a expansão da sua capacidade de acumular” (Vianna, 1978, p. 124).

Dessa forma, o corporativismo foi aceito pela burguesia brasileira como solução para impor um limite às classes subalternas ameaçadoras dos anos 30. Mas, sobretudo, o núcleo empresarial da burguesia que aceitou o Estado autoritário corporativo logo percebeu que o corporativismo “(...) não esgotava sua utilidade no controle das classes subalternas, abrindo-lhes condutos de comunicação fácil e direta com os dirigentes do Estado, por onde faziam passar suas reivindicações mais importantes” (Vianna, 1978, p. 208). Na realidade, foi a própria estrutura corporativa que permitiu aos empresários exercerem suas pressões “de dentro” do aparato estatal, através de suas organizações classistas.

A supremacia do corporativismo foi garantida pela ordem jurídica estabelecida pela Constituição de 1937. Nas palavras do próprio Getúlio Vargas:

“(...) o Estado não conhece direitos de indivíduos contra a coletividade. Os indivíduos não têm direitos, têm deveres! Os direitos pertencem à coletividade! O Estado, sobrepondo-se à luta de interesses, garante só os direitos da coletividade e faz cumprir os deveres para com ela. O Estado não quer, não reconhece luta de classes. As leis trabalhistas são leis de harmonia social” (Vargas, 1938, apud Vianna, 1978, p. 213).

Dessa forma, o objetivo do Estado corporativista era promover a “paz social”. Mas, na realidade, não foi bem isso que aconteceu: esse discurso corporativista resumiu-se aos pronunciamentos políticos. Na prática, o corporativismo potencializou a expansão da classe empresarial, na medida em que a empresa permaneceu à inteira disposição do capital, pois, segundo Vianna (1978), os

“(...) institutos corporativos, contra a intenção visível do legislador, foram esvaziados de sua filosofia ‘colaboracionista’, convertendo-se em instrumentos de crua dominação de classes (...). Ao corporativismo legal opunha-se um individualismo real (...). Rejeitando no terreno concreto da prática social a utopia totalitária, os empresários se apropriaram do corporativismo como instrumento de realização da acumulação primitiva, circunstância que, entre outras, aponta para a relevância do papel político que desempenharam no período” (Vianna, 1978, p. 222- 223).

Assim, podemos constatar o comprometimento histórico da burguesia brasileira com uma versão conservadora do liberalismo, bem como a capacidade de aproveitar-se da situação corporativista — que poderia ter sido interpretada como negadora dos postulados filosóficos fundamentais da burguesia — para sua consolidação como classe.

Contudo existem ainda outros traços constitutivos da formação da burguesia brasileira que explicam o seu conservadorismo. Na análise que faz sobre as dificuldades da consolidação democrática no Brasil, O’Donnell (1988) afirma que aqui a consolidação da burguesia como classe foi muito bem-sucedida, em comparação com outros países da América Latina que têm em comum a história de regimes autoritários. Em contraste com o comportamento predatório e especulativo das burguesias hispânicas do continente, o Brasil conseguiu construir uma estrutura produtiva dinâmica e diversificada, porque aqui a burguesia tendeu a concentrar-se “(...) em atividades que fecham o circuito de acumulação de capital em seu próprio mercado nacional” (O’Donnell, 1988, p. 73). Em contrapartida, o outro lado dessa moeda é caracterizado por imensas desigualdades e “(...) arcaicas e repressivas relações sociais sobre as quais se apóia sua burguesia e, num sentido mais geral, o sistema de dominação social”.

O enorme contraste entre as classes sociais, uma característica comum na América Latina, parece a O'Donnell ainda mais espetacular no Brasil, devido ao próprio dinamismo alcançado pela burguesia:

“Trata-se do contraste entre uma abrumadora pobreza (...) de um lado, e do outro fábricas, comércios e serviços que são o signo de uma opulenta modernidade econômica da qual nenhum dos outros países se aproxima (...) Isto não pode ser compreendido sem levar em conta o arcaísmo das relações de trabalho, tanto como — em geral — o acentuado autoritarismo das relações da burguesia e do aparato estatal (como também de diversos outros autores) para com todos aqueles que aparecem como ‘socialmente inferiores’” (O'Donnell, 1988, p. 74).

Na medida em que a relação arcaica não permite o reconhecimento de sujeitos coletivos e, portanto, não aceita a negociação com os mesmos, segundo O'Donnell, isso só tende a acentuar a fragmentação e a desorganização do setor popular e, simultaneamente, a resistência da burguesia em ver os setores dominados se constituírem enquanto sujeitos coletivos e se organizarem.

“Uma sociedade que carrega a pesada herança da escravidão e na qual a burguesia não foi submetida à experiência civilizadora de ter que se defrontar e negociar com a sua contraparte de classe tem enormes dificuldades em todos os planos — inclusive o político — para reconhecer e institucionalizar a diversidade dos outros (...). As características da burguesia brasileira enquanto sujeito político (...) estão marcadas por esta ‘omissão histórica’ que, por outro lado, tem sido reproduzida de mil maneiras pelo Estado e por essa mesma burguesia.” (O'Donnell, 1988, p. 77).

Assim, a heterogeneidade e a desorganização do setor popular brasileiro, que sofre o peso da sua herança escravagista, e a submissão a um sistema de dominação social muito eficiente resultaram na constituição de um setor popular que não consegue organização e identidade suficientes para se impor como ator na política nacional. Em contrapartida, a burguesia constituiu-se como sujeito social e político praticamente sem enfrentar pressões de setores populares organizados e tendo como único interlocutor o Estado.

“Nesse sentido, a relativa ausência do setor popular como sujeito sociopolítico razoavelmente autônomo define a particularidade do modo de ser histórico da burguesia brasileira: uma classe que economicamente conquistou êxitos importantes, mas que se constituiu como sujeito sociopolítico profundamente autoritário — como de resto o foram todas as burguesias até que a crescente organização e presença política do setor popular as levou para o caminho das negociações e concessões democratizantes (...) não existe outro caso na história

de uma burguesia economicamente tão bem-sucedida, que haja sido tão pouco desafiada social e politicamente.” (O'Donnell, 1988, p. 76).

Esses traços conservadores e autoritários presentes na formação da burguesia brasileira se confirmam na atuação do empresariado ao longo do período de transição do regime militar à Nova República. Essa atuação foi caracterizada pela adesão tardia à abertura e pela opção pela fórmula mais conservadora de abandono do autoritarismo na transição. Não surpreende, assim, que, frente à conjuntura complexa e incerta da Nova República, a burguesia brasileira opte pela versão austríaca do neoliberalismo. Essa versão se constitui, como veremos adiante, num somatório de fé irrestrita nas leis de mercado e desconfiança intrínseca na democracia. Entretanto a adoção explícita de uma ideologia que rejeita o Estado em sua função interventora no campo econômico e social — que a burguesia soube aproveitar em outros tempos —, num empenho refundador do capitalismo, é sintomática da profundidade das mudanças operadas nos contextos mundial e local.

O tema da ideologia passa, assim, ao primeiro plano, e a análise do desenvolvimento e da expansão da rede de Institutos Liberais, de seus objetivos e estratégias na Nova República começa a diferenciar-se qualitativamente dos demais espaços de defesa corporativa dos interesses empresariais, para converter-se na análise do projeto hegemônico de frações da burguesia brasileira mais ligadas aos interesses do capital mundial. E, enquanto tal, este abarca um universo humano que escapa ao estrito espaço empresarial, expandindo-se para os setores intelectuais, acadêmicos, jurídicos, etc., capazes de assumir e de prestar seu apoio à configuração de uma concepção de mundo passível de ser apresentada como projeto para toda a sociedade brasileira. Esse projeto encontra no neoliberalismo sua expressão ideológica; na ideologia e no movimento neoconservador internacional, seu modelo e apoio externo; e na rede de Institutos Liberais do Brasil, seu espaço de preparação e difusão interna. É esse complexo de idéias, relações, estratégias e projetos de mudança institucional para a sociedade que propomos desvendar neste trabalho. Mas, para isso, é necessário identificarmos o conteúdo filosófico, social e político que fundamenta a concepção de mundo neoliberal e que se constitui no substrato ideológico do projeto neoliberal. É o que faremos no próximo capítulo.

2 - A DOCTRINA NEOLIBERAL — UMA CONCEPÇÃO DE MUNDO

“Na visão neoliberal, o homem só é livre à medida que os preços são livres. A libertação do homem é consequência e também subproduto da libertação dos preços. Tornando os preços livres o homem se liberta. Assim, nega-se qualquer liberdade humana anterior às relações mercantis ou anterior ao mercado. Desse modo, nega-se também qualquer exercício de liberdade, à medida que esse possa entrar em conflito com as leis de mercado. E não pode haver intervenção estatal no mercado, não se conhecendo nenhum direito humano que não derive de posição no mercado. Os direitos humanos se esgotam no direito de propriedade.” (Hinkelammert, 1998, apud Xavier, 1996, p. 110).

O neoliberalismo propõe-se como uma teoria econômica neutra, científica. Entretanto, enquanto sistema de idéias e noções explicativas da realidade, o neoliberalismo converte-se na ideologia perfeita para a etapa globalizante do capitalismo, por justificar teoricamente a livre circulação dos capitais e a diminuição da interferência do Estado na economia tanto no nível da atividade produtiva direta quanto no dos mecanismos de regulação, em especial aqueles que se referem aos investimentos, à distribuição de renda, à abertura dos mercados nacionais e às relações trabalhistas. Trata-se, em suma, de legitimar, teoricamente, um conjunto de mudanças na forma de gerir a economia e a sociedade, dentre as quais é central a diminuição do papel que o Estado desempenha num modelo econômico que permite maior integração dos países ao processo de globalização financeira, dos mercados e da produção. Acompanham esse processo o aumento da participação dos empresários nas decisões sobre a política econômica (aqui entendida na sua forma mais ampla, que engloba não só as políticas estritamente econômicas — monetária, tributária, fiscal, etc. —, mas, também, a regulamentação da relação entre empresários e trabalhadores) e, em contrapartida, a diminuição do espaço de negociação dos trabalhadores. Afinal, não se pode perder de vista que as teorias econômicas não são meras construções teóricas sobre alternativas econômicas, mas, sim, racionalizações

de interesses políticos de classes e grupos conflitantes, e que, portanto, projetos econômicos pressupõem projetos políticos e sociais (Przeworski; Wallerstein, 1988).

Neste capítulo, apresentamos os intelectuais que compõem o núcleo da Escola Austríaca de Economia e os principais elementos conceituais que constituem a doutrina do neoliberalismo criada por essa escola. A compreensão dessa corrente de pensamento é fundamental para entender os objetivos e as ações dos Institutos Liberais no Brasil, que são inspirados por essa doutrina. Anderson (1995) atribui o surgimento da vertente neoliberal ao contexto da crise do capitalismo nos anos 30. Seus expoentes são os economistas austríacos Ludwig Von Mises e Friederich A. Hayek, que postularam soluções opostas às medidas reformistas de Keynes para resolver a crise do capitalismo. A proposta dos austríacos era o retorno ao capitalismo livre de controles, à economia gerida pela ordem espontânea do mercado. O livro emblemático dos neoliberais é o **Caminho da Servidão**, publicado por Hayek em 1944.¹ O marco histórico de formação do grupo de intelectuais neoliberais foi a sua reunião na Suíça, em 1947, quando fundaram a Sociedade Mont Pelerin.²

A contribuição essencial da Escola Austríaca de Economia fundamenta-se na “teoria marginal do valor subjetivo”, que explica os fenômenos econômicos pelas ações individuais, as quais resultariam de escolhas baseadas em valores pessoais subjetivos (Bichir, 1991) e na noção de eficácia da “ordem espontânea” da economia de mercado como alocadora de recursos escassos através do mecanismo dos preços. A doutrina neoliberal³ derivada dessa escola não se resume a uma corrente de pensamento econômico; ela se coloca como uma concepção global de mundo, que envolve um corpo teórico-epistemológico, uma concepção do mundo, do homem, da constituição da sociedade e da ordem política (Lopez, 1988)⁴. Portanto, para entender o neoliberalismo, é necessário ir além das suas postulações econômicas. “Restringir o debate à particularidade

¹ Publicado pelo Instituto Liberal do Rio de Janeiro em 1990.

² A participação desse grupo num movimento intelectual internacional desde essa época e o papel da Sociedade Mont Pelerin são tratados no Capítulo 3.

³ Os integrantes dessa escola se autodenominam neoliberais, e, para efeitos deste trabalho, adotamos essa mesma denominação, porque ela nos permite distingui-los da corrente liberal mais distante deles, a do liberalismo democrático ou liberalismo social, representado por Harold Laski, John Dewey e C. B. MacPherson, dentre outros.

⁴ Este capítulo foi concebido a partir de discussão com a Professora Doutora Selva Lopez Chirico e incorpora idéias contidas em seu texto **Fundamentos Teóricos do Neoliberalismo**, de 1988 (não publicado).

do mercado ou do Estado, ou ainda mercado *versus* Estado, sem discutir a função que uma ordem econômica tem a cumprir na vida humana, é perder de vista o horizonte da totalidade.” (Xavier, 1996, p. 110).

Os desdobramentos teóricos e ideológicos da teoria neoliberal nos anos 50 a 70 são representados, especialmente, por George Stigler e Milton Friedman, da Escola de Economia de Chicago, cuja teoria monetarista de controle da inflação foi amplamente aplicada no Chile, como vimos no Capítulo 1, e pela teoria da escolha pública (formulada nos anos 60, mas que ganhou enorme proeminência nos 80) de Gordon Tullock e James Buchanan, da Escola de Virginia, que busca entender os fenômenos políticos a partir de seus fundamentos no comportamento individual e propõe a criação de mecanismos institucionais que permitam controlar a expansão dos gastos e do déficit público (Moraes, 1996). Vários outros economistas contribuíram para o desenvolvimento da teoria econômica neoliberal: Frank Knight, Murray N. Rothbard e Israel Kirzner, dentre outros. Além disso, é importante mencionar que alguns economistas neoliberais, membros da Sociedade Mont Pelerin, receberam Prêmios Nobel de Economia: Friederich A. Hayek (1974), Milton Friedman (1976), George Stigler (1982), James Buchanan (1986), Maurice Allais (1988), Ronald Coase (1991) e Gary Becker (1992).

2.1 - A Escola Austríaca de Economia

Neste item, apresentamos os principais teóricos da Escola Austríaca de Economia e as suas idéias fundamentais. O objetivo aqui não é realizar uma análise detalhada do tema ou das teorias desses autores (tarefa que não é objeto desta tese e para a qual não estaríamos qualificados), mas apenas localizar no tempo e no espaço os principais personagens e concepções dessa história intelectual que tem sua origem na Universidade de Viena, no final do século XIX, e que chegou até os dias atuais com a nova roupagem de ideologia neoliberal.

O precursor da Escola Austríaca de Economia foi o Professor Carl Menger, da Universidade de Viena, com sua teoria marginal do valor subjetivo, na qual interpretou o mercado como produto de julgamentos de valor pessoal. Sua obra **Princípios da Economia** foi publicada em 1871. Para os neoliberais, essa teoria teria revolucionado a economia, pois “(...) tornou obsoletos os ensinamentos da Escola Clássica e demoliu as bases do socialismo marxista” (Greaves, 1987, p. 109). A obra de Menger foi desenvolvida e completada por seu discípulo e sucessor na universidade Eugene Böhm-Bawerk (Rothbard, 1988). Ao longo da década de 80, Böhm-Bawerk publicou seus trabalhos nos vários volumes de

Capital and Interest. Ambos morreram no período da I Guerra Mundial. Ludwig Von Mises (1881-1973) e Friederich A. Hayek (1899 -1992) desenvolveram e aprofundaram os estudos da Escola Austríaca de Economia.

Toda a base da teoria econômica da Escola Austríaca é uma crítica à “economia clássica” de David Ricardo e John Stuart Mill e de seus desdobramentos marxistas. Segundo Rothbard (1988), a falha fundamental da escola clássica foi tentar realizar a análise da economia com base em “classes” e não em ações de indivíduos (como fez Menger). Os clássicos não incorporavam em sua análise do valor e do preço as ações dos indivíduos no mercado e as suas motivações subjetivas para comprar ou não comprar um bem. Essa “falha”, segundo os liberais, explica por que, por exemplo, o valor do pão, uma mercadoria extremamente “útil”, é tão inferior ao valor do diamante, um artigo de luxo, sem utilidade, mas extremamente valorizado no mercado. Para os clássicos, a explicação estava em que o pão tinha valor de uso superior aos diamantes, mas, por razões que, segundo os liberais, os clássicos não conseguiam explicar, tinha menor valor de troca.

“Incapazes de analisar as ações dos consumidores, os economistas clássicos tampouco conseguiram explicar satisfatoriamente o que determinava os preços no mercado. Procurando às cegas uma solução, concluíram, lamentavelmente: (a) que o valor era algo inerente às mercadorias; (b) que o mesmo só podia ter sido conferido a esses bens pelos processos de produção; e (c) que sua fonte básica era o ‘custo’ de produção, ou mesmo a quantidade de horas de trabalho nela despendidas.” (Rothbard, 1988, p. 11).

A análise ricardiana permitiu que, mais tarde, Marx desenvolvesse os conceitos do trabalho como produto da quantidade de horas de trabalho e da mais-valia como o juro e o lucro apropriados da classe trabalhadora. Os ricardianos abriram caminho também para a teoria marxista da luta de classes: ao tratar

“(…) da partilha do rendimento da produção exclusivamente em termos de ‘classe’, os ricardianos perceberam apenas uma ‘luta de classe’ entre ‘salários’, ‘lucros’ e ‘aluguéis’ (...) Pensando apenas com base em agregados, os ricardianos dissociaram lamentavelmente as questões de ‘produção’ e ‘distribuição’, concebendo a última como objeto de conflito entre essas classes em luta. Foram forçados a concluir que a elevação dos salários só era possível à custa de redução de juros e rendas” (Rothbard, 1988, p. 12).

Assim, na percepção dos neoliberais, os economistas clássicos não entenderam o consumo e as motivações individuais que o definem, porque suas análises se centravam exclusivamente nas “classes”.

A solução dos paradoxos da Escola Clássica de Economia veio, segundo os neoliberais, da Escola Austríaca de Economia:

“Os austríacos centravam indefectivelmente sua análise no indivíduo, no agente, na medida em que este faz escolhas no mundo real com base em suas preferências e valores. Tendo partido do indivíduo, puderam fundamentar sua análise da atividade econômica e da produção nos valores e desejos dos consumidores individuais. Cada consumidor agiria segundo sua própria escala de preferências e de valores. Esses valores interagiriam e se combinariam para formar as demandas do consumidor, que são a base e o guia da atividade produtiva. Ao fundamentar sua análise no indivíduo que enfrenta o mundo real, os “austríacos” perceberam que a atividade produtiva se baseava em expectativas de satisfazer as demandas dos consumidores (...) O valor é determinado pelas avaliações dos consumidores, e os preços relativos dos bens e serviços são determinados pela avaliação que os consumidores fazem desses produtos e pela intensidade de seu desejo de adquiri-los” (Rothbard, 1988, p. 13).

Por focalizarem sua análise no indivíduo e não na classe, Menger e Böhm-Bawerk conseguiram, segundo Rothbard, resolver o paradoxo do valor que os clássicos não puderam solucionar. Pela “lei da utilidade marginal decrescente”, os austríacos explicavam que a diferença entre o valor do pão e o do diamante se explicava pelo fato de que a abundância de pães no mercado fazia com que seu valor e preço fossem muito inferiores ao dos diamantes, mercadoria muito mais rara no mercado. Segundo esse raciocínio, não haveria contradição entre “valor de uso” e “valor de troca”: “(...) em função da abundância de pães disponíveis, um pão é menos ‘útil’ para o indivíduo que um quilate de diamante” (Rothbard, 1988, p. 14). Assim, para a teoria subjetivista do valor, “(...) os preços de mercado não são determinados em função dos custos de mão-de-obra, materiais e ferramentas, mas da importância que os consumidores atribuem a um produto final” (Xavier, 1996, p. 113).

“Não devemos subestimar o fato de que, na realidade, nenhum alimento é valorado apenas pelo seu valor nutritivo e nenhuma casa ou vestimenta apenas por proteger da chuva e do frio. Não se pode negar que a demanda por bens é largamente influenciada por considerações metafísicas, religiosas e éticas, por julgamentos de valores estéticos, por costumes, hábitos, tradições, modas e muitas outras coisas.” (Mises apud Xavier, 1996, p. 120).

Se, pela teoria econômica austríaca, cada fator de produção — trabalho, terra ou bem de capital — tem uma cotação no mercado segundo sua “utilidade marginal”, seu preço ou valor também varia de acordo com sua abundância ou raridade no mercado. Assim, baseados nas ações dos indivíduos e, portanto, na análise marginal, os economistas austríacos afirmam ter resolvido o problema da distribuição da renda no mercado e demonstrado que “(...) não havia nenhum conflito ou luta de classe arbitrária e irracional entre as diferentes classes de fatores; ao contrário, cada tipo de fator contribui harmoniosamente para o produto final, destinado a satisfazer os mais intensos desejos dos consumidores com a máxima eficiência (i.e., com o menor dispêndio de recursos)” (Rothbard, 1988, p. 14). Nessa concepção, não há separação entre produção e distribuição no mercado livre.

“As avaliações e as demandas dos consumidores determinam os preços finais dos bens de consumo (...) que, por sua vez, orientam a atividade produtiva e determinam sucessivamente os preços das unidades cooperantes de fatores: níveis individuais de salários, aluguéis e preços de bens de capital. A ‘distribuição de renda’ seria simples decorrência do preço de cada fator.” (Rothbard, 1988, p. 15).

Também no que se refere aos lucros e à questão do trabalho incorporado, Böhm-Bawerk desenvolveu sua análise a partir do comportamento do indivíduo. Baseado numa lei básica da ação humana, a de que todos querem realizar seus desejos, e o mais rápido possível, o economista austríaco desenvolveu o conceito de “preferência temporal”, segundo o qual as pessoas estão interessadas em consumir bens no momento, por isso não investem toda a sua renda em bens de capital, o que aumentaria a quantidade de bens a ser produzida no futuro.

“Quanto mais elevada for sua taxa de preferência temporal, maior será a parte de sua renda que consumirá no momento; quanto mais baixa for esta taxa, mais economizará e investirá na produção futura. É exclusivamente o fato da preferência temporal que dá origem ao juro e ao lucro. Por sua vez, o grau e a intensidade das preferências temporais determinam os níveis das taxas de juros e de lucros.” (Rothbard, 1988, p. 16).

O mesmo se dá no caso da taxa de juros sobre empréstimos. Como decorrência do fato universal da preferência temporal, “(...) os bens atuais são mais valiosos que os bens futuros, e o credor terá de cobrar — ao mesmo tempo que o devedor se disporá a pagar — um prêmio pelo bem atual. Esse prêmio é a taxa de juros” (Rothbard, 1988, p. 16).

Böhm-Bawerk também demonstrou, segundo Rothbard (1988), que é a preferência temporal que determina a taxa de lucro empresarial. No processo de

produção, os capitalistas encontrar-se-iam na posição de credores, pois eles adiantam aos trabalhadores o seu salário mensal, quando o produto final, um automóvel, por exemplo, leva um certo tempo para ser produzido e vendido no mercado. Segundo o próprio Rothbard (1988, p. 17), os capitalistas “(...) prestam assim o serviço de esperar até que o produto final seja vendido aos consumidores para, então, receber seu dinheiro. É em função desse serviço vital que trabalhadores e agricultores estão mais do que dispostos a ‘pagar’ aos capitalistas seu lucro ou juros” .

A teoria econômica desenvolvida por Menger e Böhm-Bawerk foi aprofundada por Mises. Graduado em Direito e Economia, formou-se dentro da Escola Austríaca de Economia com Böhm-Bawerk. Em 1913, Mises tornou-se professor na Universidade de Viena e, de 1909 até 1934, foi também consultor econômico da Câmara de Comércio Austríaca. De 1934 a 1940, fugindo da ameaça nazista na Áustria, Mises lecionou no Institut Universitaire des Hautes Etudes Internationales de Genebra (que abrigou vários liberais exilados durante a Guerra). Emigrou para os Estados Unidos em 1940, integrando-se à New York Graduate School of Business Administration. Parte significativa de sua contribuição à teoria econômica foi escrita em inglês e publicada nos Estados Unidos: as duas obras **Bureaucracy e Omnipotent Government**, publicadas em 1944, **Human Action** (1949), **The Anticapitalist Mentality, Theory and History** (1957) e **The Ultimate Foundation of Economic Science** (1962).⁵ A contribuição de Mises foi além de seus mestres, ao desenvolver não apenas as questões ligadas à moderna teoria do mercado, mas também à teoria da moeda, do ciclo econômico, e a análise das distorções econômicas provocadas pela interferência do governo, já que ele foi um grande crítico de todas as formas de intervenção (Greaves, 1987).

Segundo o Economista Murray Rothbard (1988, p. 19), em seus estudos iniciais Mises preocupou-se em completar as lacunas teóricas da Escola Austríaca, em especial a análise da oferta e da demanda de moeda, que era, até então, feita de forma dissociada do resto da economia de mercado. Mises propôs-se a realizar uma análise através da aplicação integrada da teoria da utilidade marginal à oferta e à demanda da própria moeda. Suas descobertas a esse respeito foram publicadas no livro **A Teoria do Dinheiro e do Crédito** (1912). Partindo da noção de que o preço de cada bem é determinado pela quantidade disponível e pela intensidade da demanda, Mises afirmava que o preço ou poder

⁵ O Instituto Liberal publicou várias obras de Ludwig Von Mises no Brasil: **As Seis Lições; Liberalismo; O Mercado; Uma Crítica ao Intervencionismo; A Mentalidade Anticapitalista;** e **Ação Humana: um Tratado de Economia.**

de compra da unidade monetária seria também determinado no mercado. O que prejudicava esse equilíbrio da moeda no mercado era a emissão de moeda pelos governos, que provocava inflação. A solução para Mises seria tirar o sistema monetário do controle do governo, extinguindo os bancos centrais, que, segundo ele, terminavam funcionando como um expediente inflacionário destinado a livrar os bancos das restrições do mercado. Mises criticava todos os mecanismos econômicos que frutificaram do reordenamento mundial após a I Guerra: estatismo, planejamento governamental, intervenção econômica, papel-moeda sem lastro emitido pelo governo, inflação e hiperinflação, tarifas e controles cambiais (Rothbard, 1988, p. 30).

Dos anos 20 a 30, Mises seguiu desenvolvendo pesquisas sobre a intervenção do estado na economia, publicadas em várias obras: uma crítica à intervenção na economia e ao planejamento governamental em **Socialismo** (1922); um elogio aos méritos do liberalismo clássico em **Liberalismo** (1927); e, novamente, uma série de artigos críticos às medidas econômicas estatistas em **Crítica ao Intervencionismo**, de 1929. A partir de então, começou a preocupar-se com a construção de uma base filosófica e metodológica para a economia, publicando, em 1933, o livro **Problemas Epistemológicos em Economia**, criticando as influências do “(...) institucionalismo — que basicamente negava toda a ciência econômica — e a do positivismo que (...) procurava fundamentar a teoria econômica nas mesmas bases das ciências físicas” (Rothbard, 1988, p. 34). Mises criticava, assim, a abordagem “científica” da economia, que, segundo ele, estudaria:

“(...) o comportamento de seres humanos com os mesmos métodos a que recorre a física newtoniana para estudar a massa e o movimento. Com base nessa abordagem pretensamente ‘positiva’ dos problemas da humanidade, planejam criar uma ‘engenharia social’, uma nova técnica que permitiria ao ‘czar econômico’ da sociedade planejada do futuro manejar homens vivos do mesmo modo que faz a tecnologia, que permite ao engenheiro manejar matérias inanimadas” (Mises apud Rothbard, 1988, p. 35).

Em 1949, Mises publicou em inglês sua obra mais completa, **Ação Humana: um Tratado de Economia**, uma tentativa de inserir a economia na totalidade da vida humana. Nessa obra, ele refletia sobre as conseqüências do viés positivista na economia, que levava os economistas a acreditarem que podiam observar regularidades quantitativas do comportamento humano e, a partir delas, conceber leis que poderiam prever a ação humana, artifício que seria utilizado pelos economistas para elaborar suas economias dirigidas e planejadas. Contra essa teoria, Mises propôs a praxiologia, ou teoria da ação humana, fundada no “homem em ação”, guiado por suas próprias metas e cujo

comportamento resultante jamais poderia ser codificado em “leis” históricas quantitativas, pois “(...) ninguém jamais descobriu uma única constante quantitativa no comportamento humano (...) dada a livre vontade inerente a todo indivíduo” (Rothbard, 1988, p. 36-41).

Friederich Hayek foi aluno de Mises e também se tornou professor de Economia na Universidade de Viena, nos anos 30. É talvez o teórico mais divulgado da Escola Austríaca e foi um crítico sistemático das idéias keynesianas e de todas as formas de coletivismo. Hayek foi também um militante na campanha pela propagação do ideário neoliberal, como veremos no próximo capítulo. Quanto à sua carreira acadêmica, ela pode ser dividida em quatro fases. Após concluir seus estudos em Direito e Ciências Políticas, Hayek dirigiu o Instituto Austríaco de Pesquisas Econômicas da Universidade de Viena, de 1929 a 1931. Transferiu-se, então, para a Inglaterra, para assumir uma cátedra na London School of Economics até 1950. Iniciou então sua fase norte-americana, lecionando na Universidade de Chicago de 1950 a 1962. A última fase de sua carreira levou-o de volta à Europa, ocupando uma cátedra em Freiburg até 1969.⁶

A produção teórica de Hayek abrange os campos da Economia, da Filosofia Política e do Direito. Em 1929, publicou **A Teoria Monetária e o Ciclo do Comércio**, onde aplicou os estudos sobre o sistema monetário de Mises ao fenômeno das flutuações econômicas; em 1937, lançou **Nacionalismo Monetário e Instabilidade Internacional**, com advertências contra as consequências das profundas alterações provocadas na ordem monetária internacional a partir de 1931; e, em 1941, publicou **A Teoria Pura do Capital** (Maksoud, 1998, p. 14). Mas suas obras mais famosas são as que tratam da Filosofia Política e da teoria do Direito, como **Cientificismo e o Estudo da Sociedade**, de 1942, uma crítica à tentativa de aplicar os conceitos e métodos das ciências naturais às ciências sociais (publicado em 1952 como a **Contra-Revolução da Ciência**); **O Caminho da Servidão** (1944), seu livro mais propagandístico, onde denuncia que o planejamento centralizado da economia leva ao fim da sociedade liberal e à servidão; **Individualismo e Ordem Econômica** (1948); **A Constituição da Liberdade** (1960); e a trilogia **Direito, Legislação e Liberdade**, produzida entre 1974 e 1978. Nessas obras, Hayek desenvolveu seus argumentos sobre a importância da constituição da sociedade livre através de instituições que sejam produtos da ação humana e não do planejamento; de leis

⁶ Entre 1977 e 1981, Hayek esteve três vezes no Brasil, para dar palestras a convite da revista **Visão**. Henry Maksoud, Diretor da revista na época, era um seguidor fiel de suas idéias, as quais publicava seguidamente nos editoriais da revista **Visão**. Algumas informações sobre Hayek citadas nesta parte foram colhidas da apresentação que Maksoud fez do professor austríaco em 1997, reproduzida pela revista **Think Tank** (1998).

que sejam naturais e não fabricadas pela vontade das maiorias democráticas; de um Estado de direito — o mais importante princípio da sociedade livre — que dependa das duas condições anteriores; e de que esse Estado de direito estabeleça que os homens sejam tratados com igualdade, mas não que sejam iguallados.

2.2 - Principais elementos conceituais da doutrina neoliberal

Após essa síntese dos principais autores e das noções fundamentais propostas pela Escola Austríaca de Economia, faz-se necessário analisarmos com mais detalhes alguns conceitos fundamentais desenvolvidos principalmente por Mises e Hayek, que transformaram a corrente teórica neoliberal numa verdadeira concepção de mundo (Lopez, 1988; Xavier, 1996). Para tanto, vamos analisar três idéias fundamentais dessa teoria: os conceitos do homem, da sociedade e da política.

2.2.1 - A concepção da desigualdade entre os homens

O neoliberalismo fundamenta-se na idéia de desigualdade natural entre os homens. Essa desigualdade se manifesta mesmo entre irmãos, que se diferenciam tanto em suas características físicas quanto mentais e, sobretudo, na “(...) inata desigualdade dos homens com relação à capacidade de realizar diversos tipos de trabalho” (Xavier, 1996, p. 111). Para os clássicos do pensamento neoliberal, Mises e Hayek, *“Nada hay que descansa sobre un fundamento mas débil que la afirmación de la supuesta igualdad de todo lo que tiene forma humana”* (Mises) e *“(...) las desigualdades sociales son inevitables, puesto que expresan las diferentes capacidades de adaptación de los individuos a las leyes del mercado y las cambiantes condiciones históricas”* (Hayek, apud Lopez, 1988). As conseqüências desses pressupostos para a formulação democrática são funestas, como se verá adiante. Hobbes e Locke, em suas concepções originais, também não davam lugar à idéia democrática. Nesse sentido, pode-se afirmar que o neoliberalismo significa um retorno às origens, nesse caso, de cunho marcadamente reacionário (Lopez, 1988), e, sobretudo nas últimas décadas, fornece várias das justificativas teóricas para o movimento neoconservador internacional, que tem sua origem e liderança nos Estados Unidos (Borón, 1981) e na Grã-Bretanha, como analisaremos no próximo capítulo.

Para entender as postulações dos neoliberais, faz-se necessário um retorno aos clássicos fundadores do liberalismo: Hobbes e Locke. “O liberalismo é entendido nessa doutrina como um corpo teórico que tem seu fundamento no individualismo possessivo, cuja noção fundamental é a de que o homem se relaciona com a realidade através da propriedade de si mesmo e de seus bens.” (Lopez, 1988). Essa idéia foi amplamente desenvolvida por MacPherson em sua obra clássica **A Teoria Política do Individualismo Possessivo**, onde trata de esclarecer as dificuldades do pensamento liberal democrático:

“O presente estudo é uma tentativa de fazer isso. Ele propõe que as dificuldades da moderna teoria liberal-democrática são mais profundas do que se havia pensado antes: que o individualismo oriundo do século XVII continha a dificuldade central, residindo esta na sua qualidade possessiva. Sua qualidade possessiva se encontra na sua concepção do indivíduo como sendo essencialmente proprietário de sua própria pessoa e de suas próprias capacidades, nada devendo à sociedade por elas. O indivíduo não era visto nem como um todo moral, nem como parte de um todo social mais amplo, mas como proprietário de si mesmo. A relação de propriedade, havendo-se tornado para um número cada vez maior de pessoas a relação fundamentalmente importante, que lhes determinava a liberdade real e a perspectiva real de realizarem suas plenas potencialidades, era vista na natureza do indivíduo. Achava-se que o indivíduo é livre na medida em que é proprietário de sua pessoa e de suas capacidades. A essência humana é ser livre da dependência das vontades alheias, e a liberdade existe como exercício da posse. A sociedade torna-se uma porção de indivíduos livres e iguais, relacionados entre si como proprietários de suas próprias capacidades e do que adquiriram mediante a prática dessas capacidades. A sociedade consiste nas relações de troca entre proprietários. A sociedade política torna-se um artifício calculado para a proteção dessa propriedade e para a manutenção de um ordeiro relacionamento de trocas” (MacPherson, 1979, p. 15).

Dessa forma, todo o raciocínio neoliberal gira em torno de uma percepção individualista e atomística da sociedade, identificada com as condições do mercado capitalista, às quais todos os homens se subordinam (Lopez, 1988). O fundamental no mercado, para os neoliberais, é a liberdade econômica e não a igualdade política.

O problema para os neoliberais (e conservadores em geral) é que os povos apresentam uma tendência histórica a reivindicar maior participação, em especial a intensificar suas demandas por “(...) *una creciente e insaciable igualdad, no solo legal y política, es decir de oportunidades, sino igualdad de condición*”

económica y social” (Borón, 1981, p. 45). Tocqueville — um teórico liberal que encontra grande repercussão entre os liberais brasileiros —, em seu tratado **A Democracia na América**, de 1835, já havia denunciado a luta pela igualdade como uma luta que avança entre as ruínas que ela mesmo cria através dos séculos e que, ainda que os povos democráticos possuam uma predileção natural pela liberdade, “(...) tem pela igualdade uma paixão ardente, insaciável, eterna, invencível; desejam a igualdade dentro da liberdade, e, se não a podem obter, ainda a desejam na escravidão. Suportarão a pobreza, a servidão, a barbárie, mas não suportarão a aristocracia” (Tocqueville, 1987, p. 385).

Assim, entre os dois princípios que estruturam o pensamento de Tocqueville — liberdade e igualdade —, o neoliberalismo opta claramente pela liberdade. A liberdade de que se fala não é política, já que, dentro do conceito neoliberal, a liberdade individual não tem como pressuposto a liberdade política (Lopez, 1988). “*Un pueblo de hombres libres no es necesariamente un pueblo libre.*” (Hayek, 1965). O neoliberalismo fundamenta a concepção de liberdade negativa considerando-a um atributo estritamente individual, sem dimensões sociais, e como uma situação que obriga o indivíduo a assumir todos os riscos da condução de sua própria vida de forma individual e independente. “*Es indudable que ser libre puede significar libertad para morir de hambre.*” (Hayek, 1965). Em sua autobiografia, o Filósofo e ex-socialista Karl Popper também manifestou claramente sua preferência pela liberdade:

“(...) if there could be such a thing as socialism combined with individual liberty, I would be a socialist still. For nothing could be better than living a modest, simple, and free life in an egalitarian society. It took some time before I recognised this as no more than a beautiful dream; that freedom is more important than equality; that the attempt to realise equality endangers freedom; and that, if freedom is lost, there will not even be equality among the unfree” (Popper apud Cockett, 1995, p. 7).

A ênfase que os neoliberais colocam no conceito de liberdade em detrimento do de igualdade revela o darwinismo social implícito na concepção neoliberal. Afinal, no momento em que a questão da igualdade é tratada como uma questão menor, desconsideram-se todas as lutas sociais e as vitórias históricas dos povos por igualdade de direitos, e abre-se caminho para a exaltação da grandeza do mais forte, e, inclusive, para a idéia de revitalização da sociedade através do sofrimento e da eliminação dos fracos (Lopez, 1988).

2.2.2 - A concepção da sociedade como mercado

No entendimento dos neoliberais austríacos, “(...) a sociedade em si não existe, a não ser através de ações individuais” (Xavier, 1996, p. 111). São essas ações individuais que os homens empreendem para satisfazer seus desejos e necessidades que levam à cooperação social e, portanto, à vida em sociedade. Essa concepção é fundamentada no conceito de praxiologia, desenvolvido por Mises em sua obra **Ação Humana: um Tratado de Economia**, de 1949, e que trata, como vimos, das ações intencionais dos homens para sobreviver no mundo exterior — a sociedade. Para Mises, a sociedade seria o *locus* onde os homens interagem e cooperam para atingir seus objetivos individuais:

“A cooperação social nada tem a ver com amor pessoal, nem com um mandamento que nos diz para amarmos uns aos outros. As pessoas não cooperam sob a égide da divisão do trabalho porque amam ou deviam amar uns aos outros. Cooperam porque assim servem melhor a seus próprios interesses. Nem é amor, nem a caridade ou qualquer outro sentimento afetuoso, mas sim o egoísmo, corretamente entendido, que originalmente impeliu o homem a se ajustar às exigências da sociedade, a respeitar as liberdades e direito de seus semelhantes e a substituir a amizade e o conflito pela cooperação pacífica” (Mises apud Xavier, 1996, p. 111).

Essa concepção de sociedade está fundamentada em determinadas noções epistemológicas. Segundo Moraes (1996, p. 122), Hayek já demonstrava preocupação com temas epistemológicos, do Direito e da Política no ensaio **Economics and Knowledge**, de 1937. Mas, para Lopez (1988), foi em **The Contrarevolution of Science**, de 1952, que Hayek apresentou uma concepção epistemológica mais desenvolvida. Nela, o conhecimento é imperfeito e subjetivo, além de ser sempre concreto e referido à realidade individual. Portanto, na perspectiva de Hayek, as totalidades (classes, país, capitalismo) não são observáveis, são apenas construções da mente:

“No hay tal cosa como la capacidad productiva de la sociedad en abstracto (...) hay solo individuos particulares que tienen cierto conocimiento concreto sobre el modo en que cosas particulares pueden usarse para propósitos particulares. Nunca existe el conocimiento como un todo integrado o en una mente (p. 92). (...) los todos como ('clase', 'sociedad', 'capitalismo', 'país') no son nunca dados a nuestra observación (como las flores o las mariposas); son sin excepción construcciones de nuestra mente... (p. 92) (...) La mente

humana no puede nunca captar un todo en el sentido de todos los aspectos diferentes de una situación real (Hayek apud Ruiz, 1984, p. 74).

Tais postulados permitem aproximar essa posição epistemológica ao individualismo metodológico, que interpreta os fatos sociais como relações orientadas por fins ou objetivos característicos das condutas de indivíduos e nunca de entidades coletivas (Lopez, 1988). Nessa concepção, os objetos das ciências sociais só aparecem “(...) *en la medida en que la acción conciente de muchos hombres produce resultados no intencionados (o no deliberados) en la medida en que se observa regularidades que no son designio de nadie*” (Hayek apud Ruiz, 1984, p. 74). O melhor exemplo de um objeto dotado dessas características seria o do mercado enquanto ordem espontânea, fruto de ações humanas não deliberadas e conscientes.

As idéias políticas e sociais dos economistas austríacos que enfatizam a incapacidade do conhecimento objetivo da realidade estão muito próximas das idéias de Popper, desenvolvidas na mesma época em que Hayek se aplicava na crítica ao planejamento e ao coletivismo, que seria publicada em seu livro **O Caminho da Servidão**. Popper e Hayek mantiveram intensa correspondência enquanto o primeiro vivia na Nova Zelândia (Cockett, 1995, p. 85). Na obra **A Sociedade Aberta e seus Inimigos**, de 1936, Popper também contestava o coletivismo através de uma crítica às idéias filosóficas que servem de substrato para as doutrinas totalitárias. O foco de sua crítica é a pretensão de “conhecimento infalível” dos ideólogos do nazismo e do comunismo, que os leva a recomendarem a adoção de regimes totalitários para colocarem suas propostas em prática. Em 1944, no livro **A Miséria do Historicismo**, Popper desenvolveu esses pressupostos numa crítica ao determinismo histórico marxista, defendendo a idéia de que os eventos sociais não podem ser previstos porque as novas descobertas têm impactos imprevisíveis sobre a sociedade (Prunes, 1998, p. 12).

A concepção epistemológica que só admite o conhecimento parcial da realidade é o que explica a condenação que a Escola Austríaca faz da pretensão de planejamento global da sociedade e do socialismo, o “caminho da servidão”. Essa pretensão provocaria enormes erros e levaria à exacerbação da autoridade sobre o indivíduo. Os trechos de Hayek citados a seguir ilustram essa afirmação:

“Ações baseadas na crença de que possuímos conhecimento e poder tais que nos permitem moldar os processos sociais inteiramente de acordo com nossa vontade — conhecimento e poder que, na realidade, não possuímos — provavelmente nos levarão a fazer muito mal (...) Este poder talvez não seja mau em si mesmo, mas seu exercício

pode vir a obstruir o funcionamento daquelas forças espontâneas ordenadoras que, efetivamente, tanto ajudam os homens na persecução de seus ideais, mesmo que eles não consigam entendê-las” (Hayek apud Moraes, 1994, p. 8).

“Numa sociedade planificada todos saberemos que estamos em melhor ou pior situação que outrem, não em virtude de circunstâncias que ninguém controla e que é impossível prever com certeza, mas porque alguma autoridade assim o quer. E todos os esforços que envidaremos para melhorar nossa situação não visarão a prever da melhor maneira essas circunstâncias sobre as quais não temos nenhum controle e a prepararmos-nos para elas; visarão antes a influenciar em nosso favor a autoridade que detém todo o poder” (Hayek, 1990, p. 113).

O mercado seria, então, de acordo com a concepção epistemológica da Escola Austríaca, o único fator racional de ordenamento da sociedade e de sua organização econômica, bem como o sistema ótimo de alocação de recursos. No mercado, são definidos livremente os preços, pela lei da oferta e da demanda, a própria produção, a concorrência e o lucro. São os consumidores que definem, a partir de suas preferências, a qualidade e a quantidade do que deve ser produzido. A soberania dos consumidores só é violada quando os preços são determinados por monopólios, que representam uma degeneração do livre mercado. “Nos casos em que o monopólio é de todo inevitável, é preferível o monopólio privado — que raramente é total e tem pouca duração, devido à maior possibilidade de surgir um concorrente — ao monopólio estatal, que é protegido pela lei e contra a competição em potencial.” (Xavier, 1996, p. 114).

Essa é a razão por que uma sociedade socialista que suprime os preços de mercado não pode funcionar, segundo a argumentação de Mises em sua obra de 1949 **Ação Humana: um Tratado de Economia**. Ao suprimirem os preços definidos pelo mercado, os planejadores não têm mais como determinar os valores relativos e a importância dos diferentes fatores de produção, perdendo, assim, os meios para planejar eficientemente uma produção em larga escala. Dessa forma, o mercado passa a representar tudo o que é bom e justo na sociedade:

“(...) o mercado é matriz da justiça, da liberdade e da riqueza. Da justiça, uma vez que supostamente recompensa aqueles que demonstram habilidade, dedicação e diligência. Da riqueza, pela eficiência na alocação dos recursos existentes, pondo à disposição da sociedade os bens de que ela mais necessita. E da liberdade, porque a distribuição das posses materiais não estaria submetida à ação deliberada de qualquer pessoa” (Moraes, 1994, p. 7-8).

Questões como a desigualdade da renda e da riqueza são, nessa concepção, inerentes à economia de mercado e condição fundamental para o seu funcionamento e encontram seu fundamento, obviamente, na desigualdade natural entre os homens. Para os neoliberais, a pobreza é o resultado da ação de pessoas que não são capazes de cuidar de si, e a sua contrapartida, o luxo, é um elemento dinamizador da economia, porque gera novas necessidades e estímulo à indústria (Xavier, 1996, p.115-116). Esse argumento foi explicitado por Mises em sua obra **Liberalismo**⁷, de 1927:

“Há duas ou três gerações se considerava um luxo ter um banheiro dentro de casa, mesmo na Inglaterra. Hoje, a casa de todo trabalhador inglês, do melhor tipo, contém um. Há trinta e cinco anos não havia automóveis; há vinte anos, a posse de um desses veículos era sinal de um modo de vida particularmente luxuoso. Hoje, nos Estados Unidos, até um operário possui o seu Ford. Este é o curso da história econômica. O luxo de hoje é a necessidade de amanhã. Cada avanço, primeiro, surge como luxo de poucos ricos, para, daí a pouco, tornar-se uma necessidade por todos indispensável. O consumo de luxo dá à indústria o estímulo para descobrir novas coisas (...) A ele devemos as progressivas inovações, por meio das quais o padrão de vida de todos os estratos da população se tem elevado gradativamente” (Mises, 1987, p. 35).

A manutenção de tradições e valores herdados também tem um peso significativo na concepção neoliberal da sociedade. Essa idéia de sociedade descentralizada e atomizada, derivada da ação racional dos homens perseguindo fins úteis, reconhece, além do mercado, outra fonte original: o sistema de tradições, instituições e normas, todos também ordens autogeradas que reúnem a experiência e a sabedoria das gerações anteriores e que, como o mercado, não respondem a nenhum desenho humano prévio (Lopez, 1988).

“Segundo Hayek os sucessos dos indivíduos beneficiam-se de mais conhecimentos do que eles podem manipular. Muito do que se prova útil para nós não pode ser articulado por nós. O ajustamento das ações humanas frente a situações mutáveis não é produzido apenas por conexões conhecidas e transparentes entre meios e fins. Muito freqüentemente, os indivíduos chegam a esse ajuste seguindo sinais redutores e sintéticos, como os valores monetários, ou pela obediência a hábitos e costumes. Normas e valores morais, leis e instituições, cujas origens muito freqüentemente desconhecemos.” (Moraes, 1996, p. 123).

⁷ Publicada pelo Instituto Liberal do Rio de Janeiro em 1987.

A idéia de desenvolvimento histórico da sociedade fica, assim, completamente comprometida por esse tradicionalismo, já que a substituição desses valores e instituições com o objetivo de superar os limites da sociedade burguesa através da concepção marxista de revolução social, segundo Popper, só levaria à violência e à destruição da liberdade. É o que se depreende desse trecho de **Críticas de Teorias Clássicas da História**, citado por Xavier (1996):

“O fato torna-se evidente se virmos que uma revolução destrói sempre a estrutura tradicional e institucional da sociedade. Ao destruí-la, faz necessariamente perigar o próprio conjunto de valores para cuja realização tinha sido empreendida. Com efeito, um conjunto de valores só pode ter significado social na medida em que exista uma tradição social que os sustente. Isto é tão verdade para os objetivos de uma revolução como para quaisquer outros valores (...) Numa revolução, tudo é posto em dúvida, incluindo as intenções dos revolucionários bem intencionados; intenções essas que se desenvolvem a partir da sociedade que a revolução destrói e da qual faziam necessariamente parte” (Popper apud Xavier, 1996, p. 117).

Essa concepção profundamente conservadora induz os neoliberais a explicarem a crise social contemporânea como conseqüência do Welfare State e da democracia social, ambos produtos da crença equivocada de que é possível intervir para melhorar a sociedade. Para os neoliberais, a única possibilidade de superação estaria na restauração dos valores do mercado livre (Lopez, 1988). Dessa forma, os neoliberais excluem a possibilidade de construção de um modelo de sociedade alternativo a ambos e tomam partido decididamente pela sociedade aberta, a melhor de todas que já existiram. “Hayek pretende assim tomar como dado — e com isso alojar no campo do eterno, ‘evidente’ e ‘natural’ — aquilo que na análise marxista é uma forma histórica de produção: a sociedade burguesa.” (Moraes, 1994, p. 9).

Ao definir a teoria econômica de livre mercado como a verdade científica, a ideologia neoliberal auto-atribui-se *status* científico. Emerge dessa noção uma condenação a leis históricas tendenciais e a qualquer posição que trate de prever o desenvolvimento futuro e moldá-lo. Essa condenação é extremamente ampla e inclui todas as variantes do intervencionismo, desde o Estado keynesiano ao socialismo, como já mencionamos. Entretanto essa condenação vai muito além do socialismo. Qualquer outra manifestação de impulso organizador à margem da ordem auto-regulada do mercado deve ser eliminada a fim de que não interfira com o mercado. Por isso, um dos objetivos políticos essenciais do neoliberalismo é o de tornar sem sentido a confrontação de projetos antagônicos entre atores sociais organizados em partidos, sindicatos, etc., chegando, inclusive, ao desmantelamento dessas organizações (Lopez, 1988). A

forma rápida de fazê-lo admite a coerção aberta — como ocorreu no Chile durante a ditadura de Pinochet, como vimos no Capítulo 1 —, mas há outra mais eficiente a longo prazo: a substituição da política pela tecnocracia.

2.2.3 - A concepção de política e do Estado Mínimo

Essa transformação do mercado capitalista em algo “natural” e “a-histórico” leva os neoliberais a definirem a economia como a verdadeira ciência e suas recomendações como princípios inquestionáveis, pois não se pode discutir a ordem natural das coisas. “A discussão sobre fins e valores — objeto da política — é substituída pela submissão às determinações sobre os melhores meios para fazer cumprir as leis do mercado. A política é substituída pela tecnocracia, portadora, por sua vez, da ‘verdadeira ciência econômica’.” (Lopez, 1988). Nessa concepção, os políticos, sempre condenados pelos neoliberais por serem corruptos e favorecerem os interesses de seus grupos de apoio — com vistas, obviamente, a sua própria reeleição —, são substituídos pelos tecnocratas, portadores do saber “científico” e “isentos” de interesses políticos. O exemplo do Chile, novamente, e da atuação dos economistas neoliberais, os “Chicago *boys*”, permite fazer uma idéia clara dessa “isenção”.

Se a teoria do neoliberalismo transforma o “mercado” capitalista na “sociedade” capitalista, regida exclusivamente pela “verdade científica” contida na economia administrada pelos tecnocratas, então pode-se deduzir que a concepção de política do neoliberalismo é realmente uma “(...) antipolítica, entendendo-se a política como vontade dos homens aplicada na decisão sobre como aprimorar suas condições materiais de vida” (Lopez, 1988). Essa conclusão é comprovada pelo próprio Hayek. Em artigo publicado, em 1980, numa revista chilena, ele deixava claro que o seu pressuposto era a idéia da derrubada da política:

“(...) una vez que le demos licencia a políticos para interferir en el orden espontaneo del mercado para beneficiar a grupos particulares, ellos no pueden negarle tales concesiones a ningún grupo del cual dependa su respaldo. Así, ellos inician ese proceso acumulativo que lleva por necesidades internas, si no a lo que los socialistas imaginan, si a una dominación siempre creciente de los políticos sobre el proceso económico” (Hayek apud Lopez, 1988).

Na realidade, para os neoliberais, a economia e a política não são separadas; antes disso, não existe liberdade política sem liberdade econômica, e a economia é “(...) tratada como um fim em si mesmo e como um instrumento indispensável para obtenção da liberdade política” (Xavier, 1996, p. 114). Como a única ameaça à liberdade viria da concentração de poder e da tentativa de limi-

tação da liberdade econômica, os neoliberais propõem a limitação e a descentralização do poder governamental. Isto porque os neoliberais têm uma “(...) concepção negativa do poder, segundo a qual ele não é uma relação social, senão pura coerção sobre o indivíduo, procedente do Estado ou de algumas organizações sociais” (Lopez, 1988). Nessa concepção, portanto, o poder econômico não é considerado fruto de uma relação social (assim como a desigualdade social, como vimos), e a autoridade é necessária apenas para controlar a coerção e evitar a arbitrariedade. O objetivo final é alcançar um Estado Mínimo.

“No ideário liberal, o papel do governo parece reduzir-se a algumas poucas funções básicas: 1) proteger cidadãos contra inimigos externos, reais ou potenciais; 2) garantir a liberdade e a possibilidade de autodeterminação dos indivíduos; 3) manter uma estrutura institucional que permita aos indivíduos cooperar eficientemente; 4) garantir a segurança material das pessoas — para que o padrão de vida dos cidadãos não caia abaixo de certo mínimo de decência, intervenção à qual geralmente se adiciona o limite estampado no lema: *material security, not material equality*.” (Moraes, 1996, p. 123).

Assim, se ao Estado é atribuída apenas a função de aparato social de coerção, que deve impedir que os indivíduos (ou empresas) pratiquem atos que prejudiquem a preservação e o funcionamento da economia de mercado, obviamente a intervenção do Estado na vida dos indivíduos ou nas atividades econômicas deve ser mínima. Ela deve se dar apenas no sentido de garantir o funcionamento de algumas atividades econômicas ou, por outro lado, quando grupos organizados tentarem defender ou reivindicar regras para o trabalho em determinados setores econômicos, como fazem os sindicatos. Isto porque os neoliberais consideram os sindicatos como “monopólios de mão-de-obra”. Vimos, no item anterior, que todas as formas de monopólio são consideradas uma “degeneração do livre-mercado”, e, portanto, imagina-se que os neoliberais tenham uma solução para esse problema. Essa solução existe, mas vem sob a forma de duas propostas de ação estatal radicalmente opostas. Como bem observa Xavier (1996, p. 118), para combater os monopólios industriais, os neoliberais propõem a não-intervenção do Estado sob a justificativa de que eles não tendem a durar indefinidamente. Contudo, contra os sindicatos, a receita é a intervenção do Estado para eliminar as garantias de direitos trabalhistas através de reformas constitucionais. Hayek ilustra bem a diferença de tratamento da ação estatal:

“O Estado que controla pesos e medidas (ou impede de qualquer outro modo o estelionato e a fraude) é indubitavelmente ativo, ao passo que o Estado que permite o uso da violência — por piquetes de grevistas, por exemplo — é inativo. Entretanto, é no primeiro caso

que o Estado observa os princípios liberais, enquanto no segundo não o faz. Do mesmo modo, no que concerne à maioria das normas gerais e permanentes estabelecidas pelo Estado no campo da produção, tal como códigos de construção ou legislação fabril, elas podem ser sensatas ou insensatas num caso particular, mas não conflitam com os princípios liberais desde que se destinem a ser permanentes e não sejam usadas para favorecer ou prejudicar determinados indivíduos” (Hayek, 1990, p. 92).

Essa preocupação com as reivindicações das massas ou dos grupos organizados é o que faz Hayek identificar a democracia ilimitada como um grande perigo, porque, por um lado, a organização democrática estimularia a ampliação do controle do governo sobre a vida econômica e, por outro, a democracia acabaria sendo tiranizada pelas maiorias, sempre volúveis e instáveis em suas escolhas (Moraes, 1996, p. 124). Como solução, Hayek propõe que a limitação dos poderes do governo esteja inscrita na Constituição do país:

“O liberalismo é, portanto, incompatível com a democracia ilimitada (...) Ele pressupõe a limitação dos poderes mesmo dos representantes da maioria, exigindo compromisso com princípios explicitamente postos numa constituição ou aceitos por opinião geral, de modo a efetivamente delimitar a legislação” (Hayek apud Moraes, 1996, p. 124).

A democracia, segundo Hayek, acaba com a noção do governo limitado pela lei, altera o sentido original das leis enquanto regras gerais aplicáveis a todos e instala a arbitrariedade do poder desde o momento em que um parlamento soberano e com poderes ilimitados deposita a necessidade de sua permanência na satisfação de interesses particulares, que seriam os eleitorais, partidários, etc. (Lopez, 1988). Para proteger a assembleia legislativa da pressão desses interesses específicos, seria necessária uma “ordem constitucional à prova de ‘contratempos’ democráticos” (Moraes, 1996, p. 124). Para tanto, Hayek propôs uma solução bicameral: uma assembleia representativa das maiorias, que emitiria normas e não leis; e a outra, a Assembleia das Leis, que deveria “(...) consistir de homens e mulheres que pudessem ter visão de longo prazo” (Moraes, 1996, p. 126). Daí se origina o perfil de uma assembleia legislativa, cuja composição é formada a partir de critérios que permitem que ela esteja a salvo da veleidade das maiorias:

“Hayek acredita conseguir tais resultados seletivos, filtrados através de critérios pelo menos engenhosos: tal assembleia legislativa não deveria ser fragmentada por partidos; os delegados não poderiam ser reeleitos; os mandatos seriam de 15 anos; os votantes teriam de ser

maiores de 45 anos; desse modo teríamos, para cada vida, um voto. O engenho imaginado por Hayek não pára aí. Além das duas assembleias, supõe uma espécie de corte constitucional, destinada a controlar o legislativo (o válido, o das leis-de-verdade, a chamada *truly legislative assembly*, diferente do legislativo de governo, o das instruções” (Moraes, 1996, p. 126).

Esse regime foi denominado de “demarquia” por Hayek e consistia exatamente na criação de uma espécie de “meta-governo”, capaz de tornar o regime representativo imune às pressões de interesses específicos. Essa separação de poderes estaria presente também nos níveis estadual e municipal para descentralizar e diminuir o poder do Estado (Lopez, 1988). Dentro desse ideário, a democracia seria também um valor negativo, e sua finalidade seria evitar maiores ganhos para os indivíduos, limitar os poderes dos governantes incompetentes e oferecer um procedimento seguro para a sucessão pacífica dos governos.

“Se minimiza assim o significado que a democracia adquiriu desde o século XIX, tentando equilibrar liberdade e igualdade, desenvolvendo a cidadania e avançando na conformação do estado de bem-estar. Ao contrário, a idéia neoliberal de democracia exclui a dimensão social e política, fruto desse período histórico.” (Lopez, 1988).

As incompatibilidades entre liberalismo e democracia (ou a aceitação da relação entre liberalismo e autoritarismo) transparecem com clareza nos pressupostos ideológicos de Hayek. As citações transcritas por Moraes (1996, p. 124) ilustram essa afirmação: “Uma democracia pode empunhar poderes totalitários, e é pelo menos concebível que um governo autoritário possa agir com base em princípios liberais” (Hayek, apud Moraes, 1996) e, ainda, “Devo confessar que prefiro governo não democrático sob a lei a governo democrático ilimitado (e, portanto, essencialmente sem lei)” (Hayek apud Moraes, 1996). Isso talvez explique a presença de Hayek no Chile durante o Governo Pinochet e o intercâmbio que ele desenvolveu com a equipe econômica chilena. Em **Capitalismo e Liberdade** (1984), Friedman também considerava como “(...) aceitáveis regimes autoritários (onde há liberdade econômica sem democracia) e como inaceitáveis os totalitarismos (onde não existiriam nem liberdade econômica nem democracia” (Moraes, 1996, p. 122).

À guisa de conclusão, esperamos ter conseguido elucidar os principais elementos que constituem a economia e a política segundo a teoria neoliberal e que são utilizados numa estratégia doutrinária: uma proposta de construção de hegemonia ideológica que visa à redefinição global de noções explicativas da realidade social (Silva, 1994). A intenção é fazer com que o econômico, o político e o social só possam ser pensados dentro das categorias que justificam o arranjo social capitalista. Nessa redefinição, a precária situação econômica e

social de alguns países é desvinculada de sua história e atribuída exclusivamente aos males que acompanham a intervenção do Estado — ineficiência, corrupção, empreguismo, desperdício, má administração —, enquanto à iniciativa privada são reservadas todas as virtudes necessárias para a recuperação da economia e da sociedade: eficiência, competência, austeridade, racionalidade, modernidade, dinamismo, etc. Nessa perspectiva, todas as políticas de cunho liberal são justificadas, na medida em que elas estão sendo decididas em nome da “modernidade”, da “democracia econômica”, da “liberdade do indivíduo e do mercado”, independentemente do custo social que elas imponham.

Ao apresentar uma decisão política como mero resultado da “racionalidade econômica”, a visão neoliberal procura reduzir a política à economia, a uma ética da “escolha” e do “consumo” (Apple, 1994). Ao fazer com que noções como igualdade, justiça social, cidadania e nação sejam substituídas, no espaço de discussão política, pelos novos termos condicionantes da “modernidade” — consumidor, mercado, produtividade, eficiência, qualidade —, o neoliberalismo transforma a nação num mercado. Sob esse prisma, a nação, historicamente constituída de cidadãos — sujeitos políticos que têm uma história comum de solidariedade, de lutas e de conquista de direitos, passa a ser apenas um mercado, constituído de consumidores cujas ações são definidas pela competitividade e pelo individualismo. No mercado, não há história social, identidade de classe, solidarismo. Nesses termos, o sujeito político, que se define por sua história, identidade social e ação coletiva, transforma-se em mero agente econômico individual. Suprime-se, assim, a cidadania, e, finalmente, reduz-se o cidadão a consumidor (Silva, 1994).

No próximo capítulo, veremos como essa estratégia ideológica foi desenvolvida a partir dos anos 30 e acabou constituindo-se num movimento ideológico internacional que atravessou as décadas seguintes e viu finalmente sua possibilidade de concretização com a crise do capitalismo dos anos 70 e com o colapso do mundo socialista nos anos 80.

3 - O NEOLIBERALISMO COMO MOVIMENTO IDEOLÓGICO INTERNACIONAL

O neoliberalismo é

“(...) um movimento ideológico, em escala verdadeiramente mundial, como o capitalismo jamais havia produzido no passado. Trata-se de um corpo de doutrina coerente, autoconsciente, militante, lucidamente decidido a transformar todo o mundo à sua imagem, em sua ambição estrutural e sua extensão internacional. Eis aí algo muito mais parecido ao movimento comunista de ontem do que ao liberalismo eclético e distendido do século passado. (...) Economicamente, o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muitos de seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestatizadas como queria. Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou um êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonharam, disseminando a simples idéia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas (...) Este fenômeno chama-se hegemonia” (Anderson, 1995, p. 22-23).

Este capítulo trata da constituição do neoliberalismo como um movimento ideológico que se insere num processo internacional de rearticulação das forças conservadoras a partir do final dos anos 70, processo que analisamos no Capítulo 1. Nele, tratamos da crise econômica que afetou o capitalismo nos anos 70, das transformações advindas dessa crise e da aplicação de políticas neoliberais nos anos 80 e 90. Agora, tratamos de descrever o movimento internacional através do qual se gestaram essas propostas políticas e ideológicas. Esse movimento tem sua origem no pensamento de alguns membros destacados da Escola Austríaca de Economia, como vimos no Capítulo 2, e no ressurgimento do pensamento liberal na Inglaterra e nos Estados Unidos após a II Guerra Mundial. O movimento ideológico desenvolveu-se através da formação de redes de intelectuais, acadêmicos, políticos, organizações, *think tanks*, publicações liberais e mídia nesses dois países, bem como da existência de fundações e empresas

dispostas a financiar todas essas instituições. A existência dessas redes foi fundamental para a consolidação do liberalismo como alternativa política, para a vitória de Margareth Thatcher na Inglaterra e de Ronald Reagan nos Estados Unidos, no final dos anos 70, e para a internacionalização do movimento nos anos 80.

Como vimos, o neoliberalismo é um fenômeno distinto do liberalismo clássico do século passado, que se manifestou após a II Guerra nas regiões capitalistas da Europa e na América do Norte (Anderson, 1995). Seu maior propagandista foi Friederich Hayek, cuja obra — **O Caminho da Servidão**, de 1944 — criticava o Estado intervencionista e de bem-estar da Inglaterra e de outros países europeus. Com a criação da Sociedade Mont Pelerin, em 1947, como se verá a seguir, Hayek associou-se a outros célebres adversários do Estado de Bem-Estar Social europeu, assim como do New Deal norte-americano, para combater o keynesianismo e o solidarismo então dominantes. Entretanto o projeto de Hayek era muito mais ambicioso. Através desse movimento ideológico iniciado nos anos 40, Hayek pretendia não apenas polemizar com os teóricos do intervencionismo e do coletivismo; ele queria transformar os valores dominantes na sociedade.

As idéias lançadas pelos liberais permaneceram no nível da teoria por várias décadas, até a crise dos anos 70 e a recessão no mundo capitalista avançado. Segundo Hayek e os outros liberais, a crise era consequência do excessivo poder do movimento operário, pois as reivindicações salariais e de gastos sociais feitas pelos sindicatos teriam comprometido a acumulação capitalista. A solução, para os liberais, estava em medidas como a estabilidade monetária, a diminuição dos gastos sociais e a restauração da taxa de desemprego, para assim enfraquecer a capacidade de reivindicação dos trabalhadores e, por fim, quebrar o poder dos sindicatos. Somente nos anos 80, as medidas propostas pelos liberais foram postas em prática pelos Governos Thatcher, a partir de 1979, e Reagan, a partir de 1980. Além desses casos, quase todos os países da Europa Ocidental tiveram governos de direita, que adotaram as reformas liberais nesse período. Mas, como procuramos mostrar no Capítulo 1, foi na América Latina que ocorreu a “primeira experiência neoliberal sistemática do mundo” (Anderson, 1995, p. 19). Inspirado em Hayek, em Friedman e na Escola de Chicago, o Chile conseguiu, durante a ditadura, de 1973 a 1989, aplicar o receituário liberal em toda a sua extensão: desregulação, desemprego, repressão sindical, “redistribuição” de renda em favor dos ricos e privatização dos bens públicos.

3.1- O neoliberalismo na Grã-Bretanha

Segundo Richard Cockett (1995), a hegemonia da ideologia liberal nas últimas décadas, na Grã-Bretanha, materializada pela política econômica adotada nos dois períodos de governo de Margareth Thatcher (1979-83; 1983-87), é o resultado de um longo processo de contra-revolução intelectual iniciado nos anos 30, durante os debates sobre a influência do keynesianismo na Inglaterra. Essa contra-revolução foi liderada pelo economista austríaco Friederich Hayek e desenvolveu-se através da ação concertada de uma série de *think tanks* dedicados a converter uma geração de formadores de opinião e políticos ao ideário liberal. Estamos adotando, aqui, a noção de contra-revolução intelectual no mesmo sentido em que é utilizada pelos próprios liberais, como foi feito por Milton Friedman, em 1959, para descrever o empenho dos defensores do liberalismo econômico contra a “revolução keynesiana” (Fonseca, 1993, p. 15).

Os representantes da Escola Austríaca de Economia tiveram papel fundamental no ressurgimento e na divulgação do liberalismo na Grã-Bretanha (e, posteriormente, nos Estados Unidos, como veremos a seguir). No Capítulo 2, analisamos os principais elementos conceituais da doutrina neoliberal originada da Escola Austríaca de Economia. Aqui, tratamos da ação política e ideológica de seus principais mentores, Mises e Hayek, e da rede de intelectuais e das instituições que foram criadas sob sua inspiração.

Em 1922, Ludwig Von Mises publicou uma crítica à proposta econômica do socialismo em **Socialism: an Economic and Sociological Analysis**. Nesse livro, Von Mises afirmava que só havia duas formas possíveis de organização da sociedade: numa, a sociedade é baseada na propriedade privada dos meios de produção; noutra, o governo controla ou administra toda a produção. A “terceira via”, ou o modelo intermediário de sociedade, não poderia existir, pois inevitavelmente conduziria a um sistema de comando centralizado e autoritário. Por essa razão, Mises opunha-se às economias mistas, ou o *middle way* que os economistas britânicos começavam a defender.

Mas a carreira européia de Mises foi interrompida com a ascensão de Hitler na Alemanha e a ameaça que pairava sobre a Áustria. Mises transferiu-se para o Institut Universitaire des Hautes Études Internationales de Genebra em 1934. Em 1940, emigrou para os EUA, onde viveu até sua morte, em 1973. Mises trabalhou pela divulgação do liberalismo entre os norte-americanos através de seus cursos na Universidade de Nova York e dos vários livros que publicou, dentre eles, **A Ação Humana: um Tratado de Economia** (1949). Nos EUA, foi também consultor da National Assotiation of Manufacturers (NAM), organização

de empresários conservadores,¹ e conselheiro da Foundation for Economic Education (FEE)², além de participar da Sociedade Mont Pelerin. As duas últimas organizações viriam a desempenhar papel fundamental na divulgação do liberalismo, tanto dentro dos EUA quanto no plano internacional, como veremos a seguir.

Hayek foi aluno de Mises e também era professor de economia na Universidade de Viena em 1931, quando foi convidado pelo economista inglês Lionel Robbins a transferir-se para a London School of Economics (LSE). O Departamento de Economia da LSE já reunia um grupo de economistas liberais, que seria fortalecido com a presença de Hayek. O trabalho conjunto de Hayek e Robbins na Inglaterra transformaria a London School of Economics no mais importante centro acadêmico dedicado à pesquisa e à divulgação do liberalismo econômico na Europa dos anos 30 e 40. Nessa época, Hayek desenvolveu um intenso debate com os economistas keynesianos das Universidades de Cambridge e Oxford. Seu alvo era a economia mista proposta por Keynes. Segundo Cockett (1995), esse debate teria contribuído para o desenvolvimento de uma escola de economia antikeynesiana, liderada pelo Institute of Economic Affairs, e, anos mais tarde, para a formação do “thatcherismo”, como veremos adiante.

O foco do debate era a proposta de Keynes para solucionar as dificuldades da economia inglesa nos anos 30. Em sua obra **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**, Keynes propunha uma orientação econômica que denominava *middle way*. Através dela, o governo promoveria a justiça econômica e social — com a implementação de políticas de pleno emprego — e, ao mesmo tempo, protegeria o indivíduo, sua liberdade de escolha e sua propriedade (Cockett, 1995). Mas, para os liberais, a política econômica keynesiana era, além de inflacionária, eminentemente política, ao justificar as medidas coletivistas que vinham sendo implantadas na Inglaterra desde o final do século anterior. Os liberais preocupavam-se especialmente com o fortalecimento dos sindicatos e com o pressuposto assumido por Keynes de que o poder dos trabalhadores

¹ A National Association of Manufacturers congrega as menores dentre as maiores empresas norte-americanas. Domhoff (1979) a define como um grupo ultraconservador na rede de organizações de formulação de políticas nos EUA. Defende posições isolacionistas quanto à política externa, critica o Welfare State e manifesta especial desconfiança com relação às atividades dos sindicatos, que são considerados como organizações influenciadas por comunistas. A NAM teve grande influência no cenário político norte-americano, nos anos 30, mas essa influência foi diminuindo, em especial, a partir dos anos 70 (Domhoff, 1979, p. 85).

² A Foundation for Economic Education foi criada em 1946 por Leonard Read, um empresário amigo de Mises, para promover o ensino da economia liberal nos EUA. Sua diretoria incluía empresários e intelectuais (Fonseca, 1993, p. 13).

organizados era tal que tornava politicamente inviável pensar em reduzir os salários como parte da solução para o problema. Em 1935, Hayek publicou sua crítica ao planejamento econômico em **Collectivist Economic Planning**. Contudo, segundo Cockett (1995, p. 40), o debate desenvolvido entre os liberais e os keynesianos não teve a repercussão que os liberais esperavam, devido à imensa influência de Keynes nos meios intelectuais ingleses e nos órgãos de decisão econômica do governo inglês da época.

Sem condições de abalar a hegemonia do pensamento keynesiano na Inglaterra, a contra-revolução dos economistas liberais teria que começar fora do País. A oposição intelectual européia ao coletivismo e ao planejamento centrou-se em Genebra, no Institut Universitaire des Hautes Études Internationales³, para onde Mises havia se transferido nos anos 30. Em Genebra, os professores do Instituto começaram a reunir seus esforços para articular uma crítica coerente ao coletivismo e ao keynesianismo, que seriam agregados à atividade de Lionel Robbins e Hayek, na London School of Economics.

O resultado desses esforços foi o Colóquio Walter Lippman, organizado na França, em 1938, pelos intelectuais liberais europeus preocupados em discutir o declínio do liberalismo como ideologia na Europa. O jornalista norte-americano Lippman havia escrito **The Good Society**, livro que denunciava o avanço das idéias e dos governos coletivistas desde a I Guerra e identificava as duas ideologias mais poderosas da época — o fascismo e o comunismo — como versões extremas do mesmo impulso coletivista. Os participantes do Colóquio decidiram criar uma organização internacional para lutar pela renovação do liberalismo (Cockett, 1995, p. 10). Com a eclosão da II Guerra, essa idéia teve que ser adiada e só viria a se concretizar muitos anos depois, com a fundação da Sociedade Mont Pelerin, da qual participariam 13 das 26 pessoas que compareceram ao Colóquio Lippman (Fonseca, 1993, p. 11).

³ Fundado em 1927, o Institut Universitaire des Hautes Études Internationales de Genebra desempenhou importante papel como abrigo de acadêmicos liberais durante a guerra. É interessante notar que o Instituto era sustentado pela Rockefeller Foundation dos EUA, que também foi o principal financiador da London School of Economics no período entre guerras (Cockett, 1995, p. 54). A Rockefeller Foundation foi criada pelo empresário John D. Rockefeller nos EUA, em 1913. É uma organização privada que financia programas e atividades internacionais que contribuam para o bem-estar dos povos, através da construção de um modelo de desenvolvimento mundial que preserve o meio ambiente e que seja consistente com os direitos individuais e a distribuição mais eqüitativa dos recursos. As atividades atuais da Fundação Rockefeller incluem: programas especiais para as comunidades da África e atividades nas áreas de desenvolvimento agrícola, saúde pública, planejamento familiar e desenvolvimento comunitário para países em desenvolvimento, apoio a artes e humanidades de sociedades em transição e projetos na área de preservação ambiental (The Rockefeller Foundation, 1998).

Contudo, apesar da guerra, o debate entre os liberais e os coletivistas continuou na Inglaterra. Os políticos liberais ingleses passaram a protestar contra determinadas medidas econômicas adotadas pelo Governo Churchill e por eles consideradas coletivistas: controle governamental sobre as atividades econômicas, regulação, racionamento e planejamento. O foco das críticas era o Relatório Beveridge, de 1942, que propunha solucionar os problemas sociais através de políticas redistributivistas, como a universalização da previdência pública. O Relatório marcou o início de uma divisão ideológica dentro do Partido Conservador, entre aqueles que apoiavam a condução da política econômica em direção ao Welfare State e aqueles que se opunham ao Relatório Beveridge.

Foi quando Hayek entrou no debate com **O Caminho da Servidão** (1944), livro planejado para ter impacto sobre a opinião pública e publicado simultaneamente na Inglaterra e nos EUA, pela Universidade de Chicago. Essa obra teve várias reimpressões nos EUA e, por sugestão do jornalista Henry Hazlitt, do **New York Times**, foi condensada pelo Readers Digest, em 1945, quando Hayek percorreu o País dando conferências nas universidades (Cockett, 1995; Nash, 1996).

O argumento central do livro de Hayek era de que não há “caminho intermediário” ou *middle way* entre o totalitarismo e o sistema econômico liberal competitivo. Segundo Hayek, o liberal-socialismo proposto por Keynes levaria ao totalitarismo e à servidão. Ainda que a tese não fosse nova, o mérito de Hayek, segundo Cockett (1995), foi o de conseguir transferir o debate da academia para a esfera política e, assim, cativar uma parcela da imaginação popular com uma crítica ao coletivismo. Hayek identificou o socialismo não apenas com o comunismo soviético ou o nazismo alemão, mas como um inimigo da liberdade individual. Para os conservadores liberais ingleses, que se preocupavam com a política econômica que vinha sendo implantada no País, o livro de Hayek serviu como argumento intelectual para contrapor aos entusiastas do planejamento do pós-guerra.

Na mesma época, o filósofo austríaco Karl Popper escreveu **The Open Society**, um tratado filosófico contra o coletivismo. Hayek conseguiu a publicação do livro na Inglaterra e trouxe Popper para a London School of Economics em 1945. Em **The Open Society**, Popper desenvolveu uma análise das idéias filosóficas que servem de apoio aos regimes por ele considerados totalitários e criticou os filósofos do totalitarismo nazista ou comunista por considerarem seu conhecimento infalível. Outra contribuição de Popper à crítica das idéias marxistas e coletivistas foi a **Miséria do Historicismo** (1944), no qual questionava o determinismo histórico (Prunes, 1998). Dessa forma, segundo Cockett (1995), a colaboração entre Hayek e Popper na Inglaterra teria contribuído enormemente para lançar os fundamentos intelectuais da crítica ao coletivismo nos anos 40.

Mas, para o próprio Hayek, que diagnosticava uma tendência ao aumento do controle governamental em todo o mundo, esse era apenas o início da luta. Para diminuir a influência das idéias coletivistas, era necessário levar a guerra das idéias aos intelectuais (Cockett, 1995). Essa guerra deveria ser comandada por uma organização que reuniria os intelectuais dispostos a assumir a tarefa de converter a nova geração de intelectuais ao credo do liberalismo, na época, largamente desacreditado. A idéia de Hayek era criar uma associação internacional de acadêmicos dedicados à renovação das idéias do liberalismo clássico para defender os valores da liberdade individual contra as ameaças das idéias socialistas. Hayek pretendia

“(...) enlist the support of the best minds in formulating a programme which has a chance of gaining general support. Our effort therefore differs from any political task in that it must be essentially a long-run effort, concerned not so much with what would be immediately practicable, but with the beliefs which must regain ascendancy if the dangers are to be averted which at the moment threaten individual freedom” (Hayek citado por Cockett, 1995, p. 104).

Hayek comparava a tarefa da associação que pretendia criar com aquela realizada pelos intelectuais socialistas e pelos reformistas do final do século XIX e início do XX. Eles tinham consciência do papel decisivo desempenhado pelos intelectuais na formação dos valores e das crenças da sociedade e, por essa razão, dirigiram seus esforços para obter o apoio da elite. Foi o que os keynesianos, e antes deles os fabianos⁴, com seus panfletos e sua ênfase na

⁴ A Sociedade Fabiana foi criada na Inglaterra, em 1884, por intelectuais reformistas como George Bernard Shaw, Beatrice Webb e Sydney Webb. Conseguiu exercer grande influência na definição da legislação social inglesa até a I Guerra, como a introdução da pensão para idosos, da seguridade social e da merenda escolar, dentre outras. Eles propunham o aumento do poder do Estado e a implementação de políticas sociais de bem-estar que permitissem estabelecer, nacionalmente, um padrão de vida mais satisfatório (Cockett, 1995, p. 15). Os fabianos consideravam o sistema capitalista injusto, por concentrar as riquezas na mão de uma minoria, e que essa injustiça teria fim se a renda da propriedade privada fosse mais bem distribuída. Seus teóricos repudiavam algumas concepções de Marx, em especial o caráter de classe do Estado capitalista e a via revolucionária ao socialismo. Os fabianos acreditavam na neutralidade do Estado e que esse Estado poderia, através de uma democracia parlamentar baseada no voto universal, ser usado para reformar o sistema econômico e social. Sua proposta era de um socialismo evolucionário e reformista, através do qual, pela evolução pacífica de reformas graduais, se conseguiria acabar com os privilégios das classes dominantes. A visão dos fabianos era elitista: era através da educação das classes médias que se formariam administradores e políticos capazes de formular e aplicar políticas reformistas. Seu trabalho educativo era feito através da ampla distribuição de panfletos, onde denunciavam a pobreza e as injustiças do capitalismo na Inglaterra (Hunt; Sherman, 1977, p. 140).

educação, haviam feito na Inglaterra (Cockett, 1995). Hayek propunha, então, usar a mesma tática, ou seja, "(...) arregimentar e treinar um exército de lutadores pela liberdade", numa campanha que duraria pelo menos 20 anos e cujo objetivo era mudar o pensamento de uma geração de intelectuais. Essa mudança de pensamento dizia respeito, fundamentalmente, à aceitação da necessidade de montagem de uma estrutura legal do Estado que conseguisse garantir a livre competição. Hayek propunha a seus pares o desafio de formular políticas que dificultassem aos capitalistas a formação de monopólios, cartéis, etc. e, por outro lado, uma política sindicalista que conseguisse delimitar na lei o poder dos sindicatos.

Essas foram algumas das sugestões apresentadas por Hayek na reunião que aconteceu em 1947, em Mont Pelerin, na Suíça. Essa reunião era a oportunidade que os intelectuais liberais europeus esperavam desde o Colóquio Lippman, em 1938. O apoio financeiro fornecido por vários grupos econômicos foi fundamental para a realização do encontro. O empresário suíço Hunold, vinculado ao Institut d'Études Internationales de Genebra, conseguiu o apoio financeiro de um grupo de industriais e banqueiros suíços. O Banco da Inglaterra patrocinou a viagem dos delegados ingleses. Esse patrocínio foi obtido por Sir Arnold Swenson Taylor, empresário inglês com o qual Hunold mantinha contato através do *think tank* The International Liberal Exchange (Cockett, 1995). A delegação norte-americana foi financiada pelo Willian Volker Charities Trust, fundo criado por um empresário para financiar o estudo e a divulgação do liberalismo nos EUA⁵ e que, como veremos adiante, teve papel fundamental como financiador de universidades, publicações e encontros que ampliaram a divulgação do liberalismo entre os intelectuais norte-americanos.

Os participantes da reunião em Mont Pelerin, em 1947, eram economistas liberais conhecidos e que desempenhariam papel importante na divulgação do liberalismo em seus países. A Escola Austríaca de Economia estava representada por Friederich Hayek e Ludwig Von Mises. Da Inglaterra, vieram os austría-

⁵ O Willian Volker Fund foi criado em 1932 por um empresário de mesmo nome, no Texas. Em 1944, Harold Luchnou assumiu o lugar de seu tio na presidência do Fundo e definiu as áreas de atuação que seriam desenvolvidas pelo Volker Fund até sua extinção, em 1961. Durante esse período, as principais linhas de ação do Fundo incluíam: apoio financeiro à contratação de acadêmicos de renome internacional para as universidades norte-americanas, dentre eles Hayek, Mises e Aaron Director; apoio e promoção de encontros de acadêmicos e intelectuais liberais para troca de idéias (incluindo-se a primeira reunião da Mont Pelerin Society de 1947); publicação de importantes contribuições de liberais e conservadores na Humane Studies Series, nos anos 50 e 60, livros distribuídos a todas as bibliotecas universitárias dos EUA; e estímulo à formação de instituições complementares ao Volker Fund, como o Intercollegiate Studies Institute, a Foundation for Economic Education e o Institute of Human Studies, que sucedeu o Volker Fund em 1961 (Blundel, 1990).

cos Hayek e Karl Popper, Lionel Robbins e Stanley Deninson, da London School of Economics; John Jewkes, da Universidade de Oxford; Michael Polanyi, da Universidade de Manchester; e o Jornalista e Historiador C. V. Wedgewood. A Alemanha estava representada por Willian Röpke e Walter Eucken, da Escola de Freiburg. Dos EUA, vieram o Jornalista Henry Hazlitt, do **New York Times** e da **Newsweek**; os Economistas Leonard Read, F. A. Harper e V. O. Watts, da Foundation for Economic Education; e os Professores da Universidade de Chicago Frank Knight, Aaron Director, George Stigler e o jovem Milton Friedman. Os liberais franceses enviaram Jacques Rueff,⁶ organizador do Colóquio Lippman, o Professor de Economia Maurice Allais e o Jornalista Bertrand de Jouvenel. Outros presentes eram o Professor Willian Rappard, do Institut Universitaire des Hautes Études Internationales de Genève, além de representantes da Itália e da Noruega (Cockett, 1995).

A Conferência de Mont Pelerin durou 10 dias, e sua agenda incluiu temas como: ordem competitiva ou livre-empresa; historiografia moderna e educação política; o futuro da Alemanha; os problemas e as possibilidades da Federação Européia; liberalismo e cristianismo; medidas anticíclicas, pleno emprego e reforma monetária; política salarial e sindicatos; tributação, pobreza e distribuição de renda; política agrícola; e, finalmente, a crise política da época (Cockett, 1995).

Ao final da conferência, em 1947, foi fundada a Sociedade Mont Pelerin, tendo Friederich Hayek como Presidente e Walter Eucken, John Jewkes, Frank Knight, Willian Rappard e Jacques Rueff como Vice-Presidentes (Cockett, 1995). Desde sua fundação, a Sociedade funciona como uma organização fechada, com atividades reservadas exclusivamente a seus membros e sem manifestações públicas de suas posições.⁷ Ainda assim, exerce enorme influência atra-

⁶ Jacques Rueff foi titular do Tesouro Francês no entre-guerras, ocupou vários cargos no governo francês após 1945 e, por encomenda do General Charles De Gaulle, elaborou o Plano Rueff de reforma econômica e social em 1958 (Cockett, 1995, p. 110).

⁷ Houve divergências entre os participantes da Conferência de Mont Pelerin sobre qual deveriam ser a natureza e o nome da sociedade a ser fundada. Enfim, a organização acabou recebendo o nome de Sociedade Mont Pelerin, constituindo-se como uma corporação em Illinois (EUA), em 1947. Pelos estatutos definidos na primeira reunião, o objetivo da associação era acadêmico; ela deveria contribuir para a preservação do pensamento liberal. Entretanto vários participantes almejavam uma atuação mais militante e pública, ou mesmo que a Sociedade Mont Pelerin se tornasse um grupo de pressão liberal. O argumento em favor dessa posição levava em conta o problema da obtenção de recursos para o funcionamento da sociedade. Para alguns, parecia difícil conseguir suporte financeiro de empresários para uma entidade que não publicava suas atas e conduzia suas ações reservadamente. Apesar das divergências, a segunda reunião da Sociedade ocorreu na Inglaterra, em 1949, e nela prevaleceu a visão de Hayek: a Mont Pelerin manteve-se como uma associação de intelectuais para discussão acadêmica (Cockett, 1995).

vés da atuação de seus membros, que ocupam posições de destaque no meio político e intelectual no mundo todo. A partir de 1950, a Sociedade Mont Pelerin passou a reunir-se a cada dois anos, em diferentes partes do mundo (Quadro 1).

Desde a sua fundação, no final da década de 40, a Sociedade Mont Pelerin desempenhou um papel central no renascimento internacional da ideologia do neoliberalismo, porque, segundo Cockett (1995), manteve vivo o interesse pelo liberalismo numa época em que não era uma teoria hegemônica; deu identidade aos intelectuais liberais que se achavam isolados; disseminou idéias liberais para audiências internacionais; aumentou a legitimidade das idéias liberais pelo reconhecimento de seus membros, dentre eles vários vencedores do Prêmio Nobel de Economia; contribuiu indiretamente para influenciar políticas governamentais através da ação de seus membros como conselheiros ou legisladores; e, ainda, estimulou a criação de instituições liberais por todo o mundo.

Poucos anos após a primeira reunião da Sociedade Mont Pelerin, a mudança de Hayek para os Estados Unidos nos anos 50 coincidiu com um decréscimo no interesse pelo liberalismo na Inglaterra. Mais do que isso, muitos liberais ingleses acusavam o Partido Liberal de ter aceito o Welfare State e a economia keynesiana e sentiam falta de uma organização que reproduzisse no País a ação da Sociedade Mont Pelerin. Essa organização seria criada em 1955, por Antony Fisher: o Institute of Economic Affairs, que viria a ter enorme influência na consolidação do pensamento liberal na Grã-Bretanha, nas décadas seguintes (Cockett, 1995). Empresário interessado na difusão do liberalismo, Fisher havia filiado-se à Society of Individualists⁸ durante a II Guerra. A idéia de criar o instituto havia sido discutida com Hayek em 1947, quando este lhe sugeriu criar uma organização de pesquisa acadêmica que fornecesse estudos e argumentos em favor da teoria econômica liberal e de sua aplicação prática aos intelectuais, professores e jornalistas.⁹ O Institute of Economic Affairs (IEA) seria ins-

⁸ A Society of Individualists, criada, na Grã-Bretanha, em 1942, em pleno debate provocado pelo Relatório Beveridge, reunia políticos conservadores e intelectuais defensores do individualismo e contrários às políticas reformistas em curso no País. Publicava panfletos e livros em defesa do individualismo e do liberalismo. Desempenhou um papel importante como único local de encontro não partidário para os adeptos do liberalismo nos anos 40 e 50. Nesses encontros, propiciou a aproximação de vários dos envolvidos com o renascimento das idéias liberais na Inglaterra do pós-guerra, incluindo Anthony Fisher e Oliver Smedley, fundadores do Institute of Economic Affairs (Cockett, 1995).

⁹ A montagem dessa organização não aconteceu de imediato. Anthony Fisher passou os anos seguintes dedicando-se à sua fazenda de gado leiteiro e à organização de campanhas políticas contra os subsídios do governo inglês para a agricultura. Em 1952, fez uma visita aos EUA, que foi decisiva tanto para o aprimoramento técnico de sua empresa agrícola, quanto para definir melhor a organização liberal que queria criar. De retorno à Inglaterra, Fisher fundou uma

pirado no modelo da Foundation for Economic Education dos Estados Unidos, que Fisher conheceu a convite de F. A. Harper¹⁰, membro da Sociedade Mont Pelerin. Fisher havia ficado impressionado pela qualidade do trabalho educacional e de popularização das idéias de livre-mercado que a FEE mantinha (Cockett, 1995).

Para montar o Institute of Economic Affairs, Anthony Fisher convidou o militante liberal Oliver Smedley¹¹, experiente na ação política em defesa da livre-empresa através dos grupos de pressão e dos *think tanks*. O IEA tinha também um Conselho Consultivo, composto pelo financista Sir Arnold Swenson-Taylor (que já havia apoiado a viagem da delegação inglesa à reunião da Sociedade Mont Pelerin em 1947), por economistas da London School of Economics e por jornalistas. A direção do Instituto ficou a cargo de Ralph Harris, economista formado em Cambridge, que já havia trabalhado no Conservative Political Centre e que demonstrou grande talento como angariador de fundos — no final dos anos 60, o IEA já recebia apoio financeiro de cerca de 350 diferentes fontes (Cockett, 1995). Arthur Seldon, economista da London School of Economics, assumiu a direção editorial do Instituto. Note-se que, para compor o Institute of Economic Affairs, Anthony Fisher escolheu um grupo de pessoas que representava, na realidade, uma mistura de economistas renegados liberais dos dois partidos: o próprio Fisher e Ralph Harris vinham do Partido Conservador, e Arthur Seldon e Oliver Smedley vinham do Partido Liberal. Essa mistura viria a se constituir na essência do thatcherismo: um novo tipo de conservadorismo baseado no liberalismo clássico (Cockett, 1995).

empresa agrícola de produção de frango de corte, nova técnica trazida dos EUA, que se transformou num negócio de enorme sucesso na Inglaterra e que lhe rendeu os recursos financeiros para criar o instituto que havia discutido com Hayek em 1947.

¹⁰ F. A. Harper era professor de economia na Cornell University, EUA, onde começou a divulgar o pensamento de Hayek, o que lhe valeu algumas críticas da universidade. Nos anos 40, abandonou a universidade e juntou-se a Leonard Read na Foundation for Economic Education. Participou da Sociedade Mont Pelerin desde o primeiro encontro de 1947. No final dos anos 50, transferiu-se para o Volker Fund e, nos anos 60, criou o Institute of Humane Studies. Foi membro da Mont Pelerin Society desde a sua fundação (Blundel, 1990).

¹¹ Smedley e Fisher conheceram-se através da Society of Individualists. Smedley já havia trabalhado em campanhas contra os subsídios para a agricultura e auxiliado a fundar a Farmers and Smalholders Association em 1944, da qual Fisher era tesoureiro. Fundou o Conselho pela Redução da Tributação em 1954 e, em 1958, assumiu a direção da Free Trade League (criada em 1903). Smedley era também um antieuropeu convicto. Criou a campanha Keep Britain Out em 1960 e, em 1979, formou o Free Trade Liberal Party para lutar contra a entrada da Grã-Bretanha na Comunidade Econômica Européia. Também ficou conhecido quando quebrou o monopólio estatal da BBC ao fundar a Rádio Carolina, em 1964. Segundo Cockett (1995), Smedley considerava que a sua rádio seria o último bastião da liberdade, caso o País se tornasse comunista.

Definido como uma organização educacional e de caridade e, portanto, registrado como entidade civil sem vinculações políticas nem partidárias, o Institute of Economic Affairs podia receber doações dedutíveis do Imposto de Renda. Essa “neutralidade política” do Instituto era fundamental para garantir os recursos financeiros e foi a razão por que, em 1959, Oliver Smedley e Sir Arnold Swenson Taylor deixaram o IEA. Os dois mantinham ligações com o Partido Liberal, o que poderia dificultar a obtenção de recursos através de doações. A fachada de neutralidade tinha que ser mantida a qualquer custo, para não permitir que os adversários percebessem que o Instituto tinha objetivos políticos. Segundo as palavras de um de seus integrantes: “*In other words, if we said openly that we were re-teaching the economics of the free-market, it might enable our enemies to question the charitableness of our motives*” (apud Cockett, 1995, p. 131).

O Institute of Economic Affairs deveria funcionar como um *think tank* menos tradicional que a Brookings Institution¹² dos EUA, que trabalha na pesquisa de idéias e políticas. Segundo seu fundador Anthony Fisher, para o IEA isso era muito pouco: “(...) *the IEA knew ‘the truth’, their task was to evangelize*” (Cockett, 1995, p. 139). E a evangelização começaria pela educação dos formadores de opinião: intelectuais, políticos, empresários, jornalistas e todos que influenciam a opinião pública. A forma de ação do IEA foi bem-definida num *paper* apresentado por Harris e Seldon na reunião da Sociedade Mont Pelerin de 1959, patrocinada pelo IEA e realizada na Universidade de Oxford. Em seu texto, os autores consideravam que as idéias liberais ainda não eram hegemônicas na Grã-Bretanha e que a construção dessa hegemonia seria a tarefa fundamental do IEA. Harris e Seldon estabeleciam três requisitos básicos para a constituição e a manutenção de uma sociedade livre, além de definirem o papel que a educação desempenharia nessa sociedade:

“1. *The philosophy of the market economy must be widely accepted; this requires a large programme of education and much thought about how to finance it;*

¹² Autodefinida como o mais antigo *think tank* dos EUA, a Brookings Institution surgiu, em 1927, da fusão de três institutos já existentes: o Institute for Government Research (1916), a primeira organização privada norte-americana dedicada ao estudo das políticas públicas, o Institute of Economics e o Robert Brookings Graduate School. Em 1927, as três instituições consolidaram-se numa só, com o nome do empresário Robert Sommers Brookings (1850-1932). Financiada por doações de organizações filantrópicas, empresas e indivíduos, a Brookings Institution dedica-se à pesquisa, à publicação e divulgação de estudos sobre políticas públicas, em especial no campo da economia, da política externa e de estudos governamentais. Suas conferências, atividades e publicações servem de elo de ligação entre a academia e os formuladores de políticas públicas (About the Brookings Institution, 1998).

“2. The transformation from a controlled economy must be eased by compensating those interests whose expectations will be disturbed; “3. Policies must be designed to make otiose all pleas for protection from the consequences of change that the democratic politicians would have difficulty in resisting.

1. Education at varying levels must be directed first at the influencers of opinion : i.e. at intellectuals, politicians, business men, and all (not least journalists who help to form public opinion)” (Harris; Seldon apud Cockett, 1995, p. 140).

Segundo essa proposta, a tarefa do Institute of Economic Affairs só seria realizada a longo prazo: ajudar a formar nas universidades e escolas inglesas uma nova geração de intelectuais liberais, que trabalhariam na divulgação do liberalismo até torná-lo a ideologia dominante. Os intelectuais foram escolhidos como foco de atenção do IEA pelo poder de persuasão que poderiam exercer sobre o pensamento do indivíduo comum através dos jornais, do rádio, da televisão, das escolas, etc. Essa seria a premissa básica do trabalho do IEA: a transformação do clima intelectual através da educação. Para o Presidente do Institute of Economic Affairs, Anthony Fisher, foi assim que o socialismo foi disseminado. Por essa razão, ele se inspirou na atividade dos fabianos e dos primeiros socialistas para modelar a ação do IEA.

A fim de alcançar o maior número de pessoas, o projeto educacional do Institute of Economic Affairs era desenvolvido através de um grande programa editorial. Seus trabalhos eram publicados em forma de panfletos baratos e pequenos, novamente inspirados nos fabianos. Até os anos 70, o IEA tinha vendido cerca de 250 mil exemplares de seus textos na Inglaterra e no Exterior, constituindo-se num centro modelo para a discussão e a divulgação do liberalismo econômico, cuja excelência intelectual, segundo Cockett (1995), não foi igualada por qualquer outro instituto dessa natureza. A lista de autores das publicações do IEA incluía professores de Economia reconhecidos na Inglaterra, muitos formados pela London School of Economics; membros da Sociedade Mont Pelerin; e também economistas liberais de renome internacional, como Hayek, James Buchanan e Milton Friedman.

Outra estratégia editorial utilizada pelo Institute of Economic Affairs para dar mais impacto a suas publicações era o que seu editor Arthur Seldon denominava “*infiltration in reverse*”, ou seja, a publicação de autores cujas posições não eram totalmente identificadas com o IEA. O mais famoso exemplo foi o texto **Paying for Social Services** (1967), escrito por Douglas Houghton, que, até meses antes, era o Ministro responsável pela coordenação da política social sobre aposentadorias, saúde e educação do governo trabalhista de Harold

Wilson. Contrariando a política do Partido Trabalhista, Houghton afirmava em seu texto que o País não tinha mais condições de manter os gastos sociais e concluía que os indivíduos deviam custear parte desses gastos¹³ (Cockett, 1995).

Os textos publicados pelo Institute of Economic Affairs apresentavam análises da estrutura financeira do Estado de Bem-Estar Social inglês e propunham soluções de mercado para a saúde, a habitação, a aposentadoria e a educação. Em 1964, o IEA propôs o pagamento da educação através de um *voucher system* (Cokett, 1995). Cabe destacar, aqui, que a idéia de acabar com a rede de escolas públicas e de fornecer recursos diretamente às famílias através do cheque-educação foi formulada por Friedman, nos EUA, nos anos 60 (Friedman, 1962), e é defendida pelos liberais norte-americanos até hoje (Apple, 1994, p. 185). Como seria de se esperar, essa tese é defendida também pelo Instituto Liberal no Brasil (Série Políticas Alternativas — Educação. Instituto Liberal do Rio de Janeiro, 1992).

O Institute of Economic Affairs foi responsável, também, pela importação da doutrina econômica do monetarismo de Milton Friedman, que viria a tornar-se o princípio orientador das reformas econômicas do Governo Thatcher nos anos 80 (Cockett, 1995). Friedman, membro fundador da Sociedade Mont Pelerin, participou de vários debates promovidos pelo IEA e publicou diversos textos através do Instituto, dentre eles **The Counter-Revolution in Monetary Theory** (1970), **Monetary Correction** (1974) e seu Prêmio Nobel **Inflation and Unemployment** (1976). Além disso, O IEA ajudou Friedman a preparar a série de TV *Free to Choose*, mostrada em seis episódios, em 1980, e que teve grande impacto na opinião pública britânica (Cockett, 1995). Dessa forma, Friedman desempenhou papel de destaque na campanha do IEA em favor do monetarismo e contra as políticas de pleno emprego na Inglaterra dos anos 70.

Além da divulgação do monetarismo, o trabalho do Institute of Economic Affairs concentrou-se também na discussão da questão sindical, nos anos 60 a 80. As propostas do IEA para levar a Inglaterra a uma economia de mercado tinham como pressuposto a flexibilização do mercado de trabalho através da redução do poder dos sindicatos e de uma política governamental de estabilidade monetária. O próprio Hayek escreveu as contribuições mais efetivas do IEA sobre a questão dos sindicatos: **A Tiger by the Tail** (IEA, 1972) e **1980s Unemployment and the Unions** (IEA, 1980) (Cockett, 1995, p. 149-150).

¹³ Essa estratégia é utilizada também pelo Instituto Liberal no Brasil. Veja-se, por exemplo, a obra **Neoliberalismo: um Balanço**, de Perry Anderson (1994), publicada pelo Instituto Liberal de São Paulo.

A credibilidade intelectual e acadêmica do Institute of Economic Affairs beneficiava-se ainda do reconhecimento público de seus colaboradores, dentre eles Hayek e Friedman, que receberam Prêmios Nobel de Economia em 1974 e 1976 respectivamente. Até mesmo a Sociedade Fabiana, em 1968, reconhecia a coerência filosófica do IEA como uma escola de pensamento da Nova Direita e alertava a esquerda por não perceber a influência que o IEA vinha exercendo nos meios intelectuais e políticos (Cockett, 1995; Denham, 1996).

A influência do Institute of Economic Affairs nos anos 60 e 70 foi muito grande entre jornalistas, acadêmicos e políticos da Grã-Bretanha, especialmente no que se refere à divulgação do monetarismo. Dentre os jornalistas, as propostas do Institute of Economic Affairs eram especialmente divulgadas pelo **Daily Telegraph**, pelo **Financial Times** e pelo **Times**. O **Daily Telegraph** cedia freqüentemente suas páginas centrais para os membros do IEA e, nos anos 60, publicou mais de 60 artigos de Arthur Seldon, editor do IEA. Segundo Cockett (1995), esses três jornais exerceram enorme influência na transformação do clima intelectual inglês nos anos 70, em especial na conversão de uma parcela significativa da opinião pública ao monetarismo. Nas universidades inglesas, a influência do Institute of Economic Affairs também foi muito grande.¹⁴ O IEA entrava nas universidades através das associações que formavam a Federação de Estudantes Conservadores, vinculada ao Partido Conservador. A penetração do IEA era maior onde essas associações eram mais fortes, como na Universidade de St. Andrews, de onde saíram vários expoentes do IEA. Entre eles, estavam os irmãos Eamonn e Stuart Butler, que criaram o Adam Smith Institute em 1976, e vários membros da equipe econômica de Thatcher nos anos 80. A Universidade de St. Andrews também abrigou a reunião da Sociedade Mont Pelerin em 1976.

Através da divulgação de publicações e da realização de palestras nas universidades durante os anos 60, o Institute of Economic Affairs preparou jovens economistas liberais que viriam a se constituir numa geração de ativistas políticos. Esses militantes desfrutavam de amplo acesso aos debates da Sociedade Mont Pelerin e à literatura produzida pelo IEA, bem como a uma rede de *think tanks* de livre mercado que lhes dava orientação intelectual e, sobretudo, empregos. Segundo Cockett (1995), ainda que a idéia de militantes políticos não pertencentes à esquerda fosse estranha à década de 70, esses eram os “lutadores da liberdade” de Hayek. Esses militantes de direita viriam a exercer influência significativa na definição da política econômica do Governo Thatcher,

¹⁴ Até hoje, o IEA goza de prestígio acadêmico e tem como pareceristas de suas publicações economistas de renome internacional (Institute of Economic Affairs homepage, 1997).

através tanto dos *think tanks* liberais quanto do Partido Conservador inglês. A influência do IEA sobre o partido também se dava através da ação de seus simpatizantes no Swinton College, o centro de treinamento de conferências mantido pelo Partido Conservador. Após a vitória do liberalismo na Grã-Bretanha, esses militantes viriam a desempenhar papel importante também na internacionalização do movimento neoliberal nos anos 80, como veremos adiante.

No meio político, três membros importantes do Partido Conservador tiveram especiais ligações com o Institute of Economic Affairs: Keith Joseph, Geoffrey Howe e Margareth Thatcher. Keith Joseph, que foi Secretário da Previdência no Governo Heath no início dos anos 70, freqüentava as reuniões da Sociedade Mont Pelerin desde os anos 60 e discutia com Arthur Seldon, editor do IEA, as questões referentes ao Welfare State. Geoffrey Howe, Ministro do Comércio no Governo Heath, também usava o IEA como centro de pesquisa e informação, em especial sobre o funcionamento do Welfare State. O IEA produzia trabalhos especializados sobre o funcionamento do mercado, tipo de conhecimento que o Departamento de Pesquisa do Partido Conservador não dispunha (Cockett, 1995). Margareth Thatcher, que ocupou um posto no Ministério de Previdência de 1961 a 1964 e foi depois Secretária da Educação no Governo Heath, também se apoiou no IEA, sobretudo para aprofundar seus conhecimentos de economia monetarista. Através do Institute of Economic Affairs, Thatcher encontrou-se com Hayek em 1975 e com Milton Friedman em 1978. Dessa forma, o trabalho do IEA foi divulgado e aceito no meio político especialmente através da influência que Margareth Thatcher, Keith Joseph e Geoffrey Howe exerceram sobre o Partido Conservador e sobre o Governo inglês nos anos 70.

Dentre os *think tanks* criados sob a inspiração do Institute of Economic Affairs na Grã-Bretanha, dois merecem especial referência: o Centre for Policy Studies (CPS) e o Adam Smith Institute (ASI). Esses dois institutos viriam a desempenhar papel vital na formulação de políticas públicas de cunho liberal e na definição do programa de governo de Thatcher, assim como na preparação de quadros técnicos desse governo. Esse papel não podia ser desempenhado pelo Institute of Economic Affairs, que não podia envolver-se diretamente na política para não perder seu registro de entidade civil e filantrópica.¹⁵

¹⁵ Outro *think tank* inspirado no IEA foi a Atlas Economic Research Foundation, criada por Fisher, nos EUA para divulgar internacionalmente o liberalismo. Como veremos no próximo capítulo, tanto o Adam Smith Institute quanto a Atlas Foundation desempenharam papel importante no surgimento do Instituto Liberal no Brasil. O primeiro, por servir de inspiração intelectual; e a segunda, pelas várias formas de auxílio, inclusive financeiro, que oferece ao Instituto Liberal.

O Centre for Policy Studies foi criado em 1974 com recursos do Partido Conservador inglês. Sua criação foi sugerida por Keith Joseph, Secretário da Previdência no Governo Heath, insatisfeito com as políticas definidas pelo partido. O CPS deveria desenvolver dentro do partido o que o Institute of Economic Affairs tinha realizado na comunidade intelectual. Ou seja, o IEA havia definido os princípios gerais do liberalismo econômico e construído um consenso intelectual em torno deles; o CPS deveria traduzir esses princípios econômicos em propostas políticas concretas e travar a batalha ideológica para a aprovação dessas políticas dentro do Partido Conservador (Cockett, 1995).

Para dirigir o Centre for Policy Studies, o Ministro Keith Joseph convidou Alfred Sherman, que já escrevia seus discursos desde o final dos anos 60 e que continuou a fazê-lo dentro do CPS. Os discursos mais famosos versavam sobre a inflação e a proposta de resolvê-la através de recursos de política monetarista e não de pleno emprego. Sherman fora socialista, lutara na guerra civil espanhola, mas decepcionou-se com o socialismo numa visita que fez à Iugoslávia no pós-guerra. Aprendeu economia na London School of Economics e, nos anos 50, tornou-se um defensor ardente do liberalismo (Cockett, 1995). Sherman é um caso exemplar entre os “convertidos”, grupo de intelectuais de grande importância no movimento intelectual liberal e conservador inglês (e norte-americano, como veremos adiante).

Cockett (1995) aponta a “conversão” de socialistas e marxistas ao liberalismo econômico, por se declararem desiludidos com as experiências históricas dos países socialistas, como uma das características marcantes do realinhamento político em direção ao liberalismo nos anos 70. Várias das pessoas envolvidas no trabalho do Institute of Economic Affairs (como Arthur Seldon), do Centre for Policy Studies e de organizações similares eram “convertidos”. Os “convertidos” trouxeram de sua experiência política anterior o vigor e a paixão intelectual, assim como a habilidade política e intelectual para pôr as idéias em prática. Suas manifestações surtiam efeito especial sobre a opinião pública, já que eles haviam desenvolvido suas críticas ao socialismo de dentro do próprio campo socialista. Além disso, como muitos “convertidos” tinham suas origens na classe trabalhadora, sua presença servia para enfraquecer as acusações de que o Partido Conservador só representava os interesses da classe dominante.

O Centre for Policy Studies funcionava através de grupos de estudo, que forneciam grande parte do material para suas publicações e também para os discursos do Ministro Keith Joseph. Em 1983, havia 16 grupos de estudos sobre diferentes assuntos: sindicatos, indústria, educação, saúde, enfim, todos os assuntos referentes ao Welfare State e às possibilidades de desmontá-lo. O

mais famoso desses grupos foi o Trade Union Reform, que, em 1976, elaborou uma proposta de reforma da lei sindical que teve grande influência sobre a definição das políticas adotadas pelo Partido Conservador. Essa reforma era condição fundamental para a realização das demais medidas econômicas de cunho liberal, pois elas não poderiam ser implementadas sem a quebra do enorme poder do movimento sindical inglês. O trabalho do CPS sobre a reforma sindical foi levado para o partido pelo Ministro Keith Joseph e, segundo Cockett (1995), contribuiu para o sucesso do Partido Conservador nas eleições de 1973, bem como para a estratégia adotada pelo governo de Margareth Thatcher de 1979 a 1983.

De 1975 a 1978, o Centre for Policy Studies trabalhou também numa campanha para divulgar o liberalismo junto aos estudantes, promovendo palestras do Ministro Keith Joseph sobre a justificativa moral e filosófica do capitalismo. Para complementar o trabalho de Keith Joseph nos *campus* universitários, nessa época, o CPS organizava também seminários de fim de semana para estudantes. A justificativa para esse trabalho com os estudantes era a expectativa de que eles influenciariam a futura geração de jornalistas, funcionários públicos, acadêmicos e líderes industriais e de negócios em geral, "(...) at a stage of their lives when they are particularly amenable to intellectual argument and have not already arrived at fixed political beliefs" (Cockett, 1995, p. 278).

Dessa forma, o Centre for Policy Studies desempenhou um papel importante em duas esferas diferentes na política inglesa dos anos 70. De um lado, lutou uma "guerra de idéias" dentro do Partido Conservador, centrada, principalmente, na defesa do monetarismo e na necessidade de controlar tanto a inflação quanto a influência dos sindicatos. De outro, o CPS foi importante como centro de recrutamento de pessoas de diferentes origens e variadas habilitações profissionais, como empresários, executivos, analistas de sistemas, especialistas em *marketing* político e jornalistas, interessados em lutar pelo ressurgimento do liberalismo na Inglaterra. Essas pessoas eram, de alguma forma, patrocinadoras da Nova Direita e do Conservadorismo Liberal e foram muito úteis como colaboradores técnicos do Governo Thatcher (Cockett, 1995).

Outro *think tank* criado sob a inspiração do Institute of Economic Affairs foi o Adam Smith Institute, que surgiu em 1976 como uma entidade independente do Partido Conservador inglês, apesar de manter fortes vinculações com determinados ministros e executivos do partido. Sua tarefa era fornecer análises detalhadas sobre como as idéias do liberalismo econômico defendidas pelo Institute of Economic Affairs podiam ser traduzidas em propostas políticas viáveis. Seus criadores foram três economistas ingleses — Madsen Pirie, Eamonn Butler e Stuart Butler —, que traziam a experiência dos *think tanks* dos Esta-

dos Unidos, onde haviam trabalhado no Republican Study Committee. Esse comitê foi fundado por Edwin Feulner, Presidente da Sociedade Mont Pelerin. Feulner estudou na London School of Economics, trabalhou no Institute of Economic Affairs em 1965 e foi fundador da Heritage Foundation¹⁶ de Washington em 1973.

Da Heritage Foundation, os ingleses trouxeram a Teoria da Escolha Pública, de James Buchanam, Prêmio Nobel de Economia em 1986 e membro da Sociedade Mont Pelerin. A fundação americana havia desenvolvido uma adaptação dessa filosofia à formulação de políticas públicas específicas, passíveis de aplicação prática em determinadas condições políticas e institucionais. Os fundadores do Adam Smith Institute denominavam essa estratégia de “micropolítica” e, com ela, propunham uma abordagem mais pragmática e flexível na formulação de políticas econômicas liberais. O trabalho do ASI passou a ser, então, a realização de análises detalhadas de como uma medida de política pública poderia ser implementada na prática.

Assim, através da formulação de propostas no nível micropolítico, o Adam Smith Institute faria um trabalho complementar ao do Centre for Policy Studies, mais estratégico e genérico. Nos anos 80, o ASI tornou-se o maior centro de idéias e propostas políticas sobre privatização na Inglaterra. No início dos anos 80, o Adam Smith Institute publicou o Projeto Ômega, no qual definia a aplicação de reformas de cunho liberal para todas as áreas de políticas públicas: tributária, habitacional, de defesa nacional, etc. O Projeto Ômega seria usado como plano de governo no segundo mandato de Thatcher. Esse projeto, assim como boa parte do trabalho da ASI, foi inspirado na Heritage Foundation e no seu *Mandate for Leadership*, preparado em 1980 para definir as diretrizes de um programa conservador para o Governo Reagan: defesa da economia de mercado; posição internacional mais dura; maiores dotações orçamentárias para a defesa, etc. (Sen, 1981). Com o colapso do comunismo no final dos anos 80, o Adam Smith Institute passou a aconselhar os governos de diversos países do Leste Europeu — Polônia, Hungria, Checoslováquia — sobre questões de privatização.

¹⁶ Fundada em 1973, nos EUA, a Heritage Foundation é um instituto de pesquisa e ensino (um *think tank*, segundo a própria definição da entidade) dedicado à formulação de políticas conservadoras baseadas nos princípios da livre empresa, na liberdade individual, nos valores norte-americanos tradicionais e numa forte defesa nacional. A fundação divulga seu trabalho através de livros, artigos e conferências para um público-alvo bem-definido de congressistas, assessores parlamentares, formuladores de políticas do nível executivo do governo, profissionais de mídia e comunidades acadêmicas e de políticos. A Heritage Foundation é uma entidade civil, privada, mantida por doações de empresas e fundações (The Heritage Foundation. Mission Statement 1997).

A história do Projeto Ômega e da própria criação do Adam Smith Institute é um exemplo da estreita vinculação e da articulação entre os movimentos liberais na Inglaterra e nos EUA, nos anos 60 e 70. A criação quase concomitante da Heritage Foundation nos Estados Unidos (1973) e do Centre for Policy Studies na Inglaterra (1974), bem como a natureza semelhante do trabalho que realizam, é outro exemplo da sincronicidade entre o desenvolvimento intelectual e político do liberalismo econômico nos EUA e na Inglaterra, assim como comprova a influência que Hayek e Friedman exerceram tanto sobre a Nova Direita americana quanto sobre a inglesa (Cockett, 1995, p. 282).

Outra evidência da articulação entre os movimentos neoliberais do pós-guerra nos EUA e na Inglaterra é dada pela prática de intercâmbio de diretores entre suas organizações. Já mencionamos a experiência dos irmãos Butler, que, antes de fundarem o Adam Smith Institute em Londres, haviam trabalhado no Republican Study Committee nos Estados Unidos. Em 1981, Stuart Butler voltou para os EUA como analista político na Heritage Foundation e era seu Vice-Presidente para Estudos de Política Doméstica em 1994 (Cockett, 1994, p. 282). Outro exemplo é o do Institute for Humane Studies (IHS)¹⁷ dos EUA. Nos anos 80, esse instituto teve como Vice-Presidente John Blundell, que estudou na London School of Economics, onde conheceu o trabalho do Institute of Economic Affairs. Depois, Blundell foi Presidente da Atlas Economic Research Foundation e, finalmente, tornou-se Diretor-Geral do Institute of Economic Affairs de Londres em 1993 (Cockett, 1994, p. 192).

3.2 - O neoliberalismo nos Estados Unidos

Nos EUA do após II Guerra, aqueles que defendiam a tradição norte-americana do individualismo temiam as tendências esquerdistas que eles

¹⁷ O Institute for Humane Studies foi criado nos EUA, em 1961, por F. A. Harper, ex-Diretor da Foundation for Economic Education e do Volker Fund, para desenvolver atividades semelhantes às do Volker Fund. O Institute for Humane Studies dedica-se à pesquisa e à educação, baseado na convicção de que a compreensão mais ampla das questões humanas e da liberdade promoverá a paz, a prosperidade e a harmonia social. O trabalho do IHS é feito através da seleção de estudantes, professores e intelectuais produtivos e talentosos que compartilhem o interesse pela liberdade. Para essas pessoas selecionadas, o IHS financia bolsas de estudo e promove seminários de verão. Com esses programas, o Instituto pretende promover o estudo da liberdade em diferentes disciplinas e encorajar o debate aberto, a compreensão, o estudo rigoroso e a criatividade na solução de problemas. Em 1997, o Institute for Humane Studies gastou cerca de US\$ 450 mil em bolsas para estudantes universitários em todo o mundo, assim como financiou a participação de 300 estudantes de 19 países em seus seminários de verão (Institute for Humane Studies Homepage, 1997; 1998).

identificavam em várias partes do mundo, desde a vitória dos trabalhistas na Inglaterra à própria situação dos Estados Unidos, com o aumento do poder do Estado e da sua interferência na economia. Foi nesse contexto que se deu o renascimento do liberalismo norte-americano nos anos 50, que contou com a contribuição de vários emigrados europeus, em especial dos austríacos Hayek e Von Mises (Nash, 1996).

Ludwig Von Mises tornou-se professor da Universidade de Nova Iorque nos anos 40 (Nash, 1996). Publicou vários livros nos EUA, dentre eles, **Omnipotent Govern and Bureaucracy** (1944) e **Human Action** (1949), um enorme tratado sobre economia que discutia as diferentes dimensões da ação humana, o mercado, os preços, os juros, os interesses conflitantes dos agentes econômicos e a cooperação social e criticava fortemente o planejamento econômico e a intervenção do Estado sobre o mercado. Von Mises teve grande influência sobre o pensamento liberal, em especial no meio acadêmico norte-americano.

Friederich Hayek foi a outra personalidade eminente do pensamento liberal nos EUA. Seu livro **O Caminho da Servidão** foi divulgado naquele país em 1944. Hayek foi contratado pela Universidade de Chicago em 1950, com apoio financeiro do Willian Volker Charities Trust, o mesmo que havia financiado a participação norte-americana na reunião da Sociedade Mont Pelerin (Nash, 1996). Para a Direita norte-americana, as críticas de Hayek ao planejamento central da economia, considerado um entrave à competição, e ao coletivismo, como um projeto essencialmente autoritário, trouxeram uma nova liderança e uma nova voz para a velha tradição norte-americana.

Contudo, segundo Nash (1996), a simples edição de livros não gera um movimento intelectual. Para isso, seria necessária a criação de uma rede de influência com impacto político, como fizeram, pela esquerda, os fabianos na Inglaterra e o American for Democratic Action nos EUA.

“(...) the postwar libertarian intellectual movement was a movement of ideas in action. It was not solely a phenomenon of academic journals, lectures and seminars, although many of its most distinguished and influential leaders lived in academe. Instead, it was the intellectual flank of what became a political movement, or, to put it differently, an intellectual movement with political implications. Its goal was not conventional power and prestige but the implementation of ideas” (Nash, 1996, p. 16).

Assim, nos anos pós II Guerra, além de Hayek e Mises, vários intelectuais e organizações se engajaram na tarefa de divulgação do liberalismo nos Estados Unidos, da mesma forma que ocorreu na Grã-Bretanha, como vimos. Dentre os grupos, instituições e publicações que formavam uma rede que

influenciava o movimento liberal norte-americano nos anos 50, Nash (1996) destaca a Foundation for Economic Education, a Sociedade Mont Pelerin, o periódico **The Freeman** e a Intercollegiate Society of Individualists.

A Foundation for Economic Education foi criada em 1946, por Leonard Read, para divulgar as idéias do liberalismo clássico nos EUA. Read era Diretor da Câmara de Comércio dos EUA, mas, desde 1935, já trabalhava na divulgação de textos liberais através de uma mala-direta que atingia cerca de três mil pessoas (Nash, 1996). A FEE foi criada com o apoio de professores universitários de Yale e de Columbia, do jornalista Henry Hazlitt¹⁸ (do **NY Times** e, posteriormente, da **Newsweek**, e membro da Sociedade Mont Pelerin) e dos diretores de algumas empresas, dentre elas General Motors e B. F. Goodrich. Mises e professores da Universidade de Cornell constituíam a equipe técnica da FEE, que contava, ainda, com o apoio e as palestras de Hayek. Em 1947, o Volker Fund e a Realm Foundation também apoiaram financeiramente a Foundation for Economic Education. Em 1952, a Fundação divulgava literatura liberal pelo sistema de mala-direta para um público de cerca de 29 mil pessoas. O livro **The Law**, de Frédéric Bastiat, foi o maior sucesso editorial da FEE, tendo vendido mais de 500 mil cópias até 1971.¹⁹ Com toda essa divulgação, a FEE desempenhou um importante papel na redescoberta da tradição liberal e na disseminação de idéias sobre liberalismo clássico na sociedade americana (Nash, 1996).

Leonard Read (FEE) era também um dos participantes da delegação norte-americana na primeira reunião da Sociedade Mont Pelerin em 1947, que incluía outros dois economistas da FEE, F. A. Harper e V. O. Watts; Ludwig Von Mises, Milton Friedman, Aaron Director e Frank Knighth, da Universidade de Chicago; Henry Hazlitt, do **NY Times**, e outros liberais dos EUA. A participação desses intelectuais na primeira reunião da Sociedade Mont Pelerin (e nas seguintes) teria contribuído para aumentar a autoconsciência dos liberais norte-americanos e a articulação entre os movimentos neoliberais norte-americanos e europeus.

¹⁸ Como jornalista de renome nos EUA, responsável por uma coluna semanal sobre finanças na **Newsweek**, Henry Hazlitt seria um elo importante entre os movimentos liberais dos EUA e da Inglaterra, pelo seu antikeynesianismo ferrenho e pela divulgação que fazia do liberalismo econômico na imprensa. Foi responsável pela publicação no **Reader's Digest** da versão condensada do livro **O Caminho da Servidão**, de Hayek, em 1945. Divulgou internacionalmente o Institute of Economic Affairs de Londres ao comentar a primeira publicação do IEA em sua coluna semanal na **Newsweek**. Também deu seu apoio a outras organizações e jornais liberais e conservadores como **The Freeman**, nos EUA (Cokett, 1995).

¹⁹ O livro de Bastiat também foi editado no Brasil pelo Instituto Liberal no final dos anos 80.

Outro elo importante da rede neoliberal era o jornal **The Freeman**. Criado por Albert J. Nock²⁰ nos anos 20, o jornal passou por algumas dificuldades e saiu de circulação. Foi recriado nos anos 50, para defender e divulgar o liberalismo tradicional e a liberdade individual. Editado pelos Jornalistas Henry Hazlitt e John Chamberlain, o periódico divulgava, também, artigos de acadêmicos como Hayek, Mises e Röpke, dentre outros. Foi o jornal liberal de maior prestígio nos EUA, no período 1950-54, e teve papel central na reconstrução da intelectualidade conservadora nos EUA (Nash, 1996). Apesar disso, o jornal passou por problemas financeiros e, em 1954, foi comprado pela Foundation of Economic Education e transformado num mensário, editado por Frank Chodorov²¹. Em 1956, devido a novos problemas financeiros, Leonard Read (FEE) incorporou **The Freeman** à publicação mensal da FEE, **Notes and Liberty**, mantendo o nome deste último (Nash, 1996).

Entre os estudantes norte-americanos, outra instituição de grande importância para a divulgação do pensamento liberal foi a Intercollegiate Society of Individualists, criada em 1953 por Frank Chodorov. Num artigo para o seu mensário **Analysis**, em 1950, Chodorov denunciava que o fenômeno mais significativo das primeiras décadas do século XX tinha sido a transformação do caráter individualista dos norte-americanos em coletivista. Essa transformação teria sido provocada pela lenta penetração das idéias socialistas nos *campi* universitários, obtida através de esforço consciente dos militantes para atraírem os jovens mais brilhantes. A proposta de Chodorov era fazer um esforço de mesma intensidade no sentido inverso, para fazer prevalecer a causa do individualismo, mesmo que, para isso, fossem necessários 50 anos. Com o propósito de servir como um antídoto para a Intercollegiate Society of Socialists, Chodorov criou a Intercollegiate Society of Individualists (ISI) e colocou na presidência outro aca-

²⁰ Albert Jay Nock era um intelectual de direita que defendia um liberalismo ultraconservador, baseado no antiestatismo ferrenho, o desprezo pelas massas e o tradicionalismo na educação. Nock faleceu em 1945, mas seu pensamento influenciou as gerações seguintes de liberais conservadores norte-americanos: Robert Nisbet, Russel Kirk, Willian Buckley Jr. e Frank Chodorov (Nash, 1996).

²¹ Frank Chodorov era amigo e discípulo de Nock. Era professor da Henry George School of Social Science, sob cujo patrocínio reviveu **The Freeman** em 1930. Entretanto seu estilo veemente, em especial contra a guerra e a favor do isolacionismo, constrangeu os patrocinadores da escola, que o demitiram. Desde então, Chodorov tornou-se um militante muito ativo e que, segundo Nash, em muito contribuiu para o desenvolvimento intelectual da Direita norte-americana no pós-guerra. Em 1944, produzia um boletim mensal de quatro páginas, **Analysis**, distribuído como mala-direta. Nele, Chodorov reproduzia textos e comentários de conservadores e liberais norte-americanos. Em 1946, **Analysis** já tinha cerca de 2.700 assinantes e, quando se fusionou com a revista **Human Events**, em 1951, chegou a uma circulação de quatro mil exemplares (Nash, 1996, p. 14).

dêmico preocupado com a influência coletivista nos *campi*: Willian F. Buckley Jr.²² Em 1956, cerca de 10 mil pessoas recebiam a literatura sobre liberalismo distribuída pela ISI, e, nos anos 60, já eram cerca de 40 mil. O sucesso da ISI nos anos 50 demonstra, segundo Nash (1996), a sua importância como editora de publicações e como coordenadora do movimento estudantil conservador, pois revelou e colocou à disposição da juventude conservadora uma vasta bibliografia sobre liberalismo, garantindo-lhe, assim, um respaldo intelectual.

Ativa até hoje, a Intercollegiate Society of Individualists patrocina um extenso programa de “educação para a liberdade”, através de conferências, publicações e bolsas de estudo que atingem estudantes universitários em todo o País. O objetivo da ISI é preparar os alunos mais destacados e que apresentam potencial de liderança para a defesa dos valores e das instituições que mantêm uma sociedade livre, através da divulgação dos princípios norteadores da sociedade norte-americana: Estado limitado, liberdade individual, responsabilidade pessoal, livre-empresa e padrões morais judaico-cristãos.²³

Dessa forma, intelectuais como Hayek, Mises, Frank Chodorov, Albert Nock, Leonard Read, Willian Buckley Jr., Henry Hazlitt, dentre outros, e organizações como a Foundation for Economic Education, a Intercollegiate Society of Individualists, a Sociedade Mont Pelerin e o periódico **The Freeman** desempenharam papel fundamental na divulgação do neoliberalismo nos EUA, transformando-se numa rede de influência e contatos pessoais e institucionais que conformaram um movimento intelectual liberal atuante nos anos 50. Além disso, vários fatores internos e externos contribuíram para o ressurgimento do liberalismo nos EUA, nesse período. Internamente, Nash (1996) cita a proximidade do New Deal e o medo da população americana em relação à intervenção do governo na vida dos cidadãos. No Exterior, os acontecimentos políticos davam destaque aos argumentos liberais: a Rússia estalinista e a Guerra Fria acirravam os sentimentos nacionalistas e antitotalitários dos norte-americanos. A vitória dos trabalhistas na Inglaterra socialista de 1945 também preocupava os norte-americanos. Nesse contexto, “(...) liberalismo e capitalismo tornaram-se intelectualmente defensíveis” (Nash, 1996, p. 27).

Entretanto, como vimos no Capítulo 1, o neoliberalismo não é a única vertente conservadora na sociedade norte-americana, uma vez que seu surgimento como corrente intelectual e política se insere no processo de consolidação do

²² Willian F. Buckley Jr. graduou-se em Yale e, em 1951, escreveu um livro para denunciar a hegemonia dos economistas coletivistas naquela universidade: **God and Man at Yale**. Poucos anos depois, viria a desempenhar um papel fundamental na criação da **National Review**, o mais importante semanário conservador dos EUA (Nash, 1996, p. 24).

²³ Intercollegiate Studies Institute Homepage (1998).

movimento conservador nos EUA, que começou após a II Guerra Mundial e que se tornou dominante no final dos anos 70, com a vitória de Reagan. Segundo Nash (1996), os liberais representavam uma das três tendências que constituíam o movimento intelectual conservador nos EUA após 1945. As outras eram: os tradicionalistas ou neoconservadores, que rejeitavam a sociedade de massas e o racionalismo e pregavam o retorno aos valores religiosos e éticos tradicionais; e os anticomunistas, preocupados com o avanço do comunismo na esfera internacional e também com os “comunistas infiltrados” na sociedade norte-americana.

No final dos anos 50, os conservadores sentiram a necessidade de unificar essas três tendências da direita intelectual norte-americana, para fazer frente ao que consideravam o domínio da esquerda sobre as universidades e a mídia. A idéia era criar um semanário que reunisse e representasse a diversidade do movimento conservador, e isso se realizou em 1955, com o lançamento da **National Review**, de Willian Buckley Jr. Os colaboradores eram figuras destacadas das diferentes vertentes do conservadorismo norte-americano, e a linha editorial tinha o viés anticomunista, antiestatista, católico, etc. Em 1958, devido a problemas financeiros, a **National Review** tornou-se quinzenal, chegando a ter uma circulação de 100 mil exemplares nos anos 70 (Nash, 1996). A Revista também funcionou como o centro de uma rede de instituições e canais de comunicação da Direita norte-americana. Em circulação até hoje, mantém a mesma linha editorial desde o início: seus artigos mostram forte oposição à política de distensão, aos controles de preços e salários, e à regulamentação governamental de qualquer natureza. Em contrapartida, apóiam o aumento das dotações orçamentárias para a defesa nacional e o fortalecimento do papel hegemônico dos Estados Unidos no mundo (Sen, 1981).

Os anos 60 foram de fortalecimento e consolidação do movimento intelectual conservador norte-americano para fazer frente à efervescência da sociedade que se manifestava através dos movimentos civis de negros, minorias sexuais, ecologistas, etc. O movimento conservador integrava suas diferentes tendências através da crença que compartilhavam sobre determinados princípios básicos: a defesa da propriedade privada e da livre-empresa; o horror ao comunismo e ao socialismo; o apoio a uma política externa agressiva, de forte defesa nacional; a afirmação da superioridade dos Estados Unidos e da civilização ocidental sobre o resto do mundo; e a defesa de valores morais e religiosos tradicionais (Nash, 1996). Milton Friedman e os demais membros da Escola de Chicago tiveram papel de destaque como economistas neoliberais que participavam ativamente do movimento conservador, principalmente na crítica ao funcionamento dos programas governamentais. No *campus*, a Intercollegiate Society

of Individualists continuava muito ativa e funcionava como um elo entre os acadêmicos de direita e os estudantes.

A partir dos anos 70, como vimos no Capítulo 1, duas novas tendências surgiram na Direita norte-americana: os neoconservadores, social-democratas desiludidos e convertidos ao credo da Direita; e a Direita religiosa, um movimento menos intelectual e mais comunitário, oriundo das Igrejas fundamentalistas, formado por cidadãos revoltados com a “desagregação moral” da sociedade norte-americana — abortos, drogas, violência, etc. Dessa forma, nos anos 80, a unificação do movimento conservador norte-americano contribuiu enormemente para a vitória de Reagan.

Os conservadores, sobretudo, tornaram-se um movimento intelectual e político muito influente na sociedade norte-americana, estabelecendo vários periódicos para difundir suas idéias e definindo como estratégias de ação o estudo e a formulação de políticas públicas, desenvolvidos através de rede de *think tanks* liberais, publicações, firmas de assessoria jurídica, consultorias, etc. Essa rede propicia uma maior vinculação entre intelectuais, políticos e uma miríade de *think tanks* especializados no estudo e na formulação de políticas públicas de cunho liberal e conservador. De fato, o número de *think tanks* aumentou enormemente a partir dos anos 60 nos EUA, assim como sua influência sobre a definição das políticas públicas. Nos anos 80, esse aumento deveu-se, principalmente, à criação de *think tanks* marcadamente ideológicos, numa matriz conservadora, como o American Enterprise Institute, a Heritage Foundation e o Public Policy Research Institute (Hollings, 1993). Atualmente, existem cerca de 1.000 *think tanks* em operação nos Estados Unidos, que se filiam a variados matizes ideológicos e são, em grande número, de abrangência nacional, como, por exemplo, Rand Corporation, Brookings Institution, Hoover Institute, Heritage Foundation e American Enterprise Institute, dentre outros. Existem, também, muitos institutos regionais ou locais, além daqueles vinculados a universidades.

Alguns *think tanks* que formam a rede neoliberal e conservadora se destacaram no cenário da política pública reaganiana nesse período. A Heritage Foundation foi criada, em 1973, por Edward Feulner²⁴ como centro de pesquisas sobre política nacional para auxiliar os congressistas e seus assistentes. Seu financiador original foi o empresário Joseph Coors, do ramo de cervejas, mas, em 1980, já recebia mais de US\$ 5 milhões em doações de empresas e fundações como a própria Coors, Scaife Family Trust, Noble Foundation e John M. Olin Fund (Sen, 1981). Mais conhecida por sua vinculação com a presidência de

²⁴ Edward Feulner formou-se na London School of Economics e trabalhou no Institute of Economic Affairs de Londres nos anos 60 (Sen, 1981).

Reagan, já que se tornou o centro da Reagan Revolution com a elaboração do *Mandate for a Leadership*, a Heritage Foundation funciona como um elo de ligação entre toda a rede de *think tanks* formuladores de políticas públicas e o movimento conservador em geral. Além disso, desempenha o papel de centro de referências para profissionais conservadores altamente qualificados no assessoramento de políticos e congressistas. Essa intermediação da Heritage Foundation permite aos militantes conservadores republicanos exilarem-se em *think tanks* liberais e conservadores no interregno dos governos democratas (Weaver, 1989; George, 1996).

Outro *think tank* importante na rede de organizações neoliberais é o American Enterprise Institute, fundado, em 1943, por empresários que se opunham ao New Deal. Tem como objetivo promover políticas de livre-mercado e funcionar como um centro de difusão da retórica da livre-empresa. Seu trabalho é feito diretamente com os membros do Congresso, a burocracia federal e a mídia. Nos anos 80, empregava cerca de 500 pessoas, produzindo livros, análises e relatórios, e tinha um orçamento de quase US\$ 13 milhões (George, 1996). Em 1987, cerca de 60% de seus recursos vinham das grandes empresas (Weaver, 1989), e o restante, das fundações mantidas pelas grandes empresas (Sen, 1981).

Como podemos perceber com esses poucos exemplos, ao longo das últimas décadas, centenas de milhões de dólares foram utilizados na produção e na difusão da ideologia neoliberal nos EUA. De onde vieram esses recursos? Entre 1940 e 1950, vieram, principalmente, do William Volker Fund, que financiou a viagem dos representantes norte-americanos na reunião da Mont Pelerin, em 1947, e ainda foram usados para salvar revistas em dificuldades, financiar inúmeras publicações em Chicago, para assumir as dívidas da Foundation for Economic Education e organizar colóquios em universidades. Mas, na realidade, desde os anos 60, várias fundações das grandes empresas passaram a apoiar e a financiar as instituições neoliberais e conservadoras: a Fundação Ford doou US\$ 300 mil para o American Enterprise Institute; a Fundação Bradley (US\$ 28 milhões doados em 1994) financia, dentre outras, a Heritage Foundation, o American Enterprise Institute e vários outros. Com doações desse tipo, as quatro revistas neoliberais mais importantes dos EUA — **The National Interest**, **The Public Interest**, **New Criterion** e **American Spectator** — receberam US\$ 27 milhões de diferentes fontes entre 1990 e 1993, segundo Suzan George (1996).²⁵

²⁵ A título de comparação, as únicas quatro revistas progressistas dos Estados Unidos com público nacional — **The Nation**, **The Progressive**, **In These Times** e **Mother Jones** — receberam, no mesmo período, apenas US\$ 270 mil em contribuições na forma de doações (George, 1996).

Algumas fundações sustentadas por grandes e antigas fortunas industriais, como Coors (cervejarias), Scaife e Mellon (aço) e, principalmente, Olin (produtos químicos), costumam financiar, também, cátedras nas mais prestigiadas universidades norte-americanas. Note-se que, através dessas generosas doações, o doador tem o direito de nomear o professor que vai ocupar a cátedra ou dirigir o centro de pesquisas que se beneficia da doação. Dessa forma, os conservadores neoliberais tentam reforçar as instituições econômicas, políticas e culturais sobre as quais se baseia a empresa privada. Em 1988, a Fundação Olin destinava US\$ 55 milhões para esse tipo de apoio. Desde então, existem cátedras Olin de Direito e Economia nas Universidades de Harvard, Yale, Stanford e Chicago, onde o Centro Olin para o Estudo da Teoria e da Prática da Democracia recebe US\$ 36 milhões por ano. A revista **The National Interest**, dirigida por Irving Kristol, recebe US\$ 1 milhão. A Business School da Universidade de Nova Iorque recebe US\$ 326 mil pela cátedra ocupada pelo mesmo Irving Kristol. Em Harvard, Samuel Huntington dirige o Instituto Olin de Estudos Estratégicos, que recebe US\$ 14 milhões. A Fundação Olin também patrocinou a divulgação do livro de Francis Fukuyama sobre o fim da história (George, 1996).

3.3 - A internacionalização do movimento neoliberal nos anos 80

A existência de vínculos estreitos entre os movimentos neoliberais na Inglaterra e nos EUA foi importante não apenas para o desenvolvimento do pensamento e da ação política dos liberais nesses países, mas também para a internacionalização desse movimento nos anos 80. Essa nova fase do movimento ideológico liberal deve muito, novamente, à capacidade de articulação de Anthony Fisher, criador do Institute of Economic Affairs de Londres.

Após considerar o Institute of Economic Affairs bem-sucedido na criação de um ambiente intelectual favorável ao liberalismo econômico na Inglaterra, Antony Fisher dedicou-se ao trabalho de internacionalização dos *think tanks* liberais. Em 1975, foi convidado a dirigir o Fraser Institute do Canadá²⁶, fundado em 1974, dedicando-se especialmente à atividade de angariar recursos para o

²⁶ Fundado como uma organização de pesquisa e educação independente e apartidária. O Fraser Institute tem como objetivo colaborar para a construção de uma sociedade de bem-estar econômico e social baseada no livre-mercado, no direito à propriedade privada, na responsabilidade individual e no Estado limitado. A realização desse objetivo dá-se através da elaboração de pesquisas e de formulação de projetos de políticas públicas (The Fraser Institute Homepage, 1997).

Instituto. Em 1977, Fisher fundou o International Center for Economic Policy Studies em Nova Iorque (depois designado Manhattan Institute for Policy Research) e, no final da década, fundou o Pacific Institute for Public Policy, em 1979, e ainda colaborou com a criação do Centre for Independent Studies da Austrália (Cockett, 1995). Além das organizações que Fisher ajudou a criar diretamente, o IEA serviu de modelo a outros institutos liberais de análise de políticas, como o Free Enterprise Institute na Suécia, o Centro de Investigaciones Economicas sobre la Libre Empresa (Cisle) no México, o Hong Kong Centre for Economic Research, o Liberty Fund²⁷ nos EUA e os Institutos Liberais no Brasil, dentre outros (Fonseca, 1993).

Para orientar e coordenar a ação de todos esses institutos internacionais, Antony Fisher criou a Atlas Economic Research Foundation em 1981, nos EUA.²⁸ Fisher usava as reuniões da Sociedade Mont Pelerin para angariar fundos e arremeter pessoal para o trabalho na Fundação. Em 1988, a Atlas Foundation apoiava mais de 60 institutos liberais em 20 países (Fonseca, 1993). Seu trabalho concentrou-se nas Américas Central e do Sul e nos países do Leste Europeu, regiões onde a luta em favor do liberalismo ainda se encontrava no estágio em que estava nos EUA e na Inglaterra nos anos 40. Em 1987, a Atlas Foundation uniu-se ao Institute for Humane Studies, criado nos anos 60 (ver nota 17), para formar o núcleo central de uma rede internacional de *think tanks* ou institutos de pesquisa sobre o livre-mercado, inspirados, basicamente, no trabalho do Institute of Economic Affairs de Londres (Cockett, 1995). Nesse trabalho conjunto, as duas fundações vêm realizando seminários internacionais anuais, sendo que o Liberty and Society é promovido pelo Institute of Humane Studies, e os International Workshops, pela Atlas Foundation.

Fisher morreu em 1988, mas a Atlas Foundation não parou de crescer. Em 1991, a Fundação havia ajudado a criar, sustentar ou assessorar cerca de 78 institutos, especialmente 31 na América Latina, e desenvolvido relações com outros 88 institutos em 51 países (Cockett, 1995, p. 307). Da rede de entidades vinculadas de alguma forma à Atlas Foundation, fazem parte várias das organizações que mantêm vínculos com o Instituto Liberal do Brasil, como a Reason

²⁷ O Liberty Fund foi criado em 1960 pelo empresário Pierre F. Goodrich, interessado em divulgar o liberalismo nos Estados Unidos. Suas atividades compreendem a promoção de cursos e seminários em vários países, edição de livros, contratação de acadêmicos para dar cursos e bolsas para pós-graduados (Blundel, 1990).

²⁸ A Atlas Foundation ajuda a criar e manter *think tanks* de políticas públicas em todo o mundo. Fornece orientação, consultoria, apoio financeiro e acesso a uma rede internacional de líderes e intelectuais que compartilham o ideal liberal (Atlas Economic Research Foundation, 1997).

Foundation²⁹, o Cascade Policy Institute³⁰, a Foundation for Economic Education, o Cato Institute³¹, o Fraser Institute, o Ludwig Von Mises Institute, o Independent Institute³², o Institute of Economic Affairs, o Institute for Humane Studies, o Pacific Research Institute, o Centre for Independent Studies, o Instituto Libertad y Desarrollo, de Hernando de Soto, do Peru, a Universidad Francisco Marroquin na Guatemala e a ESEADE na Argentina. No Leste Europeu, Vaclav Klaus foi um dos fundadores do Instituto Liberal de Praga, em 1992.

Essa rede internacional de *think tanks* liberais tem como núcleo central a Sociedade Mont Pelerin. Durante os 50 anos de sua existência, a Sociedade Mont Pelerin tem-se mantido como uma entidade fechada. Suas atividades principais são a realização de conferências reservadas exclusivamente aos membros e convidados e a manutenção de redes informais de discussão. Na medida em que funciona quase como uma sociedade secreta, “uma espécie de franco — maçonaria neoliberal, altamente dedicada e organizada” (Anderson, 1994, p. 10), a força e a influência da Sociedade Mont Pelerin são exercidas principalmente através dos indivíduos que a compõem.

Do grupo original de menos de 50 membros europeus e norte-americanos, a sociedade hoje congrega cerca de 500 associados em todos os continentes, incluindo os dirigentes dos *think tanks*. Entre os demais membros, estão figuras de projeção nas áreas tanto acadêmica quanto política. Entre os acadêmicos, estão seis vencedores do Prêmio Nobel de Economia: Friederich Hayek (1974), Milton Friedman (1976), George Stigler (1982), James Buchanan (1986),

²⁹ Fundada em 1978, nos EUA, a Reason Foundation é uma organização nacional de pesquisa e ensino dos valores da racionalidade e da liberdade como bases para a construção da “boa sociedade”. Mantém o Reason Public Policy Institute, com experiência na elaboração de projetos de privatização e reformas do setor público. Publica a revista mensal **Reason**, de larga circulação (Reason Foundation, 1997).

³⁰ Criado em 1991, nos EUA, o Cascade Policy Institute pesquisa e formula soluções de mercado para os problemas de políticas públicas, dentre elas educação, saúde, política fiscal, etc. (Cascade Policy Institute. Introduction, 1997).

³¹ Fundado em 1977, nos EUA, o Cato Institute realiza pesquisas e formula políticas públicas inspiradas no liberalismo. Dentre as propostas de políticas formuladas pelo Instituto e debatidas pelos congressistas norte-americanos estão: cortes no orçamento federal; independência estratégica nas relações exteriores; privatização da previdência social (projeto coordenado por Jose Piñera, idealizador da privatização chilena); substituição do Imposto sobre a Renda pelo Imposto sobre Vendas; dentre outras. O Cato Institute publica livros e estudos: o **Cato Journal** é trimestral; e a revista **Regulation**, quadrimestral. É uma instituição independente, custeada por contribuições individuais, de empresas e fundações (Cato Institute, 1997).

³² Fundado em 1987, nos EUA, sem vinculações partidárias ou governamentais, o Independent Institute desenvolve e publica estudos e sugestões de políticas públicas (The Independent Institute Mission Statement, 1997).

Ronald Coase (1991) e Gary Becker (1992). Outros membros importantes, e já falecidos, foram: Luigi Einaudi, Presidente da Itália; Ludwig Erhard, Chanceler da Alemanha Ocidental; além de economistas e jornalistas europeus e norte-americanos. Entre os membros atuais estão: Antonio Martino, acadêmico e ex-Ministro do Exterior da Itália; Geoffrey Howe, John Biffen e Rhodes Boyson, ex-Ministros do Governo Britânico; Yoshio Suzuki, Economista e membro do Parlamento japonês; Ruth Richardson, ex-Ministro das Finanças da Nova Zelândia; vários economistas australianos e intelectuais de renome nos meios acadêmicos norte-americanos, como Milton e Rose Friedman, Richard Epstein, Allen Meltzer, dentre outros. O primeiro representante do Leste Europeu na Sociedade Mont Pelerin é Václav Klaus, Primeiro Ministro da República da Checoslováquia. O Presidente da Sociedade Mont Pelerin, em 1997, era Edwin Felner, fundador da Heritage Foundation de Washington (Quadro 2). Os membros brasileiros da Sociedade são dirigentes do Instituto Liberal: Donald Stewart Jr. (falecido no final de 1999), Og Francisco Leme, José Olavo de Meira Penna e Ubiratan Borges de Macedo.

As preocupações da Sociedade Mont Pelerin de hoje são diferentes das de 1947. A Sociedade considera que o planejamento econômico centralizado está desacreditado, assim como o intervencionismo de outros tipos vem sendo questionado em todo o mundo. Contudo o que preocupa a Sociedade, hoje, é a imensa quantidade de recursos das nações que ainda são controlados por seus governos, assim como a capacidade de intervenção dos Estados na vida cotidiana dos indivíduos. Essas questões, assim como, obviamente, o problema da integração européia e a implantação de uma moeda única naquele continente, são os problemas que a Sociedade Mont Pelerin vem debatendo recentemente (Lindsay, 1997).

Como se pode perceber, a existência de um movimento ideológico neoliberal deve muito às organizações mencionadas, em especial ao Institute of Economic Affairs, por ser o núcleo original e modelo dos centros de ensino, pesquisa e desenvolvimento da teoria econômica liberal; à Atlas Economic Research Foundation, pelo papel que exerce na criação e manutenção de *think tanks* liberais em todo o mundo; à Sociedade Mont Pelerin, por promover reuniões entre grandes personalidades do mundo político e acadêmico liberal; e às inúmeras fundações mantidas pelas grandes empresas, que fornecem os recursos para sustentar esse movimento ideológico neoliberal internacional. No próximo capítulo, veremos como funciona a rede neoliberal no Brasil, através da articulação e das estratégias desenvolvidas pelo Instituto Liberal.

Quadro 1

Reuniões da Sociedade Mont Pelerin

Reunião inaugural	
Mont Pelerin, Suíça	1947
Reuniões gerais	
Seelisberg, Suíça	1949
Bloomendaal, Holanda	1950
Beauvallon, França	1951
Seelisberg, Suíça	1953
Veneza, Itália	1954
Berlim, Alemanha	1956
St. Moritz, Suíça	1957
Princeton, Estados Unidos	1958
Oxford, Grã-Bretanha	1959
Kassel, Alemanha	1960
Turin, Itália	1961
Knokke, Bélgica	1962
Semmering, Áustria	1964
Stresa, Itália	1965
Vichy, França	1967
Aviemore, Grã-Bretanha	1968
Munich, Alemanha	1970
Montreux, Suíça	1972
Bruxelas, Bélgica	1974
St. Andrews, Grã-Bretanha	1976
Hong Kong	1978
Stanford, Estados Unidos	1980
Berlim, Alemanha	1982
Cambridge, Grã-Bretanha	1984
St. Vincent, Itália	1986
Tóquio, Kioto, Japão	1988
Munique, Alemanha	1990
Vancouver, Canadá	1992
Cannes, França	1994
Viena, Áustria	1996
Washington, D.C., Estados Unidos	1998
Reuniões regionais	
Tóquio, Japão	1966
Caracas, Venezuela	1969
Rockford, Estados Unidos	1971

(continua)

Quadro 1

Reuniões da Sociedade Mont Pelerin

Salzburg, Áustria	1973
Cidade da Guatemala, Guatemala	1973
Hillsdale, Estados Unidos	1975
Paris, França	1977
Amsterdã, Holanda	1977
Madrid, Espanha	1979
Stockholm, Suécia	1981
Viña del Mar, Chile	1981
Vancouver, Canadá	1983
Paris, França	1984
Sydney, Austrália	1985
Indianápolis, Estados Unidos	1987
Christchurch, Nova Zelândia	1989
Antigua, Guatemala	1990
Big Sky, Montana, Estados Unidos	1991
Praga, Checoslováquia	1991
Rio de Janeiro, Brasil	1993
Cape Town, África do Sul	1995
Cancun, México	1996
Barcelona, Espanha	1997
Vancouver, Canadá	1999
Potsdam, Alemanha	1999
Reuniões especiais	
Taipei, Tailândia	1978
Taipei, Tailândia	1988
Mont Pelerin, Suíça	1997
Bali, Indonésia	1999

FONTE: THE MONT PELERIN SOCIETY Disponível em: <http://www.montpelerin.org>
Acesso em: 1 out. 2000.

Quadro 2

Presidentes da Sociedade Mont Pelerin

Friederich A. Hayek, Grã-Bretanha, 1947-61
Wilhelm Ropke, Suíça, 1961-62
John Jewkes, Grã-Bretanha, 1962-64
Friedrich Lutz, Alemanha, 1964-67
Bruno Leoni, Itália, 1967-68
Guenter Schmolders, Alemanha, 1968-70
Milton Friedman, Estados Unidos, 1970-72
Arthur Shenfield, Grã-Bretanha, 1972-74
Gaston Leduc, França, 1974-76
George Stigler, Estados Unidos, 1976-78
Manuel Ayau, Guatemala, 1978-80
Chiaki Nishiyama, Japão, 1980-82
Lord Harris of High Cross, Grã-Bretanha, 1982-84
James Buchanan, Estados Unidos, 1984-86
Herbert Giersch, Alemanha, 1986-88
Antonio Martino, Itália, 1988-90
Gary Becker, Estados Unidos, 1990-92
Max Hartwell, Grã-Bretanha, 1992-94
Pascal Salin, França, 1994-96
Edwin J. Feulner, Estados Unidos, 1996-98
Ramon P. Diaz, Uruguai, 1998-00

FONTE: THE MONT PELERIN SOCIETY Disponível em: <http://www.montpelerin.org>.
Acesso em: 1 out. 2000.

4 - OS INSTITUTOS LIBERAIS NO BRASIL DA NOVA REPÚBLICA

A presença do liberalismo como doutrina no ideário político brasileiro é muito antiga e caracterizada por uma certa convivência com os traços autoritários da burguesia brasileira, como vimos no Capítulo 1. A argumentação liberal vem sendo utilizada periodicamente por frações dessa burguesia para clamar contra a intervenção do Estado na economia. Os meios acadêmicos e políticos também produziram pensadores liberais do peso de Eugenio Gudin, Roberto Campos e José Merquior, dentre outros. A novidade que aparece na Nova República é a criação de um *think tank* neoliberal, uma organização formada especialmente para a doutrinação política e para a formulação de políticas públicas, que funciona como o núcleo de uma rede difusora da ideologia neoliberal. Neste capítulo, apresentamos o ideário defendido pelos Institutos Liberais, seus objetivos e as estratégias utilizadas para atingi-los. Inicialmente, analisamos o neoliberalismo dos Institutos Liberais, ou seja, os preceitos que regem a sua atuação e que estão contidos na sua Declaração de Princípios e que são, fundamentalmente, baseados na Escola Austríaca de Economia. A seguir, descrevemos a criação, a difusão e a forma de ação dos Institutos Liberais, que buscam a sua inspiração nos principais *think tanks* liberais que analisamos no capítulo anterior. Aqui, os objetivos principais são detectar os mecanismos de funcionamento, as estratégias e o público selecionado para a difusão ideológica, as forças sociais e econômicas que estão nos bastidores do projeto e que são perceptíveis, basicamente, através das empresas patrocinadoras dos Institutos, dos colaboradores internacionais e dos intelectuais brasileiros envolvidos com o projeto neoliberal através da rede dos Institutos Liberais.

4.1 - O neoliberalismo dos Institutos Liberais

Os Institutos Liberais foram criados para divulgar o neoliberalismo entre as elites formadoras de opinião no Brasil, ou seja, para divulgar os princípios do liberalismo entre “lideranças sociais e formadores de opinião pública”: políticos, empresários, professores universitários, jornalistas, militares e intelectuais em geral (Instituto Liberal, 1993).

Os objetivos, princípios norteadores e compromissos dos Institutos Liberais foram registrados no documento **Princípios dos Institutos Liberais** (Declaração do Rio de Janeiro de 1988). Apresentando-se como organizações independentes de partidos políticos, os Institutos Liberais têm como objetivo fundamental difundir os “(...) princípios do liberalismo, que consideram os mais eficazes para a promoção do bem-estar moral e material dos indivíduos, para a superação das desigualdades e para a eliminação dos privilégios existentes na sociedade brasileira”. De acordo com o credo liberal de Hayek, a noção de liberalismo como a supremacia do indivíduo sobre o Estado é colocada muito claramente:

“(...) entendem o liberalismo não como um dogma, mas como um conjunto de princípios capazes de inspirar ações no sentido de mudança social. Esses princípios privilegiam o indivíduo e não o Estado, e defendem a primazia da associação autônoma e voluntária dos cidadãos sobre as formas de organização impostas pelo Estado” (Instituto Liberal, 1993, p. 5).

Os princípios defendidos começam pelo mais elementar: o direito à vida e à liberdade. E essa liberdade é definida como o fundamento do Estado de Direito, que se caracteriza por:

- “a) não conceder privilégios a ninguém, assegurando, assim, a igualdade de todos perante a lei, o que implica que nenhum cidadão pode invocar sua condição econômica, social ou política para furtar-se ao cumprimento da lei;
- “b) assegurar aos cidadãos o governo da lei em lugar do governo dos homens, partidos ou facções, e a cada indivíduo — desde que respeitados os direitos e a liberdade alheios e independentemente de sua raça, de seu sexo, de sua religião e de sua convicção política — a possibilidade de dispor livremente dos bens materiais e culturais produzidos por seu próprio esforço;
- “c) facultar aos cidadãos o livre e imediato acesso aos tribunais encarregados de administrar a justiça, garantindo a todos um processo equânime” (Instituto Liberal, 1993, p. 5).

E como o Estado de Direito defendido pelos membros do Instituto Liberal define a atividade econômica? Seguindo à risca o pensamento da Escola Austríaca de Economia que vimos no Capítulo 2, o Estado de Direito deve garantir, fundamentalmente, a primazia da liberdade econômica sobre as “exigências legais e administrativas discriminatórias”, leia-se, a regulamentação e a interferência estatais, sobretudo no campo das relações de trabalho; o reconhecimento da propriedade privada como condição para a liberdade econômica e política;

e, fundamentalmente, a supremacia do mercado para dirimir as diferenças e premiar os vitoriosos com o lucro:

- “d) garantir, pelo estabelecimento de condições institucionais, a vigência da liberdade no terreno econômico, ensejando, a quantos queiram produzir e trabalhar, o livre acesso ao mercado, acesso que não pode ser cerceado por privilégios econômicos de qualquer natureza ou exigências legais e administrativas discriminatórias. Cabe ao mercado harmonizar as ambições e premiar, pelo lucro, o desempenho;
- “e) reconhecer a propriedade privada como condição fundamental para que os indivíduos possam exercer plenamente o seu direito à vida, à liberdade política e econômica e à busca da felicidade;
- “f) permitir que os acordos e divergências que ocorram no campo das relações do trabalho sejam tratados e resolvidos de maneira autônoma pelas partes” (Instituto Liberal, 1993, p. 5).

O regime político proposto é o da democracia representativa, com eleições livres e liberdade de organização partidária. Entretanto os neoliberais sugerem que os mecanismos de representação a serem adotados sejam o federalismo e a descentralização de responsabilidades:

“A democracia só terá vigência plenamente assegurada quando forem aperfeiçoados os seus mecanismos representativos, possibilitando a cada cidadão e aos grupos sociais participar da tomada das decisões políticas e do controle dos atos de governo que possam pôr em perigo a liberdade e os direitos individuais; é necessário respeitar o princípio do federalismo, segundo o qual a União não deve realizar o que pode ser adequadamente feito pelos estados federados, nem esses o que puder ser da alçada municipal. Pelo mesmo motivo, os municípios não devem assumir o que puder ser feito pelas comunidades e essas não devem responsabilizar-se pelas atividades que podem ser adequadamente exercidas pelos indivíduos” (Instituto Liberal, 1993, p. 5).

E de que maneira o Instituto Liberal sugere descentralizar os recursos? Através do mercado, naturalmente, porque:

“(…) o desenvolvimento realizado com base na alocação de recursos por meio do mercado é o processo que permite aos cidadãos aperfeiçoar-se cultural e profissionalmente, e usufruir de qualidade de vida progressivamente melhor” (Instituto Liberal, 1993, p. 5).

Assim como no caso explícito das relações de trabalho, novamente aqui se antevê o combate ao planejamento e à regulação econômica, característicos do pensamento de Mises e Hayek:

“O desenvolvimento econômico assim entendido deverá ser conduzido, no quadro do Estado de Direito, pelos indivíduos que produzem riqueza, e não orientado por decisões estatais de caráter econômico e organizatório” (Instituto Liberal, 1993, p. 5).

Os Institutos Liberais entendem também que os problemas que o País atravessa, como a desigualdade social e a situação de pobreza de parcelas da sociedade, resultam da não-observância desses princípios. Sobretudo a causa dos problemas do Brasil é atribuída à interferência do Estado na vida econômica e não ao sistema econômico que se desenvolve gerando mais miséria ou à tradição de exclusão social da sociedade brasileira:

“1. entendem que o grande problema da sociedade brasileira decorre do conflito entre os cidadãos que são tolhidos na sua liberdade de produzir e o Estado, que, ao intervir na vida econômica, impede a livre competição, dificulta a produção e gera privilégios” (Instituto Liberal, 1993, p. 5).

Para sanar esses problemas, deve haver ação do Estado, em especial no socorro a crianças e idosos em desamparo; mas essa ação deve ser feita através do mercado:

“2. manifestam sua preocupação com a situação de pobreza absoluta que aflige ponderáveis setores da sociedade brasileira. Reconhecem igualmente a necessidade de ação pública imediata — de forma compatível com o estágio de desenvolvimento do País — no sentido de socorrer esses setores, sobretudo as crianças e os idosos desamparados, no campo da saúde pública e individual, da educação básica e da alimentação. Para sua maior eficácia, a ação do Estado deve ser realizada por meio da iniciativa privada e dos mecanismos de mercado” (Instituto Liberal, 1993, p. 5).

E, finalmente, afirmam que a solução das desigualdades só ocorrerá quando forem devolvidas “(...) às forças de mercado a responsabilidade pela superação das desigualdades e dos privilégios que impedem a vigência plena do Estado de Direito no Brasil” (Instituto Liberal, 1993, p. 5). Esses princípios norteiam, efetivamente, toda a estratégia de ação dos Institutos Liberais, bem como a sua linha de análise e as soluções propostas nos seus projetos de políticas públicas, que serão analisados no Capítulo 5.

4.2 - Estratégias de ação e difusão doutrinária

Os Institutos Liberais desenvolvem uma gama de atividades de “propaganda” neoliberal. A seguir, apresentamos uma descrição de diferentes tipos de atividades desenvolvidas pelos Institutos Liberais do Rio de Janeiro e de São Paulo, de 1983 a 1997, como uma ilustração das estratégias e dos tipos de atividades desenvolvidas. A análise concentra-se nas atividades dos Institutos Liberais do Rio de Janeiro e de São Paulo, por serem os mais antigos e representarem o núcleo central e difusor das atividades desses institutos no Brasil. A forma mais direta de divulgação que utilizam são os seus boletins informativos, geralmente mensais, enviados gratuitamente a associados, mídia, universidades, entidades empresariais, etc. Esses boletins, normalmente de quatro páginas, apresentam um editorial sobre algum tema abordado na perspectiva liberal, seja uma questão nacional, seja a reprodução de um artigo publicado em um *think tank* neoliberal norte-americano como a Heritage Foundation, o Cato Institute e muitos outros. Os boletins publicam ainda notas curtas sobre as atividades e as promoções dos Institutos Liberais e da rede internacional de *think tank* liberais, assim como comentários sobre a política nacional e sobre projetos de lei em tramitação no Congresso. As informações apresentadas neste capítulo foram coletadas nesses periódicos: **IL Notícias**, publicado mensalmente, desde dezembro de 1991, pelo Conselho Nacional de Institutos Liberais; **Idéia Liberal**, publicado, de 1988 a 1992, pelo Instituto Liberal de São Paulo e, a partir de 1993, denominado **Informe Liberal**; no livrete **1983-1993. Instituto Liberal — os Primeiros Dez Anos** (Instituto Liberal, 1993); e em livros e demais publicações dos institutos.

4.2.1 - Publicando a doutrina

A principal atividade do Instituto Liberal do Rio de Janeiro, em seus primeiros anos de funcionamento, foi a tradução e a publicação de livros de pensadores clássicos considerados fundamentais para a compreensão do liberalismo.¹ O objetivo era patrocinar a edição de uma bibliografia acadêmica básica sobre teoria liberal (*Idéia Liberal*, n.18, 1989). Inicialmente, foram publicados alguns dos principais livros dos representantes da Escola Austríaca de Economia. De E. Bohm-Bawerk, foi publicada **A Teoria da Exploração do Socialismo Co-**

¹ Essas publicações eram feitas pelo próprio Instituto Liberal ou através das editoras Inconfidentes, de São Paulo, e José Olympio, do Rio de Janeiro.

munismo. De Friederich Hayek, foram: **O Caminho da Servidão** (Figura 1); **Direito, Legislação e Liberdade; Desemprego e Política Monetária; e Desestatização do Dinheiro.** De Ludwig Von Mises, foram publicados: **As Seis Lições; Uma Crítica ao Intervencionismo; A Mentalidade Anticapitalista; Liberalismo** (Figura 2); e **A Ação Humana.** Pelo livro **Ação Humana**, de Ludwig Von Mises, o Instituto Liberal do Rio de Janeiro recebeu o prêmio internacional Sir Anthony Fisher de melhor publicação sobre o pensamento liberal, concedido pela Atlas Economic Research Foundation em 1991 (IL Notícias, n. 1, 1991).

Além dos autores clássicos, o Instituto Liberal do Rio de Janeiro tem publicado alguns dos autores que foram importantes na consolidação do movimento neoliberal e conservador norte-americano, como vimos no capítulo anterior: Eamonn Butler, Frank Knighth, Henry Hazlitt e Ayn Rand. Também são publicados autores neoliberais mais modernos, vinculados à Escola de Chicago e de Virgínia, como Israel Kirzner, James Buchanam, Murray N. Rothbard, dentre outros. Todos eles abarcam análises econômicas ou sociais do ponto de vista neoliberal, sejam versões mais didáticas do pensamento de Mises e Hayek, sejam análises mais modernas do papel do Estado e da questão da Economia do Direito ou a crítica da preservação ambiental como uma violação dos direitos de propriedade. Os livros são divulgados por todos os Institutos Liberais, através de venda direta ao público, promoção de palestras e cursos e de doação a instituições de ensino. O Quadro 1 dá uma idéia dos autores internacionais publicados e divulgados pelos Institutos Liberais.

Os Institutos Liberais publicam, também, autores nacionais que rezam pela cartilha do neoliberalismo. Os títulos incluem desde versões menos acadêmicas do liberalismo, como o livreto **O que é o Liberalismo**, de Donald Stewart Jr., criador do Instituto Liberal do Rio de Janeiro, e **A Ordem Econômica**, de Og Francisco Leme, Economista e Diretor do Instituto Liberal do Rio de Janeiro, até obras mais acadêmicas como os trabalhos de Eduardo Gianetti da Fonseca, da USP; os dos Professores de Filosofia do Rio de Janeiro Antonio Paim e Ubiratam Borges de Macedo, etc. Os Institutos Liberais também divulgam obras de liberais que são publicados por outras editoras, mas que contribuem regularmente para as publicações dos Institutos Liberais. No Quadro 2, apresentamos uma lista de autores que têm o maior número de textos publicados pelos Institutos. Apresentamos, também, o assunto sobre o qual cada um escreve, para poder identificar quais deles funcionam como divulgadores da teoria liberal em geral. Nessa categoria, estariam Antonio Paim, Ubiratam Borges de Macedo, Ubiratan Iorio de Souza, Ricardo Velez Rodriguez e outros, quase todos filósofos e vinculados a universidades privadas do Rio de Janeiro, como a Gama Filho e a Santa Úrsula, e ao Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec).

Outros autores são membros das diretorias dos Institutos Liberais do Rio de Janeiro e de São Paulo, principalmente, têm formação universitária e produzem a maior parte dos textos curtos de divulgação teórica: os Economistas Og Francisco Leme e Roberto Fendt Jr. e o Jurista Ney Prado, dentre outros. Todos eles poderiam ser considerados a “elite orgânica” da fração da burguesia representada nos Institutos Liberais. Mesmo os autores que não são membros dos Institutos participam ativamente de suas promoções.

Além da tradução dos livros clássicos do liberalismo, de 1987 a 1996 o Instituto Liberal do Rio de Janeiro editou diferentes séries de publicações, em forma de brochuras, distribuídas gratuitamente. Na série **Conferências do Instituto Liberal** (Figura 3), foram publicadas palestras proferidas por dirigentes de *think tanks* conservadores e neoliberais de várias partes do mundo, como Armando de la Torre (Fundación Francisco Marroquín, Guatemala), Enrique Gherzi e Hernando de Soto (Instituto Libertad y Democracia, Peru), Jose Pinera (Chile), dentre outros (Quadro 3). A série **Ensaio e Artigos** (Figura 4) reproduzia textos curtos de autores liberais sobre assuntos variados, como dos ingleses Madsen Pirie e Eamon Butler, fundadores do Adam Smith Institute; do líder checo Vaclav Klaus; e do ex-socialista inglês Paul Johnson, dentre outros (Quadro 4). A série **Pontos de Vista**, iniciada em 1994 e encerrada em 1997, também editava textos curtos, de autores estrangeiros em sua maioria (Quadro 5).

O Instituto Liberal de São Paulo editou, dentre outros, dois cadernos de **Perguntas e Respostas** sobre liberalismo e uma **Antologia Liberal**, com textos de Mises, Hayek, Bohm-Bawerk e Kirzner. Mas o trabalho de divulgação mais amplo e permanente do Instituto Liberal de São Paulo na área de publicações é a série **Idéias Liberais** (Figura 5). Iniciada em 1993 e com tiragem de 3.000 exemplares, a série já contabiliza mais de 100 folhetos distribuídos em forma de mala-direta. Através dessa série, são veiculados textos curtos e didáticos sobre questões teóricas do liberalismo, como o pensamento de Popper ou a teoria austríaca de economia, assim como textos sobre questões mais afeitas à realidade brasileira, como a situação econômica, o Governo Fernando Henrique Cardoso, etc. (Quadro 6). Os textos reproduzidos são de autores estrangeiros e de muitos autores brasileiros. Entre estes últimos, pode-se identificar um grupo que, a nosso ver, conforma a “elite orgânica do Instituto Liberal”, pois tem seus trabalhos extensamente divulgados pelo Instituto (Quadro 2).

Desde 1998, o Instituto Liberal de São Paulo vem editando a revista **Think Tank**, talvez sua publicação mais elaborada, com um Conselho Editorial composto por alguns intelectuais liberais que contribuem para várias publicações dos Institutos Liberais (Quadro 7) e um Conselho de Administração que reúne grandes empresários (Quadro 8). O primeiro número da revista trazia na capa o

Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, recém-eleito, caminhando firme para o futuro, além de um artigo escrito por ele (Figura 6). Com preparação gráfica esmerada e contendo ensaios de intelectuais conservadores reconhecidos internacionalmente, contém encartes que veiculam as propostas de políticas públicas dos neoliberais (Quadro 9 e Figura 7), e outros com versões resumidas de autores liberais clássicos (Quadro 10 e Figura 8). Com tiragem de 3.000 exemplares, **Think Tank** é distribuída entre os associados dos institutos, grandes empresas, autoridades, etc.

4.2.2 - Doutrinando públicos estratégicos

Os Institutos Liberais organizam atividades de natureza diferente para públicos específicos. Para um meio acadêmico e de juristas, o Instituto Liberal do Rio de Janeiro organiza, desde 1990, colóquios patrocinados pelo Liberty Fund dos EUA. Como vimos no capítulo anterior, o Liberty Fund, criado pelo empresário Pierre F. Goodrich em 1960, desempenha importante papel na rede internacional conservadora, como financiador de pesquisadores e *think tanks* neoliberais. Uma das atividades de âmbito internacional do Liberty Fund é o patrocínio de mais de 100 encontros de intelectuais conservadores por ano, com o objetivo de estimular a discussão do pensamento liberal. Esses colóquios não são públicos, são reuniões restritas que proporcionam aos participantes a troca de idéias entre especialistas de diferentes áreas do conhecimento, como Filosofia, Economia, Ciência Política, Direito e História, auxiliando, assim, na formação de um corpo técnico capacitado a subsidiar o movimento liberal.

Os dois primeiros colóquios realizados pelo Instituto Liberal do Rio de Janeiro tinham como tema os Direitos de Propriedade e Liberdade Individual, em 1990, e Ordem Liberal e Processo Democrático, em 1991 (IL Notícias, n. 1, 1991). Em 1992, os representantes do Instituto Liberal do Rio de Janeiro participaram de Colóquios do Liberty Fund na Guatemala e nos EUA, onde o evento foi realizado no Fraser Institute do Canadá (IL Notícias, n.4, 1992). Em 1995, o Instituto Liberal do Rio de Janeiro participou do Colóquio Liberty Fund nos EUA, que tratou de Liberdade, Cultura e Crescimento Econômico na América Latina (IL Notícias, n. 41, 1995).

Com o grande debate sobre problemas ambientais previsto para a Eco-92, o Instituto Liberal do Rio de Janeiro organizou um Colóquio Liberty Fund sobre Liberdade, Propriedade Privada e Meio Ambiente, em maio daquele ano. Os participantes foram 14 brasileiros, entre economistas, juristas, cientistas e empresários, além de quatro especialistas norte-americanos. A tônica foi a crítica aos ecologistas que, segundo o IL, se reúnem para “(...) conspirar contra o

mercado, contra os direitos e as liberdades individuais e contra o progresso das nações, em nome da preservação do meio ambiente e dos recursos naturais” (IL Notícias, n. 7, 1992). Houve, ainda, outro encontro em agosto de 1992, sobre Uma Constituição para uma Ordem Liberal-Democrática. Nesse colóquio estiveram presentes os representantes do Liberty Fund e palestrantes dos EUA, da Universidad Francisco Marroquin, da Guatemala, do Instituto Libertad y Democracia (Hernando de Soto) do Peru e da Venezuela (IL Notícias, n. 9, 1992).

Em setembro de 1993, o colóquio Liberty Fund discutiu Liberdade, Justiça e os Limites do Conhecimento, com a presença de intelectuais do México, do Chile, da Guatemala e da Venezuela (IL Notícias, n. 22, 1993). A reunião de 1994 foi sobre Liberdade, Economia e Direito (IL Notícias, n. 34, 1994). No ano seguinte, o encontro do Liberty Fund foi realizado no Rio Grande do Sul e discutiu as Raízes do Liberalismo Clássico no Brasil (IL Notícias, n. 34, 1995). Em 1996, os debates do Colóquio organizado pelo Instituto Liberal do Rio de Janeiro concentraram-se no pensamento de Hayek: Liberdade e Ordem numa Sociedade Livre (IL Notícias, n. 58, 1996). A partir desse ano, a diretoria do Liberty Fund decidiu patrocinar dois encontros por ano no Brasil: um em conjunto com o Instituto Liberal do Rio de Janeiro e outro com o Instituto Liberal do Rio Grande do Sul² (IL Notícias, n. 55, 1996). De fato, no primeiro semestre de 1997 a reunião foi realizada pelo Instituto Liberal do Rio Grande do Sul, com o tema Os Pensamentos Liberais nas Revoluções Brasileiras (IL Notícias, n. 64, 1997). Esses encontros continuam acontecendo até hoje. O último realizado no Rio Grande do Sul foi em dezembro de 2001.

O campo jurídico é uma área de atuação privilegiada pelos Institutos Liberais, tanto pelo contexto do debate constituinte e da revisão constitucional no final dos anos 80 quanto pela importância que os neoliberais atribuem à formulação de políticas públicas e proposição de projetos de leis. Em 1990, o Instituto Liberal de São Paulo começou a intensificar seus contatos com o meio jurídico:

² O IL-RS foi fundado em 1986. Tem mantido estreita vinculação com os neoliberais argentinos, em especial com os professores da Escuela Superior de Economía y Administración de Empresas (Eseade). Entre estes está Eduardo Benegas Lynch, membro do Conselho Diretivo da Société Mont Pelerin. Desde 1992, o IL-RS mantém um convênio com a Eseade, através do qual seus professores ministram cursos anuais de Economia e Filosofia para pessoas selecionadas pelo IL-RS (IL Notícias n. 8, 1993). Em 1995, o IL-RS começou a promover, anualmente, cursos de Economia do Direito para magistrados, em convênio com a Universidade Vale do Sinos (Unisinós), a Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) e a Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul (Ajuris) (IL Notícias, n. 48, nov. 1995). Também desde 1995, o IL-RS passou a sediar um dos dois colóquios patrocinados pelo Liberty Fund no Brasil (IL Notícias, n. 47, 1995).

advogados, juizes, professores e alunos das Faculdades de Direito, organizando seminários e debates entre juristas e empresários e com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), através da publicação de artigos escritos pelo Instituto Liberal de São Paulo no jornal mensal da OAB. A divulgação da teoria liberal entre aqueles que se dedicam à aplicação das leis foi considerada de tal importância que o Instituto criou, em 1991, uma área de Direito e Reforma Constitucional. Essa área é responsável pela organização de debates sobre temas constitucionais, conduzidos por juristas de renome; pela realização de palestras sobre liberalismo para os profissionais e os estudantes de Direito; e, ainda, pela elaboração de uma proposta liberal para a reforma da Constituição brasileira. Essa proposta foi lançada em 1993, no documento **Diretrizes para a Revisão Constitucional**. Para estimular o debate sobre esse tema no meio universitário, o Instituto Liberal de São Paulo e o Instituto Brasileiro de Direito Constitucional (IBDC) promoveram um concurso de monografias sobre Revisão Constitucional no mesmo ano. Os laços entre o IL-SP e os juristas estreitaram-se em 1996, quando os líderes do Instituto proferiram palestras em seminários promovidos pelo IBDC e na Conferência Nacional dos Advogados.

Os Institutos Liberais do Rio de Janeiro e de São Paulo mantêm também contatos periódicos com a elite militar, ministrando, seguidamente, palestras nos cursos de formação de oficiais da Escola de Comando do Estado Maior do Exército, bem como na Escola Superior de Guerra e no Clube Militar (IL Notícias, vários números, 1992-97), no Instituto Militar de Engenharia e na Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro, desde 1993.³

Essa colaboração com a Escola Superior de Guerra (ESG) parece ser grande, já que dois presidentes do Instituto Liberal, Donald Stewart Jr., do Rio de Janeiro, e José Osvaldo de Meira Penna, de Brasília, foram egressos dos cursos da ESG. Segundo Stewart Jr, o curso de um ano que realizou na ESG

“(...) contribuiu para uma grande mudança na minha vida. (...) Essa oportunidade despertou em mim novos interesses, que me levaram a procurar melhor entender os fenômenos econômicos e a aprofundar-me razoavelmente no que pode ser chamado de doutrina liberal” (Stewart Junior, 1992).

³ Nas publicações do IL-SP, não encontramos registro dessa participação no período entre 1988 e 1992. Entretanto, e curiosamente, desde sua fundação em 1987 até, aparentemente, 1992, o IL-SP teve como Diretor Executivo um general reformado, Manoel Augusto Teixeira, que foi responsável pelo planejamento estratégico do Exército Brasileiro de 1983 a 1986 e pela aproximação dos empresários com a Escola Superior de Guerra, cuja Divisão de Estudos Econômicos dirigiu no período de 1971 a 1973 (Idéia Liberal, n. 34, 1992).

Além disso, outro egresso da ESG, Ubiratam Borges de Macedo, um dos autores brasileiros muito divulgados pelo Instituto Liberal, mantém um vínculo mais estreito, pois é professor na ESG.⁴

Para um público bastante variado, o Instituto Liberal do Rio de Janeiro oferece, periodicamente, cursos sobre doutrina liberal, preparados especialmente para empresas e ministrados por professores universitários das áreas de Filosofia, Política e Economia (IL Notícias, n. 8, 1992). Desde 1994, o Instituto realiza, periodicamente, ciclos de seminários sobre liberalismo para um número pequeno de participantes, em sua própria sede e com palestras de seus diretores e especialistas (IL Notícias, vários números, 1994-97).

Nos anos 90, o Instituto Liberal de São Paulo desenvolveu algumas atividades de divulgação que envolviam diretamente a mídia. Com o objetivo de estimular o conhecimento do liberalismo no meio jornalístico, o IL-SP instituiu um concurso nacional: o Prêmio Fenícia de Imprensa. Patrocinado pelo Grupo Fenícia, o prêmio foi concedido aos melhores artigos escritos em defesa da causa liberal em 1990 e 1992 (Idéia Liberal, n. 32; n. 34, 1992). Esse prêmio foi cancelado ao perder o patrocínio, em 1994 (entrevista com a secretária do IL-SP, julho de 1997). Este foi o mesmo destino do Rádio Livre, programa semanal de rádio com informações econômicas e entrevistas, mantido no ar entre 1990 e 1994 (Idéia Liberal, n. 23, 1990). Patrocinado pelo Unibanco, em 1992 o programa Rádio Livre era transmitido em 11 estados do País (Idéia Liberal, n. 32, 1992). Com a perda do patrocínio no final de 1994, o programa foi cancelado. Em 1995, a atividade de divulgação do liberalismo no meio jornalístico foi feita através da distribuição quinzenal de artigos de cunho liberal para 100 jornais do Estado de São Paulo (Informe Liberal, mar. 1995).

Também como atividade de divulgação, ainda que realizada fora do eixo Rio—São Paulo, deve-se mencionar que, desde 1988, o Instituto Liberal do Rio Grande do Sul apóia a realização do Fórum da Liberdade, promovido pelo Instituto de Estudos Empresariais,⁵ talvez o evento público de maior repercussão

⁴ Não conseguimos verificar que outros membros das direções do Instituto Liberal frequentaram a ESG, porque, na lista das turmas de formandos da ESG, apresentada no *site* www.esg.org.br, não estão disponíveis os dados das turmas de 1960 a 1986.

⁵ O Fórum da Liberdade é a única atividade aberta ao público que o Instituto de Estudos Empresariais promove. Criado por jovens empresários em 1984, em Porto Alegre, o IEE funciona como uma instituição privada, de acesso restrito a empresários indicados pelos seus sócios, desenvolvendo uma série de atividades internas, de estudos e debates, para formação de lideranças defensoras do ideário liberal. O IEE mantém estreita vinculação com o IL-RS, principalmente através de vários de seus diretores, que fazem parte também da diretoria do IL-RS (Gros, 1993).

entre as atividades promovidas pelos defensores do liberalismo no Brasil. Esses fóruns, realizados anualmente, têm reunido uma média de 1.500 pessoas, que assistem a um dia inteiro de conferências de palestrantes nacionais e estrangeiros. Cada ano, o fórum trata de um tema específico, como as perspectivas econômicas e políticas para a América Latina, ecologia e mercado, educação e preparação para o trabalho, livre-comércio, Custo-Brasil, etc.⁶ Os palestrantes convidados são, em geral, expoentes do mundo neoliberal, como a primeira ministra da Nova Zelândia, responsável pelo “saneamento” neoliberal naquele país, ou políticos “convertidos” do Leste Europeu, assim como intelectuais conservadores e autoridades brasileiras.

No final dos anos 80, o Instituto Liberal de São Paulo também fez algumas tentativas de incursão pelos movimentos comunitários. Em conjunto com a USP e a Universidade Mackenzie, iniciou, em 1989, o projeto Universidade nos Movimentos de Base. O objetivo desse projeto seria o de “(...) promover a preocupação com a eficiência que caracteriza o modo de vida liberal, aumentando a viabilidade e a credibilidade do modelo liberal perante a maioria da sociedade brasileira” (Idéia Liberal, n. 15, 1989). O projeto compreendia a organização de cursos de contabilidade, administração e estratégia econômica e financeira para líderes de movimentos de base. Em 1992, o Instituto Liberal de São Paulo definiu outro projeto nessa área, com o objetivo de estimular a criação de núcleos comunitários diretamente ligados ao Instituto, que divulgariam os princípios da liberdade individual e da cidadania (Idéia Liberal, n. 32, 1992). Nessa área de vinculação com outras forças sociais, o Instituto Liberal de São Paulo tentou uma inserção na área sindical, através de cursos de formação de lideranças promovidos em convênio com o Instituto Cultural do Trabalho (Idéia Liberal, maio 1992).

4.2.3 - “Desideologizando” o ensino de Economia

Segundo a avaliação dos Institutos Liberais, o estudo de economia no País, no início dos anos 90, ainda era muito influenciado pela corrente marxista e pelo pensamento centralizador e planejador de Keynes. A relação dos Institutos Liberais com as universidades, tão importante para o desenvolvimento de

⁶ Realizados sempre em Porto Alegre, os Fóruns da Liberdade têm, geralmente, o patrocínio de grandes empresas, como Grupo Gerdau, Nestlé, Ipiranga, Claro Digital e Vonpar, e o apoio de Bank of Boston, Sebrae, Copesul, Sicepot, Ativa, Habitasul, Varig e Petropar. Iniciados em 1988, o Fórum de 2002 foi a sua 15ª edição. Os temas têm sido: 2001 - A Crise Social

idéias e para a formação de quadros, como ficou comprovado nos processos de consolidação dos movimentos neoliberais e conservadores inglês e norte-americano (Cockett, 1995; Nash, 1996), parece estar se desenvolvendo, especialmente no Rio de Janeiro. Em um de seus periódicos, o Instituto Liberal do Rio de Janeiro divulga e recomenda o curso de economia criado em 1997, na Faculdade do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec), no RJ, coordenado pelo Economista Ubiratan Jorge Lório de Souza, que fez o seu doutorado em Chicago e é colaborador assíduo do Instituto Liberal do Rio de Janeiro (Informe Liberal, fev. 1997).

Outra relação estreita do Instituto Liberal do Rio de Janeiro no meio universitário se dá com a Universidade Santa Úrsula, que criou, em 1995, um mestrado de economia elogiado pelos neoliberais por incluir entre suas especializações o estudo da Escola Austríaca de Economia, da Economia do Direito e das Leis e também da Economia do Meio Ambiente (IL Notícias, n. 47, 1995). Nesse mesmo ano, as duas entidades organizaram um seminário sobre A Economia do Direito e das Leis, para juízes federais de todo o País. O seminário foi coordenado por José Luiz Carvalho, Professor da Universidade e também membro da equipe técnica do IL-RJ, e teve como palestrantes Og Francisco Leme e Roberto Fendt Jr., Diretores do Instituto Liberal do Rio de Janeiro. O evento foi patrocinado pela Tinker Foundation, organização norte-americana que apóia projetos de políticas públicas na América Latina, na Espanha e em Portugal.⁷ Desde então, a Universidade Santa Úrsula vem promovendo seminários sobre Economia do Direito para juízes federais, com o apoio do Instituto Liberal do Rio de Janeiro (IL Notícias, n. 55, 1996). Essa iniciativa teve seqüência em eventos semelhantes organizados pelos Institutos Liberais de São Paulo e do Rio Grande do Sul. O objetivo dos Institutos Liberais é disseminar o conhecimento da Economia do Direito entre juízes e legisladores (IL Notícias, n. 45, 1995).

Brasileira: Causas, Desafios e Soluções; 2000 - O Brasil em Perspectiva. Onde é Que Esta História Vai Parar?; 1999 - Caminhos para o Desenvolvimento; 1998 - Os Limites do Poder; 1997 - O Desafio de um Mundo sem Empregos; 1996 - Desafio Brasileiro: Custo-Brasil; 1995 - Globalização e Livre-Comércio; 1994 - Educação em Crise; 1993 - O Desafio da Reforma Constitucional; 1992 - Ambientalismo de Livre-Mercado; 1991 - Liberalismo x Social-Democracia; 1990 - Modernidade — a Integração ao Primeiro Mundo; 1989 - Inflação — Quais suas Causas e como Combatê-las?; 1988 - Com a Palavra a Liberdade.

⁷ A *Tinker Foundation Incorporated* foi criada, nos EUA, em 1959, por Edward Tinker para financiar projetos de formulação de políticas públicas relacionadas com questões ambientais, econômicas ou de governabilidade da Espanha, de Portugal, da América Latina e, mais recentemente, da Antártica (Tinker Foundation Incorporated, 1998).

Outra iniciativa relacionada com o meio universitário foi a tentativa de criação de um periódico liberal no meio universitário, em 1993. O Instituto Liberal do Rio de Janeiro foi intermediador de uma proposta nesse sentido feita pelo Foro Latino e pela Fundação Francisco Marroquin (ambas da Guatemala). O Instituto selecionou dois estudantes que tiveram seu projeto aprovado pelas fundações e receberam treinamento no Exterior, além de apoio financeiro para manter a publicação nos primeiros meses (não encontramos mais referências a essa iniciativa). Ainda em 1993, o **IL Notícias** informou a criação de um Núcleo Liberal na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, através do qual os estudantes pretendiam divulgar as idéias liberais entre seus pares (IL Notícias, n. 20, 1993).

As relações do Instituto Liberal de São Paulo com as universidades foram prioridade na gestão de 1989, quando Carlos Roberto Faccina (Professor da Faculdade Armando Álvares Penteado (FAAP), Diretor da Nestlé) era o Diretor de Relações Universitárias do Instituto. Para combater a hegemonia do pensamento “ideologizado” e marxista nas universidades, que provocou a marginalização do liberalismo durante anos, o Instituto Liberal de São Paulo patrocinou atividades que propiciassem a ampliação do espaço ocupado pela teoria liberal na reflexão acadêmica. Foram desenvolvidos programas que estimulavam maior aproximação entre universidades e empresas, como a realização de palestras, convênios de pesquisa, concursos de monografias, etc. para um público selecionado de estudantes, professores, coordenadores e diretores de universidades.

Dentre essas atividades, destaca-se o Prêmio Alfred Marshal — Concurso IL/Nestlé de Monografias. Esse prêmio, patrocinado pela Nestlé de 1989 a 1997, era concedido anualmente aos três melhores trabalhos elaborados por estudantes universitários sobre temas predefinidos de economia liberal. A comissão julgadora desse concurso era formada por professores das principais universidades de São Paulo (Idéia Liberal, n. 3, 1988; Informe Liberal, mar. 96).

Também foram firmados convênios de pesquisa entre o Instituto Liberal de São Paulo e algumas universidades. Com o Departamento de Filosofia da Unicamp, em 1988, para desenvolver o projeto Emergência de Novos Discursos Políticos nas Ciências Sociais (Idéia Liberal, n. 3, 1988); com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) da USP, foram estabelecidos dois projetos de pesquisa em 1989. O primeiro deles — Correntes do Liberalismo Econômico, coordenado pelo Professor Eduardo Gianetti da Fonseca — resultou na publicação, pelo IL-SP, do livro **Liberalismo x Pobreza**, além de palestras sobre teoria econômica liberal e cursos para jornalistas, patrocinados pelo Instituto Liberal de São Paulo. A outra pesquisa realizada pela FIPE com o apoio do Instituto Liberal de São Paulo estudava as experiências de desregulamentação

de determinados setores da economia norte-americana e as perspectivas de aproveitamento dessas experiências no Brasil (Idéia Liberal, n. 8; n. 11; n. 15, 1989).

Para divulgar melhor a filosofia do capitalismo e a experiência concreta de gestão de empresas, em 1988 e 1989 foram implementados dois programas: Empresa na Escola e Escola na Empresa, com a Faculdade de Economia e Administração de Empresas do Mackenzie, através dos quais o Instituto Liberal de São Paulo promovia, mensalmente, palestras de empresários na universidade e visitas de grupos de alunos à empresa dirigida pelo palestrante. Com a PUC, o Instituto Liberal de São Paulo desenvolveu, em 1988, um Curso de Integração Empresa-Escola, ministrado por professores e empresários a um público selecionado. Com a Faculdade Armando Álvares Penteado, o Instituto Liberal de São Paulo desenvolveu o projeto Repensando o Brasil, no qual eram realizadas palestras e debates sobre os problemas atuais do País, para professores, jovens empresários e alunos selecionados. As palestras foram reproduzidas nos Cadernos Repensando o Brasil, distribuídos também para outras universidades e para “ocupantes de cargos fundamentais na estrutura de poder do País” (Idéia Liberal, n. 8; 15, 1989).

4.2.4 - “Desideologizando” o ensino elementar

A gestão de Fernando Ulhôa Levy no Instituto Liberal de São Paulo (1992-95) desenvolveu uma atividade muito especial: a assessoria e capacitação de professores primários. Essa atividade foi inspirada no diagnóstico da educação brasileira feito pelo Instituto: o ensino passa por uma grave crise, que se evidencia no despreparo dos alunos para enfrentar o mercado de trabalho, no abandono quase total da rede pública, na falta de qualificação dos professores e nos “conteúdos desatualizados e ideologizados” do ensino. Essa situação, ainda segundo o Instituto Liberal de São Paulo, ultrapassa as escolas e as universidades e se reflete nas empresas, dificultando a formação e o desenvolvimento de seus trabalhadores e, até mesmo, de seus quadros dirigentes (Idéia Liberal, n. 32, 1992).

Para solucionar esses problemas e melhorar a qualidade do ensino, o Instituto Liberal de São Paulo elaborou uma proposta educacional que tinha como pressuposto “(...) afastar-se das ideologias, permitindo um aprendizado livre de dogmas, um pensamento e um agir independentes, aptos a incorporarem uma perspectiva social humanista” (Idéia Liberal, n. 32, 1992). Essa proposta foi desenvolvida através de dois programas: de aperfeiçoamento de professores de

primeiro e segundo graus de ensino e de pesquisa e produção de material didático e pedagógico sob novos enfoques.

Os cursos ministrados pelo programa de aperfeiçoamento de professores visavam "(...) alargar o horizonte cultural dos profissionais da educação, aprimorar seus fundamentos teóricos, oferecer conteúdos alternativos contra o dogmatismo e a ideologização dos currículos e aproximar os professores dos temas da modernidade" (Idéia Liberal, n. 26, 1990). Aprovados pela Secretaria de Educação de São Paulo, os cursos eram ministrados por especialistas contratados pelo Instituto Liberal de São Paulo a professores de ensino básico de escolas públicas e privadas e atingiam várias cidades do interior de São Paulo e municípios da região metropolitana. O objetivo era alcançar o treinamento dos professores das 153 Delegacias de Ensino do Estado de São Paulo, em três anos, através da formação de monitores (Idéia Liberal, n. 26, 1990). O conteúdo desses cursos, preparado pela equipe do Instituto Liberal de São Paulo, abrangia desde a revisão dos currículos das disciplinas tradicionais oferecidas nas escolas, como português e matemática, até a discussão de temas da teoria política, Filosofia, Economia e História, segundo o enfoque liberal.

O programa de produção do material didático e pedagógico sob novos enfoques era desenvolvido por uma equipe de especialistas contratados, que também prestava assessoria pedagógica a prefeituras, escolas, delegacias de ensino, etc. A equipe organizava, também, debates teóricos e metodológicos sobre disciplinas específicas, para oferecer aos professores visões teóricas alternativas. Em 1992, por exemplo, os seminários dedicaram-se ao debate de diferentes concepções sobre História, considerada pelo Instituto como a disciplina em que mais se faz sentir o problema da ideologização do currículo (Idéia Liberal, n. 32, 1992).

A atuação do Instituto Liberal de São Paulo dirigida à melhoria da qualidade do ensino básico intensificou-se ao longo da gestão de Levy (1992-95). Em 1993, o IL-SP começou a participar dos cursos de capacitação e treinamento de professores do Sesi e também dos programas de treinamento e capacitação de lideranças do Senai, além de ampliar o atendimento a delegacias de ensino do interior de São Paulo. Em 1994, o Instituto C&A de Desenvolvimento Social⁸ propôs ao Instituto Liberal de São Paulo o desenvolvimento de trabalho conjunto na área educacional, o que resultou numa parceria, até 1995, para financiar o

⁸ O Instituto C&A de Desenvolvimento Social foi criado em 1991 pela empresa C&A Modas Ltda. Seu objetivo é prestar apoio material e de serviços a projetos comunitários que beneficiem crianças e adolescentes carentes. O Instituto preocupa-se também em difundir entre os empresários a idéia da responsabilidade social das empresas na melhoria de condições de vida da comunidade em que atua (Cadastro..., 1998).

Programa Permanente de Capacitação de Professores do IL-SP. Os dados sobre esse programa divulgados pelo IL-SP indicam que, em 1994, os cursos, os simpósios, as orientações técnicas e as palestras teriam atingido diretamente mais de oito mil diretores de escola, professores, coordenadores e/ou supervisores de ensino (Informe Liberal, jan. 1995). Segundo o Instituto Liberal de São Paulo, esse programa teria atingido mais de 10 mil educadores no ano seguinte (IL Notícias, n. 52, 1996).

Em 1995, o Instituto Liberal de São Paulo participou de um encontro sobre O Regime de Colaboração: Governo e Sociedade, organizado pelo MEC para divulgar e estimular as parcerias na área educacional (Informe Liberal, ago. 1995). Nesse mesmo ano, o novo Secretário de Educação de São Paulo propôs ao Instituto Liberal de São Paulo a renovação da parceria na reciclagem de professores da rede pública estadual (Informe Liberal, fev. 1996), o que foi feito principalmente através da assessoria pedagógica às secretarias municipais de educação e ao Sesi. Com a perda da parceria da C&A em 1996, o Instituto Liberal de São Paulo reduziu sua atividade nessa área, limitando-se a prestar assessoria a delegacias de ensino, quando solicitado (entrevista com a secretária do IL-SP, julho de 1997).

Ainda na gestão de Fernando Ulhôa Levy (1992-95), uma outra atividade desenvolvida pelo Instituto Liberal de São Paulo na área educacional foi a campanha de estímulo à cidadania. Em 1993, o Instituto contratou o cartunista Maurício de Souza para produzir uma cartilha da cidadania (Figura 9), em quadrinhos, com a Turma da Mônica. Na cartilha, Mônica e seus amigos explicam de forma didática que todos os problemas do País, da inflação às deficiências nos serviços de saúde, previdência, educação, etc., se devem à grande ineficiência do Estado brasileiro e à sua excessiva intervenção em todas as áreas da vida nacional.

A primeira edição da cartilha **A Turma da Mônica — Cidadania** teve uma tiragem de 500 mil exemplares e foi patrocinada pelo Unibanco, pelo Bradesco, pelo Citibank, pela Metalac e pelo Shopping Eldorado. Foram feitas outras edições patrocinadas por diferentes empresas. A cartilha foi distribuída na rede escolar durante a Semana da Cidadania, promovida pelo IL-SP com o apoio de outras instituições em 1993 e em 1994. Na Semana da Cidadania de 1993, foi lançado o concurso Viver a Cidadania, promoção conjunta do IL-SP, da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, do MEC, do Sesi e de outras entidades, para premiar os melhores trabalhos sobre a cidadania realizados

pelas crianças das escolas que receberam a cartilha.⁹ Esse concurso, sob a coordenação do IL-SP, teve uma edição estadual em 1994 e outra nacional em 1995 (Informe Liberal, jun. 1995).

Em 1994, com o patrocínio da Siemens, da Nestlé e da C&A, o Instituto Liberal de São Paulo lançou outra cartilha **O Cidadão** (Figura 10), de autoria de Jacy de Souza Mendonça (Vice-Presidente do Instituto Liberal de São Paulo). Nela, é explicado como é organizada a sociedade brasileira, a divisão de poderes, o tipo de governo, as eleições, enfim, todos os problemas sociais e econômicos do País são atribuídos à má administração do Estado, à corrupção, etc. A cartilha propõe a supremacia do mercado como única forma de respeitar os direitos individuais do cidadão. Durante toda a gestão de Fernando Ulhoa Levy (1992-96), o trabalho do Instituto Liberal de São Paulo nessa área continuou a se realizar através da distribuição das cartilhas para escolas, instituições governamentais e empresas (Informe Liberal, maio 96).¹⁰

4.2.5 - Propondo políticas públicas

A atividade de maior destaque que os Institutos Liberais do Rio de Janeiro e de São Paulo vêm desenvolvendo é a formulação de projetos e propostas de políticas públicas, que aqui estão apenas enunciadas e que constituem material de análise do próximo capítulo. A partir de 1990, o Instituto Liberal do Rio de Janeiro passou a dar prioridade à discussão dos projetos de lei e medidas provisórias apresentados ao Congresso Nacional e à formulação de projetos de políticas públicas alternativas, com o objetivo de que essas políticas possam compor um “programa liberal de governo”. Os estudos são encomendados pelo Instituto Liberal do Rio de Janeiro a especialistas de cada tema e financiados

⁹ Ainda como resultado da Semana da Cidadania de 1993, foi instituído o Fórum Permanente da Cidadania, reunindo organizações não-governamentais e instituições civis para “(...) promover o exercício da cidadania ativa (...) e estimular a sociedade no papel de controladora das ações do Governo” (Informe Liberal, maio 93).

¹⁰ Em 1994, o IL-SP apresentou o projeto Participação dos Cidadãos ao Diretor de Programas Educacionais para o Brasil da organização Partners of the Americas. A entidade dirige uma rede de trabalho voluntário de cidadãos dos EUA, da América Latina e do Caribe. O programa de intercâmbio é baseado na colaboração entre “estados irmãos” dos EUA e de diversos países latino-americanos. O “estado irmão” de São Paulo nos EUA é o de Illinois (IL, dez./93 e fev./94), o do Rio Grande do Sul é Indiana, e assim por diante. Cabe mencionar ainda que, em 1996, ano de fundação do Instituto Liberal do Ceará, o jornal **O Povo**, de Fortaleza, distribuiu 30 mil exemplares da cartilha **O Cidadão** (IL-SP), na edição comemorativa do dia 7 de setembro (Informe Liberal, out./96).

por empresas locais e por várias instituições liberais, como a Tinker Foundation e a Atlas Economic Research Foundation. Essa atividade foi sugerida aos diretores do Instituto por Anthony Fisher, criador do Institute of Economic Affairs, em reunião realizada em Londres, em 1987 (Idéia Liberal, n. 18, 1989). Os especialistas contratados pelo Instituto Liberal do Rio de Janeiro para coordenar essa área de atividade viajaram à Inglaterra e à França para conhecer melhor a metodologia de elaboração dos *policy papers*. Desde então, um resumo dessas propostas é divulgado através de uma publicação mensal intitulada **Notas — Avaliação de Projetos de Lei** (Figura 11).

Nesses *policy papers*, o Instituto Liberal do Rio de Janeiro propõe-se, de um lado, a avaliar os custos e os benefícios da aprovação de projetos de leis que estejam em curso no Executivo ou no Judiciário e que tenham grande impacto sobre a sociedade. De outro, o Instituto Liberal do Rio de Janeiro propõe soluções para diferentes problemas através de propostas de políticas baseadas nos preceitos liberais. Até 2001, foram publicadas mais de 80 edições dessas **Notas**, discutindo todo tipo de políticas públicas, desde a nova Constituição brasileira, as leis de greve, do inquilinato e da educação, até a privatização da Previdência Social (Quadro 11). A publicação **Notas — Avaliação de Projetos de Lei** tem uma tiragem de cinco mil exemplares, que são distribuídos para as associações de classe, órgãos de imprensa, autoridades governamentais e parlamentares.¹¹ Essa publicação do Instituto Liberal do Rio de Janeiro é patrocinada por empresas locais e pelo Center for International Private Enterprise (CIPE) dos EUA. Dedicado à promoção internacional dos princípios da democracia e do livre-mercado, o CIPE¹² financia também a realização desses *policy papers* em instituições liberais de outros países da América Latina (IL Notícias, n. 1, 1991).

¹¹ Em 1993, o Conselho Nacional dos Institutos Liberais publicou um livro reunindo as Notas de Políticas Públicas já editadas e promoveu seu lançamento em Brasília, nos meios políticos e jornalísticos.

¹² O Center for International Private Enterprise foi fundado nos EUA, em 1983, como um centro filiado à organização conservadora US Chamber of Commerce e financiado pela National Endowment for Democracy, pela US Agency for International Development e por fontes privadas. Seus objetivos são: auxiliar a promover reformas econômicas orientadas para o mercado; sustentar organizações empresariais privadas; aumentar e fortalecer a cultura do setor empresarial; auxiliar a desenvolver mecanismos que promovam o crescimento do desenvolvimento do setor privado nacional e internacional para fortalecer os princípios da liberdade de mercado e a empresa privada em todo o mundo. Essa atividade é feita em conjunto com diferentes instituições locais nas democracias emergentes, consideradas como os esteios da sociedade democrática: *think-tanks*, associações empresariais, instituições educacionais e de treinamento para os profissionais da mídia. O CIPE já financiou mais de 300 projetos em 50 países (Center for International Private Enterprise, 1997).

De 1991 a 1997, o Instituto Liberal do Rio de Janeiro desenvolveu uma série de estudos sobre a realidade brasileira, que contemplam também sugestões de políticas, que foram publicados na íntegra, na série Políticas Alternativas (Quadro 12). Esses estudos abrangem questões como política industrial, saúde, educação, previdência social, etc. e foram financiados pela Atlas Economic Research Foundation, Tinker Foundation e Center for International Private Enterprise (IL Notícias, n. 27, 1994 e outros). Em 1995, essas propostas foram resumidas no livro **Problemas Sociais-Soluções Liberais**, publicado pelo Instituto Liberal do Rio de Janeiro.

O Instituto Liberal de São Paulo também promoveu discussões de políticas públicas entre 1990 e 1992. Essa atividade foi desenvolvida através da organização de fóruns onde as diretrizes governamentais de um determinado setor eram apresentadas por um representante do Governo e discutidas por especialistas, empresários e público em geral (Idéia Liberal, n. 28, 1991). Sob o patrocínio de empresas financeiras como a Sogeral, a Companhia de Seguros da Bahia, e a Febraban, dentre outras, foram realizados sete Fóruns Liberais sobre Políticas Públicas, que abordaram os seguintes temas: política industrial (1990), descartorialização da economia (1991), política monetária e cambial, política agrícola (1991) política de ciência e tecnologia (1991), política fiscal e tributária (1991), e política habitacional (1992). Participaram dos Fóruns ministros e secretários de Estado e grandes empresários (Quadro 13 e Figura 12).

Para discutir as experiências liberais em curso na América Latina, o Instituto Liberal de São Paulo promoveu um grande seminário em julho de 1992: o I Fórum Liberal da América Latina: o Caminho para uma Economia de Mercado, realizado no hotel Maksoud Plaza. Dele participaram representantes da Argentina, do Chile, do México, da Venezuela, da Colômbia, do Panamá, do Uruguai e do Brasil. O painel sobre a economia brasileira foi apresentado pelo Ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira. O fórum foi considerado um sucesso pelo Instituto Liberal, tanto no que se refere à troca de opiniões e experiências entre os liberais desses países, quanto ao efeito multiplicador de opinião, devido à cobertura dada pela imprensa nacional e internacional. Como conclusão geral, o Instituto Liberal de São Paulo aponta a mudança de perspectiva em favor do liberalismo, depois

“(...) de uma década de hesitações, em meio a uma crise econômica mundial que levou a região a um retrocesso sem precedentes (com exceção, talvez, do Chile), parece haver se consolidado um consenso amplo acerca dos objetivos prioritários da política econômica, por meio de programas severos de ajuste e liberalização da economia, além do aprofundamento da integração latino-americana” (IL Notícias, n. 9, ago. 1992).

Em 1995, o Instituto Liberal de São Paulo também dedicou sua atenção à discussão da reforma do Estado e às políticas públicas. O ciclo de palestras denominado Reinventando o Governo durou vários meses, com a participação de personalidades estrangeiras, autoridades governamentais e representantes de diferentes áreas de políticas públicas: agrícola, financeira, trabalhista, de privatização, tributária e fiscal.¹³ O tom dos debates foi dado pelo palestrante inicial David Osborne, consultor de políticos nos Estados Unidos e autor do livro que deu nome ao ciclo. Em **Reinventando o Governo**, Osborne propôs como orientação para a reforma do governo a introdução da lógica empresarial nos espaços governamentais. Assim, à centralização deve opor-se a descentralização; à lógica de comando e controle, a da horizontalidade da equipe; à lógica monopolista, a competitiva; à regulamentação excessiva das tarefas, a proposição de objetivos e missões; à orientação por processos, a busca de resultados; à satisfação dos interesses da burocracia, a satisfação do cliente dos serviços; à lógica que enfatiza os gastos, a que valoriza mais atenção aos ganhos; aos mecanismos administrativos, os mecanismos mercadológicos (Anuário, 1996).

4.3 - A rede de Institutos Liberais e seus patrocinadores

Os fundadores do Instituto Liberal do Rio de Janeiro, primeiro do Brasil, formavam um pequeno grupo de empresários interessados em divulgar o pensamento liberal no País: Donald Stewart Jr. (Ecisa Engenharia), Jorge Gerdau Johannpeter (Grupo Gerdau), Jorge Wilson Simeira Jacob (Grupo Fenícia), Roberto Konder Bornhausen (Unibanco), Wiston Ling (Olivebra) e outros. O grupo inicial reunido no Rio de Janeiro foi se expandindo, e, em 1986, os associados de outros estados passaram a trabalhar na criação de uma rede de Institutos Liberais em diversos estados (Idéia Liberal, n. 18, 1989). Além dos Institutos Liberais do Rio de Janeiro e de São Paulo, que constituem os elos mais importantes

¹³ Os palestrantes na série de palestras Reinventando o Governo foram: o ex-Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega; o ex-Secretário de Controle das Empresas Estatais, Antoninho Marmo Trevisan; o Presidente da Sociedade Rural Brasileira, Roberto Rodrigues; o Presidente do Banco de Boston e da Câmara Americana de Comércio, Henrique de Campos Meirelles; o Secretário Municipal da Saúde, Getúlio Hanashiro; o ex-Ministro da Desburocratização, Hélio Beltrão; o Ministro do Trabalho, Paulo de Tarso Almeida Paiva; e o tributarista Ives Gandra da Silva Martins.

da rede no País, existiam, em 1996, outros sete Institutos: Brasília, Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e Ceará. Contudo, em 2001, não encontramos mais referências aos Institutos de Pernambuco e Ceará. A consulta ao periódico **IL Notícias**, publicado pelo Conselho Nacional de Institutos Liberais desde 1991, permite supor que os mais ativos são os institutos de São Paulo, do Rio de Janeiro, e do Rio Grande do Sul.¹⁴ O Instituto Liberal de Brasília destaca-se por ser responsável pelo contato entre o movimento liberal e os Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo do País¹⁵ (IL Notícias, n. 25, 1993).

Os Institutos Liberais definem-se como entidades culturais sem fins lucrativos nem vinculações partidárias, abertos a todos os interessados e mantidos por doações de pessoas físicas e jurídicas. Todos têm uma Diretoria Executiva e um Conselho de Mantenedores, composto de empresários e que se constitui na instância máxima de decisão de cada Instituto Liberal. Todos os Institutos obedecem ao mesmo estatuto e são subordinados a um Conselho Nacional, formado pelos dirigentes dos núcleos regionais. Os presidentes do Conselho Nacional dos Institutos Liberais, desde a sua criação, foram: Jorge Gerdau Johannpeter (1990-92); Donald Stewart Jr (1992-94); Roberto Konder Bornhausen (1994-96) e, para o biênio 1996-98, Jorge Wilson Simeira Jacob (IL Notícias, n. 26; n. 28, 1994; n. 53, 1996).

Diferentemente da maior parte dos *think tanks* conservadores dos EUA e da Grã-Bretanha discutidos no capítulo anterior, os Institutos Liberais são dirigidos por empresários. Entretanto não são definidos como associações de empresários, pois não defendem interesses classistas ou corporativos e, sim, uma “concepção de sociedade baseada na liberdade individual e na supremacia do mercado”. O fato de os empresários assumirem diretamente a direção dos Institutos é explicado pelas características do meio político e acadêmico no Brasil, segundo as palavras de seu fundador Donald Stewart Jr.:

“Em outros países, os institutos de caráter similar ao nosso eram invariavelmente coordenados e dirigidos por professores universitários,

¹⁴ No que se refere às demais sedes, não encontramos qualquer notícia sobre o IL-Bahia. Já o IL-Ceará foi mencionado uma vez, quando de sua criação em 1996. Sobre os Institutos do Paraná e de Minas Gerais, há raras menções sobre a promoção de alguma palestra ou viagem de seus diretores. O IL-Pernambuco aparece uma vez como sendo o responsável pela elaboração do projeto de lei sobre Juízo Arbitral, apresentado ao Congresso pelo Senador Marco Maciel em 1992 (IL Notícias, n.50, 1996).

¹⁵ O Presidente do IL-Brasília é José Olavo de Meira Penna, embaixador, jurista, filósofo, ex-professor da UNB e autor de dezenas de livros sobre teoria liberal e análises da sociedade brasileira de uma perspectiva ultraliberal e conservadora.

economistas, intelectuais e não por empresários. No Brasil foi diferente. Nós achamos que se não havia, nas universidades, quem estivesse disposto a criar um instituto, nós, empresários, deveríamos fazê-lo” (Idéia Liberal, n. 18, 1989).

O Instituto Liberal do Rio de Janeiro foi presidido, desde sua fundação em 1983, por Donald Stewart Jr. até o ano de sua morte, 1999, com apenas um interregno, de 1994 a 1996, quando Odemiro Fonseca assumiu a presidência (IL Notícias, n. 26, 1994). Jorge Gerdau Johannpeter era o Presidente do Conselho de Mantenedores do IL-RJ em 1983 e, em 1994, era Donald Stewart Jr. O Quadro 14 apresenta apenas as diretorias de 1989, de 1996 e de 2001.¹⁶

O Instituto Liberal de São Paulo foi criado em 1987 por um grupo de empresários liderados por Roberto Konder Bornhausen, dirigente do Unibanco e um dos líderes mais atuantes do setor bancário-financeiro do País, tendo presidido a Febraban, a Fenaban e o CNF. Jorge Wilson Simeira Jacob (Grupo Fenícia) e Roberto Levy Jr. (Levy Corretora de Valores) também faziam parte do grupo original. Bornhausen e Simeira Jacob têm sido reeleitos para a presidência e a vice-presidência, respectivamente, do Conselho de Mantenedores do Instituto Liberal de São Paulo desde a sua fundação.

Uma leitura atenta do Quadro 15, que apresenta referências pessoais dos membros das diretorias do Instituto Liberal do Rio de Janeiro, permite deduzir que a sua gestão foi se profissionalizando ao longo dos anos. Em 1989, a diretoria era composta por sete membros, cinco deles empresários. Já em 2001, de uma diretoria composta por seis membros, apenas dois são representantes de empresas: Heitor Bastos Tigre, advogado e representante no Brasil da American Commercial Line International LLC, vinculada ao Grupo Citibank, e João Luiz Coelho da Rocha, que representa a Fundação Nestlé de Cultura. A presidência é ocupada por um consultor de empresas, Arthur Chagas Diniz. Da mesma forma, a análise do Quadro 16, que apresenta as diretorias de 1988 a 2000 do Instituto Liberal de São Paulo, e o Quadro 17, com informações sobre a origem

¹⁶ Não foi possível reconstituir todas as diretorias do IL-RJ, porque elas não eram publicadas nos documentos dos Institutos Liberais. Encontrou-se uma referência à nova diretoria eleita em 1989 no boletim **A Idéia Liberal** n. 18, de novembro de 1989: Donald Stewart Jr., Og Francisco Leme, João Pedro Gouveia Vieira, André de Botton, Omar Carneiro da Cunha, Sérgio de Andrade de Carvalho e Arthur Chagas Diniz. Em um documento de circulação interna do Conselho Nacional dos Institutos Liberais a que tivemos acesso no IL-RS, encontramos a composição da Diretoria do IL-RJ em 1996: Presidente - Odemiro Fonseca; Diretores - Donald Stewart Jr., Arthur Chagas Diniz, Roberto Fendt e Heitor Bastos Tigre. A composição da direção para o período 2000-02 foi obtida pela *internet* (<http://www.institutoliberal.org.br>).

desses dirigentes, permite uma conclusão semelhante: as direções executivas estão se profissionalizando. Ainda que os membros do Conselho de Mantenedores do Instituto Liberal de São Paulo continuem sendo empresários, verifica-se que, dos sete membros da diretoria do ano 2000, apenas um vem do meio empresarial (Rafael Vecchiatti, VECOM e Associação Brasileira de Fundação) e os demais são profissionais que fazem parte da equipe do Instituto há vários anos.

Essa profissionalização das direções dos Institutos Liberais contrasta com a afirmação de Donald Stewart Jr., de 1989, reproduzida acima, de que não havia intelectuais dispostos a levar adiante uma proposta como essa. Essa profissionalização pode estar indicando que, após 20 anos de predomínio do ideário neoliberal no mundo todo através da imposição de políticas econômicas, e, ainda, quase 20 anos de atuação dos Institutos Liberais entre segmentos das elites brasileiras, especialmente economistas, professores universitários, juristas, etc., já se tenha formado uma “elite orgânica” em condições de conduzir as atividades executivas dos Institutos.

O quadro de associados mantenedores, contudo, demonstra que os Institutos Liberais são organizações mantidas por grandes grupos econômicos nacionais e estrangeiros, com forte presença de empresas do setor financeiro. Todos os Institutos Liberais existentes no País obtêm a maior parcela de seus recursos através de doações de empresas associadas como “mantenedoras”.¹⁷ Outra parcela vem de convênios, financiamentos e parcerias com *think tanks*, fundações e organizações neoliberais nacionais e estrangeiras, de que trataremos mais adiante.

Na verdade, os Institutos Liberais não costumam publicar informações completas sobre suas fontes de financiamento.¹⁸ As mais atualizadas que conseguimos dos Institutos Liberais de São Paulo e do Rio de Janeiro são de 1989. Nesse ano, a lista de mantenedores do Instituto Liberal do Rio de Janeiro incluía grandes grupos industriais, comerciais, de construção civil e do setor bancário-

¹⁷ O montante dessas contribuições varia de acordo com a categoria do associado: em 1997, no Instituto Liberal de São Paulo, o sócio participante contribuía com R\$ 50,00 por semestre; o colaborador mensal, com R\$ 50,00; o contribuinte mensal, com R\$ 400,00; e os mantenedores, geralmente empresas, contribuía com R\$ 3.350,00 mensais (Idéia Liberal, ano 4, n. 66, 1997).

¹⁸ O IL-SP só publicou três listas de sócios mantenedores: em 1988, 1989 e 1991. As duas primeiras são praticamente iguais, e a última é problemática, porque apresenta sócios mantenedores e contribuintes não discriminados. Por essa razão, apresentamos no Quadro 19 a lista de mantenedores do IL-SP de 1989. Do IL-RJ só foi publicada uma lista de mantenedores, também de 1989. Existe, ainda, uma lista de mantenedores de todos os Institutos Liberais do Brasil, publicada em 1993.

-financeiro — Coopersucar, Petróleo Ipiranga, Sul América Seguros, Mesbla, Ecisa Engenharia, Fininvest, dentre outros, além de empresas estrangeiras como a Shell, Unysis, Bung y Born e a Xerox do Brasil (Quadro 18). No mesmo ano, os sócios mantenedores do Instituto Liberal de São Paulo também representavam alguns dos mais importantes grupos econômicos nacionais, dentre os quais: Banco Brasileiro de Descontos (Bradesco), Banco de Crédito Nacional, Banco Itaú, Banco Noroeste, Paranapanema Mineração, Indústrias Villares, Varig, Votorantim, Unibanco (IL 31, 1991). Algumas das maiores empresas estrangeiras em operação no País também aparecem na lista: Alcoa Alumínio, Banco de Boston, Carrefour, Ciba-Geigy, Citibank, Dow Química, Gessy-Lever, Hoechst, Lloyds Bank, Nestlé, Quaker, Rhodia, Sharp e Union Carbide, dentre outras (Quadro 19).

A análise das listas de mantenedores dos Institutos Liberais de São Paulo e do Rio de Janeiro evidencia o apoio financeiro de alguns dos maiores grupos econômicos em operação no País,¹⁹ o que permite supor uma significativa capacidade de mobilização de recursos materiais e humanos a serem utilizados como potencial de influência sobre a sociedade. Como se sabe, na medida em que os grupos econômicos adquirem poder sobre os mercados e a comunidade, passam a ter força capaz de influenciar a definição de valores, transformando-se, assim, em instrumento político.

“O predomínio dos grandes grupos nas sociedades contemporâneas atesta que essas organizações constituem um dos principais instrumentos de pressão que se conhece. É inegável sua posição privilegiada na imposição de interesses ao Estado e através do Estado. Suas necessidades em termos de suporte financeiro, infra-estrutura, recursos humanos qualificados e pesquisa e desenvolvimento tecnológico são muitas vezes transformadas em prioridades públicas.” (Portugal Junior et al., 1994, p. 55).

A ciência política norte-americana é rica em análises sobre a influência política daqueles que detêm enorme poder econômico, como o comprovam os estudos de Usseem (1984), Domhoff (1979) e Davis (1981). Usseem (1979) ilus-

¹⁹ Como conceito de grupo econômico, estamos utilizando aqui a noção definida por Portugal Júnior “(...) um *locus* institucional privado de acumulação de capital e poder que, através de relações de propriedade, financiamento e controle, submete uma ou mais empresas de porte relativamente grande a um centro de controle e coordenação capaz de articular decisões estratégicas de valorização de capital”. Os grupos econômicos caracterizam-se, ainda, por deterem um controle e poder centralizado sobre as empresas que os constituem, com uma “(...) atuação produtiva e financeira de grande porte e complexidade, e estruturação produtiva diversificada e descentralizada” (Portugal Júnior et al., 1994, p. 22).

tra, com clareza, essa influência, ao mostrar a atuação dos diretores e de altos executivos dos grupos econômicos, como conselheiros e administradores estatais, financiadores de partidos e formadores de opinião na mídia. Esses *inner circle member* defendem os interesses conjuntos das grandes empresas e funcionam, pela sua própria posição, como catalizadores de grupos de pressão compostos para a defesa dessas diversas empresas.

A análise das listas de mantenedores dos Institutos Liberais de São Paulo e do Rio de Janeiro permite formular ainda outras considerações. Além da presença das maiores empresas multinacionais em operação no País, as listagens de mantenedores mostram também uma predominância de empresas do setor bancário-financeiro. Nada mais lógico, uma vez que "(...) a corrente política neoliberal representa, antes de mais nada, os interesses do capital financeiro internacional, já que tais interesses coincidem com a realização integral do programa neoliberal" (Saes, 2001, p. 87). De fato, vários empresários do setor financeiro têm-se destacado pela defesa sistemática do liberalismo. Roberto Konder Bornhausen (Unibanco), Leo Wallace Cochrane Jr. (Banco Noroeste) e Elmo Camões (Banco Sogeral, Banco Central do Brasil) têm defendido, sistematicamente, o ideário liberal através das entidades que têm dirigido, como a Febraban, a Fenaban, a CNF e a ABBC. Vale destacar, sobretudo, que vários desses empresários já fizeram parte das diretorias do Instituto Liberal, em especial Bornhausen, Presidente do Conselho de Mantenedores do Instituto Liberal de São Paulo desde sua fundação. Ele tem assumido a liderança dos principais órgãos de representação do sistema financeiro privado e é citado nos estudos de Minella (1992; 1993) como um grande divulgador do liberalismo através de seus discursos e artigos veiculados pelos principais jornais do País. Além disso, vários dos grandes bancos cujos empresários estiveram ou estão na direção das entidades representativas do setor financeiro figuram entre os mantenedores do Instituto Liberal (Minella, 1994, p. 514).

Em trabalho de 1996, Minella demonstrou que os empresários do setor financeiro no País têm participado da manutenção e da diversificação de vários órgãos de representação de classe, o que lhes permite potencializar sua influência sobre as decisões de política econômica:

"(...) além da vinculação que as diretorias desses órgãos podem ter com os grandes grupos econômicos e financeiros, eles devem ter também com órgãos de articulação interburguesa de caráter político-ideológico. Esses órgãos contam com a participação ou estão organicamente vinculados a integrantes das elites intelectuais e políticas, e sua abrangência é nacional e internacional. Estabelecem uma rede complexa de relações com organismos diversos de assessoria, consultoria e apoio técnico, nos âmbitos privado e universitário, bem

como com órgãos da grande imprensa e aparatos estatais de decisão, o que lhes garante um enorme grau de influência nas decisões das políticas que afetam o setor” (Minella, 1996, p. 81).

Os dados apresentados por Minella (1996) demonstram que “(...) entre os 20 grupos financeiros com maior grau de participação nas entidades de classe, pelo menos 16 estão incluídos entre os 300 maiores grupos privados nacionais e os maiores estrangeiros, segundo a classificação da GM” (Minella, 1996, p. 89). Os grupos são: Bamerindus, Bradesco, Finasa, Citicorp, com participação em cinco órgãos de representação; Bank of Boston, Bozano Simonsen, Crédito Nacional, Itaú, Noroeste, em quatro entidades; Antônio de Queiróz, Banorte, Cacique, Econômico, Itamarati, Safra, Unibanco, em três associações (p. 89). Minella constatou que os 20 grupos e empresas mais ativos ocuparam 13 vezes a presidência das entidades de classe do setor financeiro (no período pesquisado). E observou que, além de os grupos financeiros de maior porte participarem ativamente nos órgãos de representação do sistema financeiro brasileiro,

“(...) alguns grupos financeiros (4 em especial — Bamerindus, Bradesco, Econômico e Unibanco) se caracterizaram pelo trânsito de seus quadros diretivos para o comando de aparatos de decisão do Estado, principalmente relacionados com a área econômico-financeira (ministérios, Conselho Monetário Nacional, Banco Central e instituições financeiras estatais)” (Minella, 1996, p. 89).

Como se constata no Quadro 19, o Bradesco e o Unibanco figuram como mantenedores do Instituto Liberal de São Paulo.

A outra fonte de recursos dos Institutos Liberais são as organizações internacionais da rede de *think tanks* neoliberais que analisamos no Capítulo 3. Instituições como o Liberty Fund e a Atlas Economic Research Foundation, entre outras, financiam publicações, pesquisas, viagens, realização de encontros, etc. (Quadro 20).

Como vimos no capítulo anterior, a vinculação dos Institutos Liberais do Brasil à rede internacional de *think tanks* neoliberais é fundamental, não apenas por sua integração no movimento ideológico internacional, mas, principalmente, porque o intercâmbio com entidades liberais estrangeiras propicia a troca de idéias e o aprimoramento dos conhecimentos, assim como o acesso a informações sobre fontes de financiamento e cursos de formação em entidades e universidades estrangeiras. Os representantes dos Institutos Liberais participam também das reuniões e dos seminários promovidos por outros *think tanks* em vários países: Cato Institute, Liberty Fund, International Center for Economic Growth, Center for International Private Enterprise, Tinker Foundation, Reason Foundation, Atlas Economic Research Foundation, Institute for Humane Studies,

Foundation for Economic Education, Heritage Foundation, Cascade Policy Institute, Independent Institute, International Center for Economic Growth e Ludwig Von Mises Institute, bem como do Foro Latino-Americano e da Fundación Francisco Marroquin, da Guatemala, a Escuela Superior de Economía y Administración da Argentina (IL Notícias, n. 37, 1994; n. 64, 1997).

O Quadro 21 apresenta uma lista de mais de 40 *think tanks* norte-americanos e latino-americanos com os quais os Institutos Liberais do Brasil mantêm contatos de natureza muito variada, desde a simples tradução e publicação de trabalhos desses organismos até as visitas técnicas, participação em colóquios, promoções conjuntas, etc. Além disso, através de seus periódicos, os Institutos Liberais funcionam também como um canal de divulgação da atividade dessas organizações estrangeiras, informando sobre publicações, cursos, bolsas e prêmios oferecidos por várias dessas organizações estrangeiras.

A principal dessas organizações é, naturalmente, a Sociedade Mont Pelerin, cuja importância e abrangência internacional já analisamos no capítulo anterior. Os diretores do Instituto Liberal do Rio de Janeiro participam das reuniões periódicas da associação, como as que tiveram lugar na Checoslováquia (1991), no Canadá (1992), na França (1994), no México (1996), etc. Em 1993, a reunião regional da Sociedade Mont Pelerin aconteceu no Rio de Janeiro e foi organizada pelo Instituto Liberal do Rio de Janeiro. Cerca de 300 pessoas participaram do evento, entre eles 80 professores universitários brasileiros patrocinados pelos Institutos Liberais. A reunião teve como palestrantes o Prêmio Nobel de Economia James Buchanan e outros intelectuais liberais dos EUA, como Murray Rothbard, Gordon Tullock, Israel Kirzner e Walter Williams, e da América Latina, como Hernan Buchi, do Centro de Estudios Públicos, que veio apresentar a reforma do sistema previdenciário chileno (IL Notícias, n. 23, 1993). Em 1996, Donald Stewart Jr., fundador do Instituto Liberal do Rio de Janeiro, foi eleito para um mandato de seis anos na Diretoria da Sociedade Mont Pelerin (IL Notícias, n. 59, 1996).

Enfim, esperamos ter conseguido demonstrar que os Institutos Liberais, desde o final dos anos 80, se constituíram como uma rede que alcança vários estados do País; atuam em conjunto na divulgação de um "liberalismo sem adjetivos" (Souza, 1994), baseado fundamentalmente nas concepções de Mises e Hayek; utilizam diferentes e diversificadas estratégias nessa divulgação; e são financiados por alguns dos maiores grupos econômicos que atuam no País. Também mencionamos que a segunda área de atividade dos Institutos Liberais, além da divulgação do neoliberalismo, é a da formulação de propostas de políticas públicas de cunho liberal. No próximo capítulo, detemo-nos na análise de algumas daquelas propostas que se referem às questões sociais.

Figura 1

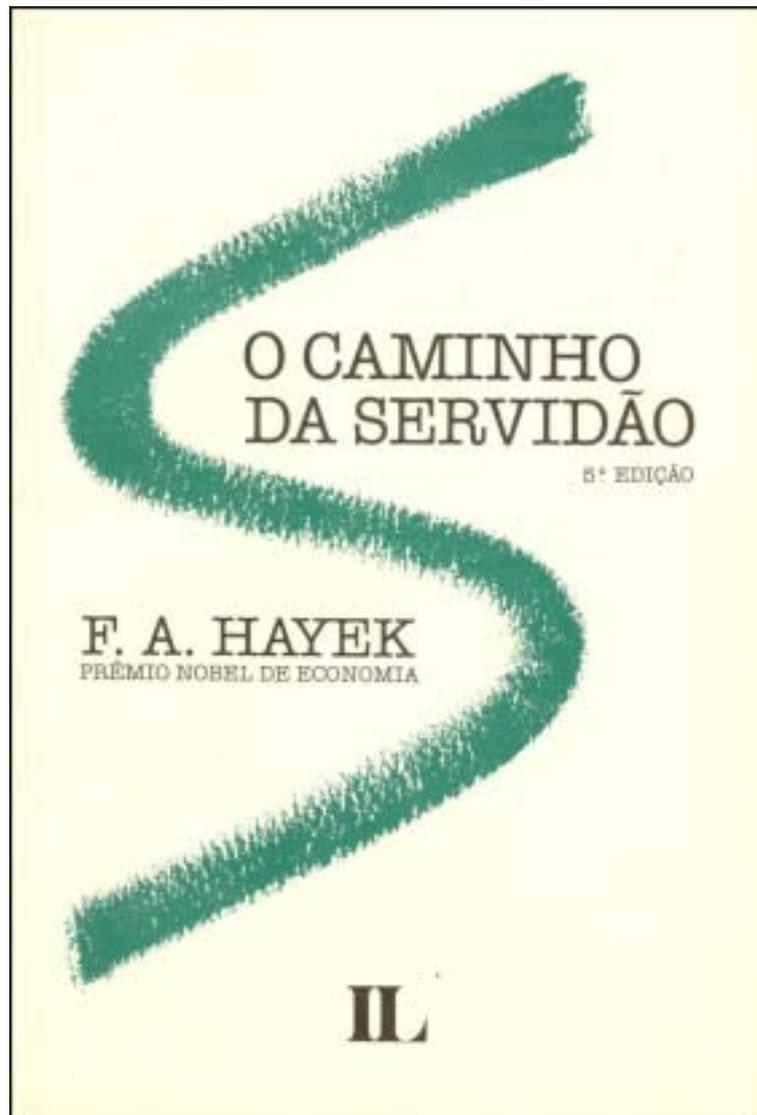


Figura 2

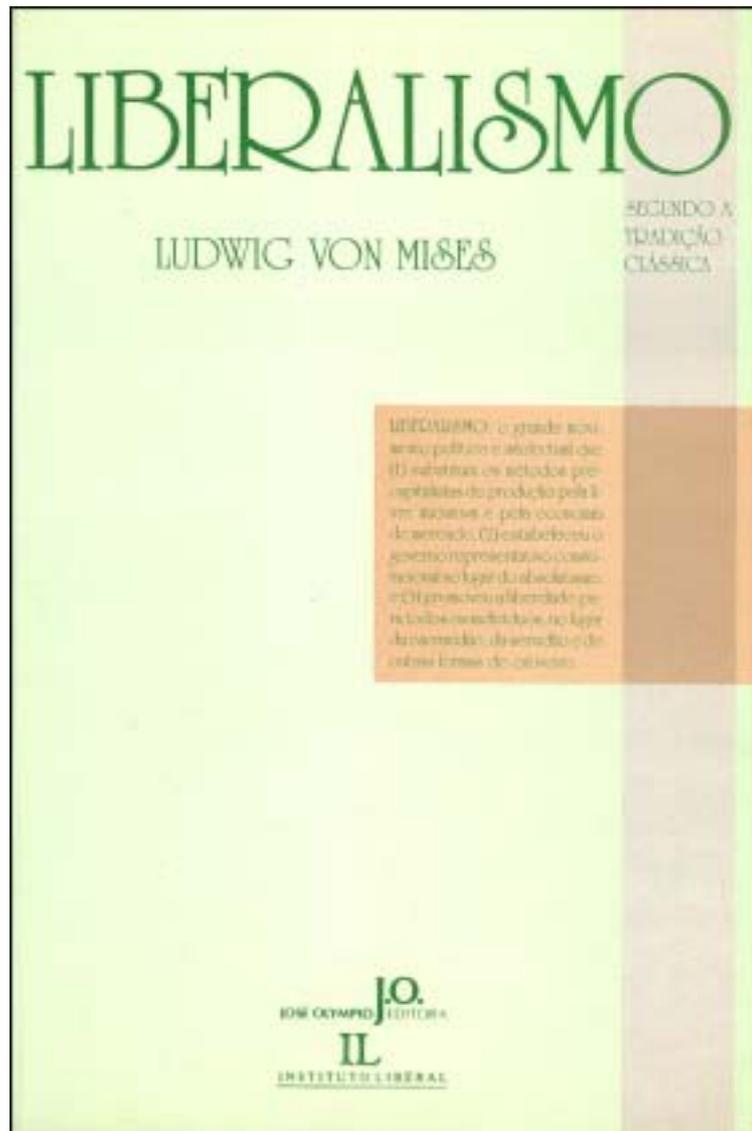
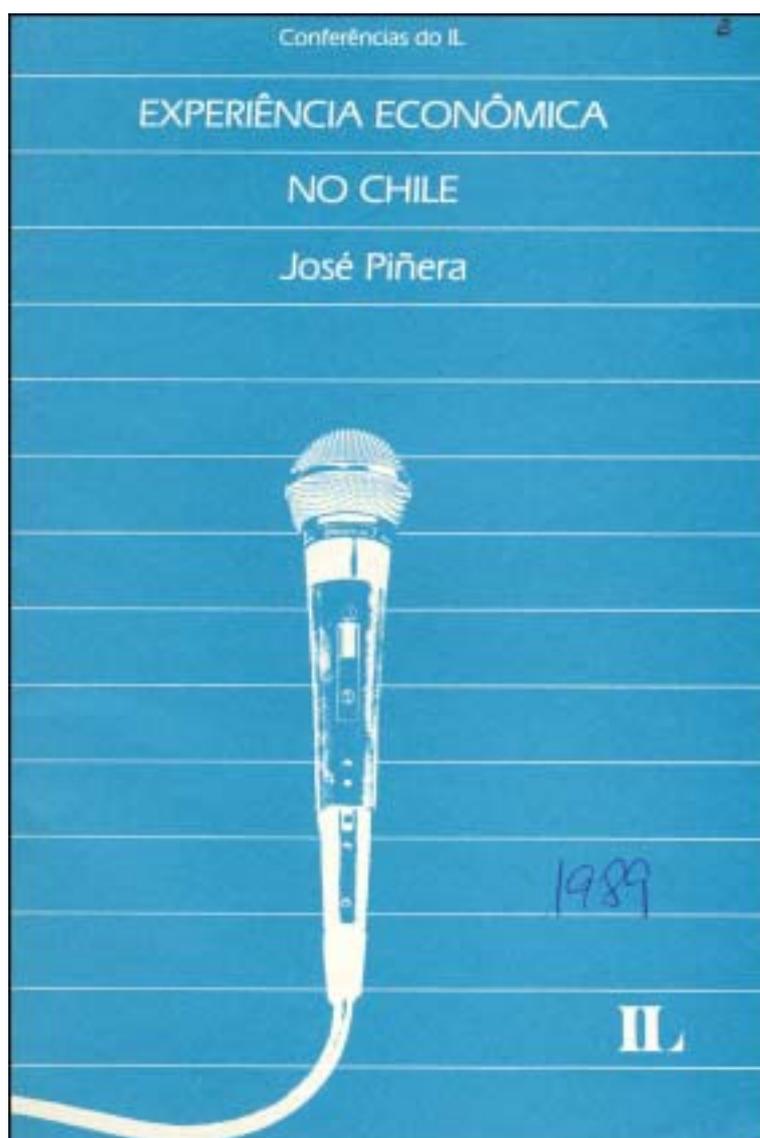


Figura 3



154

Figura 4

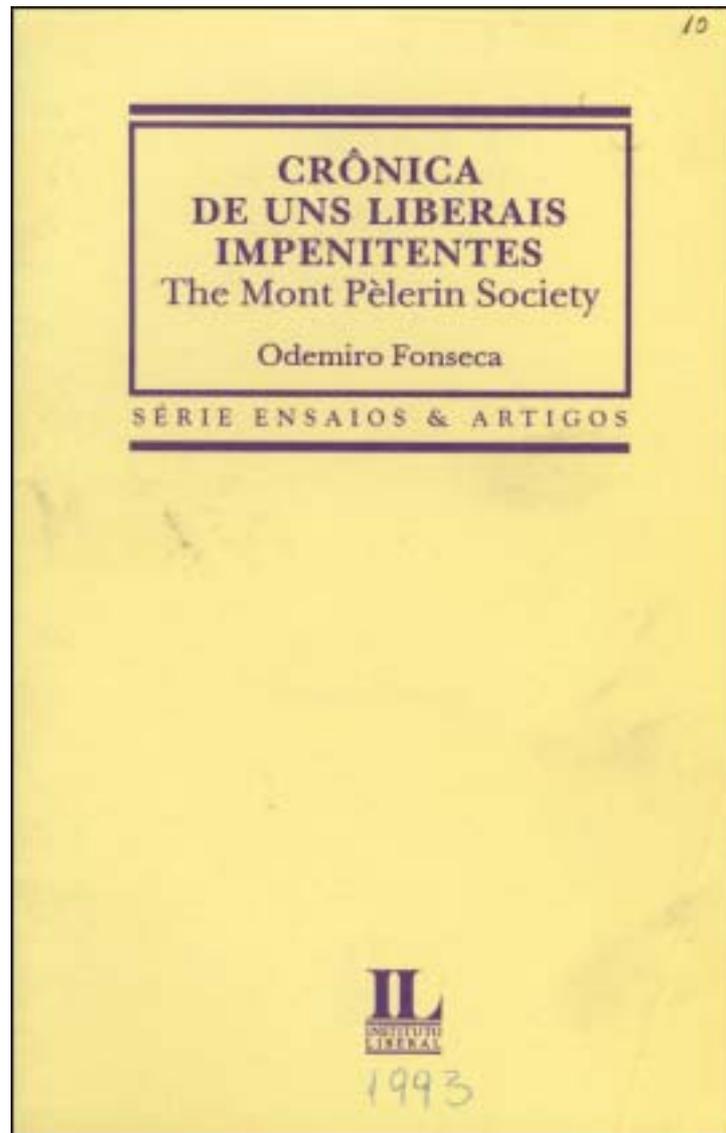
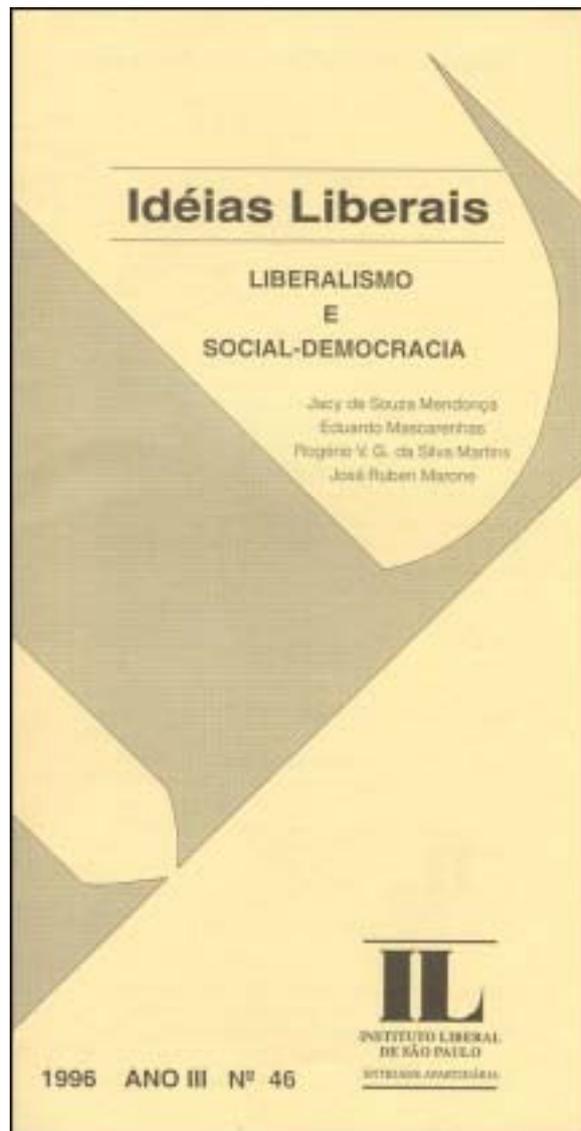


Figura 5



156

Figura 6



Figura 7



Figura 8

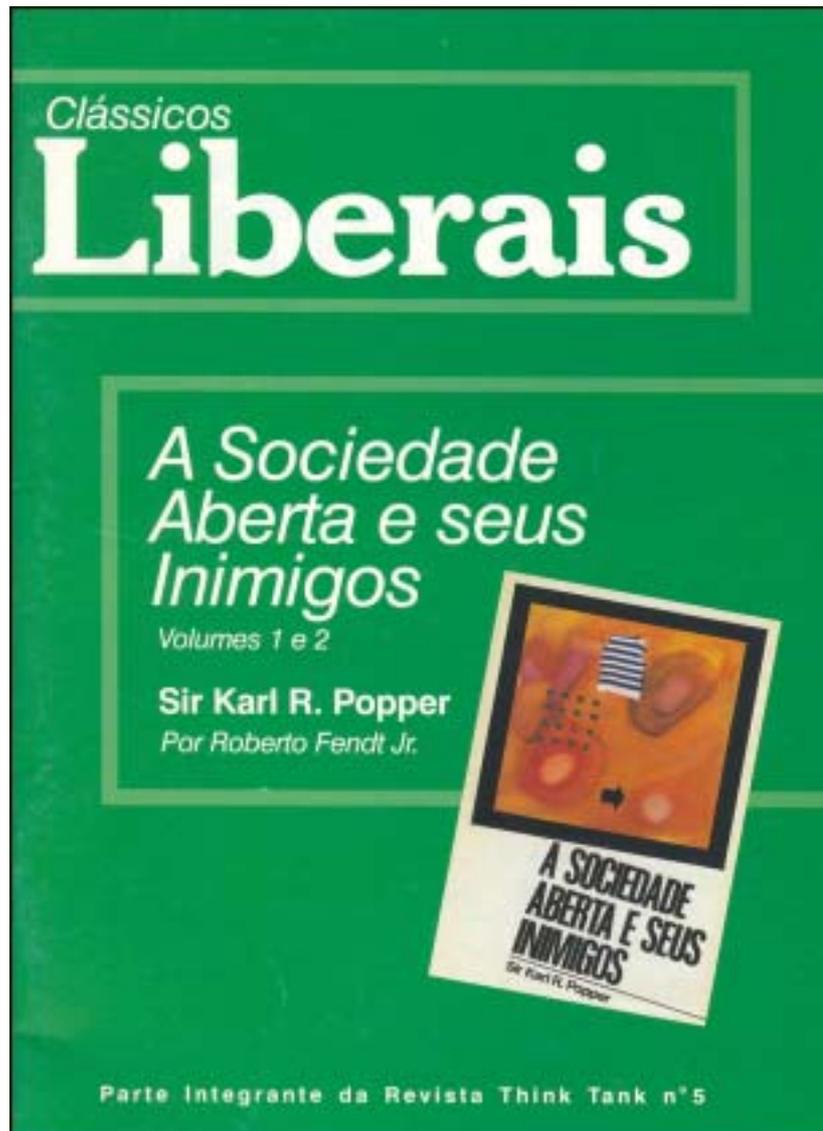


Figura 9



Figura 10

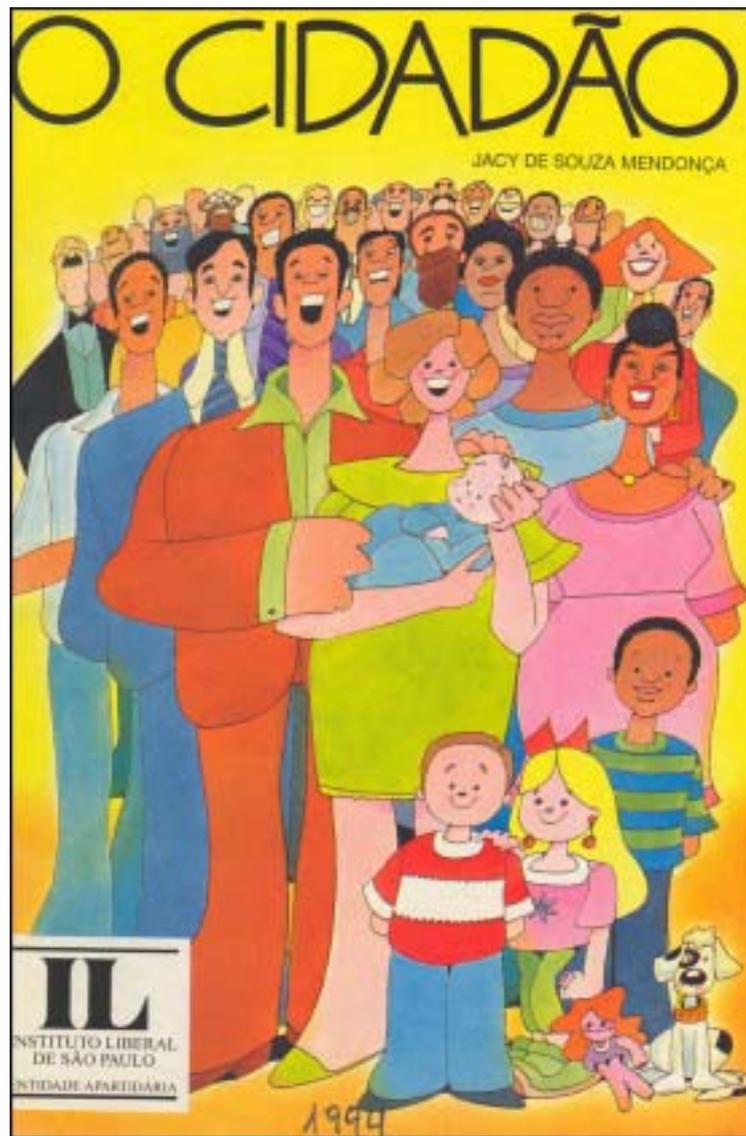


Figura 11

A REVISÃO CONSTITUCIONAL

Inicia-se, com esta vigésima quinta edição, o terceiro ano de NOTAS. O programa foi concebido para ministrar a

carência de documentos que pudessem ajudar o Poder Legislativo a analisar os impactos da transformação em



IL
INSTITUTO LEGISLATIVO BRASILEIRO

Notas

AVALIAÇÃO DE PROJETOS DE LEI

leis de projetos submetidos ao Congresso. O objetivo do programa foi posteriormente ampliado e se passou a examinar, além dos projetos de lei, outras medidas governamentais que pudessem também ter impacto sobre a sociedade. Este número não só faz uma avaliação qualitativa da Constituição promulgada em 1988, como também levanta questões relativas à sua revisão, cujo início está previsto para outubro de 1993. Embora louvada por uns como Constituição cidadã, é vista por outros como um elenco de dispositivos casuísticos, corporativistas e contraditórios. A Constituição de 1988 criou pseudodireitos e criou

obrigações do Estado para com os cidadãos; se fossem de fato cumpridas, tornariam o País ingovernável. Cometeram-se agressões a direitos individuais e disciplinaram-se matérias cujas soluções só podem ser adequadamente formuladas pelo mercado. Contentaram-se em enumerar desejos e necessidades em vez de estabelecer regras e princípios.

Nos próximos números, os tópicos aqui abordados, de maneira genérica, serão objeto de minucioso e detalhado exame, com base nos postulados liberais que privilegiam o Estado de direito, a liberdade individual e a economia de mercado.

Figura 12



Quadro 1

Livros de autores estrangeiros publicados pelos Institutos Liberais

AUTORES	TÍTULOS
Alain Peyrefitte	A Sociedade de Confiança
Arthur Seldon	O Dilema da Democracia
Ayn Rand	A Nascente
Ayn Rand	Quem é John Galt?
Ayn Rand	A Virtude do Egoísmo
Bernard H. Siegan	Como Elaborar uma Constituição para uma Nação ou República que Está Despertando para a Liberdade
Bertrand de Jouvenel	A Ética da Redistribuição
Bruno Leoni	Liberdade e a Lei
Carlos J. da Costa	Telecomunicações: Passaporte para a Modernidade
Cento Veljanovski	A Economia do Direito e da Lei
David J. Pyne	Cortando os Custos do Crime: a Economia do Crime e da Justiça Criminal
David Parker e Ralph Stacey	Caos, Administração e Economia
David Simpson	O Fim da Macroeconomia
Deepak Lal	A Pobreza das Teorias Desenvolvimentistas
Deepak Lal	O Salário Mínimo Não Ajuda os Pobres
Dixy Lee Ray e Lou Guzzo	Sucateando o Planeta
Douglas C. North	Custos de Transação, Instituições e Desempenho Econômico
E. Bohm-Bawerk	A Teoria da Exploração do Socialismo Comunismo
Eamonn Butler	A Contribuição de Hayek às Idéias de Nosso Tempo
Eduardo Mayora Alvarado	Teoria Constitucional para una Sociedad Libre
Friedrich A. Hayek	Desemprego e Política Monetária
Friedrich A. Hayek	Desestatização do Dinheiro
Friedrich A. Hayek	Direito, Legislação e Liberdade
Friedrich A. Hayek	O Caminho da Servidão
Frank Knight	Inteligência e Ação Democrática
Frédéric Bastiat	A Lei
Gabriel Zanotti	Epistemologia da Economia
Geoffrey Wood	Falácias Econômicas

(continua)

Quadro 1

Livros de autores estrangeiros publicados pelos Institutos Liberais

AUTORES	TÍTULOS
Guy Sorman	À Espera dos Bárbaros
Guy Sorman	A Nova Riqueza das Nações
Guy Sorman	A Solução Liberal
Guy Sorman	Sair do Socialismo
Henry Hazlitt	Economia numa Única Lição
Israel M. Kirzner	Competição e Atividade Empresarial
James D. Gwartney e Richard Stroup	O que Todos Deveriam Saber sobre Economia e Prosperidade
James M. Buchanan	Custo e Escolha — uma Indagação em Teoria Econômica
Jo Kwong	Mitos sobre Política Ambiental
John Blundell e Colin Robinson	Regulação sem o Estado
Ken Shoolland	As Aventuras de Jonas, o Ingênuo
Leonard Peikoff	Objetivismo — a Filosofia de Ayn Rand
Ludwig Von Mises	Ação Humana
Ludwig Von Mises	Liberalismo
Ludwig Von Mises	A Mentalidade Anticapitalista
Ludwig Von Mises	As Seis Lições
Ludwig Von Mises	Intervencionismo — uma Análise Econômica
Ludwig Von Mises	Uma Crítica ao Intervencionismo
Luis Pazos	Como Sair da Crise
Luis Pazos	O Reizinho Populista
Michael Novak	O Fogo da Invenção, o Combustível do Interesse: sobre a Propriedade Intelectual
Murray N. Rothbard	Esquerda e Direita
Murray N. Rothbard	O Essencial Von Mises
Nathanael Left	Subdesenvolvimento e Desenvolvimento no Brasil
Ortega y Gasset	Meditação sobre a Técnica
Paul Johnson	Tempos Modernos
Richard L. Stroup e John C. Goodman	Ecologia Inteligente
Terry L. Anderson e Donald R. Leal	Ecologia de Livre-Mercado
Yves Cannac	O Justo Poder

FONTE: Institutos Liberais.

Quadro 2

Autores nacionais mais publicados pelos Institutos Liberais

AUTORES	ASSUNTOS	REFERÊNCIAS
Antônio Paim	teoria, divulgador	Doutor em Filosofia; Professor da Universidade Gama Filho-RJ
Cândido Mendes Prunes	reforma agrária	Doutor em Direito Econômico; Conselho Editorial da revista Think Tank
Diogo Figueiredo Moreira Neto	monopólios estatais, privatização	Procurador; Professor de Direito; Diretor do Instituto Atlântico
Donald Stewart Jr.	divulgador (morreu em 1999)	Empresário; fundador e Presidente do IL-RJ; Presidente do Conselho Nacional dos Institutos Liberais; Conselho de Administração da revista Think Tank
Eduardo Gianetti da Fonseca	teoria, divulgador	Doutor em Economia; Professor da USP
Fernando Zanella	teoria, divulgador	Professor de Economia da Unisinos; Diretor Técnico do IL-RS
Jacy de Souza Mendonça	divulgador	Doutor em Filosofia do Direito; Presidente do IL-SP
Jorge Viana Monteiro	teoria, divulgador	Professor de Economia da PUC-RJ
José Luiz de Carvalho	meio ambiente, educação	Professor de Economia da Universidade Santa Úrsula-RJ; Conselho Editorial de Notas (IL-RJ); Conselho Editorial da revista Think Tank
José Osvaldo de Meira Penna	teoria, divulgador	Professor da UNB; Embaixador; Presidente do IL-Brasília; Conselho Editorial da revista Think Tank
Luis Alberto Machado	divulgador	Professor de Economia da FAAP-SP; Diretor do IL-SP

(continua)

Quadro 2

Autores nacionais mais publicados pelos Institutos Liberais

166

AUTORES	ASSUNTOS	REFERÊNCIAS
Ney Prado	relações de trabalho	Advogado; Vice-Presidente do IL-SP; Conselho Editorial da revista Think Tank
Og Francisco Leme	teoria, divulgador	Advogado; Diretor do IL-RJ; Conselho Editorial da revista Think Tank ; Vice-Presidente da Associação Comercial-RJ
Ricardo Velez Rodrigues	teoria, divulgador	Filósofo; Professor da Universidade Gama Filho-RJ
Roberto Campos	teoria, divulgador	Economista; Senador
Roberto Fendt Jr.	teoria, divulgador	Economista; Diretor da Funcex; Vice-Presidente do IL-RJ; Conselho Editorial da revista Think Tank
Roberto Konder Bornhausen	divulgador	Presidente do Unibanco; Presidente da Febraban, da Fenaban, da CNF; Presidente do Conselho Nacional dos Institutos Liberais; Conselho de Administração da revista Think Tank
Ubiratan Borges Macedo	teoria, divulgador	Doutor em Filosofia; Professor da Universidade Gama Filho-RJ e da Escola Superior de Guerra.
Ubiratan J. Iorio de Souza	teoria, divulgador	Doutor em Economia; Professor da Universidade Santa Úrsula-RJ e do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais; colaborador do IL-RJ

FONTE: IDÉIAS LIBERAIS. São Paulo: IL/SP, 1993-2001.
 ENSAIOS E ARTIGOS. Rio de Janeiro: IL/RJ, [19--?].
 PONTOS DE VISTA. Rio de Janeiro: IL/RJ, [19--?].
 THINK TANK. São Paulo: IL/SP, [19--?].

Quadro 3

Série **Conferências** do Instituto Liberal do Rio de Janeiro — 1987-96

ANOS	TÍTULOS	AUTORES
1987	A Concorrência e a Livre-Iniciativa	Donald Stewart Jr.
1988	Ninguém Há de me Obrigar a Ser Feliz a sua Maneira	Arturo Fontaine
1988	A Solução Liberal	Guy Sorman
1988	Os Fundamentos do Liberalismo	Armando de la Torre
1990	O que Eu vi na Rússia ou o Agente da CIA	Donald Stewart Jr.
1992	Correntes do Pensamento Econômico	Donald Stewart Jr.
1988	Lições de uma Economia Informal: o Caso Peruano	Enrique Ghersi
1988	A Constituição e a Empresa	Og Francisco Leme
1988	Processo Social e Liberalismo	Og Francisco Leme
1992	Sistemas Econômicos Comparados	Og Francisco Leme
1990	Questionamento ao Capitalismo Brasileiro	José Pio Martins
1991	Algumas Reflexões sobre os Liberalismos Contemporâneos	José Merquior
1990	Experiência Econômica no Chile	Jose Pinera
1993	Proteção Constitucional aos Direitos Econômicos e de Propriedade	Bernard Siegan
...	O Papel do Estado nas Sociedades Livres	Walter E. Williams
...	Os Dez Mandamentos da Reforma Sistêmica	Václav Klaus
...	Comunicação e Ética	Paul Johnson

(continua)

Quadro 3

Série **Conferências** do Instituto Liberal do Rio de Janeiro — 1987-96

ANOS	TÍTULOS	AUTORES
...	O Caminho Comunista para Auto-Escavidão	Karl R. Popper
...	Transição Sistêmica: a Mistura de Intenções e Espontaneidade	Václav Klaus
...	Privatização e Regulamentação da Indústria Elétrica do Reino Unido	Stephen Littlechild
...	A Educação de um Liberal	R. M. Hartwell
...	O Clima de Investimentos no Brasil e uma Perspectiva do Setor Privado	Omar Carneiro da Cunha
...	Política Econômica Democrática?	Bruno Frey
...	O Mercado: a Mão Invisível de Solidariedade	José L. Carvalho
...	Formas Alternativas de Associação na Execução de Políticas de Saneamento	Hildebrando Góes Filho
1996	Em Defesa do Livre Mercado: Moralidade x Eficiência	Walter E. Williams

FONTE: Publicações do Instituto Liberal.

Quadro 4

Série **Ensaio e Artigos** do Instituto Liberal do Rio de Janeiro — 1987-96

ANOS	TÍTULOS	AUTORES	REFERÊNCIAS
1987	Privatização (1)	Madsen Pirie	Presidente do Adam Smith Institute; formulador do projeto de privatização do Governo Thatcher
1987	Princípios e Práticas da Privatização	Madsen Pirie	...
1988	A Ausência do Razoável	Armando de la Torre	Diretor da Universidade Francisco Marroquin-Guatemala
1988	A Ética do Lucro	Armando de la Torre	Diretor da Universidade Francisco Marroquin-Guatemala
1988	O Governo Constitucional	Gottfried Dietze	Universidade John Hopkins-EUA; palestra na Universidade Francisco Marroquin-Guatemala
1988	O Estado: o Ídolo, o Cidadão, o Suspeito	Marlos Jacob de Melo	...
1992	O Conceito de Justiça Econômica nas Discussões Religiosas	Paul Heyne	Professor da Universidade Washington-EUA
1992	Uma Constituição para uma Nação Livre	Bernard Siegan	Professor da Universidade Califórnia; Consultor no Governo Reagan e no Leste Europeu
1992	Demolindo o Socialismo: Relatório Preliminar	Vaclav Klaus	Ministro das Finanças da Checoslováquia; Presidente do Partido Democrático Cívico
1993	Crônica de uns Liberais Impenitentes	Odemiro Fonseca	Presidente do IL-RJ em 1996
1993	Da Preservação da Liberdade na Conservação do Meio Ambiente	José Luiz de Carvalho	Professor de Economia da Universidade Santa Úrsula-RJ; Conselho Editorial de Notas (IL-RJ); Conselho Editorial da revista Think Tank

(continua)

Quadro 4

Série **Ensaio e Artigos** do Instituto Liberal do Rio de Janeiro – 1987-96

170

ANOS	TÍTULOS	AUTORES	REFERÊNCIAS
1993	Custos de Transação, Instituições e Desempenho Econômico	Douglass C. North	Professor de Economia da Universidade de Washington
1994	O que é o Liberalismo?	Carlos Alberto Montaner	Publicado por Universidad Francisco Marroquin-Guatemala
1994	Filosofia e Modéstia Intelectual: a Propósito de Popper	Julio Cesar Pereira	Professor de Filosofia da PUC-RJ
1995	Em Busca da Liberdade: Introdução à Filosofia Liberal	Jarret Wollstein	Diretor da International Society for Individual Freedom
1995	Ética e Liberdade	Alberto Oliva	Filósofo; Professor da UFRJ
1995	O Estado e o Futuro	Diogo Figueiredo Moreira Neto	Procurador; Professor de Direito; Diretor do Instituto Atlântico
1995	Lições da Planificação Estatal	Gerardo Auleu	Aluno da Universidade Francisco Marroquin-Guatemala
1995	O Homem e a Sociedade	Dom Lourenço de Almeida Prado	OSB (Igreja Católica, Brasil)
1996	Inconstitucionalidades e Absurdos da Lei Antitruste	João Luiz Coelho da Rocha	Associação Brasileira de Direito Mercantil
1996	Desmontando a Pirâmide: por que e como Privatizar a Seguridade Social	Karl Borden	Professor da Universidade Nebraska-EUA; publicado pelo Cato Institute
1996	O Marco Jurídico do Mercado Livre	Armando de La Torre	Diretor da Universidade Francisco Marroquin-Guatemala
1996	A Ordem Pública e o Empresariado Americano	Lawerence Reed	Presidente do Mackinac Center for Public Policy-EUA
1996	Direitos Humanos: Fundamentação e Abrangência	Armando de La Torre	Diretor da Universidade Francisco Marroquin-Guatemala

FONTE: Publicações do Instituto Liberal do Rio de Janeiro.

(1) Edição conjunta com a Confederação das Associações Comerciais do Brasil.

Quadro 5

Série **Pontos de Vista** do Instituto Liberal do Rio de Janeiro — 1994-97

ANOS	TÍTULOS	AUTORES	REFERÊNCIAS
1994	Monopólios Estatais: Sobrevivência Anacrônica	Diogo F. Moreira Neto	Procurador; Professor de Direito; Diretor do Instituto Atlântico
1994	Impostos Emperram o Crescimento	Celso C. Giacometti	Presidente da empresa Arthur Andersen
1994	A Verdade sobre Chiapas	Mary Ball Martinez	Jornalista; publicado pela Universidade Francisco Marroquin-Guatemala
1994	Sobre a Tolerância: Contribuição para a Carta da ONU	Márcio A. L. Guerreiro	Professor Filosofia da UFRJ
1995	México: Quem Foi o Culpado?	Edgard Mason	Professor da Universidade Morelos-México; Centro de Investigaciones Economicas sobre la Libre Empresa
1995	Teologia do Capitalismo: suas Bases Cristãs	Michael Novak	Teólogo; American Enterprise Institute
1995	Uma Análise sobre Argentina, Brasil, Chile e México e suas Perspectivas Políticas	Arthur B. Laffer	Economista; Conselho de Política Econômica do Governo Reagan
1995	Mediação	Juan Carlos Vezzulla	Professor universitário; Instituto de Mediação-Argentina

(continua)

Quadro 5

Série **Pontos de Vista** do Instituto Liberal do Rio de Janeiro — 1994-97

ANOS	TÍTULOS	AUTORES	REFERÊNCIAS
1996	Privatização para o Desenvolvimento Econômico	Robert W. Poole Jr.	Presidente da Reason Foundation; Consultor da USAID e do Banco Mundial
1996	Como Sair da Pobreza	Angel Roncero	Padre; Universidade Francisco Marroquin-Guatemala
1996	Problemas Ambientais: Soluções de Direito Privado	Walter E. Block	Assessor dos Institutos Cato, Fraser e Von Mises
1996	Análise Rudimentar de Política Cambial	Paulo C. Leme	Diretor de banco de investimentos nos EUA
1996	Entrevista do Professor James Gwartney	James Gwartney	Professor de Economia da Universidade da Flórida; Pesquisador do James Madison Institute
1996	Plano Real 3º Ano: Nuvens em Céu de Brigadeiro?	Luiz Zottmann	Economista da FGV e do IPEA
1996	A Cultura Antiempresarial Marxista Ainda é Dominante	Eduardo Mascarenhas	Psicanalista; Deputado Federal
1997	Plano Real Ano 4: a Prova dos Nove	Luiz Zottmann	Economista da FGV e do IPEA
1997	O Desenvolvimento Auto-Sustentado e o Real	Luiz Zottmann	Economista da FGV e do IPEA

FONTE: Publicações do Instituto Liberal do Rio de Janeiro.

Quadro 6

Série **Idéias Liberais** do Instituto Liberal de São Paulo — 1993-01

ANOS	N ^{os}	TÍTULOS	AUTORES	REFERÊNCIAS
1993	1	Ibn Khaldun (1332-1406)
	2	Tudo Tem seu Preço	Jacy de Souza Mendonça	Doutor em Filosofia do Direito; Presidente do IL-SP
1994	3	Diretrizes para uma Revisão Constitucional	Conselho dos ILs do Brasil	...
	4	A Missão dos Institutos Liberais no Brasil	Roberto Konder Bornhausen	Presidente do Unibanco; Presidente da Febraban, da Fenaban, da CNF; Presidente do Conselho Nacional dos Institutos Liberais; Conselho de Administração da revista Think Tank
	5	O Liberalismo sem Adjetivos	Ubiratan J. Iorio de Souza	Doutor em Economia; Professor da Universidade Santa Úrsula e IBMEC-RJ
	6	O Brasil de 1994 e Você	Rafael J. M. Vecchiatti	Empresário
	7	Os Desafios do Século XXI	Margareth Thatcher	Primeira-Ministra da Grã-Bretanha
	8	Os Liberais Estão Ativos	Antônio Paim	Doutor em Filosofia; Professor da Universidade Gama Filho-RJ
	9	O Mercado como Processo: Abordagem Austríaca	Fernando Zanella	Diretor do IL-RS; Professor de Economia da Unisinos
	10	O Estágio Atual da Relação do Trabalho no Brasil	Geraldo Aguiar de Brito Vianna	Ministro Patronal do Tribunal do Trabalho

(continua)

Quadro 6

Série **Idéias Liberais** do Instituto Liberal de São Paulo — 1993-01

174

ANOS	N ^{OS}	TÍTULOS	AUTORES	REFERÊNCIAS
	12	Cidadania e Recursos Públicos	Silvia G. B. C. Franco	Secretaria da Fazenda de São Paulo
	13	Quem Tem Medo do Liberalismo	Eduardo Gianetti da Fonseca	Doutor em Economia; Professor da USP
	14	Mudança Sistêmica: Mistura Delicada de Intenções	Vaclav Klaus	Ministro das Finanças da Checoslováquia
	15	O Estado e a Habitação	Donald Stewart Jr.	Empresário; fundador e Presidente do IL-RJ; Presidente do Conselho Nacional dos Institutos Liberais; Conselho de Administração da revista Think Tank
	16	Teoria Austríaca: Ciclos Econômicos	Margarida M. T. Rocha e Lima	Aluna da UERJ; prêmio Alfred Marshal – Concurso Instituto Liberal/ /Nestlé de monografias
	17	O Leviatã Bem-Temperado	Cláudio Vouga	Doutor em Política; Professor da USP
	18	Os 10 Pilares da Sabedoria Econômica	Clark e Rimonoczj	America Economic Foundation
	19	A Evolução dos Valores e a Economia de Mercado	Stefane Garelli	Universidade de Lausanne
	20	Karl Popper 1902-1994 Karl Popper e o liberalismo (II parte)	Angelo Petroni Hernan F. Bustamante	Universidade de Bolonha -

(continua)

Quadro 6

Série **Idéias Liberais** do Instituto Liberal de São Paulo — 1993-01

ANOS	N ^{os}	TÍTULOS	AUTORES	REFERÊNCIAS
	21	A Engenharia e a Evolução Recente da Economia no Brasil	Herman H. Wever	Presidente da Siemens do Brasil
	22	A Cultura da Liberdade	Mario Vargas Llosa	Escritor; candidato à presidência do Peru
	23	James Buchanan: Teoria Escolha Pública e o Brasil dos Anos 90	Jorge Viana Monteiro	Professor de Economia da PUC-RJ
	24	Sem Produzir Riqueza Não se Acaba com a Pobreza	Jose J. Salcedo	Radio Educação América Latina-Colômbia
	25	Por que a Prosperidade Depende da Liberdade	Conselho dos ILs do Brasil	...
	26	A Economia Política da Mudança	Eduardo Gianetti da Fonseca	Professor de Economia da USP
	27	Relações de Trabalho numa Economia que se Abre	Jose Pastore	Professor da USP
	28	Neoliberalismo: um Balanço	Perry Anderson	O Estado de SP
	29	A Lição Chilena	Luis Vergniaud	Advogado e Jornalista
1995	30	A Economia e o Pêndulo	Francisco J. Barbosa	USP
	31	Liberdade e Disciplina	Mircea Buescu	Professor de Economia da PUC-RJ
	32	O Progresso Econômico no Pós-Guerra	Tomin Borgouni	Pesquisador do Fundo Monetário Internacional

(continua)

Quadro 6

Série **Idéias Liberais** do Instituto Liberal de São Paulo — 1993-01

176

ANOS	N ^{os}	TÍTULOS	AUTORES	REFERÊNCIAS
	33	O Liberalismo e o Governo Fernando Henrique Cardoso	Luis Alberto Machado	Professor de Economia da FAAP; Diretor do IL-SP
	34	Instrumentalismo: Friedman e a Metodologia da Economia	Jose Maria R. Ramos	Doutor em Economia; Professor de Economia da FAAP-SP
	35	Democracia e Sociedade Pluralista	José Osvaldo de Meira Penna	Professor da UNB; Embaixador; Presidente do IL-Brasília; Conselho Editorial da revista Think Tank
	36	A Confusão entre Capital e Trabalho	Sergio Amad Costa	FGV-SP
	37	Contribuições para a Reforma Tributária	Jacy Mendonça, Iris Gandra, Philip Alair	...
	38	Robert Lucas: o Prêmio Nobel que Todos Aguardavam	Delfim Netto, Aluisio Araújo	...
	39	Liberdade, Sociedade Livre e Estado	Lor Peter Bauer	London School of Economics; Sociedade Mont Pelerin
	40	A Revolução dos Think Tanks (centros de pensamento político)	Tito Livio Caldas	Instituto de Ciência Política-Bogotá
	41	The Mont Pelerin Society		...

(continua)

Quadro 6

Série **Idéias Liberais** do Instituto Liberal de São Paulo — 1993-01

ANOS	N ^{os}	TÍTULOS	AUTORES	REFERÊNCIAS
	42	Cingapura: Livre-Mercado e Desenvolvimento	Igor Cornelsen	Diretor do IL-SP; Merchant Bank
	43	Brasil e África do Sul: Algumas Analogias na Transição para a Estabilidade	Luis Alberto Machado	Professor de Economia da FAAP; Diretor do IL-SP
	44	Economia das Medidas Provisórias	Jorge Viana Monteiro	Professor de Economia da PUC-RJ
	45	O Futuro é dos Malucos, dos Anarquistas e Outsiders	Marcelo Cavalcanti	Professor de Economia da FEA-USP
	46	Liberalismo e Social-Democracia	Jacy de Sousa Mendonça <i>et alli</i>	...
	47	Cartilha da Competência	Hans Ollaf Henkel	Alemanha Oriental
1996	48	Privatização: Melhores Serviços com Menores Impostos	Robert W. Poole Jr.	Presidente da Reason Foundation; Consultor da USAID e do Banco Mundial
	49	A Reforma das Relações de Trabalho	Amaury de Souza	Cientista Político, IDESP
	50	A Função Social do Empresário e o Processo Equilibrador de Mercado	Jose Manuel Moreira	-

(continua)

ANOS	N ^{os}	TÍTULOS	AUTORES	REFERÊNCIAS
	51	Caos, Administração e Economia	Marcos Cintra/José Bataglia	Cintra (FGV); Bataglia (FAAP)
	52	A Riqueza das Nações — 220 Anos Depois	Andrea Cury Waslander	Professor da Universidade Mackenzie-SP
	53	A Estabilidade é a Prioridade das Prioridades — Discurso de Posse	Antonio Kandir	Ministro do Planejamento
	54	Perigos para a Democracia: Comunismo Ultracionalista, Autocracia Econômica e Radicalismo Muçulmano	Leo Wieland	...
	55	A Ética na Administração Pública	Gen. Romildo Cambirim	Gabinete Militar da Presidência da República
	56	O Custo Brasil em Contexto de Globalização da Economia	Antônio Correa Lacerda	Professor de Economia da PUC-SP
	57	FEE 50 Anos de Progresso da Economia Austríaca	Israel Kirzner	Professor de Economia da Universidade de Nova Iorque; Sociedade Mont Pelerin
	58	Karl Popper e a Ética da Tolerância	Antônio Roberto Batista	Médico
	59	Liberalismo e Justiça Social. Parte I	Jacy de Souza Mendonça	Doutor em Filosofia do Direito; Presidente do IL-SP

(continua)

Quadro 6

Série **Idéias Liberais** do Instituto Liberal de São Paulo — 1993-01

ANOS	N ^{os}	TÍTULOS	AUTORES	REFERÊNCIAS
	60	Liberalismo e Justiça Social. Parte II	Jacy de Souza Mendonça	Doutor em Filosofia do Direito; Presidente do IL-SP
	61	Manual do Perfeito Idiota Latino-Americano	Roberto Campos	Economista; Senador
	62	Globalização, Transição Econômica e Infra-estrutura no Brasil	Eduardo Gianetti da Fonseca	Professor de Economia da USP
	63	Juízo Arbitral — Forma Liberal de Justiça	Petronio Muniz	Advogado; Conselho dos Institutos Liberais do Brasil
	64	Crescimento Econômico e Globalização no Brasil	Luiz Nelson Porto Araújo	Trevisan Consultores
	65	Privatização e Cidadania	Diogo Figueiredo Moreira Neto	Procurador; Professor de Direito; Diretor do Instituto Atlântico
1997	66	A Globalização, o Estado-Nação e a Profissão Militar I	General Sérgio R. D. Morgado	General de Brigada
	67	A Globalização, o Estado-Nação e a Profissão Militar II	General Sérgio R. D. Morgado	General de Brigada
	68	O Fascínio do Discurso Marxista	Mircea Buescu	Professor de Economia da PUC-RJ
	69	Repensar o Desenvolvimento	Samuel Silva	...

(continua)

Quadro 6

Série **Idéias Liberais** do Instituto Liberal de São Paulo — 1993-01

180

ANOS	N ^{os}	TÍTULOS	AUTORES	REFERÊNCIAS
	70	O Fim do Trabalho (livro de Jeremy Rifkin)	Benedito F. Barros	...
	71	Macroeconomia: o Conhecimento Inútil	Antônio I. Margareti	Fundacion Libertad-Argentina
	73	Três Esferas da Educação: via Integral para o Êxito	Carolina Bolívar	Presidente do Instituto Cultural Ludwig Von Mises-México
	74	Evolução nos Serviços	Oscar Manuel Castro Ferreira	Físico; Consultor de Empresas
	75	Futuro Mutante: Assistir ou Atuar?	Silvio Zilber	Diretor de Teatro; Consultor de Empresas
	76	Aspectos do Panorama Político Brasileiro	Ayres da Cunha/José Olavo de Meira Penna	Cunha - Deputado Federal pelo PFL-SP; Penna - Professor da UNB; Embaixador; Presidente do IL-Brasília; Conselho Editorial da revista Think Tank
	77	A Ditadura da Democracia	João Luiz de Moraes	Economista; Diretor da Random
	78	Economia e Liberdade: Escola Austríaca e Economia Brasileira	Ubiratan J. Iorio de Souza	Doutor em Economia; Professor da Universidade Santa Úrsula e IBMEC-RJ
	80	Perspectivas do Liberalismo na América Latina	Ricardo Velez Rodrigues	Filósofo; Professor da Universidade Gama Filho-RJ

(continua)

Quadro 6

Série **Idéias Liberais** do Instituto Liberal de São Paulo — 1993-01

ANOS	N ^{os}	TÍTULOS	AUTORES	REFERÊNCIAS
1998	85	A Verdadeira Revolução	Daniel Imgin/Joseph Stanislav	Cambridge Energy Research
	86	Liberdade Econômica e Prosperidade: mais Evidência Empírica	Og Francisco Leme	Advogado; Diretor do IL-RJ; Conselho Editorial da revista Think Tank ; Vice-Presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro
	90	Leonel Robbins: um Economista e um Século	Jose Maria R. Ramos	Doutor em Economia; Professor da FAAP-SP
	93	Discurso de Despedida da Vida Parlamentar do Deputado Roberto Campos	Roberto Campos	Economista; Senador
	94	Reflexões em Torno da Crise	Paulo Saob	Cientista Político
1999	95	O Liberalismo (entrevista de Donald Stewart Jr.)	Donald Stewart Jr.	Empresário; fundador e Presidente do IL-RJ; Conselho Administrativo da revista Think Tank
	96	Dez Anos de Queda do Muro de Berlim: Visão Política	Ubiratan Borges Macedo	Doutor em Filosofia; Professor da Universidade Gama Filho-RJ; Professor da Escola Superior de Guerra
	97	Dez Anos de Queda do Muro de Berlim: Visão Estratégica	Braz de Araújo	Professor da USP

(continua)

Quadro 6

Série **Idéias Liberais** do Instituto Liberal de São Paulo — 1993-01

182

ANOS	N ^{os}	TÍTULOS	AUTORES	REFERÊNCIAS
2000	99	Presença de Toqueville no Brasil. Parte I	Ricardo Velez Rodrigues	Filósofo; Professor da Universidade Gama Filho-RJ
	100	Presença de Toqueville no Brasil. Parte II	Ricardo Velez Rodrigues	Filósofo; Professor da Universidade Gama Filho-RJ
	101	Teoria do Processo de Mercado: Escola Austríaca Moderna	Fabio Barbieri	Professor da FGV
	102	Montesquieu Enlouquecido	Antônio Roberto Batista	Médico
2001	103	Encantamento Substitui Qualidade na Competição Global	Luis Alberto Machado	Diretor do IL-SP
	104	O Censo 2000 e Falta de Senso do MST	Cândido Mendes Prunes	Doutor em Direito Econômico; Conselho Editorial da revista Think Tank

FONTE: Publicações do Instituto Liberal de São Paulo.

Quadro 7

Conselho Editorial da revista **Think Tank** do Instituto Liberal de São Paulo

NOMES	REFERÊNCIAS
Roberto Konder Bornhausen	Presidente do IL-SP; Presidente do Unibanco; da Fenaban; da Febraban; da CNF
Aloisio Teixeira García	...
Antônio Carlos Porto Gonçalves	...
Arthur Carlos Chagas Diniz	Presidente do IL-RJ; Consultor de empresas
Cândido Mendez Prunes	Doutor em Direito Econômico
Carlos Roberto Faccina	Vice-Presidente do IL-SP
Cleverson Marinho Teixeira	...
José Luiz de Carvalho	Professor de Economia da Universidade Santa Úrsula-RJ; FGV-RJ; Conselho Editorial Notas – IL-RJ
José Osvaldo de Meira Penna	Presidente do IL-Brasília; Embaixador; Advogado; Professor da UNB
José Pio Martins	...
Luiz Enrique Furquim	...
Nelson Lehmann da Silva	...
Nemércio Nogueira	Diretor do IL-SP
Ney Prado	Vice-Presidente do IL-SP; Diretor do IL-SP; Advogado
Og Francisco Leme	Diretor do IL-RJ; Vice-Presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro
Petronio R. G. Muñiz	Advogado
Roberto Fendt Jr.	Diretor do IL-RJ; Diretor da Funcex; Economista
William Ling	Presidente do IL-RS; Grupo Olvebra

FONTE: THINK TANK. São Paulo: Instituto Liberal de São Paulo, 1998-2001.

BALANÇO ANUAL. São Paulo: Gazeta Mercantil (vários anos).

BANCO DE DADOS DO LABORATÓRIO ESTADO, Empresariado e Políticas Públicas. Departamento de Sociologia e Ciência Política, UFSC. Coordenador Prof. Ary Cesar Minella.

Quadro 8

Conselho de Administração da revista **Think Tank** do Instituto Liberal de São Paulo — 1998-01

184

NOMES	REFERÊNCIAS
Abram Szajman	Presidente da Federação do Comércio de SP; Vice-Presidente da Confederação Nacional do Comércio; Presidente dos Conselhos Regionais do SESC e do SENAC; empresa Vale-Refeição.
Alencar Burti	Presidente da Federação das Associações Comerciais de SP e da Associação Comercial de SP em 2001; Presidente da Associação Latino-Americana de Distribuidores de Automotores; fundador da Abrave, da Abrad, da Abradif, do Sindicov, da Fenabreve.
Carlos Eduardo Moreira Ferreira	Presidente da FIESP
Carlos Fernando C. de O. Souto	...
Donald Stewart Jr.	Presidente do IL-RJ; Conselho de Administração da revista Think Tank
Edmundo Klotz	Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação (ABIA)
Elcio Anibal de Lucca	Presidente do Serasa — empresa brasileira de análise e informações econômico-financeiras e cadastrais para bancos, uma das maiores do mundo no ramo.
Elvio Aliprandi	Presidente da Federação das Associações Comerciais de SP
Henrique Falsoni	Presidente da Associação Brasileira de Shopping Centers (Abrashe) em 1998
Hugo Maia de Arruda Pereira	...
Jorge Gerdau Johanpeter	Presidente do Conselho Nacional dos Institutos Liberais; Presidente do Grupo Gerdau; membro do Consider
Jorge Wilson Simeira Jacob	Presidente do Conselho Nacional dos Institutos Liberais; Presidente do IL-SP; Presidente do Grupo Fenícia
José Eduardo Bandeira de Melo	...
José Humberto Pires de Araújo	...

(continua)

Quadro 8

Conselho de Administração da revista **Think Tank** do Instituto Liberal de São Paulo — 1998-01

NOMES	REFERÊNCIAS
Manoel F. Cintra Neto	...
Natan Berger	...
Paul Daniel Muller	...
Paulo Afonso Feijó	Rede de supermercados-RS
Paulo de Barros Stewart	...
Raul Leite Luna	...
Ricardo Yazbek	...
Roberto Demeterco	Presidente do Grupo Prosdócimo
Roberto Konder Bornhausen	Presidente do Conselho Nacional dos Institutos Liberais; Conselho de Administração da revista Think Tank ; Presidente do Unibanco; da Fenaban; da Febraban; da CNF; Presidente do IL-SP
Romeu Chap Chap	...
Sérgio Habefeld	...
Sérgio Reze	...
Walter Lafemina	...
Werner Karl Ross	...

FONTE: THINK TANK. São Paulo: Instituto Liberal de São Paulo, 1998-2001.

BALANÇO ANUAL. São Paulo: Gazeta Mercantil (vários anos).

BANCO DE DADOS DO LABORATÓRIO ESTADO, Empresariado e Políticas Públicas. Departamento de Sociologia e Ciência Política, UFSC. Coordenador Prof. Ary Cesar Minella.

Quadro 9

Propostas de políticas públicas publicadas pela revista **Think Tank** — 1997-01

186

DATAS	TÍTULOS	AUTORES	REFERÊNCIAS
Jul./97	A Lógica da Reforma Agrária	Cândido Mendes Prunes	Doutor em Direito Econômico; Conselho Editorial da revista Think Tank
Nov./97	O Desemprego Tem Cura?	José Pastore	Professor de Economia da USP
Fev./98	Reforma Tributária ou Fiscal?	Roberto Fendt Jr.	Economista; Diretor da Funcex; Vice-Presidente do IL-RJ; Conselho Editorial da revista Think Tank
Jun./98	Relações Trabalhistas no Brasil	Ney Prado	Advogado; Vice-Presidente do IL-SP; Conselho Editorial da revista Think Tank
Set./98	Reforma do Sistema Eleitoral e Partidário na Perspectiva Liberal	Manoel Gonçalves Ferreira Filho	Doutor em Direito; Professor da USP
Jan./99	Processo de Educação e Desenvolvimento Humano e a Escola	José Luiz de Carvalho	Professor de Economia da Universidade Santa Úrsula-RJ; Conselho Editorial de Notas (IL-RJ); Conselho Editorial da revista Think Tank
Mai./99	A Saúde no Brasil	Antônio Roberto Batista	Médico
Dez./99	A Crise e o Mercosul	Roberto Fendt Jr.	Economista; Diretor da Funcex; Vice-Presidente do IL-RJ; Conselho Editorial da revista Think Tank
Jun./00	Salário Mínimo e Coerção	Gilberto Salgado Filho	Doutor em Economia
Dez./00	Segurança Pública	Ubiratan Borges de Macedo	Doutor em Filosofia; Professor da Universidade Gama Filho-RJ e da Escola Superior de Guerra
Jun./01	Controle da Criminalidade — Mitos e Efeitos	Julita Lengruher	Diretora da Universidade Cândido Mendes-RJ

FONTE: THINK TANK. São Paulo: Instituto Liberal de São Paulo, 1997-2001.

Quadro 10

Coleção **Clássicos Liberais** publicados pela revista **Think Tank** — 1998-01

N ^{os}	DATAS	TÍTULOS	AUTORES	REFERÊNCIAS
4	Jun./98	O Caminho da Servidão — Hayek	Og Francisco Leme	Advogado; Diretor do IL-RJ; Vice-Presidente da Associação Comercial-RJ; Conselho Editorial da revista Think Tank
5	Set./98	A Sociedade Aberta e seus Inimigos — Popper	Roberto Fendt Jr.	Economista; Diretor da Funcex; Vice-Presidente do IL-RJ; Conselho Editorial da revista Think Tank
6	Jan./99	Liberalismo e Democracia — Bobbio	Og Francisco Leme	-
8	Ago./99	A Democracia na América — Toqueville	Roberto Fendt Jr.	-
10	Mar./00	A Riqueza das Nações — Adam Smith	Roberto Fendt Jr.	-
12	Set./00	Investigação sobre o Entendimento Humano — Hume	Roberto Fendt Jr.	-
14	Mar./01	O Segundo Tratado Sobre o Governo	Roberto Fendt Jr.	-

FONTE: THINK TANK. São Paulo: Instituto Liberal de São Paulo, 1998-2001.

Quadro 11

Série **Notas: Avaliação de Projetos de Lei** do Instituto Liberal
do Rio de Janeiro — 1990-01

N ^{os}	TÍTULOS	DATAS
1	Constituição e Estado de Direito	Set./90
2
3	Uma Nova Lei da Usura?	Nov./90
4	Direito de Greve	Dez./90
5	Quinquênio dos Pacotes	Jan./91
6	Abuso do Poder Econômico	Fev./91
8	Previdência Social. Projeto de Privatização	Abr./91
9	Monopólio na Concessão de Serviços Públicos	Mai./91
10	Lei do Inquilinato	Jun./91
11	Lei de Diretrizes e Bases para Educação	Jul./91
12	Propostas de Emendas Constitucionais	Ago./91
13	Mercosul	Set./91
14	Modernização dos Portos no Brasil	Out./91
15	Revisão Constitucional	Jan./92
16	Capital Estrangeiro	Mar./92
17	Programa Garantia de Renda Mínima	Mai./92
18	O Setor Automotivo: uma Proposta Cartorial	Jun./92
19	Estatuto ou Convenção da Cidade	Jul./92
20	Reforma Fiscal I	Out./92
21	Reforma Fiscal II	Dez./92
22	Combate à Pobreza	Jan./93
23	Combate à Pobreza Brasileira	Fev./93
24	O que é o Mercosul	Mar./93
25	Revisão Constitucional	Abr./93
26	Lei de Patentes	Mai./93
27	Depois do Plebiscito	Jun./93
28	Rito Sumário de Desapropriação	Jul./93
29	Concessão de Serviços Públicos	Ago./93
30	Privatização no Mundo	Set./93
31	Privatização no Brasil	Out./93
32	Energia Elétrica	Nov./93
33	Combate à Inflação	Dez./93
34	Sistema Financeiro Nacional	Jan./94
35	Monopólio da Petrobrás	Fev./94

(continua)

Quadro 11

Série **Notas: Avaliação de Projetos de Lei** do Instituto Liberal
do Rio de Janeiro — 1990-01

N ^{os}	TÍTULOS	DATAS
36	Mineração	Mar./94
37	Os Fundos de Pensão	Abr./94
38	Petróleo na Argentina	Mai./94
39	Telecomunicações	Jun./94
40	Legislação Antitruste no Brasil	Jul./94
41	Política Monetária e Cambial do Plano Real	Ago./94
42	A Conta da Energia Nuclear	Set./94
43	Concessão de Serviços Públicos	Out./94
44	Orçamento da União e a Constituição de 1988	Nov./94
45	Orçamento Geral da União	Dez./94
46	Previdência Social	Jan./95
47	Sistema Nacional de Transmissão de Energia Elétrica	Fev./95
48	Orçamento: Déficit e Subsídios	Mar./95
49	O Plano Real e as Reformas Constitucionais	Abr./95
50	Política Industrial para o Setor Automotivo	Mai./95
51	Reestruturação do Setor Elétrico	Jun./95
52	Desindexação da Economia	Jul./95
53	Lei de Diretrizes e Bases	Ago./95
54	PROER — a MP das Fusões Bancárias	Set./95
55	Plano Plurianual para 1996-1999	Out./95
56	Reforma Tributária	Nov./95
57	Reforma Administrativa	Dez./95
58	Contrato de Trabalho por Prazo Determinado	Jan./96
59	ANEEL — o Novo DNAEE	Fev./96
60	Telefonia Celular	Mar./96
61	Medida Provisória sobre Salário Mínimo e Previdência Social	Abr./96
62	Imposto sobre Circulação de Mercadorias	Mai./96

(continua)

Quadro 11

Série **Notas: Avaliação de Projetos de Lei** do Instituto Liberal
do Rio de Janeiro — 1990-01

N ^{os}	TÍTULOS	DATAS
63	Projeto de Lei. Agência Nacional do Petróleo	Jun./96
64	Medidas de Contenção de Despesas	Jul./96
65	Telecomunicações — o Órgão Regulador	Ago./96
66	Custos de Transação: Justiça do Trabalho	1997
67	Anteprojeto de Nova Lei de Licitações	1997
68	A Propriedade Intelectual	1997
69	Balanco Social	...
70	Projeto de Lei Orçamentária para 1999	...
71	Programa de Estabilidade Fiscal	1999
72	A Questão Federativa	1999
73	Lei de Responsabilidade Fiscal	1999
74	Disposição de Resíduos Sólidos	1999
75	Auto-Serviço	1999
76	As Reformas e o Tamanho do Estado	...
77	Salário Mínimo	2000
78	Reforma Tributária	2000
79	A Reforma da Lei das Sociedades Anônimas	2000
80	Orçamento da União para 2001	2000
81	A Lei Complementar nº 105: a Onipotência Estatal e os Direitos da Cidadania	2001
82	FGTS	2001
83	Crise Energética Brasileira	2001
84	Minirreforma Tributária de 2001	2001
85	Subversão da Ordem Jurídica	...

FONTE: NOTAS. Avaliação de Projetos de Lei. Rio de Janeiro: IL-RJ, vários números.

Quadro 12

Série **Políticas Alternativas** do Instituto Liberal do Rio de Janeiro — 1991-97

TEMAS	DATAS	FINANCIADORES
Previdência Social	1991	...
Educação	1992	...
Mercosul	1993	Center for International Private Enterprise (EUA), co-autores: Fundação Mediterrânea (Argentina), Fundação Paraguaia Cooperação Desenvolvimento e Centro Estudios Realidad Económica y Social (Uruguai)
Capital Estrangeiro	1993	International Center Economic Growth (EUA) e Empresas Brasileiras de Capital Estrangeiro
Política Industrial	1993	BBM – Companhia de Seguros da Bahia
Saúde	1994	Atlas Economic Research Foundation (EUA)
Petróleo	1994	...
Energia Elétrica	1994	...
Orçamento Fiscal	1995	Tinker Foundation (EUA)
Telecomunicações	1995	...
Gás Natural	1995	...
Sistema Judiciário	1996	Atlas Economic Research Foundation (EUA)
Custos de Transação: Justiça do Trabalho	1997	Atlas Economic Research Foundation (EUA)

FONTE: POLÍTICAS Alternativas (números variados), IL Notícias n. 44, 1995.

Quadro 13

Série Fórum Liberal sobre Políticas Públicas
do Instituto Liberal de São Paulo — 1990-92

TEMAS	DATAS	PATROCINADORES	PARTICIPANTES
Nova Política Industrial	1990	BBM Companhia de Seguros da Bahia	Luis Paulo Velloso (Ministério da Economia), Roberto K. Bornhausen (Unibanco, Conselho Nacional dos Institutos Liberais), Joelmir Beting (Jornalista), Francisco Papatthanasides (Empresário), Celso R. Bastos (Jurista, PUC-SP)
Descartorialização da Economia	1990	Instituições Financeiras Sogeral/Societé Generale-France	João Maia (Ministério da Economia), Geraldo Vieira (Ministério de Infra-Estrutura), Omar Carneiro da Cunha (Shell), Tércio Sampaio Ferraz Jr. (Jurista), Oliveiros Ferreira (Jornalista, IL-SP)
Políticas Monetária e Cambial	1991	Federação Brasileira de Associações de Bancos	Ibrahim Eris (Presidente do Banco Central), Roberto K. Bornhausen, Léo Wallace Cochrane (Febraban), Roberto Campos, Jorge W. Simeira Jacob (Grupo Fenícia, IL-SP), Celso Luiz Matone (Economista), Ives Gandra Martins (Jurista)
Política Agrícola	1991	Refinações de Milho Brasil	Antônio Cabrera (Ministro da Agricultura), Alysson Paulinelli (Secretário da Agricultura de São Paulo), Flávio Telles de Menezes (Pecuarista), Edmundo Klotz (Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação), Bráulio Marchió (Empresário), Alexandre Machado (Jornalista)
Políticas Fiscal e Tributária	1992	Arthur Andersen e Pinheiro Neto — Advogados	Roberto K. Bornhausen, Roberto Macedo (Secretário Especial de Política Econômica), Jorge Gerdau Johanpeter (Empresário, Grupo Gerdau), José Pisani (Tributarista), Celso Giacometti (Empresário), Carlos Alberto Longo (Economista), Luis Rosenberg (Economista)

FONTE: Publicações do Instituto Liberal de São Paulo.

Quadro 14

Diretorias do Instituto Liberal do Rio de Janeiro — 1983-2002

DIRETORIAS	1983	1989	1996	2002
Presidentes	Donald Stewart Jr.	Donald Stewart Jr.	Odemiro Fonseca	Arthur Chagas Diniz
Diretores	...	Og Francisco Leme	Donald Stewart Jr.	Fabiano Pegurier
	...	João Pedro Gouveia	Arthur Chagas Diniz	Heitor Bastos Tigre
	...	André de Botton	Roberto Fendt Jr.	João Luiz Coelho da Rocha
	...	Omar Caneiro da Cunha	Heitor Bastos Tigre	Og Francisco Leme
	...	Sérgio de Andrade de Carvalho	-	Roberto Fendt
	...	Arthur Chagas Diniz	-	-

FONTE: IDÉIA LIBERAL, n.18, nov. 1989. IL NOTÍCIAS, n. 26, 1994.
 DOCUMENTO interno do IL-RJ, 1996.
<http://www.institutoliberal.org.br>

Membros das diretorias do Instituto Liberal do Rio de Janeiro — 1983-2001

NOMES	REFERÊNCIAS
André de Botton	Mesbla; Diretor do IL-RJ em 1989
Arthur Chagas Diniz	Consultor de empresas; Diretor do IL-RJ em 1996 e Presidente em 2001
Donald Stewart Jr.	Fundador e Presidente do IL-RJ até 1999; Presidente do Conselho Nacional dos Institutos Liberais; Conselho de Administração da revista Think Tank
Fabiano Peguirier	Diretor do IL-RJ em 2000
Heitor Bastos Tigre	Advogado, representante da American Commercial Lines International LLC no Brasil (transportadora fluvial de minério), empresa vinculada ao Grupo Citibank; Diretor do IL-RJ em 1996 e 2001
João Luiz C. da Rocha	Fundação Nestlé de Cultura; Diretor do IL-RJ em 2000
João Pedro Gouveia Vieira	Grupo Ipiranga; Sinduscon; Diretor do IL-RJ em 1989
Jorge Gerdau Johanpeter	Presidente do Grupo Gerdau; Presidente do Conselho Nacional dos Institutos Liberais; Conselho de Administração da revista Think Tank ; membro do Consider
Og Francisco Leme	Advogado; Diretor do IL-RJ; Conselho editorial da revista Think Tank ; Vice-Presidente da Associação Comercial-RJ
Odemiro Fonseca	Presidente do IL-RJ em 1996
Omar Caneiro da Cunha	Diretor da Shell; Presidente do Sindicato Nacional de Atacadistas de Produtos de Petróleo; Diretor do IL-RJ em 1989
Roberto Fendt Jr.	Diretor do IL-RJ; Conselho editorial da revista Think Tank
Sérgio de Andrade de Carvalho	Vice-Presidente do Grupo Monteiro Aranha; Diretor do IL-RJ em 1989

FONTE: IDÉIA LIBERAL. São Paulo: IL-SP, vários números.

IL NOTÍCIAS. Rio de Janeiro: IL-RJ, vários números.

BALANÇO ANUAL. São Paulo: Gazeta Mercantil (vários anos).

BANCO DE DADOS DO LABORATÓRIO ESTADO. Empresariado e Políticas Públicas. Departamento de Sociologia e Ciência Política, UFSC. Coordenador Prof. Ary Cesar Minella.

Quadro 16

Diretorias do Instituto Liberal de São Paulo — 1988-2000

DIRETORIAS	1988	1989	1992	1993
Presidentes	Jorge W. Simeira Jácob	Roberto Cauby Vidigal	Fernando Ulhoa Levy	Fernando Ulhoa Levy
Vice- -Presidentes	-	Oliveiros Ferreira	Carlos R. Faccina	Carlos Faccina Ivan Pinto Jacy de S. Mendonça Ney Prado
Diretores	Carlos Faccina Horácio Ives Freyre Ivan Pinto José Augusto da Silva Nemércio Nogueira Oliveiros Ferreira - -	Gen. Manoel A. Teixeira - - - - - -	Amália R. B. Schmidt Gen. Manoel A. Teixeira Ignácio C. Barrasa José Augusto R. da Silva Luis Alberto Machado Luis Almeida Prado Nermércio Nogueira Roberto Olival Costa	Luis Alberto Machado Luis Almeida Prado Luis E. R. de Magalhães Roberto Olival Costa - - - -

(continua)

Quadro 16

Diretorias do Instituto Liberal de São Paulo — 1988-2000

DIRETORIAS	1995	1997	2000
Presidentes	Jacy Souza Mendonça	Ivan S. Pinto	Carlos Faccina
Vice-Presidentes	Carlos Faccina Ivan Pinto Ney Prado	Carlos Faccina Ney Prado	-
Diretores	Carlos X. de Melo Igor Cornelsen Luis Alberto Machado Luis Almeida Prado Luis E. R. de Magalhães Rafael Vechiatti Roberto Olival Costa -	Carlos X. de Melo Igor Cornelsen Luis Alberto Machado Luis Almeida Prado Luis Almeida Prado Rafael Vechiatti Roberto Olival Costa -	Carlos X. de Melo Luis Almeida Prado Luis E. R. de Magalhães Ney Prado Rafael Vechiatti Roberto Olival Costa - -

FONTE: IDÉIA LIBERAL. São Paulo: IL-P, n. 1, jun. 1988; n. 15, ago. 1989; n. 32, jan. 1992; n. 34, mar. 1994.
 INFORME LIBERAL. São Paulo: IL-SP, ago. 1993.
 ANUÁRIO IL. São Paulo: IL-SP, 1993; 1996.
 IDÉIAS LIBERAIS, Ano 5, n. 80, 1997; Ano 6, n.100, 2000.

Quadro 17

Membros das diretorias do Instituto Liberal
de São Paulo — 1988-2000

NOMES	REFERÊNCIAS
Carlos R. Faccina	Nestlé – Diretor de Assuntos Públicos e Institucionais; Fundação Nestlé de Cultura; Diretor do IL-SP; Vice-Presidente do IL-SP
Fernando Ulhoa Levy	Diretor da Gazeta Mercantil ; Presidente do IL-SP
Gen. Manoel Teixeira	Diretor do IL-SP
Horácio Ives Freyre	Martinelli Seguradora S/A; Diretor do IL-SP
Ignácio C. Barrasa	Instituto de Desenvolvimento de Diadema; Diretor do IL-SP
Igor Cornelsen	Standard Chartered Merchant Bank; Diretor do IL-SP
Ivan Pinto	Diretor do IL-SP; Presidente
Jacy Souza Mendonça	Anfavea; FIESP; Vice-Presidente do IL-SP; Presidente
Jorge W. Simeira Jacob	Presidente do Grupo Fenícia; Presidente do Conselho Nacional dos Institutos Liberais; Conselho de Administração da revista Think Tank ; Presidente do IL-SP
José Augusto da Silva	Diretor do IL-SP
Luis Alberto Machado	Diretor de Assuntos Culturais do IL-SP
Luis Almeida Prado	Diretor do IL-SP
Luis E. R. de Magalhães	Diretor do IL-SP
Nemércio Nogueira	Diretor do IL-SP
Ney Prado	Advogado; Vice-Presidente do IL-SP; Conselho Editorial da revista Think Tank
Rafael Vecchiatti	VECOM Brasil Ind. e Com. Ltda; Conselho Consultivo da Associação Brasileira de Fundação; Diretor do IL-SP
Roberto Cauby Vidigal	Presidente da ABDIB em 1989; Presidente do Grupo Confab; Presidente do IL-SP

(continua)

Quadro 17

Membros das diretorias do Instituto Liberal
de São Paulo — 1988-2000

NOMES	REFERÊNCIAS
Roberto Konder Bornhauser	Presidente do Conselho Nacional dos Institutos Liberais; Conselho de Administração da revista Think Tank ; Presidente do Unibanco; da Fenaban; da Febraban; do CNF; Presidente do IL-SP
Roberto Levy Jr.	Escritório Levy Participações e Empreendimentos; Vice-Presidente do Conselho de Mantenedores do IL-SP
Roberto Olival Costa	Diretor do IL-SP

FONTE: THINK TANK. São Paulo: Instituto Liberal de São Paulo, 1998-2001.
 BALANÇO ANUAL. São Paulo: Gazeta Mercantil (vários anos).
 BANCO DE DADOS DO LABORATÓRIO ESTADO. Empresariado e Políticas Públicas. Departamento de Sociologia e Ciência Política, UFSC. Coordenador Prof. Ary Cesar Minella.
 IDÉIA LIBERAL. São Paulo: IL-SP, vários números.
 INFORME LIBERAL. São Paulo: IL-SP, ago. 1993.
 ANUÁRIO IL. São Paulo: IL-SP, 1993; 1996.

Quadro 18

Empresas mantenedoras do Instituto Liberal
do Rio de Janeiro — 1989

EMPRESAS	GRUPOS ECONÔMICOS
Ancar S/A	Ancar Empresas Comerciais S/A (<i>shopping</i>)
Arthur Andersen Ltda.	Andersen and Co. (EUA)
Coopersucar	...
Cosigua	Companhia Siderúrgica Guanabara
Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga	Grupo Ipiranga
Ecisa Engenharia Com. Ind. S/A	-
Editora Páginas Amarelas	...
Fininvest Investimentos e Participações S/A	Grupo Antunes Maciel (BR)
Lundgren Irmãos Tecidos S/A	...
Márcia Corretora de Seguros Ltda	...
Manufacturers Hanover Arrendamento Mercantil S/A	Manufacturers Hanover Corp. (EUA)
Mesbla S/A	...
Minerações Brasileiras Reunidas S/A	Grupo Antunes Caemi (BR), Mitsui & Co. (Japão)
Rio de Janeiro Refrescos S/A	Grupo Bueno Vidigal (BR), Security Pacific do Brasil, Bankamerica Co. (EUA)
Serfina S/A Administração e Participação	Vera Cruz Seguradora (Grupo Aachener, Alemanha), Bunge y Born S/A (Argentina)
Shell do Brasil S/A	Shell Overseas Holdings S/A, Grupo Royal Dutch Shell (Inglaterra)
Sul América S/A	...
Superpesa Companhia de Transportes	...
Unisys Eletrônica Ltda.	Unisys Corporation (EUA)
Veplan Hotéis e Turismo S/A	...
Xerox do Brasil Ltda.	Xerox Corporation (USA)

FONTE: IDÉIA LIBERAL. São Paulo: IL/SP, n. 18, 1989.
GUIA INTERINVEST. Rio de Janeiro: [s.n.], 1992.

Quadro 19

Empresas mantenedoras do Instituto Liberal de São Paulo — 1989

EMPRESAS	GRUPOS ECONÔMICOS
Alcoa Alumínio S/A	Alluminium Co. of America (EUA)
Arno S/A Ind. e Com.	Grupo Arno, Grupo Bosch (Alemanha)
Arthur Andersen S/A	Andersen & Co (EUA)
Banco Brasileiro de Descontos	Bradesco
Banco de Crédito Nacional	...
Banco Noroeste	...
Boston - Administração e Empreendimentos Ltda.	Boston Overseas Financial Corp., Bank of Boston Co (EUA)
Carrefour Comércio e Indústria Ltda.	Carrefour S/A (França)
Cevokol S/A	...
Ciba-Geigy Química S/A	Canadá Trust Co.; Ciba-Geigy (Suíça)
Citibank N.A.	First National City Bank Overseas Investment Corp., Grupo Citicorp (EUA)
Companhias Nestlé	Nestlé S/A (Suíça)
Confab Industrial S/A	Grupo Bueno Vidigal (BR); Sumitomo Metal Industries Co. Ltda (Japão)
Coopersucar	...
Dow Química S/A	Dow Chemical Co. (EUA)
EBDIB. Editora Páginas Amarelas	...
Eldorado S/A Com. Ind. e Import.	...
Escritório Levy Corretora de Valores Mobiliários Ltda.	...
Hoechst do Brasil Química e Farmacêutica	Grupo Hoechst (Alemanha)
Indústria Gessy Lever Ltda.	Grupo Unilever (Holanda) e (Inglaterra)
Indústria Papéis de Arte J. Tscherkasky	...
Indústrias Gradiente do Brasil S/A	IGB Indústria Gradiente do Brasil S/A

(continua)

Quadro 19

Empresas mantenedoras do Instituto Liberal de São Paulo — 1989

EMPRESAS	GRUPOS ECONÔMICOS
Indústrias Villares S/A	...
Investimentos Itaú S/A	...
José Alves S/A Importação e Exportação	...
Lloyds Bank	Lloyds Bank PLC (Inglaterra)
Lotus Habitacional Ltda.	Grupo Fenícia
Metalac S/A Indústria e Comércio	Grupo SPS Technologies Inc. (EUA)
Paranapanema S/A Mineração Indústria e Construção	...
Quaker Produtos Alimentícios	Quaker Oats Co. (EUA)
Refinações de Milho Brasil Ltda.	CPC International Inc. (EUA)
Rhodia S/A	Grupo Rhône-Poulenc S/A (França)
S/A Indústrias Votorantim	...
Sharp Equipamentos Elétricos S/A	Sharp Corporation (Japão)
Susa Empreendimentos Imobiliários e Comércio Ltda.	Vendex do Brasil S/A; Vendex Internat (Holanda); Grupo Malzoni (BR)
Unibanco Administradora e Corretora de Seguros	Grupo Unibanco
Union Carbide do Brasil Ltda.	Union Carbide Co. (EUA)
Varig S/A	...
Vera Cruz Seguradora S/A	Grupo Aachener e Münchener Beteiligungs, (Alemanha)
Visagis S/A Indústrias Alimentícias	Findim Invest. S/A, Gr. Star Stabilimento Alimentare (Itália)

FONTE: IDÉIA LIBERAL. São Paulo: IL/SP, n. 10, mar. 1989.

GUIA INTERINVEST. Rio de Janeiro: [s.n.], 1992.

Quadro 20

Organizações estrangeiras financiadoras
dos Institutos Liberais — 1991-97

INSTITUIÇÕES	PAÍSES
Atlas Economic Research Foundation	Estados Unidos
Center for International Private Enterprise	Estados Unidos
Instituto C&A de Desenvolvimento Social	Brasil/Holanda
International Center for Economic Growth	Estados Unidos
Liberty Fund	Estados Unidos
Tinker Foundation	Estados Unidos

FONTE: IL NOTÍCIAS. São Paulo, 1991-1997. Conselho Nacional dos Institutos Liberais. INFORME LIBERAL. São Paulo: IL/SP, 1993-1997.

Quadro 21

Relação dos Institutos Liberais com organizações
estrangeiras — 1991-97

INSTITUIÇÕES	PAÍSES
Acton Institute for Study Religion/ Liberty	EUA
Adam Smith Institute	Grã-Bretanha
American Enterprise Institute	EUA
Atlas Economic Research Foundation	EUA
Cato Institute	EUA
Center for Strategic/ International Studies	EUA
Center Internacional Private Enterprise	EUA
Center for Intl. Economic Growth	Panamá
Centro de Estudios Políticos	Chile
Centro Estudios Realidad Económica/Social	Uruguai
Centro Internacional Desarrollo Económico	Panamá
Centro Invest. Libre Empresa	Venezuela
Centro Invest. Econ. Libre Empresa	México
Companheiros das Américas	EUA
Conselho de Empresários da América Latina	América Latina
Escuela Superior Econ. Admin. Empresas	Argentina
Fundación America p/ Capacitación Política	Argentina
Fundación Libertad	Argentina
Fundación Mediterránea	Argentina
Foundation for Economic Education	EUA
Foro Latinoamericano	Guatemala
Frankfurter Institute	Alemanha
Freedom House	EUA
Fundação Friederich Naumann	Alemanha
Fundação Konrad Adenauer	Alemanha
Heritage Fondation	EUA
Hoover Institute	EUA

(continua)

Quadro 21

Relação dos Institutos Liberais com organizações estrangeiras — 1991-97

INSTITUIÇÕES	PAÍSES
Independent Institute	EUA
Institute for Humane Studies	EUA
Institute of Economic Affairs	Grã-Bretanha
Instituto Cultural Ludwig Von Mises	México
Instituto Libertad y Democracia	Peru
Instituto Libertad y Desarrollo	Chile
Instituto C&A de Desenvolvimento Social	Brasil
International Republican Institute	EUA
International Center for Economic Growth	EUA
International Society for Individual Liberty	EUA
Liberty Fund	EUA
Ludwig Von Mises Institute	EUA
Political Economy Research Center	EUA
Reason Foundation	EUA
Société Mont Pelerin	EUA
Tinker Foundation	EUA
United States Information Service	EUA
Universidad Francisco Marroquin	Guatemala

FONTE: IL NOTÍCIAS. São Paulo, 1991-1997. Conselho Nacional dos Institutos Liberais.

INFORME LIBERAL. São Paulo: IL/SP, 1993-1997.

5 - AS PROPOSTAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS DOS INSTITUTOS LIBERAIS

Neste capítulo, apresentamos algumas das propostas de políticas públicas formuladas pelos Institutos Liberais. Dada a enorme variedade de propostas que abrangem quase todos os setores econômicos e sociais, selecionamos aquelas que dizem respeito às mudanças institucionais que estiveram em curso com o debate constituinte; aquelas que dizem respeito à regulamentação das relações entre capital e trabalho, tema sempre sensível para os neoliberais; e, finalmente, aquelas referentes às funções sociais do Estado: previdência, saúde e educação.

Não se pode deixar de mencionar aqui que as propostas de cunho nitidamente neoliberal, como a de flexibilização da legislação trabalhista, que estão em discussão no Congresso Nacional, tiveram uma vitória em dezembro de 2001: a aprovação da proposta governamental de reforma trabalhista em que os acordos entre sindicatos e empresas prevalecem sobre o que diz a CLT, além de alterações na regulamentação das férias, do pagamento do 13º salário, do percentual de recolhimento do FGTS, etc. A justificativa da reforma é exatamente a mesma do argumento liberal, ou seja, gerar mais empregos e adaptar o mercado de trabalho às necessidades da economia globalizada, o que seria dificultado pela legislação vigente.¹

Essa vitória dos princípios neoliberais não faz mais do que refletir a debilidade da classe trabalhadora na atual correlação de forças em nível mundial. Em momentos em que as consequências da hegemonia do livre-mercado se fazem sentir com máximo rigor, as classes trabalhadoras fragmentam-se, debilitam-se

¹ O trabalho do Professor Adalberto Moreira Cardoso, do IUPERJ, constata o contrário. Levantamento feito nas ações trabalhistas, nos últimos anos, no Brasil mostra que a legislação não impediu que a crise econômica dos anos 90 flexibilizasse, à força, o mercado de trabalho. O número de ações trabalhistas aumentou imensamente desde a promulgação da Constituição, mas essas ações se referem aos direitos rescisórios (pagamento de multa do FGTS) dos trabalhadores, já que as empresas flexibilizaram "a frio" o mercado de trabalho. O Professor Adalberto antecipa que a proposta de flexibilização das leis trabalhistas pelo Governo não tem em vista a adaptação do mercado de trabalho brasileiro à crise, mas, sim, a diminuição dos custos rescisórios das empresas (Valor, 2001, p. 23-24).

e perdem capacidade de barganha. Talvez não exista um indício mais claro da imposição do conservadorismo no mundo, a partir dos anos 80, do que as limitações, de fato e de direito, sofridas pelo direito de greve, conquista histórica dos trabalhadores do Ocidente. Conquistas como o direito de greve tiveram seu paralelo na ampliação da cidadania política e da cidadania social, através do reconhecimento paulatino pelo Estado de direitos sociais: à previdência social, à saúde e à educação públicas. Conquistas que as propostas neoliberais de mudanças jurídicas na definição da ordem política, econômica e social, constantes no texto da Constituição de 1988, também tentaram abalar.

5.1 - O reordenamento jurídico-institucional e a crítica à Constituição de 1988

O advento da Nova República, a partir de 1985, foi logo seguido pelas eleições e pela posterior instauração da Assembleia Nacional Constituinte. O clima de debate político, jurídico e institucional que se instalou no País foi a oportunidade para a confrontação de idéias sobre a melhor ordem política para o Brasil e desencadeou uma série de iniciativas de formulação de propostas, dentre elas, naturalmente, aquelas baseadas nos princípios ideológicos neoliberais. Como demonstramos ao longo deste estudo, a partir do pressuposto da liberdade individual, todos os princípios de governo criados pelo neoliberalismo ao longo de sua história se subordinam ao objetivo de institucionalizar uma ordem garantida por um Estado Mínimo, que defenda a idéia de liberdade individual inseparável do direito de propriedade e da vigência do mercado livre. Os Institutos Liberais, naturalmente, assumiram a responsabilidade de difusão de propostas com esse teor, sejam elas de sua autoria, sejam de outros liberais que eles reconheçam como tais.

Og Francisco Leme, Diretor do Instituto Liberal do Rio de Janeiro, fez uma crítica a determinados itens da Constituição vigente e expôs alguns fundamentos de uma nova ordem jurídico-institucional baseada nos preceitos do neoliberalismo. A partir dos princípios neoliberais básicos de supremacia do indivíduo sobre a sociedade, da liberdade econômica que os indivíduos devem ter para perseguir a satisfação de seus desejos e necessidades individuais através de um mercado livre e do papel meramente garantidor da ordem e da justiça que o Estado deve desempenhar, Leme fez uma crítica ao Título III da Constituição brasileira, que dispõe sobre a ordem econômica e social: "A ordem econômica e social tem por fim realizar o desenvolvimento nacional e a justiça social". Leme critica, justamente, a definição de ordem econômica e social e sua vinculação

ao desenvolvimento e à justiça social, que ele considera interferências sobre a ordem de mercado:

“Uma Constituição de inspiração liberal, ao definir a ordem econômica, diria simplesmente que a sua finalidade seria a de assegurar a **liberdade de mercado**, isto é, a de garantir a ausência de coerção entre os agentes econômicos; e que ao mercado, ao livre intercâmbio dos particulares, caberia a solução dos problemas econômicos do país, restando ao Estado a responsabilidade pela manutenção da ordem concorrencial e a administração dos problemas que legitimamente lhe cabem resolver numa organização econômica liberal”

.....
 “A busca deliberada do desenvolvimento pelo Estado geralmente tipifica as organizações sociais que preferem substituir a espontaneidade das forças impessoais de mercado pela vontade das autoridades” (Leme, 1988, p. 33).

Entretanto o enfoque mais acabado da questão deve-se a um liberal que não faz parte dos quadros do Instituto Liberal: Henry Maksoud, engenheiro, empresário, e diretor da revista **Visão** nos anos 70, publicação especializada sobre o mundo dos negócios, que se converteu numa tribuna excepcional para o exercício da militância liberal por parte de seu diretor.² A proposta de Maksoud destaca-se nitidamente como a expressão mais clara do projeto de organização jurídico-institucional do neoliberalismo, tal como o definimos sob a versão da Escola Austríaca no Capítulo 2. Os Institutos Liberais o reconhecem como um neoliberal e divulgam a sua obra, inspirada nos mesmos princípios que constituem o eixo ideológico da instituição.

O interesse de Maksoud na discussão sobre os novos preceitos constitucionais concentrava-se nos aspectos políticos, legais e jurídicos da implantação da ordem de mercado. Além dos editoriais publicados pela revista **Visão** — através dos quais se pode acompanhar a evolução do seu pensamento —, Maksoud produziu, também, obras mais pretensivas. Em 1984, Maksoud pu-

² Um rápido levantamento dos títulos dos editoriais escritos por Maksoud para a revista **Visão** de 1984 a 1986 dá uma idéia do seu empenho na divulgação do pensamento neoliberal, especialmente de Hayek. Apenas a título de exemplo, podemos citar: **Demarquia para Preservar a Democracia** (16.06.84); **As Salvaguardas Intrínsecas da Demarquia** (30.07.84); **Uma Utopia Liberal** (18.12.85); **O Despotismo Sindical** (25.12.85); **O Poder, o Mercado, a Liberdade e o Progresso de Cada Um** (04.06.86); **Governo x Mercado** (11.06.86); **A Ilusão do Estado Benfeitor** (25.06.86); **O que é o Estado** (5.11.86). A revista **Visão** patrocinou as três visitas de Hayek ao Brasil entre 1977 e 1981 (Think Tank, n. 3, 1998).

blicou **Os Poderes do Governo**, primeira tentativa de sistematizar suas idéias sobre a ordem jurídico-institucional inspiradas nas propostas de Hayek. Dois anos depois, em **Constituinte Independente e Apartidária** (1986), publicou uma série de debates que promoveu através da revista **Visão** em 1985. Maksoud reuniu mais de 40 personalidades dos meios político, intelectual, governamental, jornalístico, científico e jurídico do País para responder a três questões: (a) se a Constituinte deveria ser autônoma e não congressual; (b) se deveria ser apartidária, pairando acima das facções políticas; e (c) se a elaboração da Carta deveria ser baseada em um regime político previamente definido. Como se percebe, a formulação dessas questões já denota a base hayekiana do pensamento de Maksoud.

Mas a sua contribuição mais acabada está publicada em **Proposta de Constituição para o Brasil** (Maksoud, 1988). Nessa obra, transparecem claramente os ensinamentos de Hayek. A estrutura do livro acompanha os princípios básicos que ele vinha defendendo através da revista **Visão**: começa definindo um regime político que seja capaz de defender a ordem de mercado e, a seguir, define um Estado de Direito capaz de impor-se sobre as veleidades dos homens e de garantir os princípios essenciais do liberalismo, ou seja, a “demarquia” de Hayek.

Na apresentação do projeto, Maksoud refere-se à opção política que fundamenta toda a sua construção jurídica, ou seja, a liberdade individual. Esta precisa de:

“(...) uma Constituição que crie condições institucionais propícias de maneira que a mola-mestra do progresso, a energia humana individual, seja liberada: para estimular a ação empreendedora; para criar forças produtivas em todos os campos da atividade humana; e para que floresça com vigor a ordem de cooperação espontânea do mercado. Essas condições propícias vêm dos primórdios do constitucionalismo representativo e pressupõem a organização de um governo de leis, e não de homens, subordinado ao ideal político do Estado de Direito que requer uma efetiva separação entre os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário; que estabelece que nenhum poder, e nem mesmo o do povo soberano, é ilimitado; e que determina que a lei verdadeira tem de possuir os atributos de uma norma geral de conduta justa, igual para todos, abstrata e prospectiva” (Maksoud, 1988, p. 19).

Segundo Maksoud, nenhuma Constituição brasileira anterior, ainda que definida como liberal, respeitou esses princípios, distanciando-se, portanto, da “verdadeira democracia”. Segundo o conceito de “demarquia” de Hayek, a verdadeira democracia não vem da autoridade da maioria, mas, sim, da existência de

garantias suficientes para que os poderes dos representantes do povo sejam limitados; garantias que façam com que:

“(...) os representantes eleitos pelo povo sejam constitucionalmente restringidos, em suas ações coercitivas governamentais, a tarefas que possam desempenhar debaixo das normas gerais de conduta justa que definam os direitos, deveres, privilégios e imunidade das pessoas e associações delas, bem como dos próprios governantes, cada um em relação a todos os outros. O corolário indispensável do governo do povo é, pois, um modo específico de governar com poderes limitados” (Maksoud, 1988, p. 20).

A proposta de governo do povo limitado ou subordinado pela lei — e não apenas derivado da maioria eleitoral — é o que define a “demarquia”, inspirada pela desconfiança que Hayek tinha das maiorias. Como vimos no Capítulo 2, as massas, segundo Hayek, podem ser facilmente manipuláveis pela demagogia dos políticos. Por isso a necessidade que os neoliberais sentem de criar mecanismos legais de defesa das liberdades individuais e, paralelamente, de minimização das funções do governo e das matérias sobre as quais ele pode legislar. O Estado de Direito que surge dessa proposta é regido por normas fundamentais, que obedecem a certas características:

“Neste Estado de Direito, para serem válidas e vigentes, as leis devem ser normas gerais de conduta justa individual, iguais para todos, conhecidas e certas, e aplicáveis a número indeterminado de casos futuros; abstraídas, portanto, de quaisquer circunstâncias específicas de tempo, lugar, pessoas ou objetos e referindo-se apenas a condições que possam ocorrer a qualquer tempo, em qualquer lugar e a quaisquer pessoas ou objetos; e em lugar de serem comandos positivistas arbitrários e discricionários são geralmente proibições de conduta injusta” (Maksoud, 1988, p. 39-40).

Esse Estado de Direito também é baseado na permanência, e, por isso, a proposta neoliberal de constituição formulada por Maksoud apresenta uma série de mecanismos legais definidos especialmente para dificultar a mudança constitucional. Algumas matérias são explicitamente vedadas ao processo de emenda constitucional: a forma federativa, o sistema de governo, a ordem econômica de mercado, o princípio de descentralização governamental, os dispositivos para a limitação do gasto público e a limitação dos poderes do governo (Maksoud, 1988, p. 141).

O arcabouço institucional do poder é exatamente aquele da “demarquia” (que foi aplicado no Chile de Pinochet, como vimos): um Poder Legislativo único para toda a Federação, apartidário e separado dos outros poderes, e que assume a função de legislar e normatizar o Estado de Direito. Esse Poder Legislativo

seria integrado, exclusivamente, por membros com mais de 41 anos de idade, eleitos por maiores de 40 anos para um período de 15 anos. Essas exigências são feitas para se ter a certeza de eleger pessoas que "(...) já tenham dado provas de si mesmas na labuta comum da vida e que tenham reputação firmada principalmente entre seus coetâneos" (Maksoud 1988, p. 50). Os estados da Federação não teriam Assembléias Legislativas, mas, sim, entidades executivas, integradas por representantes partidários eleitos por procedimentos democráticos específicos. Nessa concepção, a participação direta fica reservada para as instâncias de menor hierarquia, estas, sim, deliberantes e partidárias. O Poder Executivo, nesse Estado de Direito, pode dispor dos recursos humanos e materiais, mas não elabora leis nem as modifica: tem apenas a atribuição de regulamentar e organizar, de acordo com os princípios legais estabelecidos pelo Poder Legislativo. A separação de poderes não é o único meio para preservar os direitos individuais, cujo exercício fica garantido nos capítulos especiais sobre a ordem econômica e a descentralização das atividades governamentais.

As salvaguardas contra possíveis abusos do governo se expressam na formação de vários conselhos superiores, independentes entre si, que controlam o exercício do poder pelos organismos governamentais. O Conselho Constitucional, por exemplo, arbitra os conflitos de competência e, especialmente, a constitucionalidade das normas, das resoluções e das medidas tomadas pelos diversos poderes e organismos de governo.

No debate sobre sua proposta constitucional, promovido por Maksoud em 1988, Roberto Campos, talvez o liberal mais destacado e representativo para os próprios liberais, aprovou integralmente a proposta, mas destacou seu caráter utópico em contraste com o trabalho constituinte que vinha se desenvolvendo em Brasília. Ainda assim, Campos definiu a proposta de Maksoud como uma verdadeira bíblia neoliberal, algo em que acreditar e capaz de nortear a ação dos neoliberais em todas as frentes.

"Há um estranho contraste. Enquanto em Brasília se escreve uma Constituição para o passado — o Estado Cartorial e Corporativista — Henry Maksoud nos presenteia com uma proposta de Constituição para o futuro. O futuro seria um Brasil liberal e capitalista. (...) Maksoud desenvolve o conceito hayekiano da demarquia — o governo das leis e não dos homens — e constrói toda uma arquitetura política através de um texto constitucional coerente e ousado. É refrescante lê-lo, até mesmo pela ausência de expressões como 'planejamento' e 'justiça social', tão vazias como abundantes nos textos hoje discutidos na Assembléia Nacional Constituinte. (...) O texto de Maksoud é discursivo e didático, antes que taxonômico e preceitual. Mas isso não o torna menos importante. Precisamos de uma **bíblia do liberalismo**, senão

por aquilo que Paul Johnson chamou ‘o coletivismo da era dos 70’ pelo menos como bússola para a próxima. Esta perceberá, como dizia o citado historiador, que ‘o Estado foi o grande ganhador do século XX; e também seu fracasso central’. (...) A Constituição de Maksud é precisamente a antítese do projeto da Comissão de Sistematização; é uma Constituição para o ‘Estado minimalista’, para usar a expressão de Nozick, em que imperam dois princípios — o da subsidiariedade, segundo o qual nada deve ser feito pelo poder central que possa ser realizado por escalões de poder mais próximos do indivíduo; e o de delegação, segundo o qual, mesmo na sua esfera de atuação, o governo procura induzir ao invés de conduzir atividades”. (Maksud, 1988, p. 434-443).

Em seu discurso de despedida da vida parlamentar, publicado pelo Instituto Liberal de São Paulo na série **Idéias Liberais** (1999), Roberto Campos, com seu estilo muito peculiar, renovou a sua crítica à Constituição de 1988:

“Nossa atual Carta Magna é intervencionista no econômico, utópica no social e híbrida no político. Ampliou os monopólios estatais, exagerou a carga fiscal, engessou as relações trabalhistas e criou um sistema previdenciário que é uma briga com o cálculo atuarial. Foi esfuziante na concessão de direitos e monástica na especificação dos deveres. Facilitou tanto a proliferação de partidos como de municípios insolventes. No fundo, é mais um ensaio de ‘democratice’ e ‘demoscopia’ do que de ‘democracia’. De democratice, porque acentua as liberdades políticas mas priva o cidadão de liberdades econômicas ou de opções sociais. É que os monopólios estatais são uma cassação do direito de produzir, enquanto a legislação trabalhista inibe o direito de contratar e a legislação previdenciária, ao tornar obrigatória a previdência pública, priva o cidadão do direito de escolher o administrador de suas poupanças. Nossa constituição é também um ensaio de demoscopia, ao facilitar um pluripartidarismo caótico, pela ausência de instrumentos de compactação partidária, como o voto distrital, a fidelidade partidária e a ‘cláusula de barreira’” (Campos, 1999).

Segundo o Instituto Liberal do Rio de Janeiro, o texto final da Constituição promulgada em 1988 ficou muito aquém das expectativas dos neoliberais, pois, apesar de ter reconhecido os direitos de propriedade e da economia de mercado, ainda deixou bastante espaço para a intervenção estatal. Num exemplar de **Notas de Políticas Públicas**, de 1993, o Instituto Liberal faz suas críticas ao texto constitucional e propostas para a revisão:

“Uma **constituição valiosa**, antes de mais nada, é a fundada no tripé: legalidade, legitimidade e moralidade. Uma constituição que não se proponha a resolver nada, nem lutar contra ‘bolsões de miséria’, nem ‘alimentar ninguém’, nem ‘vencer dificuldades’, mas que se destine apenas a tornar atingíveis essas finalidades práticas através do esforço concentrado da sociedade e do Estado. Se a constituição revista garantir nossas liberdades e direitos fundamentais, organizar o Estado e seus poderes e firmar os princípios adequados na área econômica e na área social, para que a sociedade possa trabalhar e o Estado policiar os excessos e estimular as iniciativas, ela terá possibilitado a solução dos problemas nacionais” (Revisão..., n. 25, p. 8, 1993).

Mas, talvez, a crítica mais sistemática produzida por um membro dos Institutos Liberais seja aquela contida no livro **Razões das Virtudes e dos Vícios da Constituição de 1988**, de Ney Prado (1994), jurista, ex-Presidente do Instituto Liberal de São Paulo, integrante do Conselho Editorial da revista **Think Tank**. Segundo Prado, a promulgação da nova Constituição provocou enorme insegurança jurídica, dificultou a governabilidade, inibiu os negócios e os investimentos internos e externos e gerou uma série de conflitos sociais.

A menção aos vícios constitucionais ocupa, na realidade, a maior parte da obra. Eles são definidos como vícios de origem, de forma e materiais. Os vícios de origem seriam: ilegitimidade, falta de autenticidade, conservadorismo e preconceito. Essa Constituição seria ilegítima porque foi produzida por uma Assembleia Nacional Constituinte congressual e não exclusiva, integrada, em parte, por senadores “biônicos”. Isto só se justificaria em caso de ruptura constitucional, e o que houve no Brasil foi uma transição negociada; cabia, então, uma emenda pela via legislativa. A nova Carta sofreria de falta de autenticidade, porque foi derivada de cópia de modelos estrangeiros, nesse caso, o modelo da Constituição portuguesa de reforma do sistema político.³ A Constituição seria conservadora e retrógrada, e não progressista, por não reconhecer o declínio das ideologias, o fim do nacionalismo e do gigantismo estatal, a transnacionalização do capital, a substituição do distributivismo pelo produtivismo e a con-

³ “(...) a Constituição deve ser mais do que organização limitativa do poder: deve ser um grande programa de transformações políticas, mas sobretudo econômicas e sociais. Tal plano, para Canotilho e seus seguidores, se destina a operar a transformação para o socialismo, como etapa para a instauração, um dia, do comunismo. Inscrito na Constituição, ele obrigaria os governos sucessivos a trabalhar no sentido dessa transformação. E, para forçá-los a tanto, deveria até ser prevista uma ação de ‘inconstitucionalidade por omissão’, por via da qual o juiz compeliaria o governo a efetivar o programa constitucional, a requerimento de parte interessada.” (Ferreira Filho apud Prado, 1994, p. 26-27).

versão do Direito em um instrumento da sociedade e não do Estado. Ela seria uma Carta preconceituosa porque, em nome do antiautoritarismo, condena certos valores, instituições e pessoas, como o Poder Executivo, as Forças Armadas, as polícias civil e militar, o sistema de informação, o empresariado e os representantes do Exterior (investidores, multinacionais, bancos, governos e organizações internacionais). A Carta de 1988 impôs a todos restrições capazes de imobilizar a política, segundo Prado (1994).

Os vícios de forma da Constituição de 1988, apontados por Prado (1994), compreendem: casuísmo, contradições e transitoriedade. O casuísmo aparece na presunção de que tudo está previsto, inclusive o que deveria ser objeto de legislação complementar e ordinária. Esse casuísmo é antidemocrático, porque, ao ser tão detalhista, a Constituição inibe o livre exercício das opções políticas. A Constituição seria contraditória porque seu texto está repleto de contradições que desfiguram o conjunto. Fortemente dirigista, privilegia o ideologismo antes do pragmatismo, concentrando-se na 'prioridade do utópico sobre o possível'. A profissão de fé individualista é anulada pelo forte intervencionismo, o que fica evidente nos parágrafos que regulamentam a relação capital-trabalho.⁴ Prado (1994) considera que a Carta padece, ainda, de transitoriedade, porque muitas matérias ficaram para posterior regulamentação por legislação ordinária, o que dificulta a sua aplicação.

O jurista encontra, ainda, vícios materiais na nova Constituição brasileira, que se manifestam por um longo elenco de tendências ou características: utópica, demagógica, corporativista, socialista, estatizante, paternalista, assistencialista, fiscalista, recessiva e xenófoba. A Constituição seria utópica porque passa a idéia de que a realidade pode ser modificada a partir de um ato de vontade contido no desenho constitucional, esquecendo que a transformação dos fatos pertence à ordem dos fatos e não à dos preceitos. Seria demagógica, porque criou falsas expectativas ao fazer promessas impossíveis de cumprir. Apresentou fortes traços do corporativismo, agravando esse componente que já existia nas Constituições anteriores, porque foi sensível às pressões de grupos organizados. O texto da nova Carta também apresentaria um viés socialista, ao compatibilizar a democracia com muitas medidas desse teor, principalmente

⁴ "Ainda na ordem social, podemos identificar outras contradições no texto Constitucional; entre a 'completa' liberdade sindical e o deferimento no imposto sindical; entre o amplo direito de greve e a competência normativa da Justiça do Trabalho e entre o caráter privado dos sindicatos e a sua participação, como elemento do Estado, na estrutura do Poder Judiciário trabalhista." (Prado, 1994, p. 39).

aquelas que propõem soluções para o problema da desigualdade social.⁵ A tendência estatizante da Constituição fica evidente, para Prado, na manutenção da intervenção do Estado em esferas da vida econômica e social que deveriam ser responsabilidade privada. Em lugar de limitar a ação estatal à saúde, à educação e à previdência, ela foi ampliada para a ciência, a tecnologia, a cultura, a arte, o esporte e o lazer. A ampliação dos interesses do Estado contribuiu para privatizá-lo, segundo Prado, diluindo seus contornos públicos e desprestigiando sua imagem de árbitro supremo dos interesses em conflito. A Constituição seria paternalista porque não confia na capacidade da sociedade de resolver seus assuntos. Por isso, atribuiu tantas funções ao Estado, que se tornou "(...) administrador, justiceiro, patrão e defensor dos fracos e oprimidos, além de produtor e provedor de recursos. De outro lado, a sociedade ficou mais dependente e mais inerme" (Prado, 1994, p. 61). Essa tendência paternalista aparece claramente no caso das relações trabalhistas, sobre as quais o Estado continua, segundo os neoliberais, com muita ingerência⁶. A Constituição seria assistencialista porque promete por generosidade, demagogia ou utopia, aquilo que não pode concretizar, gerando, na sociedade, uma ilusão perversa. Os cidadãos terminam pagando por serviços que não recebem, e o dinheiro perde-se no caminho (como é o caso da previdência). A Constituição incentivaria, ainda, um fiscalismo exagerado para fazer frente a todos os compromissos que assume, sobrepondo três sistemas fiscais: o tradicional, o sistema tributário de previdência social — com o qual os empresários novamente sofrem um confisco sobre os salários, o faturamento e o lucro — e o sistema sindical, que, além do imposto sindical, deve uma "contribuição sindical", a ser definida em Assembléia Geral. O crescimento das cargas tributárias aumentaria ainda mais o custo da mão-de-obra. Além disso, o sistema fiscal é muito complexo e exige uma enor-

⁵ "Há que admitir que o 'mito igualitário', que acabou confundido com outra expressão de sentido equívoco, a 'justiça social', é, sem dúvida, uma das mais constantes e mais poderosas dentre as idéias-força que agitaram a História (...) Esqueceram, no entanto, que a verdadeira solução para o problema da desigualdade social não é o socialismo democrático, mas o capitalismo democrático." Conforme salienta Roberto Campos: "(...) o socialismo é atraente porque fabrica mitos. O capitalismo produz resultados, mas não tem mitologia. É eficiente, mas é chato (...)" (Campos apud Prado, 1999, p. 55).

⁶ "(...) não souberam os constituintes, ainda desta vez, nos liberar da sensação de dependência do Estado, no pressuposto de que ele é neutro e eticamente confiável e o único capaz de impor regras adequadas e restabelecer, eficazmente, o equilíbrio nas relações trabalhistas. O preço dessa atitude foi o aumento astronômico do poder relativo do Estado no contexto social, em detrimento do poder negocial das partes envolvidas na relação" (Prado, 1994, p. 64).

me burocracia para efetuar a arrecadação. Esse conjunto de características da Constituição (intervencionismo, assistencialismo, fiscalismo, etc.), segundo Prado, teria trazido conseqüências recessivas à economia: aumento do déficit público, da inflação e do desemprego; inibição dos investimentos; êxodo do capital produtivo e aumento da economia informal. Por último, Prado encontra traços de xenofobia na Constituição de 1988, visíveis na nacionalização da prospecção e no aproveitamento de recursos minerais, na suspensão dos contratos de risco e na oposição à participação do capital estrangeiro no setor de saúde.

5.2 - A flexibilização da legislação trabalhista

A redefinição da legislação sobre as relações de trabalho, como era de se esperar, é assunto da maior importância no projeto dos Institutos Liberais. Para o neoliberalismo, o pressuposto de igualdade das partes contratantes, que devem poder negociar condições de trabalho sem interferências, especialmente do Estado, é elemento fundamental para se atingir a liberalização da economia e a soberania do mercado. As críticas feitas à legislação trabalhista, herdada dos anos 30, apontam tanto a sua inadequação ao desenvolvimento da economia e da sociedade brasileiras quanto o agravamento dessa inadequação pelos “avanços trabalhistas” conquistados pelos representantes dos trabalhadores na Constituinte e incorporados à Constituição de 1988. Os estudos divulgados pelos Institutos Liberais sobre esse tema enfatizam a necessidade de “liberar” os trabalhadores dos entraves trabalhistas que dificultam o livre jogo do mercado e provocam desemprego e aumento da informalidade. Suas propostas de reforma da legislação trabalhista estão expostas em vários documentos, tanto das séries **Notas — Avaliação de Projetos de Lei e Idéias Liberais** quanto em encartes da revista **Think Tank** e livros editados pelo Instituto Liberal do Rio de Janeiro.

5.2.1 - A crítica ao modelo vigente de relações trabalhistas e de Justiça do Trabalho

O direito de greve foi um dos primeiros direitos trabalhistas criticados pelo Instituto Liberal na série **Notas — Avaliação de Projetos de Lei, nº 4**, de 1990. Segundo os Institutos Liberais, a Constituição de 1988 assegurou o direito de greve aos trabalhadores, mas deixou os seus termos e limites para serem regulamentados por lei complementar. A definição de greve existente na Constituição não seria clara. Além disso, só são previstas duas restrições ao exercício do direito de greve: quando ela afeta as atividades essenciais à população e

quando ela prejudica direitos de terceiros ou acarreta danos pessoais ou materiais. **Notas** (Direito..., n. 4, 1990) critica o direito de greve em si e, especialmente, o Projeto de Lei Complementar nº 56, de 1989, que trata do direito de greve dos servidores públicos.

Os Institutos Liberais consideram que a greve só ocorre nos regimes não concorrenciais. “O estudo econômico dos mercados competitivos não trata da greve; nesses mercados, nem empregado, nem empregador têm poder para impor unilateralmente sua vontade. Em circunstâncias não competitivas, um eventual poder de mercado do empregador pode levar os trabalhadores a se organizarem (sindicatos) para coletivamente fazerem face ao poder do patrão. Logo, é o regime não concorrencial que dá origem ao direito de greve” (Direito..., n. 4, 1990, p. 3). No mundo ocidental, segundo essa publicação, o crescimento do sindicalismo, a partir dos anos 30, teria provocado três efeitos: a elevação dos salários nominais; o pequeno reflexo dessa elevação nos salários reais, devido ao comportamento dos preços, que fugiam do controle dos sindicatos; e, ainda, a superioridade dos salários nominais dos trabalhadores sindicalizados em relação aos não sindicalizados.

“Essa evidência internacional não pode ser transposta para o caso brasileiro na avaliação dos efeitos do movimento sindical, em função da extensa intervenção do Estado no mercado nacional de trabalho (sindicalização compulsória, leis salariais, regulamentação de demissões, etc.). Sobrepondo-se a tudo, o processo inflacionário, característica marcante da economia brasileira, provavelmente tem tido mais impacto sobre os salários reais e os salários relativos do que o poder sindical”. (Direito..., n. 4, 1990, p. 3).

O direito de greve seria legítimo somente em circunstâncias em que tivessem sido esgotadas todas as tentativas de negociação e apenas com o objetivo de obter alterações nas condições de trabalho: salários, horários, normas disciplinares, ambiente de trabalho, etc. A greve dos funcionários públicos deveria ser considerada ilícita, como acontece nos Estados Unidos, na Alemanha e na Itália por exemplo:

“Não existe, em princípio, nas sociedades liberal-democráticas, argumentos que justifiquem greves de serviços públicos. No Brasil, a abordagem desse tema deve levar em conta a já tradicional estabilidade no emprego, que foi confirmada pela nova Constituição. Esta estabilidade tende a exacerbar os problemas criados pelo direito de greve no setor público” (Direito..., n. 4, 1990, p. 5).

As recomendações finais do Instituto Liberal do Rio de Janeiro sobre a mudança da legislação sobre as greves partem do pressuposto de que a sociedade brasileira não é liberal e que o “Estado participa excessivamente das

decisões econômicas, é de longe o maior empregador do País e concede estabilidade a seus funcionários”. Por isso, **Notas** (Direito..., n. 4, 1990, p. 6) sugere que:

- a) o direito de greve deve ser retirado do texto constitucional e ser regido por lei ordinária;
- b) a greve deve ser definida como recurso extraordinário e apenas utilizável quando esgotadas as possibilidades de negociação com o objetivo de obter alterações em contratos de trabalho, salários, horários, normas disciplinares e ambiente de trabalho;
- c) as greves devem ser decididas pelos sindicatos das categorias pertinentes;
- d) a lei ordinária deve definir as restrições e penalidades para quem desrespeitá-la;
- e) a lei de greve deve definir claramente os serviços e atividades considerados essenciais e atribuir ao sindicato grevista a responsabilidade de propor esquema de continuidade desses serviços;
- f) a legislação deve prever indenizações por eventuais danos e abusos e, em qualquer tipo de greve, tais indenizações devem ser pagas pelos sindicatos e pessoas físicas responsáveis por eventuais prejuízos;
- g) a lei deve assegurar que a decisão de greve não seja tomada por uma minoria de sindicalistas, em detrimento da vontade da maioria.

Em outros documentos, a legislação trabalhista como um todo foi analisada pelos Institutos Liberais. Eles criticam, em especial, a cristalização de preceitos trabalhistas na Constituição de 1988 e propõem a liberalização das regras do mercado sobre as relações de trabalho, o que resultaria numa diminuição do desemprego e da informalidade. Por isso, o Instituto Liberal do Rio de Janeiro entende:

“(...) que o Direito do Trabalho deve ser rejeitado liminarmente. Sua doutrina é a da tutela das relações laborais, inspirada pelo ideário fascista dos anos 30, e mantida intocada até hoje. As relações contratuais do trabalho devem reger-se pelos mesmos princípios que norteiam os demais campos do Direito, onde todos são iguais perante a lei. A liberdade contratual deve ser restaurada, cabendo à lei dirimir conflitos de direito, e não conflitos de interesses. Deve ser permitida a pluralidade da representação dos interesses — hoje representados por ‘categorias’ abstratas — bem como reformulado o poder normativo

da Justiça do Trabalho. Em suma, possibilitar a remoção do poder tutelar que o estado brasileiro persiste em manter sobre as relações de trabalho, que impede a liberdade de livremente pactuarem-se contratos mutuamente vantajosos para as partes” (Contrato..., n. 58, 1996, p. 1).

Num encarte especial da revista **Think Tank** sobre as relações de trabalho, Ney Prado (1998), que recém vimos criticando a Constituição de 1988, resume a argumentação jurídica que justifica a substituição da legislação trabalhista existente por outra menos normativa e menos detalhada. O texto concentra-se na crítica à legislação trabalhista reunida na CLT de 1943, considerada estatizante e interveniente, adequada ao modelo populista de Vargas, mas inadequada para a realidade atual, de competitividade internacional. Segundo Prado, são cinco as principais deficiências históricas insuperáveis do atual modelo (e por isso ele teria que ser totalmente reformulado): vícios técnicos, custos econômicos, ineficácia da Justiça do Trabalho, descumprimento habitual das leis e decisões judiciais (o que provoca a explosão da economia informal, a proliferação de greves abusivas e o desacato à ordem jurídica instituída) e o seu descompasso com a nova realidade nacional e internacional.

Prado inicia com uma crítica ao modelo varguista, que ainda figura nas instituições e nas leis que regem as relações de trabalho no Brasil, baseadas no paternalismo e no protecionismo do Estado aos trabalhadores. Esse modelo pecaria por uma preocupação excessiva com a igualdade em detrimento da liberdade. Por isso, para os liberais, a CLT é intervencionista, detalhista, inflexível, corporativista, demagógica, etc. Ela é também resultado do positivismo jurídico, que “(...) nos tem levado à crença ingênua de que os conflitos de interesses no âmbito das relações de trabalho são mais adequadamente resolvidos por intermédio da regulamentação legal do que pela via de negociação direta entre as partes” (Prado 1998, p. 5). A Justiça do Trabalho, derivada desse modelo, é também alvo das críticas liberais:

“(...) criada como uma alternativa barata, pronta e desburocratizada para a solução dos conflitos, tornou-se cada vez mais onerosa, pesada e ineficiente. Algumas das causas de sua disfuncionalidade atual apontadas pela doutrina são a incapacidade de resolver questões geradas por conflitos atípicos, a complicação procedimental, o alto custo e a burocratização de sua estrutura, o despreparo intelectual e a visão estreita de boa parte dos juízes, e a criação de novos direitos pela Constituição de 1988” (Prado, 1998, p. 4).

Esse modelo trabalhista seria o responsável pelos problemas de emprego no País hoje, quando mais de 50% da População Economicamente Ativa estão na informalidade. “(...) o sistema trabalhista brasileiro transformou-se em um

dos principais fatores restritivos ao próprio desenvolvimento geral do país” (Prado, 1998, p. 17). Isto porque os custos trabalhistas assumidos pelos empregadores, que chegam a 101,95%, segundo os cálculos do José Pastore, inibiriam a contratação e provocariam esse aumento do contingente populacional ocupado no setor informal.

Os elementos intervencionistas e inflexíveis do modelo teriam sido agravados pela Constituição de 1988, tornada quase um minicódigo do trabalho no capítulo referente aos direitos dos trabalhadores, segundo Prado (1988). Além de ampliar os direitos dos trabalhadores, a Constituição também teria estabelecido algumas contradições: pretendeu dar independência financeira aos sindicatos, mas manteve o imposto sindical obrigatório; pretendeu tirar o Estado das negociações coletivas, mas manteve o poder normativo da Justiça do Trabalho; pretendeu eliminar o corporativismo sindical, mas manteve a representação classista nos tribunais; pretendeu garantir a liberdade sindical, mas manteve a unicidade sindical.

A crise desse arcabouço institucional obsoleto seria agravada pela nova ordem mundial, em que a competição internacional e a revolução tecnológica afetam, principalmente, o emprego, exigindo um funcionamento mais flexível do mercado de trabalho e, portanto, das instituições e leis que o regem, que devem se ver livres das suas “clássicas proteções laborais”, segundo os Institutos Liberais.

Com a democratização e a abertura da economia, a realidade brasileira estaria superando a legislação trabalhista vigente, que, nesse contexto, estaria prejudicando os trabalhadores. As negociações coletivas, que têm aprovado diminuição de encargos, novas formas de contrato de trabalho e flexibilização da jornada de trabalho, já vêm acontecendo no País e se originam, conforme Prado, de uma visão mais pragmática de algumas lideranças sindicais, que adotam um sindicalismo de resultados em contraposição ao antigo sindicalismo ideológico, de reivindicações políticas, o que tornaria ainda mais obsoleta a legislação vigente.

Em estilo polêmico, Prado arrola, como consta a seguir, os principais argumentos que os “retrógrados” ainda defendem para justificar sua resistência à flexibilização laboral e coteja cada um deles com os princípios inspirados em Hayek:

“(...) a ampliação da proteção ao empregado sem se preocupar com a sobrevivência da empresa; a enfatizar a importância do direito do trabalho, sem levar em conta os aspectos econômicos do trabalho; a privilegiar o direito do trabalho sobre o direito ao emprego; a estimular o conflito de classes, ao invés da parceria; a priorizar o sistema de unicidade sindical compulsória, sobre o de pluralidade sindical; a

defender a contribuição sindical compulsória, ao invés da voluntária; a preferir a representação sindical por categoria, ao invés da representação por empresa; a advogar o princípio da irredutibilidade salarial, ao invés da flexibilização; a apoiar a remuneração fixa, ao invés da remuneração pelo resultado; a defender a jornada de trabalho rígida, ao invés da individualização do tempo do trabalho; a defender o direito de greve irrestrito, ao invés das limitações ao direito abusivo da greve; a priorizar a solução estatal dos conflitos, ao invés das formas alternativas de autocomposição; a defender o poder normativo da Justiça do Trabalho, ao invés da negociação direta entre as partes; a lutar pela continuidade da representação classista, ao invés da magistratura togada; a reafirmar as vantagens do intervencionismo estatal na economia, ao invés de fortalecer a livre iniciativa; e continuarão a defender, enfim, a primazia do Estado sobre o indivíduo e a sociedade” (Prado, 1998, p. 11).

Por trás da argumentação defensiva dos “retrógrados” estaria o modelo estatal intervencionista, que, na perspectiva neoliberal, funcionaria como uma semente do totalitarismo⁷. O desafio para os neoliberais seria a superação dos princípios que ainda estão impregnados na mentalidade dos opositores da modernização das relações trabalhistas e a implantação de um modelo não-intervencionista:

“Em oposição ao modelo prefigurado, o modelo não-intervencionista, defendido pelos liberais, apresenta características antípodas. Retorna à primazia da ordem espontânea, que vem assegurada pelo teste histórico da experiência, rejeitando o construtivismo racionalista que se fundamenta no princípio de que o homem pode alterar as instituições humanas arbitrariamente, sempre e quando desejar, porque foram criadas por ele; dá prevalência à liberdade sobre a igualdade, ainda porque através da liberdade é possível lograr alcançar a igualdade de oportunidades, ao passo que, impondo-se a igualdade, jamais se poderá criar uma sociedade livre; estimula a solidariedade e a coor-

⁷ “O modelo intervencionista considera primacial a **ordem artificial** imposta pela vontade impositiva do Estado, própria das sociedades deliberadamente organizadas segundo o racionalismo construtivista, que Hayek denomina de *taxis*, uma sociedade que se vale de regras legais positivas, *thesis*, para desigualar pessoas e grupos; apóia-se sobre a preponderância da **igualdade** sobre a liberdade, sob o pressuposto de que, como a igualdade inexistente na natureza, cabe à sociedade humana construí-la historicamente; defende o princípio da **proteção do trabalhador** em relação ao empregador (não exatamente ao Estado...) por ser a parte mais fraca e vulnerável; está relacionado a um **modelo político**

denação entre os fatores de produção, tratados eqüanamente, não privilegiando qualquer deles, rejeitando, assim, qualquer tipo de protecionismo nas relações trabalhistas; abandona o estatismo, partindo do pressuposto de que, assim como o Estado não deve ser agricultor, comerciante, industrial ou banqueiro, tampouco deve gerir interesses sociais competitivos, que rápida, barata e eficientemente se acomodam e progridem sem sua intervenção; deixa de priorizar a ação normativa, fiscalizadora e julgadora do Estado, sob a alegação de que, embora razoável e até necessária, deverá ser sempre subsidiária aos mecanismos espontaneamente gerados pela própria sociedade, à busca de maior eficiência e sem ônus para os contribuintes; dá preferência às regras autônomas, bem como a soluções negociadas, admitindo a regra heterônoma apenas quando esteja em jogo algum princípio indisponível do Estado Democrático de Direito, como, por exemplo, os direitos e garantias individuais” (Prado, 1998, p. 19).

Outros dois exemplares de **Notas — Avaliação de Projetos de Lei** também trataram de defender a posição dos Institutos Liberais contra a interferência da Justiça do Trabalho, tanto no que se refere ao contrato de trabalho por prazo determinado quanto no que se refere à própria reforma da Justiça do Trabalho, considerada cara e morosa. Ambos os documentos mantêm-se no empenho de contestar os direitos conquistados pelos trabalhadores ao longo de anos de lutas. **Notas** (Contrato..., n. 58, 1996) apresenta uma análise do Projeto de Lei nº 1.724/96, encaminhado ao Congresso Nacional, que permite o contrato de trabalho por prazo determinado sob a justificativa de que provocaria um aumento do emprego no País. Esse projeto de lei modifica vários itens da CLT, referentes à indenização por rescisão antecipada do contrato; ao pagamento das horas extras; às contribuições ao salário-educação e a outros encargos sociais; e à redução da alíquota de contribuição para o FGTS de 8% para 2%. Na realidade, o projeto sugere que todos esses itens sejam negociados diretamente, ferindo a CLT e desprezando conquistas já consolidadas pelos trabalhadores.

estatizante, mais precisamente autocrático e totalitário, já que tende à ampliação da ação do Estado sobre tantas relações sociais e econômicas quantas seja possível; preconiza a **presença do Estado** no campo do trabalho em tríplice atividade: legislativa, baixando a norma do trabalho; administrativa, realizando a fiscalização do trabalho; e judiciária, julgando os dissídios trabalhistas; e privilegia a **norma editada pelo Estado**, em detrimento ou com abandono das soluções normativas e compositivas autônomas.” (Prado, 1998, p. 18).

A argumentação segue na linha geral dos neoliberais de crítica à regulação da relação trabalhista: o desemprego é fenômeno característico da revolução tecnológica e da globalização e atinge países tanto industrializados quanto em desenvolvimento, mas afeta mais aquelas economias excessivamente reguladas. O caso brasileiro seria um exemplo extremo da rigidez nas relações laborais, o que provoca o aumento do mercado informal de trabalho. Esse aumento se deveria a uma série de fatores: à tutela das relações laborais pela Justiça do Trabalho, à rigidez das condições de trabalho e ao custo elevado dos encargos sociais.

Em **Notas** (Contrato..., n. 58, 1996), o Instituto Liberal do Rio de Janeiro considera que o projeto de lei sobre o contrato de trabalho por prazo determinado acerta ao ir na direção da flexibilização, mas não na intensidade necessária, já que não toca na questão da representação sindical dos trabalhadores e empregadores, que continua regida pela unicidade sindical. Mas, em 1998, os liberais brasileiros devem ter exultado, pois o contrato de trabalho por prazo determinado acabou sendo instituído pelo Governo a partir de janeiro daquele ano, com a justificativa de que contribuiria para a elevação do emprego e para a redução do desemprego e da informalidade nas relações de trabalho.

Na realidade, os Institutos Liberais entendem que todo o Direito do Trabalho deveria ser repensado, numa nova concepção de Direito de caráter negativo, como é o caso do Direito Civil. “No Direito do Trabalho, a lei tem caráter impositivo, ditando às partes o que e como podem contratar” (Contrato..., n. 58, 1996, p. 6). Essa proposta fica mais clara em outro exemplar de **Notas** (Custos..., n. 66, 1997), onde o Instituto Liberal do Rio de Janeiro critica o Direito do Trabalho, que deveria ser reformulado não apenas pelos males que causa ao mercado de trabalho, ao inibir a liberdade contratual, mas, também, porque seria muito lento e oneroso. A Justiça do Trabalho seria muito cara, porque, segundo os Institutos Liberais, os custos diretos dos litígios chegam a ser maiores do que o valor das causas julgadas. O principal componente desses custos seria o da sua própria operação: em 1996, segundo os dados apresentados pelos liberais, “(...) as despesas orçadas da Justiça do Trabalho constituíram quase a metade das despesas de todo o Judiciário federal e ultrapassaram 57% dos seus gastos orçados com pessoal e encargos. Esses custos são agravados pela existência dos juízes classistas” (Custos..., n. 66, 1997, p. 5).

A proposta dos liberais é de uma mudança radical da legislação, com a remoção do poder tutelar do Estado sobre as relações de emprego: “(...) uma mudança do caráter ‘positivo’ e paternalista da regulamentação que rege o mercado de trabalho para uma concepção ‘negativa’ desse marco institucional, a exemplo da que norteia o Direito Civil” (Custos..., n. 66, 1997, p. 6). Por isso, os Institutos Liberais apóiam a Emenda Constitucional 96/92, que, dentre outras

inovações, propõe: eliminar o poder normativo da Justiça do Trabalho (condição essencial para implantar a livre-negociação entre trabalhadores e empregadores); extinguir a representação classista na Justiça do Trabalho (e substituí-la por órgãos de conciliação e arbitragem sem caráter jurisdicional); e instituir o efeito vinculante nas decisões judiciais (que confere caráter de lei e de decisão judicial para os tribunais inferiores e para os juízes de primeira instância, o que agilizará os processos e reduzirá os custos).

5.2.2 - A revolução tecnológica e a flexibilização trabalhista

Outras análises publicadas pelos Institutos Liberais enfatizam os aspectos derivados das mudanças históricas, sobretudo no que se refere à revolução tecnológica e à adoção de tecnologias poupadoras de mão-de-obra para justificar suas propostas de flexibilização da legislação trabalhista. As transformações que as mudanças tecnológicas vêm impondo sobre a natureza do trabalho e sobre o mercado de trabalho teriam provocado a obsolescência da estrutura legal que regula as relações de trabalho no País. O Professor José Pastore, da USP, assina dois textos publicados pelo Instituto Liberal: **Relações de Trabalho numa Economia que se Abre** (1995) e o encarte da revista **Think Tank — O Desemprego tem Cura?** (1997) —, nos quais enfatiza esses aspectos para fundamentar a “flexibilização trabalhista”, recurso essencial para combater o desemprego provocado pela revolução tecnológica e pela crise econômica.

“A revolução tecnológica está causando problemas dramáticos no campo do trabalho e, ao mesmo tempo, demandando novas formas de contratação e descontração de mão-de-obra (...) os novos métodos de produção usam pouco trabalho, geram desemprego, subemprego, jornadas em tempo parcial, trabalho temporário e outras formas atípicas (...) a geração de empregos é afetada pelo custo de contratar e descontratar mão-de-obra.” (Pastore, 1995).

Nessa perspectiva, os encargos sociais aumentam o custo de gerar empregos. Segundo o autor, a dificuldade representada pela regulamentação da relação de trabalho soma-se a “ideologia do garantismo legal”, através da qual se pretende proteger os trabalhadores, aumentando os seus direitos tanto na Constituição quanto na CLT. Isso aumentaria o descompasso entre a situação de abertura econômica e o quadro legal extremamente rígido que regula as relações de trabalho. “É um sistema de muita legislação e pouca negociação, quando o mundo da competição exige mais negociação e menos legislação” (Pastore, 1995). A CLT foi criada, há 50 anos, para um mundo fechado e uma economia protegida contra as agressões do processo competitivo. A Constitui-

ção piorou o quadro, engessando ainda mais as regras. No País, o emprego cresce muito mais no setor informal do que no formal, e isso também seria um reflexo dos equívocos da Constituição de 1988, “(...) que elevou em 40% os encargos sociais incidentes⁸ nas contratações legais e estreitou ainda o campo das negociações entre as partes. O Brasil amargaria os efeitos de três fatores perversos: baixo crescimento, educação insuficiente e legislação inflexível” (Pastore, 1997, p. 3).

Segundo Pastore, precisamos de leis que se “(...) adaptem aos diferentes Brasis. A pretensão de querer regular as relações de trabalho de todo o território através de uma CLT rígida e de âmbito nacional é inviável (...). O excesso de regulamentação e a inflexibilidade da legislação têm funcionado como fortes inibidores da geração de empregos formais” (Pastore, 1997, p. 8). Além disso, a legislação deveria admitir novas modalidades de trabalho, como o temporário, subcontratado, terceirizado, etc., além do contrato de emprego por prazo indeterminado, única forma que admite. Quanto aos contratos de trabalho, a tendência mundial, segundo Pastore, vem apontando para os contratos coletivos negociados diretamente com as empresas, distanciando-se das negociações centralizadas, com grandes organizações setoriais e nacionais. O autor aponta, ainda, que, nos Estados Unidos, estão ressurgindo os contratos individuais, livres dos sindicatos.

Na análise publicada pelo Instituto Liberal de São Paulo, Pastore reafirma, ainda, a necessidade de que o direito do trabalho não seja sustentado na lei, mas, sim, no contrato, que se “(...) baseia na negociação e permite grande flexibilidade para se ajustar às necessidades da revolução tecnológica, à globalização e às mudanças organizacionais” (1997, p. 13). A lei trabalhista deveria definir os princípios gerais e não se deter em detalhes:

“A lei trabalhista no Brasil é extremamente detalhada — o que gera um enorme potencial de conflito. Todo desvio constitui uma infração legal, e não contratual. Assim sendo, só resta à parte prejudicada procurar um tribunal de justiça e não os mecanismos de auto-composição voluntária (conciliação direta, mediação, arbitragem, etc.)

⁸ Os cálculos sobre encargos sociais de Pastore são questionados, dentre outros, por Pochman e Santos (1999), que demonstram que “(...) as estimativas do peso dos encargos sociais no custo total do trabalho no Brasil atingem patamares entre 20% e 40%” (p. 270). Eles concluem que a informalidade das relações de trabalho no Brasil não resulta do peso elevado dos encargos sociais e que o mercado de trabalho brasileiro não se caracteriza pela rigidez. Ao contrário, tem apresentado extrema flexibilidade na contratação, na remuneração e na demissão (Pochman; Santos, 1999, p. 277).

que existem nos países em que o relacionamento entre empregado e empregador se baseia mais na negociação e no contrato e menos na lei e na justiça” (Pastore, 1997, p. 9).

As questões da educação e do treinamento da mão-de-obra são consideradas fundamentais para Pastore, sobretudo nas condições atuais, em que os tipos de ocupações e postos de trabalho nos diferentes setores da economia mudam constantemente, exigindo uma mão-de-obra com condições de se reciclar rapidamente. A dificuldade apontada é que, no Brasil, embora tenham diminuído as taxas de analfabetismo, ainda é baixa a escolaridade dos trabalhadores, se comparada à de outros países na mesma faixa de desenvolvimento.

As mudanças devem ser urgentes, segundo Pastore. As atuais instituições do trabalho, previdência e educação não acompanham mais a realidade. “(...) o Brasil terá de avançar muito nas áreas da educação e da flexibilização. O mercado de trabalho, cansado do excesso de rigidez, vem apresentando inúmeras inovações (...) Esse é o caso da flexibilização da jornada de trabalho, do banco de horas, da contratação por prazo determinado, das tentativas de usar a arbitragem e da negociação de cláusulas de paz, que afastam os conflitos destrutivos em troca da segurança e da vida individual e familiar” (Pastore, 1997, p. 15).

Em resumo, Pastore (1995; 1997) propõe algumas mudanças indispensáveis no campo trabalhista para que o País consiga acompanhar as mudanças em curso no mundo todo, porque elas seriam fundamentais para o desenvolvimento econômico e social.⁹ As mudanças indispensáveis seriam: abrir espaço para a contratação coletiva de forma descentralizada; dar às partes autonomia de negociação, afastando a Justiça do Trabalho dos conflitos de natureza econômica; modificar a atual estrutura dos sindicatos, permitindo a livre-associação; e atribuir ao Estado apenas a responsabilidade de garantir as regras da negociação.

Outros documentos que apresentam diagnósticos e propostas dos Institutos Liberais sobre a questão trabalhista seguem na linha de argumentação de Pastore. Amaury de Souza (1996) afirma que a realidade das relações de trabalho praticadas no País não se reflete na estrutura institucional vigente.¹⁰ Pelo

⁹ “(...) o tempo da proteção já passou. Porque acabou o dinheiro para proteger. Porque a realidade demonstrou a ineficiência da proteção. Porque a proteção é cara, desumana e injusta.” (Pastore, 1995).

¹⁰ Souza (1996) utiliza como argumento a análise de três conflitos trabalhistas e seus desenlaces, que indicariam que está ocorrendo uma flexibilização de fato, apontando a urgência de uma reforma legal. O primeiro foi a concessão de reajuste salarial acima da inflação para

contrário, a realidade estaria antecipando as mudanças legais e impondo a ilegalidade como norma no mercado de trabalho. Segundo Souza (1996), com o movimento do sindicalismo combativo do ABC paulista nos anos 70, reivindicando livre negociação, direito irrestrito à greve e liberdade sindical, começaram a mudar as relações de trabalho no País, direcionando-se para uma alternativa mais negocial e menos estatutária. Mas a Constituição de 1988 congelou esse processo, adotando um sistema híbrido em que "(...) a negociação passou a conviver com o dissídio e o pluralismo das cúpulas com a unicidade das bases" (Souza, 1996, p. 6).

Partindo dessa avaliação, Souza (1996) também propõe uma reforma profunda que altere todo o sistema de relações de trabalho. Essa alteração seria no sentido de permitir aumentar a flexibilidade das relações de trabalho, para aumentar a oferta de empregos de qualidade e estimular o desenvolvimento de uma força de trabalho polivalente, orientada para a inovação e para a produtividade.

os funcionários do Banco do Brasil. Essa decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST) contraria a política de estabilização, que determina que os aumentos salariais só podem ser determinados pela negociação direta entre empresas e empregadores. O segundo foi a assinatura de contrato de trabalho entre o Sindicato dos Metalúrgicos de SP e oito sindicatos patronais filiados à FIESP, no qual os trabalhadores concordaram em dispensar o pagamento dos encargos sociais em troca de contratação temporária de mão-de-obra por dois anos, a fim de estimular a oferta de empregos. O acordo reconhecia que impostos e contribuições, os "encargos sociais", oneram a contratação da mão-de-obra. Assim, os trabalhadores aceitaram o contrato de dois anos sem carteira assinada, sem salário-educação, sem contribuição ao Sebrae e ao INCRA, e, sobretudo, as empresas passariam a recolher menor percentual de contribuição para o INSS (de 20% para 10%) e substituiriam o depósito do FGTS na Caixa Econômica Federal por um depósito em contas livres, a serem diretamente movimentadas pelos empregados. A Justiça do Trabalho (TRT de São Paulo) suspendeu cinco das 15 cláusulas do contrato celebrado, porque feriam os direitos dos trabalhadores. Esse acordo tão diferente da legislação vigente teria tido o mérito, para Souza, de demonstrar a "(...) necessidade de maior flexibilidade na negociação de relações de trabalho, principalmente em uma economia aberta à competição externa", pois "(...) estão em curso profundas mudanças na estrutura do mercado de trabalho no País, com crescente substituição do trabalho assalariado de caráter permanente pelo trabalho autônomo desempenhado por conta própria ou por microempresas prestadoras de serviços" (Souza, 1996, p. 3). O terceiro acontecimento foi a vitória do sindicato dos bancários de SP, em julgamento, no qual conseguiram ser dispensados do pagamento dos 60% da contribuição sindical obrigatória que iriam para o sindicato da categoria, continuando a pagar os 20% do Ministério do Trabalho, os 15% para a Federação e os 5% para a Confederação. Essa iniciativa dos bancários revela a necessidade de maior flexibilidade na organização sindical, porque: "O custeio compulsório das agremiações sindicais é parte indivisível do princípio da unicidade consagrado na legislação. A proibição de existência, na mesma área, de mais de um órgão representativo da mesma profissão ou atividade implica a concessão de um monopólio, afastando a concorrência e tornando dispensável a sindicalização em massa" (Souza, 1996, p. 4).

de. Essa reforma deveria contemplar os seguintes elementos: (a) completar a transição para um modelo totalmente negocial, baseado em contratos coletivos de trabalho, negociados entre empresas e sindicatos; (b) limitar a legislação aos direitos básicos do trabalho, restringido-se à competência da Justiça do Trabalho para julgar conflitos de interesses, que devem ser intermediados por árbitros independentes, porque “(...) não é factível introduzir o contrato coletivo sem a supressão prévia ou gradual do poder normativo da Justiça do Trabalho” (Souza, 1996, p. 9); (c) implantar a liberdade de associação, com pluralidade sindical, acabando com o princípio de unicidade, e filiação voluntária aos sindicatos.

5.3 - A reforma das funções sociais do Estado

A situação atual coloca um desafio para o projeto neoliberal no que se refere a como tratar a questão dos crescentes níveis de pobreza, marginalidade e informalidade que coexistem com a impressionante riqueza de poucos no Brasil. Ainda que essa situação possa ser atribuída à crise econômica, o próprio campo teórico neoliberal reconhece a reprodução da pobreza sob a lógica do mercado, e, por isso, aceita a idéia da ajuda estatal às populações extremamente carentes.

“A partir dos princípios clássicos da economia de mercado, do Estado de direito, da igualdade diante da lei, do direito de propriedade, do respeito à liberdade e do princípio de subsidiariedade, propõe [o Instituto Liberal] modelos de gestão onde o Estado permanece como financiador e como poder regulador, mas entrega ao mercado a efetiva solução operacional dos problemas.” (Problemas..., 1995, p. 1) .

O que os Institutos Liberais não admitem é a aplicação de um critério redistributivista do gasto social, que vise atender a um objetivo de igualdade de participação na distribuição da riqueza produzida socialmente e não apenas de igualdade de oportunidades. Isto porque, como vimos, os neoliberais não aceitam os preceitos que norteiam o Estado de Bem-Estar Social e, principalmente, a intervenção econômica e social do Estado para abrandar as desigualdades da sociedade.

“Democracia econômica é uma das muitas expressões que não passam de tolices populares — no caso, uma contradição em termos —, mas que são utilizadas para justificar maior intervenção estatal na economia, cujos resultados são lesões à liberdade individual e ao direito de propriedade, além de menor eficiência no uso de recursos escassos. (...) a grande maioria dos problemas econômicos pode ser

resolvida via mercado, na base de decisões individuais. E o processo de mercado é sabidamente mais eficiente, mais eficaz, mais efetivo do que o processo político.” (IL Notícias, n. 6, maio 1992).

Dentro desse contexto ideológico, suas propostas de políticas sociais tendem a reger-se por dois critérios: em relação às grandes majorias sociais, propõem a eliminação do critério redistributivo e igualitário próprio do Welfare State e sua substituição pelo critério individualista da capitalização e, também, a transferência das obrigações sociais do Estado para a sociedade civil, deixando ao setor privado a prestação dos serviços sociais. Quanto às minorias carentes, os Institutos Liberais propõem a ajuda direta do Estado que deve fazer-se com base em políticas que definam com muita precisão as populações necessitadas. O tema da ação estatal frente à pobreza torna-se, assim, uma questão de eficiência e precisão na localização e medição da miséria e na proposta de soluções realmente eficazes e econômicas. Só pela aplicação irrestrita desses critérios, evitar-se-á o desperdício de recursos públicos, segundo o Instituto Liberal. Uma crítica ao programa de combate à pobreza promovido pelo governo norte-americano, nos anos 80, dá uma clara idéia do que os liberais temem:

“ O programa [de combate à pobreza do governo dos EUA] de US\$ 5 trilhões não apenas se mostrou incapaz de eliminar a pobreza, como permitiu que ela se transfigurasse, como fazem os vírus, assumindo uma nova forma, a ‘pobreza comportamental’, de indivíduos dependentes da ajuda estatal, de pobres ‘profissionais’. A ajuda ao desemprego estimula exatamente o desemprego, ao qual corresponde uma ajuda certa do Estado, complementada por ‘bicos’ prestados na economia informal. A ajuda à mãe solteira estimula a procriação irresponsável, resultante de muitos pais e nenhuma família. E assim por diante. As conseqüências desses programas são a perda do amor próprio, do sentido de dignidade e responsabilidade pessoais, além da aniquilação da noção de família. E [também] o caminho para o amoralismo, a anomia, o caos” (IL Notícias, n. 40, mar. 1995).

Ainda assim, os Institutos Liberais têm uma posição favorável sobre as funções sociais do Estado, desde que dentro de seus parâmetros ideológicos:

“Os liberais, quando propõem um conjunto de reformas estruturais de natureza social, entendem que é legítima função do Estado, de acordo com os desejos das sociedades, a de coletar impostos para reduzir a pobreza absoluta, para financiar a educação, a saúde, o saneamento e as seguridades dos mais carentes (...) Mas não são decretos que elevam os salários, não são leis que impõem o impossível bem-estar. As burocracias intermediárias do Estado já se mostraram impotentes

e incompetentes para resolver os problemas de saúde, educação e previdência, além de administrarem gigantescos prejuízos às sociedades quando se introduzem na atividade empresarial. O ideal não é que o governo se preocupe com o social. O ideal é que ele só se preocupe com o social. O papel do Estado não é planejar a economia, nem constituir uma sociedade igualitária. A principal função do Estado deve ser a de manter a ordem e garantir que as leis sejam cumpridas. A igualdade que os liberais almejam não é a utopia de que todos tenham os mesmos resultados, e sim de que todos tenham as mesmas possibilidades de lutar para conseguir os melhores resultados. A preservação da liberdade individual, o Estado de direito e a economia de mercado são essenciais para que cada indivíduo possa realizar, no limite, suas potencialidades. Nesse sentido, boa saúde e boa educação são pontos de partida para um modelo liberal, porque são niveladoras de oportunidades” (Problemas..., 1995, p. 4).

As propostas concretas de políticas sociais para o Brasil devem respeitar algumas determinações, segundo os Institutos Liberais (Problemas..., 1995, p. 5):

- a) as reformas econômicas estabilizadoras não se sustentam sem uma reforma dos setores sociais, nos quais o Estado deve alocar recursos;
- b) a redução do gasto público deve ser acompanhada de uma reorientação dos recursos a favor dos investimentos sociais e, dentre estes, daqueles consumidos pela população mais pobre;
- c) no curto prazo, devem ser adotadas medidas de emergência para o alívio à pobreza;
- d) no longo prazo, a melhoria da situação dos mais pobres se dará pela sua incorporação ao processo econômico. Por isso, é fundamental dar ênfase à sua capacitação para o trabalho;
- e) o bom governo é o complemento indispensável das reformas sociais, porque são os pobres que mais se beneficiam de uma boa administração pública.

5.3.1 - A privatização da previdência

A reforma da política pública de previdência social é uma das preocupações dos Institutos Liberais. Segundo sua avaliação, o sistema de previdência

adotado no País facilita as fraudes e tende à insolvência, porque é baseado no sistema de repartição, no qual os trabalhadores ativos pagam pelos benefícios que os aposentados, os doentes e os inválidos recebem, e o Estado é o gestor dos fundos. Para os neoliberais, esse sistema apresenta vários problemas. Ele é obrigatoriamente estatal, o que exige um imenso número de funcionários para administrá-lo; é responsável por políticas clientelísticas, em especial no interior; favorece as fraudes, pela ausência de registros individualizados e a impossibilidade de o contribuinte controlar sua parcela de contribuição; e desestimula a poupança, uma vez que a renda futura do trabalhador estaria garantida, independentemente do montante de sua contribuição (Problemas..., 1995, p. 27). Por isso, a proposta apresentada pelos Institutos Liberais baseia-se na liquidação do princípio de repartição e propõe a implantação de um sistema de capitalização.

No sistema de capitalização sob a iniciativa privada, os recursos seriam canalizados para aplicações no mercado de capitais. Esse regime estimularia o mercado de capitais e favoreceria a poupança, gerando como resultado, a longo prazo, maior eficiência na alocação de recursos. A proposta de reforma da previdência elaborada pelos liberais, baseada na experiência chilena, que vimos no Capítulo 1, defende o sistema de capitalização, complementado pela contribuição estatal para os inválidos. Essa proposta obedece a alguns princípios básicos: que a sociedade seja a beneficiária, e não indivíduos ou grupos; que seja garantida a individualidade da poupança (já que cada trabalhador constitui o seu próprio patrimônio); que cada contribuinte possa escolher o administrador de sua poupança; e que o Estado garanta um pecúlio mínimo àqueles que não conseguem prover sua própria subsistência. Nesse sistema, a aposentadoria dá-se por idade, e não por tempo de serviço, e apenas os trabalhadores contribuem individualmente para o fundo de pensão. Os empregadores ficam isentos da contribuição, o que, segundo o Instituto Liberal, reduziria o custo das empresas com a contratação de mão-de-obra, e, como decorrência, "(...) produziria um substancial aumento no número de empregos" (Previdência..., n. 8, 1991, p. 7).

5.3.2 - A privatização da saúde

O diagnóstico que o Instituto Liberal do Rio de Janeiro faz sobre o sistema de saúde pública no Brasil conclui que ele é ineficiente, caro, propenso a fraudes e em permanente processo de deterioração. Esse problema do atendimento médico-hospitalar à população é considerado universal e um permanente de-

safio à ação estatal, mas que aqui “(...) adquiriu *status de* escândalo nacional” (Problemas..., 1995, p. 19).

A proposta dos Institutos Liberais para solucionar os problemas da política de saúde no País visa retirar do Estado a função de prestador de serviços médicos e transferi-la para o setor privado. Segundo essa proposta, cada cidadão residente no País — independentemente do nível de renda — receberia do Estado um crédito individual de saúde (CIS)¹¹. Esse crédito seria utilizado para pagamento de um plano de atendimento médico-hospitalar em uma entidade mantenedora de saúde (EMS) de sua escolha. As EMSs seriam instituições dedicadas exclusivamente à prestação de serviços de saúde, de origem pública ou privada. As públicas seriam aquelas que formam as redes de serviços públicos médico-hospitalares já existentes, e as privadas deveriam atender aos requisitos mínimos que devem ser estabelecidos com a preocupação de evitar a oligopolização do setor e as fraudes contra o sistema. As EMSs privadas poderiam ser abertas a todos os cidadãos, ou fechadas, de acesso exclusivo a empregados de uma empresa ou grupo de empresas.

Em resumo, a proposta de reforma do sistema de saúde privilegia a competição entre os prestadores de serviços de saúde e prevê a universalidade de tratamento a toda a população, atribuindo ao Estado as funções de definição da regulamentação básica e de controle de qualidade dos serviços. Para a sua operacionalização, a reforma do sistema de saúde deveria nortear-se por alguns princípios fundamentais:

- a) o sistema deve ser universal, igualitário e integral, ou seja, que o atendimento urgente e de doentes crônicos seja acessível a todos;
- b) do ponto de vista fiscal, o sistema não deve ser aberto, para impedir as transferências de fundos. O orçamento deve ser fechado e certo para não provocar a incerteza entre os provedores;
- c) deve ser o mais despolitizado possível, com burocracia estatal pequena e fixa;
- d) deve incentivar o princípio de capitalização e minimizar o de redistribuição. As pessoas devem ser incentivadas a poupar para enfrentar futuros gastos;

¹¹ “A concessão do CIS, de forma igual para toda a população, inclusive os de renda mais alta, não decorre de uma desnecessária generosidade, mas do fato de que é mais barato concedê-lo a todos do que implantar um sistema de seleção em todo o território nacional” (Problemas..., 1995, p. 21).

- e) deve privilegiar a escolha individual e tornar o usuário o principal pagador, minimizando o conceito de “terceiro pagador” (o Estado), no qual o usuário não tem idéia do custo, e o Estado não pode verificar o gasto;
- f) o sistema fiscal deve ser utilizado para pagar eqüitativamente os provedores e os usuários do serviço;
- g) a utilização do sistema não deve ser compulsória para os usuários potenciais e, principalmente, não deve ser obrigatória para as instituições que contratam mão-de-obra, que seriam sobrecarregadas com a obrigação da assistência médica;
- h) deve evitar-se, ao máximo, a regulamentação dos setores envolvidos (provedores, seguradores, indústria farmacêutica e organizações médicas), porque isso poderia anular o esforço de pôr em contato provedores e usuários;
- i) essa reforma no sistema de saúde só poderá dar resultados se for complementar a outras reformas institucionais propostas pelos neoliberais para as outras áreas de políticas públicas — separação do sistema previdenciário do atendimento médico; controle da inflação; abertura do mercado de capitais; abertura do mercado nacional; abertura da área de seguradoras médicas para empresas estrangeiras; flexibilização da legislação trabalhista, etc. (Problemas..., 1995, p. 19-20).

5.3.3 - A privatização da educação

O diagnóstico que o Instituto Liberal do Rio de Janeiro faz da situação do ensino público no Brasil indica que “(...) a escola brasileira é cara, de baixa qualidade e dominada por um imenso corporativismo docente” (Educação..., n. 1, 1990) e ainda apresenta maus rendimentos e elevados índices de analfabetismo, absenteísmo e abandono escolar. A edição de nº 11 de **Notas — Avaliação de Projetos de Lei**, de 1991 apresenta a crítica ao projeto de reforma da Lei de Diretrizes e Bases para a Educação, que tramitava, à época, no Congresso Nacional. Segundo essa crítica, esse projeto de educação para o País ainda mantinha preceitos que não têm dado bons resultados, como a escola básica única e o sistema nacional de educação calcado na escola pública, dentre outros. Para os liberais, a atuação do Estado na educação deve ser apenas subsidiária, concentrando-se no pré-escolar e na escola básica. A uni-

versidade deveria ser paga, cabendo ao Estado apenas a concessão de bolsas de estudo e, preferencialmente, de crédito educativo (Lei..., n. 11, 1991).

Segundo a proposta dos Institutos Liberais para a educação, que segue a linha do que propõem para a saúde, o papel do Estado deve limitar-se ao fornecimento de recursos e abandonar a prestação dos serviços de educação. Esses recursos seriam repassados aos estudantes em idade escolar em forma de um “voucher-educação”, que seria trocado no mercado livre de serviços educativos. As empresas desse mercado seriam escolas privadas ou cooperativas formadas pelos professores das ex-escolas públicas, que venderiam seus serviços num regime de livre competição. As famílias seriam os clientes, que escolheriam a escola que melhor atende às expectativas que têm sobre a educação de seus filhos. O *voucher* seria distribuído igualmente a todas as crianças em idade escolar (sete a 14 anos), independentemente de sua situação financeira, e ficaria a critério dos pais optar pela escola pública ou privada, acrescentando o que fosse necessário como complemento, no caso de escolher a escola privada. O sistema seria aplicado em caráter universal ao ensino fundamental e de forma seletiva ao ensino médio, onde contemplaria apenas os alunos oriundos de famílias carentes.

Nesse projeto, a distinção entre público e privado ainda se manteria na medida em que os prédios escolares da rede pública atual seriam alugados a empresários ou a cooperativas de professores, já que tanto os salários quanto a decisão sobre contratação e demissão de professores ou outros aspectos da gestão seriam definidos no âmbito da própria escola. O nível salarial dependeria, nessa proposta, de dois fatores: da capacidade que os administradores da escola demonstrassem em atrair portadores de *vouchers* (número de alunos matriculados) e em administrar o patrimônio arrendado. Dessa maneira, seriam os clientes — as famílias — que definiriam a qualidade e a produtividade de cada instituição de ensino, ao votarem, através do consumo, a favor desta ou daquela escola.

Quanto à educação universitária, os liberais são contra o ensino gratuito porque, além de ser oneroso, ineficiente, etc., tende a reproduzir uma situação injusta no País: a educação pública universitária acaba beneficiando os setores de mais altas rendas, oriundos do ensino elementar privado, enquanto a universidade privada, e cara, termina sendo a única possibilidade para os jovens de famílias modestas, oriundos de escolas públicas, que não conseguem alcançar boa classificação no vestibular para obter vaga na universidade pública. A proposta liberal prevê que o curso universitário seja pago pelo próprio aluno ou por financiamento em forma de bolsa de estudos, reembolsável quando concluído o curso universitário. A autonomia universitária serviria para que cada instituição

pudesse dimensionar o seu corpo docente e sua capacidade de acordo com a demanda, da qual dependeria seu orçamento e o custo por aluno. Os liberais imaginam que, com essa reforma, as melhores universidades aumentariam a produtividade, baixando o custo por aluno de acordo com a demanda. O aumento de rentabilidade deveria refletir-se nos salários dos docentes (Problemas..., 1995, p. 14; Políticas Alternativas, 1992).

CONCLUSÃO

O Instituto Liberal foi criado em 1983, no Rio de Janeiro, e transformado numa rede de Institutos, que abrange os estados mais importantes do Brasil, em 1986, em plena efervescência do período constituinte. Sustentados por alguns dos maiores grupos econômicos nacionais e estrangeiros em operação no País e por algumas fundações e *think tanks* estrangeiros, desenvolvem um trabalho de dupla natureza: de divulgação da doutrina neoliberal, especialmente dos preceitos da Escola Austríaca de Economia, entre seus pares e nos meios formadores de opinião — universitários, jornalísticos, políticos, militares, jurídicos e intelectuais em geral —; e de formulação de propostas de projetos de políticas públicas de cunho liberal. Este estudo teve como propósito analisar a emergência desse sujeito específico no panorama político brasileiro durante a Nova República.

O surgimento de uma organização político-ideológica dessa natureza encontra sua explicação em fatores externos e internos à realidade brasileira. Como fatores externos, deve-se citar o contexto histórico de surgimento do neoliberalismo no final dos anos 70, que envolve três processos simultâneos: as transformações que ocorreram no capitalismo internacional; a direitização dos governos dos países capitalistas avançados, em especial da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos; e a consolidação de um movimento intelectual neoliberal internacional, que vinha se formando desde a década de 40.

Esse contexto internacional envolve, assim, a crise econômica internacional, o processo de globalização financeira e a dificuldade de os países de capitalismo avançado continuarem sustentando o Estado de Bem-Estar Social. Com a adoção de medidas econômicas restritivas pelas economias avançadas da Europa e dos Estados Unidos, as idéias que liberais como Hayek e Mises vinham pregando, desde os anos 30, começaram a ganhar cada vez mais adeptos. Para os neoliberais, a crise e as pressões inflacionárias eram consequência do excessivo poder que o movimento operário tinha alcançado nas suas reivindicações salariais em países como a Grã-Bretanha. A solução proposta era o desmonte do Welfare State e a adoção de políticas recessivas: estabilização monetária, diminuição do gasto social e desemprego.

Os anos 70 trouxeram, também, um recrudescimento das direitas na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, que serviram como base social de apoio para as vitórias de Thatcher e Reagan, no final dos anos 70, e para a instalação de governos conservadores e liberais nesses países. Para os britânicos, cujos go-

vernos trabalhistas haviam implantado um estado previdencialista de inspiração keynesiana, os anos 70 também trouxeram a conversão de parte do Partido Conservador ao neoliberalismo hayekiano. Apoiados nas críticas de Hayek a Keynes e em sua política reformista, os neoliberais ingleses vinham formando, desde os anos 40, um movimento intelectual que envolvia centros de pesquisa em universidades, divulgação do pensamento liberal em publicações, na mídia e nos meios universitários e a ação de três *think tanks* neoliberais — o Institute of Economic Affairs, o Center for Policy Studies e o Adam Smith Institute. A constituição desse movimento neoliberal e suas vinculações com membros do Partido Conservador foram fundamentais para a vitória de Thatcher em 1979, que possibilitou a primeira ascensão de um grupo neoliberal ao poder nos países de capitalismo avançado.

Nos Estados Unidos, não havia um Estado de Bem-Estar tão desenvolvido quanto na Inglaterra, nem o movimento sindical tinha o viés classista do britânico. Entretanto os neoliberais e os conservadores norte-americanos tinham como inimigos a Guerra Fria, o avanço dos movimentos reivindicatórios de direitos civis, nos anos 60, e da interferência governamental sobre as atividades econômicas, nos anos 70. Esses elementos impulsionaram o ativismo de direita nos Estados Unidos e culminaram com a união das diferentes correntes conservadoras que atuavam no país desde os anos 30: os tradicionalistas; os anticomunistas; os neoliberais, liderados por Hayek e Mises e, posteriormente, por Friedman e pela Escola de Chicago; os neoconservadores — antigos social-democratas convertidos à direita; e os fundamentalistas, a direita religiosa, ultraconservadora. Todas essas forças se uniram numa Nova Direita e contribuíram para a campanha de Reagan, em torno de um credo conservador baseado na defesa da propriedade privada e da livre-empresa, no combate ao comunismo e ao socialismo, na crença na superioridade dos Estados Unidos e do Ocidente, na crença no cristianismo ou no judaísmo e em valores baseados na moral tradicional.

Nas últimas décadas, os conservadores norte-americanos desenvolveram e financiaram diferentes atividades políticas, como a publicação de periódicos conservadores de circulação nacional e o estabelecimento de redes que envolvem meios de comunicação, fundações empresariais, centros de pesquisa em universidades e *think tanks* dedicados à defesa do livre-mercado e à formulação de projetos de políticas públicas baseadas na diminuição da presença do Estado na sociedade. Os principais *think tanks* conservadores e liberais são a Heritage Foundation, responsável pela preparação do programa de governo de Reagan, a Brookings Institution, o American Enterprise Institute, a Foundation for Economic Education, a Tinker Foundation, para citar apenas alguns. A sustentação de todo esse movimento é garantida pelas doações milionárias ofere-

cidas por fundações mantidas por grandes corporações norte-americanas, como a Rand Corporation, a Olin Foundation, o Volker Fund e o Liberty Fund, dentre outros.

Nos anos 80, a atividade dos *think tanks* de inspiração neoliberal nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha consolidou-se como parte de um movimento ideológico internacional composto de personalidades dos meios acadêmicos e políticos e de uma série de organizações e fundações financiadoras. Esse movimento tem sua origem nos esforços empreendidos, desde os anos 30, por Hayek e um grupo de liberais europeus e norte-americanos para criar uma associação internacional de intelectuais defensores do neoliberalismo. Em 1947, eles fundaram a Sociedade Mont Pelerin; desde então, o centro do movimento internacional neoliberal, que reúne periodicamente seus membros — autoridades, políticos, intelectuais, entre eles vários Prêmios Nobel de Economia — para discutir as questões relativas à intervenção dos Estados na vida dos indivíduos.

Enquanto a Sociedade Mont Pelerin funciona como uma organização fechada, quase uma franco-maçonaria liberal, para usar o termo de Perry Anderson, o movimento internacional é alimentado por uma série de *think tanks* espalhados pelo mundo todo, alguns criados especialmente para estimular a internacionalização do movimento. Esse é o sentido do trabalho da Atlas Economic Research Foundation, fundada em 1981 para apoiar a criação, angariar fundos e coordenar as atividades de Institutos Liberais em mais de 40 países, notadamente da América Latina e do Leste Europeu. Outras organizações dessa natureza são o Institute for Humane Studies, o Center for International Enterprise, o Liberty Fund, dentre outros, que servem como elos de contato entre as organizações espalhadas pelo mundo e as suas congêneres centrais, em especial com a miríade de *think tanks* liberais em operação nos Estados Unidos. Na América Latina, além dos Institutos Liberais no Brasil, deve-se mencionar o Centro de Estudios Públicos no Chile, o Instituto Libertad y Democracia no Peru, a Universidade Francisco Marroquin na Guatemala, a ESEADE na Argentina, e o Centro de Investigaciones Económicas para la Libre Empresa no México, dentre outros.

Na América Latina, o neoliberalismo apareceu nos anos 70 através da política econômica monetarista adotada como solução para economias altamente inflacionárias da região, combinada com concepções restritivas de organização da sociedade, como foi aplicado nos regimes autoritários do Chile, do Uruguai e da Argentina. No Chile, a ditadura de Pinochet adotou todo o pacote neoliberal, cuja aplicação foi facilitada pela destruição das instituições de participação política que o regime democrático de Allende havia criado. O neoliberalismo chileno, concebido por economistas formados na Escola de Chicago, sob encomenda dos militares e da burguesia chilena, adotou um programa de defesa

radical dos interesses do empresariado e da propriedade privada e era profundamente antiestatal. As políticas implementadas no pacote neoliberal chileno conseguiram, em poucos anos, alterar a economia chilena, privatizando-a e internacionalizando-a, através da adoção de medidas de privatização, desregulamentação econômica, liberalização do mercado, e abertura para os capitais externos. Essas medidas econômicas foram acompanhadas por mudanças radicais do arcabouço jurídico-institucional, que envolveram a reforma da legislação trabalhista, a privatização da previdência, da educação e da saúde e, sobretudo, a reforma política cristalizada na Constituição de 1980, que os militares legaram ao regime democrático que os substituiu em 1989, criando uma “democracia protegida” das vontades da maioria e, também, uma série de “salvaguardas constitucionais”, que impedem a reversão de todas essas mudanças.

O sucesso da reforma neoliberal da economia chilena só foi possível porque a implantação de medidas tão drásticas foi garantida por um regime autoritário que sufocou as contestações ao modelo. O neoliberalismo é muito criticado por implantar políticas recessivas que provocam desemprego e enfraquecem o movimento sindical. Mas é preciso entender que essas não são meras consequências da adoção de determinadas políticas. Essa é a essência do neoliberalismo, que não se configura apenas como um programa econômico, mas, sim, como uma concepção de mundo e, como tal, envolve pressupostos teóricos que são profundamente conservadores. Os fundamentos da doutrina do neoliberalismo têm origem na Escola Austríaca de Economia e nos desenvolvimentos centrais da teoria de Mises e Hayek, que defendem um capitalismo puro, uma ordem de mercado livre de restrições, e, portanto, opõem-se frontalmente a qualquer tentativa de planejamento econômico, seja aquela mais centralizada, implementada pelos regimes socialistas, seja a “terceira via” proposta por Keynes, que fundamentou as bases do Estado de Bem-Estar Social. Uma leitura dos conceitos fundamentais dessa escola permite perceber que ela convive muito bem com o autoritarismo: a noção de desigualdade natural entre os homens, fundamento de sua luta individualista pela satisfação de suas necessidades; a noção do livre-mercado como o único fator racional de ordenamento dessa sociedade composta por indivíduos cujas ações são motivadas apenas pelas suas individualidades; e a política como uma questão menor, já que o fundamental é a liberdade econômica, de onde advém a concepção de Estado Mínimo, cujas funções seriam apenas a de aparato social de coerção, para manter a ordem, e a aplicação das regras que garantam o pleno funcionamento da economia de mercado. Não por acaso o neoliberalismo no Chile foi tão influenciado pelo monetarismo de Friedman e pelo próprio Hayek, que visitou várias vezes o país de Pinochet.

Em resumo, o surgimento do projeto dos Institutos Liberais no Brasil ocorreu numa conjuntura internacional de rearticulação das direitas, em que o capitalismo, em nível mundial, colocou a globalização do capital financeiro no centro do seu desenvolvimento, processo que recebeu impulso em toda a América Latina com o crescimento da dívida externa dos países, o fracasso dos planos econômicos de desenvolvimento e a imposição das políticas monetárias recessivas do FMI. Devido às características de sua economia, o Brasil conseguiu resistir por mais tempo do que outros países da região às pressões externas, mas teve que se render aos ditames da política monetária internacional nos anos 80. Contudo o caso do Chile, primeiro laboratório de experimentação neoliberal na América Latina e exemplo futuro para outros projetos, foi fundamental como fonte de inspiração para os neoliberais brasileiros. A leitura atenta dos projetos de reforma constitucional e de privatização da previdência apresentados pelos Institutos Liberais denuncia claramente a origem de suas formulações.

Internamente, o surgimento de uma organização político-ideológica sustentada por grandes grupos econômicos, como o Instituto Liberal, é explicado por uma série de fatores, como as mudanças econômicas em curso, os planos econômicos de estabilização e as pressões do FMI; e, no campo político, a conjuntura de redemocratização, a polarização política das forças sociais, que defendiam distintos projetos para a sociedade brasileira, e a defesa dos diferentes interesses na definição do novo arcabouço institucional na Constituinte.

A Constituinte foi palco de atuação de uma série de novas organizações políticas da burguesia brasileira como a UBE, o PNBE e o IEDI, para fazer frente, principalmente, aos interesses dos trabalhadores organizados. Entretanto os Institutos Liberais surgiram no cenário nacional como organizações ímpares, com forte influência de modelos externos e como estratégia dos setores de capital mais concentrados e vinculados ao capital financeiro nacional e internacional, com o objetivo de difundir seus valores entre a burguesia e as elites formadoras de opinião. Isso fica claro quando se analisa a composição de suas diretorias, onde se destacam grandes empresários dos setores financeiro e industrial, bem como no quadro de suas empresas mantenedoras.

Como centros de difusão ideológica do neoliberalismo, esses Institutos se constituem numa forma peculiar de organização da burguesia brasileira, cuja trajetória de inserção corporativista no Estado teve grande relevância na sua constituição histórica. Diferentemente das organizações corporativas, que negociam diretamente com o Estado os interesses da burguesia, ou das associações setoriais, que defendem interesses econômicos específicos de setores industriais, financeiros, etc., os Institutos Liberais são entidades civis que tomam como eixo central de sua atividade a ideologia e a difusão de uma concep-

ção de mundo. Aqui não se trata de defender interesses econômicos imediatos, mas, sim, de construir uma hegemonia burguesa, de difundir uma concepção de mundo que torne os preceitos do livre mercado em “pensamento único”.

E aqui, parece-nos, está uma questão fundamental: a pregação em defesa da liberdade faz-se através da vertente mais conservadora do liberalismo — a Escola Austríaca de Economia. E essa opção não é casual, ela representa uma continuidade com a tradição liberal brasileira, um traço permanente na ideologia e nas instituições políticas, mas que sempre conviveu com a hegemonia do autoritarismo. A convivência da “lógica liberal e práxis autoritária” (Trindade, 1985) na história política brasileira mostra o quanto as elites se beneficiaram com o regime autoritário e o sistema corporativista instaurados por Vargas nos anos 30, que impôs severos limites às classes subalternas. O'Donnell (1988) também aponta os traços autoritários da formação da burguesia brasileira, constituída como sujeito político praticamente sem enfrentar pressões dos setores populares organizados e tendo como único interlocutor o Estado, grande defensor dos interesses econômicos da burguesia. Esses traços conservadores se confirmam no período de transição democrática, à qual a burguesia aderiu tardiamente, e no empenho que todas as frações burguesas fizeram para defender seus interesses e impedir os avanços das classes populares no texto da nova Constituição.

É essa essência conservadora que deve explicar, enfim, a adoção de preceitos neoliberais como os que são reproduzidos na Declaração de Princípios dos Institutos Liberais, que regem toda a estratégia de ação e fundamentam as propostas de políticas públicas que formulam, em especial aquelas que se referem à ordem político-institucional vigente, notadamente a Constituição de 1988, a legislação trabalhista e as funções sociais do Estado: previdência, saúde e educação. As soluções propostas pelos Institutos Liberais baseiam-se, integralmente, nas formulações da Escola Austríaca de Economia e são inspiradas, ainda, na experiência concreta de aplicação desses princípios no Chile: uma democracia limitada, garantida legalmente pela Constituição, para defender a burguesia da “veleidade das massas”; a liberalização total das relações trabalhistas, a serem negociadas no “livre-jogo” do mercado; e a privatização das funções sociais do Estado mais necessárias para o saneamento das desigualdades sociais — a previdência, a saúde e a educação.

REFERÊNCIAS

- AFFONSO, Rui; SAMPAIO JUNIOR, Plínio; SCHWARTZ, Gilson. Política econômica e democratização: o impasse brasileiro. In: REIS, Fábio W.; O'DONNELL, Guillermo (Org.). **A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas**. São Paulo: Vértice; Ed. Revista dos Tribunais, 1988. p. 150-167.
- ALMEIDA, Maria Hermínia T. **Crise econômica e interesses organizados: o sindicalismo no Brasil dos anos 80**. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1996. 216p.
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: GENTILI, Pablo; SADER, Emir (Orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.
- ANDERSON, Perry. Neoliberalismo: um balanço. **Idéias Liberais**, São Paulo: Instituto Liberal/ SP, n. 28, 1994.
- APPLE, Michael W. O que os pós-modernistas esquecem: capital cultural e conhecimento oficial. In: GENTILI, Pablo; SILVA, Thomaz (Orgs.). **Neoliberalismo, qualidade total e educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. p. 179-204.
- BICHR, Antonio (Org). **Antologia liberal: economia**. São Paulo, Ed. Inconfidentes, 1991. 158p.
- BORÓN, Atilio. A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. In: GENTILI, Pablo; SADER, Emir (Orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 63-118.
- BORÓN, Atilio. La crisis norteamericana y la racionalidad neoconservadora. **Estados Unidos; Perspectiva Latinoamericana: Cuadernos Semestrales**, México, n. 9, p. 31-59, 1. sem. 1981.
- CAMARGO, Aspásia; DINIZ, Eli. Dilemas da consolidação democrática no Brasil. In: — (Orgs.). **Continuidade e mudança no Brasil da Nova República**. Rio de Janeiro: IUPERJ; Vértice, 1989. p. 9-17.
- CAMPERO, Guillermo. Actores y movimientos sociales en Chile. In: LARANJEIRA, Sonia (Org). **Classes e movimentos sociais na América Latina**. São Paulo: Hucitec, 1990. p. 245-269.

CAMPERO, Guillermo. **Los empresarios ante la alternativa democrática: el caso de Chile**. Santiago, Chile: ILET, 1988. (Cuadernillos de contribuciones al debate). 25p.

CAMPOS, Roberto. Discurso de despedida da vida parlamentar do deputado Roberto Campos. **Idéias liberais**, Instituto Liberal de São Paulo, ano 6, n. 93, p. 20, 1999.

CANO, Wilson. Políticas econômicas e de ajuste na América Latina. In: OLIVEIRA, Marco Antônio (Org.). **Economia & trabalho: textos básicos**. Campinas: UNICAMP/IE, 1998. p. 35-59.

CANO, Wilson. **Reestruturação internacional e repercussões inter-regionais nos países subdesenvolvidos**: reflexões sobre o caso brasileiro. Campinas: UNICAMP; Instituto de Economia, 1989. 37p.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Autoritarismo e democratização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

CARDOSO, Fernando Henrique. O papel dos empresários no processo de transição: o caso brasileiro. **Revista Dados**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p. 9-27, 1983.

COCKETT, Richard. **Thinking the unthinkable**. Think-tanks and the economic counter-revolution 1931-1983. London: Harper Collins, 1995. 390p.

CRUZ, Sebastião C. Velasco. 1977/1978 — Os empresários e a reemergência da questão social. In: —. **O presente como história: economia e política no Brasil pós-64**. Campinas: Unicamp, 1997a. (Coleção Trajetória 3). p. 313-354.

CRUZ, Sebastião C. Velasco. **Empresariado e Estado na transição brasileira**: Um estudo sobre a economia política do autoritarismo (1974-1977). Campinas: UNICAMP; São Paulo: FAPESP, 1995. 295p.

CRUZ, Sebastião C. Velasco. **Estado e economia em tempos de crise**: política industrial e transição política no Brasil dos anos 80. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; Campinas: UNICAMP, 1997. 183p.

CRUZ, Sebastião Carlos Velasco. **Neoliberalismo**: discurso e processo. São Paulo, 1998. 17p. Cópia.

DAVIS, Mike. The new right's road to power. **New Left Review**, London, n. 128, p. 28-49, 1981.

DENHAM, Andrew. **Think-tanks of the New Right**. England: Dartmouth Publishing, 1996. 224p.

DINIZ, Eli. **Empresariado e transição política no Brasil**: problemas e perspectivas. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1984. 42p. (Estudos IUPERJ, 22).

DINIZ, Eli. **Empresariado, estado e capitalismo no Brasil 1930-45**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

DINIZ, Eli. Neo-liberalismo e corporativismo: as duas faces do capitalismo industrial no Brasil. In: — (Org). **Empresários e modernização econômica**: Brasil anos 90. Florianópolis: UFSC/IDACON, 1993. p. 13-42.

DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato. Autonomia e dependência na representação de interesses industriais. **Dados**: revista de ciências sociais, Rio de Janeiro: IUPERJ, n. 22, 1979.

DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato. Brasil: um novo empresariado? Balanço de tendências recentes. In: DINIZ, Eli (Org). **Empresários e modernização econômica**: Brasil anos 90. Florianópolis: UFSC/IDASCON, 1993. p. 113-131.

DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato. Empresários e constituinte: continuidades e rupturas no modelo de desenvolvimento capitalista no Brasil. In: CAMARGO, A.; DINIZ, E. (Orgs.). **Continuidade e mudança no Brasil da Nova República**. Rio de Janeiro: IUPERJ; Vértice, 1989. p. 116-136.

DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato; LESSA, Renato. **Modernização e consolidação democrática no Brasil**: dilemas da Nova República. Rio de Janeiro: IUPERJ; Vértice, 1989.

DOMHOFF, G. W. **The Powers that Be**: process of ruling class domination in America. New York: Vintage Books, 1979. 206p.

DREIFUSS, René. **1964**: A conquista do Estado; ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981. 814p.

DREIFUSS, René. **A internacional capitalista**: estratégia e tática do empresariado transnacional, 1918-1986. 2. ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987. 502p.

DREIFUSS, René. **O jogo da direita na Nova República**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1989. 249p.

FONSECA, Eduardo Giannetti. **Liberalismo e pobreza. A liberdade vencendo à miséria**. São Paulo: Inconfidentes, 1989. 56p.

FONSECA, Odemiro. **Crônica de uns liberais impenitentes**: The Mont Pelerin Society. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1993. 40p. (Série Ensaios e Artigos).

FOXLEY, Alejandro. **Experimentos neoliberales en América Latina**. México: Fondo de Cultura Económica, 1988.

FRIEDMAN. **Capitalismo e Liberdade**. São Paulo: Abril Cultural, 1962.

GAZETA MERCANTIL. São Paulo, 13 dez. 1994. p. 6

GEORGE, Susan. De cómo el pensamiento se fue haciendo único. **Críticas ideológicas al pensamiento único del neoliberalismo**. ed. esp. Montevideo: Carumbé, 1996 p. 4-9.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. 341p.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989. 244p.

GREAVES, Bettina Bien. Ludwig Von Mises. In MISES, Ludwig Von. **A mentalidade capitalista**. Rio de Janeiro: José Olympio; Instituto Liberal, 1987. p. 107-113.

GROS, Denise B. Liberalismo, empresariado e ação política na Nova República. In: Diniz, Eli (Org.). **Empresários e modernização econômica: Brasil anos 90**. Florianópolis: UFSC/IDACON, 1993. p. 134-153.

GROS, Denise B. Os industriais gaúchos e a Constituinte: uma reflexão sobre o "Movimento pela Liberdade Empresarial". **Ensaio FEE**, Porto Alegre, FEE, v. 9, n. 2, p. 130-146, 1989.

GRUPPI, Luciano. **Conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Graal, 1978. 143p.

HAYEK, F. El ideal democrático y la contención del poder. **Estudios Públicos**, Santiago, Chile, n.1, dic. 1980.

HAYEK, F. **O caminho da servidão**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990. 221p.

HAYEK, F. **Los fundamentos de la libertad**. Madrid: Unión Editora, 1965. (Primeira edição, 1959).

HIRSCHMAN, Albert. A mudança para o autoritarismo na América Latina e a busca de suas determinantes econômicas. In: COLLIER, David (comp.). **O novo autoritarismo na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

- HOLLINGS, Robert L. **Nonprofit public policy research organizations: a sourcebook on think tanks in government.** New York; London: Garland Publishing, 1993.
- HUNT, E. K.; SHERMAN, H. J. **História do pensamento econômico.** 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1977.
- IDEÁRIO. São Paulo: Pensamento Nacional das Bases Empresariais, [19—?].
- LECHNER, Norbert. El proyecto neoconservador y la democracia. **Crítica y Utopía**, Buenos Aires, n. 6, 1982.
- LEME, Og Francisco. **A ordem econômica.** 2. ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1988.
- LOEZA, Soledad. Cambios en la cultura política mexicana: el surgimiento de una derecha moderna (1970-1988). **Revista Mexicana de Sociología**, Mexico, v. 3, p. 221-235, jul./set. 1989.
- LOPEZ, Selva. **Fundamentos teóricos do neoliberalismo.** Montevideo. Não publicado, 1988.
- LUNA, Matilde. **Estrategias políticas de los empresarios mexicanos frente a la globalización.** Rio de Janeiro: IUPERJ; ISA/CLACSO, 1992. 27p. xerox
- LUNA, Matilde; MILLAN, Rene; TIRADO, Ricardo. Los empresarios en los inicios del gobierno de Miguel de la Madrid. **Revista Mexicana de Sociología**, México, v. 47, n. 4, p. 215-257, 1985.
- LUNA, Matilde; TIRADO, Ricardo. **El Consejo Coordinador Empresarial: una radiografía.** México: UNAM/Instituto de Investigaciones Sociales, 1992. 86p.
- MACEDO, Ubiratam Borges. Liberalismo e justiça social. **Anuário 1996**, São Paulo, Instituto Liberal, p. 71-95, 1996.
- MACEDO, Ubiratan Borges. **Liberalismo e justiça social.** São Paulo: IBRASA, 1995. 242p. (Biblioteca sociologia e política, v. 44).
- MACPHERSON, C. B. **A teoria política do individualismo possessivo de Hobbes a Locke.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 318p.
- MAKSOUUD, Henry. **Constituinte independente e apartidária.** São Paulo: Visão, 1986. 147p.
- MAKSOUUD, Henry. **Os poderes do governo.** São Paulo, Ed. Visão, 1984.

MAKSOUND, Henry. Apresentação de Hayek. **Think Tank**, São Paulo: Instituto Liberal, ano 1, n. 3, fev. 1998.

MAKSOUND, Henry. **Proposta de Constituição para o Brasil de Henry Maksud**. São Paulo: Visão, 1988. 463p.

MARTINS, Luciano. **Estatização da economia ou privatização do Estado?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. (Ensaio de Opinião, 9).

MINELLA, Ary. **Banqueiros**: organização e poder político no Brasil. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; ANPOCS, 1988. 530p.

MINELLA, Ary. Empresariado financeiro: organização e posicionamento no início da década de 90. In: DINIZ, Eli (Org). **Empresários e modernização econômica**: Brasil anos 90. Florianópolis: UFSC/IDACON, 1993. p. 69-111.

MINELLA, Ary. Transformação dos setores sociais dominantes: a burguesia bancário-financeira no Brasil. In: LARANJEIRA, Sonia (Org). **Classes e movimentos sociais na América Latina**. São Paulo: Hucitec, 1990. p. 83-106.

MISES, Ludwig Von. **Liberalismo: segundo a tradição clássica**. Rio de Janeiro: José Olympio; Instituto Liberal, 1987. 200p.

MONTERO, Cecilia. **El comportamiento empresarial en la transición democrática chilena**: conflictos y consensos en torno a la legitimidad y la regulación. Rio de Janeiro: CLACSO/IUPERJ, 1992. 35p. Cópia.

MONTERO, Cecilia. **La evolución del empresariado chileno**: emergencia de um nuevo actor. Santiago, Chile, 1990. 37p. Cópia.

MORAES, Reginaldo. A democracia mal comportada: a teoria política do neoliberalismo econômico. **Universidade e Sociedade**, São Paulo: ANDES, ano 6, n. 11, p. 121-129, jun. 1996.

MORAES, Reginaldo. Exterminadores do futuro: a lógica dos neoliberais. **Universidade e Sociedade**, São Paulo: ANDES, ano 4, n. 6, p. 6-11, fev. 1994.

MOULIÁN, Tomás. **Chile actual**: anatomía de un mito. Santiago, Chile: ARCISLOM, 1997. 386p.

MOULIAN, Tomás. Chile: Las condiciones de la democracia. **Nueva Sociedad**, n. 140, p. 4-11, nov./dic. 1995.

MUDAR para competir. São Paulo: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial, 1990.

- NASH, George H. **The conservative intellectual movement in America since 1945**. Wilmington: Intercollegiate Studies Institute, 1996. 467p.
- O'DONNELL, Guillermo. Hiatos, instituições e perspectivas democráticas. In: REIS, Fábio W., O'DONNELL, Guillermo. **A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas**. São Paulo: Vértice; Revista dos Tribunais, 1988. p.72-90.
- PAIM, Antonio. **A agenda teórica dos liberais brasileiros**. São Paulo: Massao Onho Editor, 1997.
- PASTORE, José. O desemprego tem cura? **Think Tank**, Instituto Liberal de São Paulo, Ano 1, n. 2, nov. 1997. Encarte especial da revista.
- PASTORE, José. Relações do trabalho numa economia que se abre. **Idéias Liberais**, Instituto Liberal de São Paulo, Ano 2, n. 27, 1995.
- PENNA, J. O. Meira. **Sugestões para a reforma política**. [s.l.]: Policy Paper/Instituto Liberal de Brasília, 1993. 33p. Mimeo
- PEREIRA, Luiz Bresser. **Pactos políticos: do populismo à democratização**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- POCHMAN, Márcio; SANTOS, Anselmo. Encargos sociais no Brasil: debate e propostas recentes de flexibilização. In: POSTHUMA, Anne Caroline (Org). **Abertura e ajuste do mercado de trabalho no Brasil: políticas para conciliar os desafios do emprego e competitividade**. Brasília: OIT/TEM; São Paulo: Ed. 34, 1999. 472p.
- POPPER, Karl. **A miséria do historicismo**. 2.ed. São Paulo: Cultrix, 1987. 125p.
- PORTUGAL JÚNIOR et al. **Grupos econômicos, expressão institucional da unidade empresarial contemporânea**. São Paulo: IESP/FUNDAP, 1994.
- PRADO, Ney. **Razões das virtudes e vícios da Constituição de 1988: subsídios à revisão constitucional**. São Paulo: Inconfidentes, 1994. 91p.
- PRADO, Ney. Relações trabalhistas no Brasil. Velhas práticas e novas realidades. Encarte especial da revista **Think Tank**, Instituto Liberal de São Paulo, Ano 1, n. 4, jun. 1998.
- PRUNES, Cândido Mendes. Em busca de um mundo melhor. **Think Tank**, São Paulo: Instituto Liberal, Ano 1, n. 4, jun. 1988.
- PRZEWORSKI, Adam; WALLERSTEIN, Michael. O capitalismo democrático na encruzilhada. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo: Brasiliense, n. 22, p. 29-44, 1988.

RAMONET, Ignacio. **El pensamiento único. Críticas ideológicas al pensamiento único del neoliberalismo.** Ed. Esp. Montevideo, Carumbé, 1996. p. 2-3.

ROSSI-LANDI, Ferruccio. **Ideología.** Barcelona: Editorial Labor, 1980. 360p.

ROTHBARD, Murray N. **O essencial Von Mises.** 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, Instituto Liberal, 1988. 54p. (Pensamento Liberal, n. 1).

RUA, Maria das Graças. A UDR e a Representação de interesses dos proprietários rurais: nova elite agrária no processo de transição política no Brasil. **Revista de Ciências Sociais Hoje**, p. 281-310, 1990.

RUIZ, Carlos. La epistemología de Popper y el neoliberalismo. **Crítica y Utopía**, Buenos Aires, n. 12, 1984.

SAES, Décio. **República do capital:** capitalismo e processo político no Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001. 135 p.

SANTOS, W. G. Após-revolução brasileira. In: JAGUARIBE, Hélio et al. **Brasil, sociedade democrática.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1985. p. 224-330.

SANTOS, W. G. **Crise e castigo:** partidos e gerais na política brasileira. Rio de Janeiro: IUPERJ; Vértice, 1987.

SCHMITTER, Philip (1974). Still the century of corporatism? **The Review of Politics**, v. 36, jan.

SCHMITTER, Philip. Still the century of corporatism? **The Review of Politics**, v. 36, jan. 1974.

SEN, Maria Isabel. Los centros de pensamiento y las publicaciones conservadoras en Estados Unidos. **Estados Unidos: Perspectiva Latinoamericana: Cuadernos Semestrales**, Mexico, n. 9, p. 339-346, 1. sem. 1981.

SILVA, Tomaz Tadeu. A nova direita e as transformações na pedagogia da política e na política da pedagogia. In: GENTILI, Pablo; SILVA, Thomaz (Orgs). **Neoliberalismo, qualidade total e educação.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. p. 9-29.

SOLEY, Lawrence. Right thinking conservative think tanks. **Dissent**, New York, v. 38, n. 3, p. 418-420, summer, 1991.

SOUZA, Ubiratam Jorge Lório. O liberalismo sem adjetivos. **Idéias Liberais**, Instituto Liberal de São Paulo, Ano 1, n. 5, 8 p. 1994.

- SOUZA, Amaury. A reforma das relações de trabalho. **Idéias Liberais**, Instituto Liberal de São Paulo, Ano 3, n. 49, 1996.
- STEFANCIC, Jean; DELGADO, Richard. **No Mercy. How conservative think tanks and foundations changed America's social agenda**. Philadelphia: Temple University Press, 1996. 227p.
- STEWART JUNIOR, Donald. Correntes do pensamento econômico. **Conferências do IL**. Rio de Janeiro, Instituto Liberal, 1992. 11p .
- THERBORN, Göran. A crise e o futuro do capitalismo. In: GENTILI, Pablo; SADER, Emir (Orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio Janeiro: Paz e Terra, 1995. p 39-50.
- TOCQUEVILLE, Alexis. **A democracia na América**. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade, 1987. 597p.
- TRINDADE, Helgio. Bases da democracia brasileira: lógica liberal e práxis autoritária (1822/1945). In: ROUQUIÉ, Alain; LAMOUNIER, Bolívar; SCHWARZER, Jorge (Orgs.). **Assim renascem as democracias**. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 46-72.
- USSEEM, Michael. Business and politics in the United States and United Kingdom. **Theory and Society**, v. 12, n. 3, p. 281-308, 1983.
- USSEEM, Michel. The social organization of the american bussiness elite and participation of corporation directors in the governance of american institutions. **American Sociological Review**, v. 44, p. 553-572, aug. 1979.
- VALOR. Rio de Janeiro: FGV, p. 23-24, 25 nov. 2001.
- VERGARA, Pilar. **Auge y caída del neoliberalismo en Chile**. Santiago, Chile: Flacso, 1985. 270p.
- VIANNA, Maria Lucia Teixeira Werneck. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. [s.l.: s.n.], 1978.
- VOGEL, David. The power of business in America: a re-appraisal. **British Journal of Political Science**, v. 13, p. 19-43, 1983.
- WEAVER , Kent. The changing world of the think tanks. **PS: Political Science and Politics**, v. 22, n. 3, p. 563-579, sept., 1989.
- WEISS, Carol. **Organizations for policy analysis: helping government think**. [s.l.]: CA, Sage Publications, 1992.
- XAVIER, Uribam. Neoliberalismo como uma visão de mundo. **Universidade e Sociedade**, São Paulo: ANDES, ano 6, n. 11, p. 110-120, jun. 1996.

Publicações dos Institutos Liberais

CONTRATO de trabalho por prazo determinado. **NOTAS: Avaliação de Projetos de Lei**, Rio de Janeiro: Instituto Liberal, n. 58, 1996.

CUSTOS de transação — Justiça do Trabalho. **NOTAS: Avaliação de Projetos de Lei**, Rio de Janeiro: Instituto Liberal, n. 66, 1997.

DIREITO de greve, O. **NOTAS: Avaliação de Projetos de Lei**, Rio de Janeiro: Instituto Liberal, n. 4, dez. 1990.

EDUCAÇÃO e Medida Provisória 207. **NOTAS: Avaliação de Projetos de Lei**, Rio de Janeiro: Instituto Liberal, n. 1, 1990.

IDÉIA LIBERAL (IL), São Paulo: Instituto Liberal de São Paulo, vários números. 1988-1992.

IL NOTÍCIAS, Rio de Janeiro: Conselho Nacional dos Institutos Liberais, vários números. 1991-1997.

INFORME LIBERAL (IL). São Paulo: Instituto Liberal de São Paulo, vários números, 1993-1997.

INSTITUTO LIBERAL. **1983-1993: os primeiros dez anos**. Rio de Janeiro: Conselho Nacional dos Institutos Liberais, [1993?].

INSTITUTO LIBERAL. **Reinventando o governo**. Anuário do Instituto Liberal de São Paulo, 1995. 327 p.

LEI de Diretrizes e Bases para a Educação. **NOTAS: Avaliação de Projetos de Lei**, Rio de Janeiro: Instituto Liberal, n. 11, 1991.

PREVIDÊNCIA Social. **Notas: Avaliação de Projetos de Lei**, Rio de Janeiro: Instituto Liberal, n. 8, 1991.

PROBLEMAS sociais: soluções liberais: Instituto Liberal: Rio de Janeiro, 1995. 39 p.

REVISÃO Constitucional, A. **NOTAS: Avaliação de Projetos de Lei**, Rio de Janeiro: Instituto Liberal, n. 25, 1993.

THINK TANK. São Paulo: Instituto Liberal/SP, Ano 1, n. 3, 1998.

Referências na WEB

ABOUT THE BROOKINGS INSTITUTION Disponível em: <http://www.brook.edu/>
Acesso em: 4 maio 1998.

ATLAS ECONOMIC RESEARCH FOUNDATION. Mission and Perspective. Disponível em: <http://www.atlas-fdn.org/mission.htm> Acesso em: 31 ago. 1997.

BLUNDEL, John. Waging the war of ideas: why there are no shortcuts. Palestra na Heritage Foundation, 1990. Disponível em: <http://www.atlas-fdn.org/idea.war.htm>
Acesso em: 24 maio 1998.

CADASTRO SÍNTESE. Instituto C&A. Disponível em: <http://www.gife.org.br>
Acesso em: 20 set. 1998.

CASCADE POLICY INSTITUTE. **Introduction**. Disponível em: <http://www.CascadePolicy.org/intro.htm> Acesso em: 30 jul. 1977.

CATO INSTITUTE. Disponível em: <http://www.cato.org> Acesso em: 30 jul. 1997.

CENTER FOR INTERNATIONAL PRIVATE ENTERPRISE. Disponível em: <http://www.cipe.org/obj.htm> Acesso em: 4 ago. 1977.

INSTITUTE FOR HUMANE STUDIES HOMEPAGE Disponível em: <http://osfl.gmu.edu/~ihs/> Acesso em: 4 ago. 1997; 24 maio 1998.

INSTITUTE OF ECONOMIC AFFAIRS HOMEPAGE. Disponível em: <http://www.iea.org.uk> Acesso em: 4 ago. 1997.

INTERCOLLEGIATE STUDIES INSTITUTE HOMEPAGE. Disponível em: <http://www.isi.org> Acesso em: 15 abr. 1998.

LINDSAY, Greg. **Threats to freedom then and now**. The Mont Pelerin Society after 50 years. Disponível em: <http://www.cis.org.au/mps.html> Acesso em: 1 out. 1997.

REASON FOUNDATION. Disponível em: <http://www.reason.org> Acesso em: 2 out. 1977.

THE FRASER INSTITUTE HOMEPAGE. Disponível em: <http://www.fraserinstitute.ca/> Acesso em: 1 ago. 1997.

THE HERITAGE FOUNDATION. Mission Statement. Disponível em: <http://www.heritage.org> Acesso em: 20 jul. 1997.

THE INDEPENDENTE INSTITUTE. **Mission Statement.** Disponível em: <http://www.independent.org/> Acesso em: 2 set. 1997.

THE ROCKEFELLER FOUNDATION. Disponível em: <http://www.rockfound.org> Acesso em: 4 maio 1998.

TINKER FOUNDATION INCORPORATED Disponível em: <http://fdncenter.org/grantmaker/tinker> Acesso em: 20 set. 1998.

EDITORAÇÃO

Supervisão: Valesca Casa Nova Nonnig. Secretária: Luz Da Alva Moura da Silveira.

Revisão

Coordenação: Roselane Vial.

Revisores: Breno Camargo Serafini, Rosa Maria Gomes da Fonseca, Sidonia Therezinha Hahn Calvete e Susana Kerschner.

Editoria

Coordenação: Ezequiel Dias de Oliveira.

Composição, diagramação e arte final: Alexander Gurgel Marques, Cirei Pereira da Silveira, Denize Maria Maciel, Ieda Koch Leal e Rejane Maria Lopes dos Santos.

Conferência: Elisabeth Alende Lopes, Lenoir Buss e Rejane Schimitt Hübner.

Impressão: Cassiano Osvaldo Machado Vargas, Luiz Carlos da Silva e Mauro Marcelino da Silva.

Capa: Paulo Sérgio Sampaio Ribeiro.